



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Juliana Resende Silva de Lima

Investigação Criminal de Tráfico de Pessoas para fins de Exploração
Sexual: Experiências Brasileira e Portuguesa

Orientação científica:
Prof^ª. Doutora Maria João Guia
Universidade de Coimbra

Lisboa
2019

Juliana Resende Silva de Lima

Investigação Criminal de Tráfico de Pessoas para fins de Exploração
Sexual: Experiências Brasileira e Portuguesa

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências
Policiais e Segurança Interna para obtenção do título de
Mestre em Ciências Policiais, especialização em
Criminologia e Investigação Criminal.

Prof^a. Doutora Maria João Guia
Universidade de Coimbra

Lisboa
2019

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é o resultado de um conjunto de esforços realizados por pessoas e instituições que muito significado têm em minha vida.

Dedico, assim, meus especiais agradecimentos, primeiramente, a Deus, por ter me concedido a vida e a saúde necessárias a alcançar este estágio na minha existência.

Aos meus pais, Jarbas e Dilma, meus primeiros amores, por todo o investimento que fizeram na minha educação, além do incentivo e suporte que sempre me deram em meus estudos e em minha vida profissional. E, acima de tudo, por me ensinarem os valores mais preciosos que me guiam em minha trajetória.

Aos meus irmãos, Jarbas, Raquel e Thiago, por todo o amor e apoio que me ofereceram em todas as fases da minha vida.

À minha pequena Luísa, minha filha, meu amor, pela sua presença, sempre me alegrando e me mostrando que nenhum obstáculo é insuperável quando se tem um amor tão profundo e verdadeiro na vida.

Ao meu marido Eduardo, pela dedicação a nossa família, e pelo amor, força e incentivo que me concede diariamente.

Aos professores do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Portugal, sem os quais eu não teria recebido os conhecimentos necessários a completar essa jornada do curso de Mestrado em Ciências Policiais, especialização em Criminologia e Investigação Criminal.

Por fim, à Polícia Federal, minha instituição, que me proporcionou a chance de realizar esse curso de mestrado, e me permitiu aprender e crescer profissionalmente ao longo destes mais de 15 anos de exercício funcional.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual e foi construído com o objetivo de melhor conhecer o desenvolvimento da investigação criminal sobre esse fenômeno no Brasil e em Portugal. O crime de tráfico de pessoas é visto como um dos mais danosos e lucrativos hoje praticados. Não obstante, a sua repressão penal é considerada insuficiente de acordo com os dados divulgados pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC, 2018). Essa constatação repete-se em Portugal e no Brasil, segundo estatísticas fornecidas pelos órgãos de polícia criminal competentes dos dois países, bem como números de ações penais e condenações pela Justiça. Tendo-se em conta as estimativas de que o tráfico internacional de pessoas tem aumentado nas últimas décadas em virtude de fatores como globalização econômica, crescimento dos fluxos de migrações internacionais, presença de organizações criminosas em países menos desenvolvidos, dentre outros, questiona-se por que a repressão a esse fenômeno criminoso não se apresenta de maneira verdadeiramente significativa. Partindo do conhecimento sobre o tráfico de pessoas para exploração sexual, em sua concepção jurídica e sociológica, cuidamos de analisar sua relação com as migrações internacionais, sua evolução histórica e os principais elementos constitutivos do delito segundo parâmetros do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Passamos, então, a analisar a incorporação dessa figura típica na legislação brasileira e portuguesa, e, na sequência, adentramos no estudo da investigação criminal do tráfico de pessoas. No intento de conhecer e analisar como se desenvolve essa investigação em ambos os países citados, colhemos dados empíricos junto aos órgãos de polícia criminal competentes no Brasil e em Portugal para investigar criminalmente o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, assim como analisamos decisões proferidas por tribunais brasileiros e portugueses sobre casos concretos já investigados. O resultado é que, não obstante reconheçam-se esforços por parte dos dois países quanto ao enfrentamento ao crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, muito há que ser feito para se alcançar maior eficiência na repressão a esse fenômeno criminoso.

Palavras-chave: tráfico internacional de pessoas; exploração sexual; migrações internacionais; repressão; investigação criminal; técnicas especiais de investigação.

ABSTRACT

The present work has as its central theme the international trafficking in human beings for the purpose of sexual exploitation and was built in order to better understand the development of criminal investigation of this phenomenon in Brazil and Portugal. The crime of human trafficking is seen as one of the most damaging and lucrative crimes committed today. However, its criminal repression is considered insufficient according to data released by the United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC, 2018). This finding is repeated in Portugal and Brazil, according to statistics provided by the competent criminal police bodies of both countries, as well as numbers of criminal actions and convictions by the courts. Given the estimates that international trafficking in persons has increased in recent decades, due to factors such as economic globalization, growing international migration flows, the presence of criminal organizations in less developed countries, among others, it is questioned why the repression of this criminal phenomenon is not truly significant. Based on the knowledge of trafficking in persons for sexual exploitation, in its legal and sociological conception, we take care to analyze its relationship with international migration, its historical evolution and the main constitutive elements of the crime according to the parameters of the Additional Protocol to the United Nations Convention against Transnational Organized Crime to the Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children. We then proceeded to analyze the incorporation of this crime into Brazilian and Portuguese legislation, and then we went into the study of the criminal investigation of human trafficking. In order to know and access how this investigation is carried out in both countries, we collected empirical data from the competent criminal police agencies in Brazil and Portugal to criminally investigate trafficking in persons for the purpose of sexual exploitation, as well as to analyze decisions made by Brazilian and Portuguese courts on specific cases already investigated. The result is that while efforts are being made by both countries to address the crime of trafficking in persons for sexual exploitation, much more needs to be done to achieve greater efficiency in the suppression of this criminal phenomenon.

Keywords: international trafficking in persons; sexual exploitation; international migrations; repression; criminal investigation; special investigative techniques;

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
Introdução	8
1 Tráfico de Pessoas: da Migração à Escravização	18
1.1 Migrações internacionais e tráfico de pessoas.....	18
1.2 Evolução histórica do conceito de Tráfico de Pessoas	27
1.3 O tráfico de pessoas para exploração sexual na atualidade.	38
1.3.1 Tráfico de pessoas e tráfico de migrantes (ou auxílio à imigração ilegal).....	43
1.3.2 Elementos constitutivos do tráfico de pessoas segundo o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo.	49
1.4 Vítimas do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.....	60
1.5 Fatores impulsionadores do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual	69
2 O Tráfico de Pessoas no Direito Interno	75
2.1 Bem jurídico protegido	75
2.2 Tratamento Penal no Brasil	79
2.3 Tratamento Penal em Portugal	91
3 Investigação Criminal sobre o Tráfico de Pessoas	99
3.1 Organizações Criminosas e Tráfico de Pessoas	99
3.2 Investigação do tráfico de pessoas: técnicas investigativas aplicáveis.....	111
3.2.1 Considerações gerais sobre a investigação do tráfico de pessoas	111
3.2.2 Depoimentos de vítimas e testemunhas	122
3.2.3 Exames periciais médicos e psicológicos.....	126
3.2.4 Investigação financeira	127
3.2.5 Vigilância	132
3.2.6 Interceptação (Intercepção) das comunicações.....	132
3.2.7 Buscas e apreensões.....	136
3.2.8 Infiltração policial.....	137
3.2.9 Cooperação internacional.....	139
4 Experiência investigativa no Brasil e em Portugal: meios de prova utilizados e resultado das investigações	151
4.1 Experiência investigativa no Brasil	152
4.1.1 Estatísticas oficiais sobre o enfrentamento ao tráfico no Brasil	152
4.1.2 Resultado da coleta de dados através de inquérito por questionário	154
4.1.3 Análise de decisões jurisprudenciais	165

4.2 Experiência investigativa em Portugal	178
4.2.1 Estatísticas oficiais sobre o enfrentamento ao tráfico em Portugal	178
4.2.2 Análise de decisões jurisprudenciais	184
Considerações Finais	192
Lista de Referências	198
Apêndice A - Questionário divulgado no Brasil	209
Apêndice B - Solicitação de divulgação por email no Brasil e reiteração	216
Apêndice C - Respostas ao questionário divulgado no Brasil.....	220
Apêndice D - Questionário divulgado em Portugal	441
Apêndice E - Solicitações de divulgação por email em Portugal.....	447
Apêndice F - Resposta ao questionário divulgado em Portugal.....	452

Introdução

O tráfico de pessoas¹ é um dos crimes que mais tem estimulado o debate político e acadêmico internacional, desde o início do século passado até os dias atuais. As razões para essa permanente preocupação das nações, das organizações internacionais e nacionais não é difícil de se perceber: o tráfico de seres humanos é tido como uma das mais graves violações à dignidade humana, à liberdade, à autodeterminação pessoal e, sem dúvida, um dos motores da criminalidade organizada transnacional.

Se nos primórdios do século XX a preocupação com esse fenômeno criminoso estava intimamente atrelada à condenação da prostituição feminina, hoje, o que impulsiona os trabalhos desenvolvidos por diferentes atores no enfrentamento ao tráfico de pessoas é, principalmente, a preocupação com a preservação e respeito aos direitos humanos, além do combate à criminalidade organizada de caráter internacional.

Muito embora, conforme será explicado ao longo do presente trabalho, as estatísticas reais sobre a ocorrência do tráfico de pessoas em todo o mundo (contabilização da quantidade de vítimas, de condenações criminais, volume de dinheiro movimentado, organizações criminosas dedicadas a essa prática ilícita, dentre outros dados) seja de difícil levantamento, acredita-se que esse crime é um dos mais rentáveis na atualidade², ficando atrás apenas do tráfico de drogas e de armas.

Foi justamente a preocupação com o combate ao tráfico de pessoas praticado por organizações criminosas de caráter transnacional que motivou a adoção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de um instrumento normativo de âmbito global que trouxesse em seu bojo contornos mais bem definidos sobre o que seria esse ilícito, bem como diretrizes sobre como preveni-lo e reprimi-lo. Em 2000, a Assembleia Geral da ONU aprovou o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional (conhecida como Convenção de Palermo) relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, o qual é considerado, atualmente, a definição supranacional de tráfico internacional de pessoas mais aceita e acolhida entre os Estados-Membros da ONU.

¹ A utilização da designação “tráfico de pessoas” e “tráfico de seres humanos” é usada pela autora como sinônimos do mesmo fato criminoso, estando a autora consciente de que o Código Penal brasileiro e português designam por tráfico de pessoas o crime que é objeto deste estudo.

² <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/assuntos-fundarios-trabalho-escravo-e-traffic-de-pessoas/traffic-de-pessoas/>

O conceito de tráfico trazido pelo Artigo 3º do Protocolo Adicional à Convenção de Palermo é a moldura jurídica principal para a definição dos tipos penais de tráfico de pessoas nas legislações internas dos países aderentes. Nesse sentido, tanto Portugal como Brasil trazem atualmente, em seus arcabouços legislativos, definições típicas de tráfico de pessoas as quais se mostram consentâneas com a previsão contida no Protocolo. Ressalta-se que, no caso de Portugal, como membro da União Europeia, os contornos legais e programáticos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas também são parametrizados por instrumentos comunitários, como é o caso da Diretiva 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Abril de 2011.

Apesar dos esforços mundiais para prevenção e repressão ao fenômeno criminoso, veremos que os números relacionados ao combate ao tráfico de pessoas, divulgados tanto pelos organismos internacionais como, no caso do objeto específico deste trabalho, pelas autoridades governamentais brasileiras e portuguesas, levam-nos a crer que a realidade subjacente a esse crime é muito superior àquela que é efetivamente descortinada pelos órgãos responsáveis pela sua repressão, sejam integrantes do Sistema de Segurança, sejam do Poder Judiciário.

O último Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas, publicado em 2018, pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC, 2018a, p. 8), informa-nos que “enquanto a maioria dos países incorporou nos últimos anos uma legislação abrangente sobre o tráfico de pessoas, o número de condenações só passou a crescer recentemente³”. Outrossim, em relação aos baixos índices de detecção de vítimas e condenação de traficantes em muitos países, esclarece:

Relatar um número limitado de vítimas detectadas e poucas condenações não significa necessariamente que os traficantes não estão ativos nesses países. Na verdade, as vítimas traficadas de sub-regiões com baixos índices de detecção e condenação são largamente encontradas em outras sub-regiões. Isso sugere que as redes criminosas de tráfico de pessoas operam com um alto grau de impunidade nesses países. Essa impunidade pode servir como um incentivo à prática de mais tráfico⁴ (UNODC, 2018a, p. 8).

³ Traduzido do original em inglês pela autora: “While most countries have had comprehensive trafficking in persons legislation in place for some years, the number of convictions has only recently started to grow”.

⁴ Traduzido do original em inglês pela autora: “Reporting limited numbers of detected victims and few convictions does not necessarily mean that traffickers are not active in these countries. In fact, victims trafficked from subregions with low detection and conviction rates are found in large numbers in other subregions. This

Outro dado interessante sobre a realidade do tráfico de pessoas é que, apesar de os padrões variarem conforme o país analisado, ainda hoje prevalece, na maioria das realidades nacionais, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, espelhando a preocupação que motivou o início dos estudos a respeito desse fenômeno nos primórdios do século XX.

Essa constatação vem sendo confirmada ao longo de todos os trabalhos realizados pelas Nações Unidas, além de pesquisas conduzidas por acadêmicos e estudiosos do tema, sendo ratificado no último Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas, de onde se extrai que “a maioria das vítimas detectadas globalmente são traficadas para exploração sexual, embora esse padrão não seja consistente em todas as regiões”⁵ (UNODC, 2018, p. 10).

Os estudos sobre o tema atribuem a defasagem repressiva do tráfico de pessoas à opacidade e à natureza subterrânea do negócio criminoso, o qual se desenvolve paralelamente ao crescimento de setores marginais - e nos mais das vezes ilegais - da economia (Salt, 2000). Além disso, o quadro de obscuridades é agravado pelo difícil acesso às vítimas, que de regra não se sentem suficientemente encorajadas para reportar seus ofensores, já que se encontram, em muitos casos, sob violência física, coação ou, ainda, por não se identificarem como vítimas do tráfico (Jorge-Birol, 2008).

Pergunta-se: estarão os órgãos encarregados de investigar essa atividade criminosa obtendo o êxito esperado no que tange à identificação dos autores do tráfico de seres humanos, sejam organizações criminosas, sejam pequenos grupos ou criminosos individuais, e estarão conscientes dos principais *modus operandi*, da coerção sobre as vítimas e demais aspectos que envolvem a configuração do ilícito criminal? A investigação criminal relacionada ao crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual desenvolve-se de maneira efetiva no Brasil e em Portugal?

Ao que parece, segundo os dados vistos acima, o resultado é que o fenômeno do tráfico de pessoas tem vindo a crescer e ainda possui um viés muito mais obscuro do que efetivamente desvendado.

Com isso, temos como hipóteses: 1) a investigação criminal do tráfico internacional de pessoas não tem sido suficientemente eficaz nesses dois países, tendo em conta que os números de casos desvendados e de condenações criminais associadas está, aparentemente,

suggests that trafficking networks operate with a high degree of impunity in these countries. This impunity could serve as an incentive to carry out more trafficking”.

⁵ Traduzido do original em inglês pela autora: “Most of the victims detected globally are trafficked for sexual exploitation, although this pattern is not consistent across all regions”.

aquém da realidade criminosa neles existente; 2) a investigação criminal do tráfico de pessoas vem ocorrendo de maneira efetiva nos dois países, mas o número de casos submetidos à *persecutio criminis* é baixo em virtude da baixa incidência do crime ou da falta de notificação de sua ocorrência.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes aponta que não basta que os países tenham a previsão em seu arcabouço legislativo da incriminação do tráfico de pessoas em todas as suas possíveis formas e manifestações; é necessário tempo e experiência, além de substanciais investimentos, para que o sistema de justiça criminal alcance a *expertise* para detectar, investigar e concretizar a persecução criminal de modo eficiente (UNODC, 2016).

Neste trabalho de investigação, o nosso objetivo geral é analisar o fenômeno do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, sob o ponto de vista do desenvolvimento de sua investigação criminal, com especial enfoque para as realidades no Brasil e em Portugal, a fim de entender as principais barreiras à eficiente repressão a esse delito por parte dos órgãos competentes.

O texto está dividido em quatro diferentes capítulos. Em cada um deles exploraremos os diversos aspectos que integram o nosso tema central, conduzindo-nos às conclusões finais sobre a necessidade de aprimoramento da investigação criminal sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil e em Portugal.

Para tanto, metodologicamente, iniciamos a nossa pesquisa a partir de vasta revisão bibliográfica sobre o tema do tráfico de pessoas, alcançando livros, artigos científicos, relatórios, dissertações de mestrado e publicações diversas sobre a questão, sendo nossa expectativa abordar os principais pontos e controvérsias que circundam o fenômeno do tráfico de pessoas, focando naquele destinado à exploração sexual.

No primeiro capítulo, intitulado “Tráfico de pessoas: da migração à escravização”, serão expostas as questões que circundam os seguintes temas: a) a ligação entre o tráfico de pessoas e as migrações internacionais; b) a evolução histórica do conceito de tráfico de pessoas, explicitando os principais instrumentos internacionais que trataram do tema ao longo do século XX e século XXI; c) a concepção do tráfico de pessoas para exploração sexual na atualidade, explorando as principais teses sobre seus elementos constitutivos, descritos no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, e as diferenças entre o tráfico de pessoas e o contrabando de

migrantes (*smuggling of migrants*); d) os aspectos relevantes sobre as vítimas do tráfico de pessoas para fins de exploração; e e) os principais fatores impulsionadores do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

No segundo capítulo, concebido sob o título “O tráfico de pessoas no direito interno”, exporemos os seguintes temas: a) o bem jurídico protegido pelo crime de tráfico de pessoas e suas principais discussões jurídico-doutrinárias; b) o tráfico de pessoas no direito interno brasileiro, com a evolução histórica do tratamento penal do Brasil; e c) o tráfico de pessoas no direito interno português, também com a visão sobre as mais significativas alterações legislativas verificadas nos últimos anos.

O terceiro capítulo, sob o título “Investigação criminal sobre o tráfico de pessoas”, explorará as seguintes temáticas: a) a vinculação do tráfico de pessoas às organizações criminosas; e b) a investigação criminal do tráfico de pessoas e as principais técnicas investigativas aplicáveis, em que tecemos primeiramente algumas considerações gerais sobre as maiores dificuldades enfrentadas nas investigações sobre o tráfico de pessoas, e a seguir discorrermos sucintamente sobre os meios de investigação mais comumente empregados nos inquéritos de tráfico de pessoas, segundo a literatura revisada.

No quarto e último capítulo, exploraremos os dados empíricos coletados ao longo de nossa pesquisa, objetivando satisfazer o nosso objetivo principal de conhecer melhor o desenvolvimento da investigação criminal do crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil e em Portugal. Para tanto, iniciamos essa parte do trabalho expondo:

1) Em relação ao Brasil: a) os números oficiais apresentados pelo órgão incumbido da coordenação, a nível nacional, do enfrentamento ao tráfico de pessoas, do órgão de polícia criminal que detém competência para a investigação criminal desse tipo de ilícito no Brasil, e os números do Poder Judiciário, relativo às ações penais que versaram sobre esse crime; b) análise dos dados empíricos coletados pela autora, através do inquérito por questionário dirigido às autoridades policiais brasileiras que atuaram na condução de investigações de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual; c) exame de uma amostra de decisões coletadas nos Tribunais Regionais Federais brasileiros relativas ao crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual.

2) Em relação a Portugal: a) os números oficiais apresentados pelo órgão incumbido da coordenação, a nível nacional, do enfrentamento ao tráfico de pessoas, incluindo dados

sobre a atuação policial e do Judiciário no combate ao tráfico; e b) análise das decisões jurisprudenciais coletadas nos Tribunais da Relação portugueses acerca do crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual.

Quanto à escolha dos países envolvidos na coleta de dados, mister esclarecer as razões que nos levaram à delimitação da pesquisa ao Brasil e a Portugal. Essa escolha foi pautada por três principais fatores: 1) a autora é brasileira e optou por realizar sua pós-graduação *stricto sensu* em Portugal, o que, de plano, já direcionou a pesquisa para o conhecimento dessas duas realidades locais, considerando que seriam mais próximas e de fácil percepção pela subscritora; 2) a autora é integrante da carreira de delegado da Polícia Federal do Brasil, órgão este que tem competência para investigar o crime de tráfico internacional de pessoas e que, por essa mesma razão, é impelido a manter relações de cooperação internacional com outros países, dentre os quais a pátria-irmã Portugal; 3) Brasil e Portugal são dois países que guardam fortes relações históricas e culturais. Prevalecem, nessas relações, naturalmente, aspectos de natureza positiva, seja no âmbito político e econômico, seja no âmbito cultural e social, os quais sempre contribuíram para o desenvolvimento de ambas as nações e o permanente estreitamento entre suas relações. Entretanto, pesquisas relacionadas à criminalidade transnacional demonstram que também no aspecto criminal esses dois países mantêm relações próximas, como é o caso do vínculo entre Brasil e Portugal no cômputo de vítimas do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual⁶.

Quanto ao método de coleta de dados, optamos pelo inquérito por questionário, tendo em vista que nosso objetivo é conhecer um fenômeno – a investigação criminal do crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual – a partir da perspectiva de seus investigadores, a fim de entender como essas investigações criminais são desenvolvidas, bem como as principais dificuldades relacionadas ao desempenho dessa atividade, sendo considerado relevante, para tanto, a maior representatividade de investigadores nos dois países.

⁶ Embora verifiquemos que a maioria das vítimas de tráfico sinalizadas em Portugal – seja para permanência no país ou para outros destinos na Europa – nos últimos cinco anos não seja de nacionalidade brasileira, é fato que o Brasil figura sempre, em maior ou menor grau, entre as nacionalidades de origem dessas vítimas, segundo dados colhidos dos últimos Relatórios sobre Tráfico de Seres Humanos, publicados pelo Observatório de Tráfico de Seres Humanos, do Ministério da Administração Interna (OTSH, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018). Igualmente, nos Relatórios Nacionais sobre o Tráfico de Pessoas do Brasil, publicados pelo Ministério da Justiça (Justiça, 2012, 2013, 2017), Portugal está listado entre os países de destino de vítimas brasileiras traficadas, especialmente para fins de exploração sexual, apesar de não ser o destino prevalente no aspecto numérico.

Ademais, mostrou-se importante para a escolha do método “a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, numerosas análises de correlação” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 189).

Foram construídos dois inquéritos por questionário (apêndices A e D), um dirigido a autoridades policiais integrantes da Polícia Federal do Brasil⁷, e outro dirigido a autoridades de polícia criminal portuguesas, integrantes da Polícia Judiciária e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras⁸.

Os dois questionários contêm perguntas estruturadas, sendo a maioria direcionada a respostas de múltipla escolha (14) e apenas duas (2) a respostas dissertativas. As perguntas foram divididas em dois grupos: 1) o primeiro a respeito da atuação profissional e conhecimento na área do tráfico de pessoas; 2) o segundo versando sobre algum caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual que o respondente já tivesse atuado.

Quanto ao primeiro grupo de perguntas, nosso objetivo é conhecer a opinião dos policiais investigadores sobre a relevância da investigação do crime de tráfico de pessoas, sob sua ótica pessoal e sob a perspectiva institucional. Na perspectiva institucional, queremos entender, se na sua percepção, a organização policial por ele integrada estaria dando a mesma importância à investigação desse crime em comparação com outros, como tráfico de entorpecentes, de armas, de lavagem de dinheiro, de corrupção etc. Outrossim, também objetivamos perceber se o investigador policial se considerava devidamente atualizado sobre as modificações legislativas havidas sobre a tipificação do crime de Tráfico de Pessoas nas suas legislações internas.

No que tange ao segundo grupo de perguntas, a ideia é conhecer mais sobre a investigação criminal específica vivenciada pelo respondente, sobre como seu deu o conhecimento do fato criminoso, bem como sobre as técnicas investigativas empregadas. Ao

⁷ No âmbito da República Federativa do Brasil, cabe à Polícia Federal exercer, com exclusividade, as funções de Polícia Judiciária da União (Art. 144, § 1º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988), sendo competência do Poder Judiciário da União (Justiça Federal) julgar “os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no país, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente”(Art. 109, inciso V, CF/88).

⁸ Segundo a Lei de Organização da Investigação Criminal, compete a esses dois órgãos de polícia criminal a investigação do crime de tráfico de pessoas, respeitada a regra de que “a investigação criminal é desenvolvida pelo órgão de polícia criminal que a tiver iniciado, por ter adquirido a notícia do crime ou por ordem da autoridade judiciária competente” (Art. 7º, número 4, letra “c”, combinado com número 5 do mesmo Artigo legal).

final, perguntamos sobre quais os principais embaraços ao desenvolvimento deste tipo de investigação criminal. É imperioso esclarecer que as perguntas foram construídas de maneira genérica, sem qualquer tipo de exigência quanto à divulgação de dados sigilosos do caso em particular, tais como informações sobre nomes de envolvidos, nacionalidades ou circunstâncias particulares relacionadas ao cometimento do crime objeto da investigação criminal.

Os inquéritos por questionários foram desenvolvidos na plataforma digital *Google Forms*, sendo disponibilizados pela rede mundial de computadores, a fim de serem mais facilmente acessados pelo maior número de indivíduos-alvos (policiais que atuaram na condução de investigações do crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual). Esses questionários foram divulgados e disponibilizados no início do mês de outubro e permaneceram disponíveis até o final de novembro de 2019.

No Brasil, o questionário foi direcionado a um vasto universo Delegados de Polícia Federal. A disponibilização e divulgação do questionário dirigido às autoridades policiais brasileiras se deu através do Chefe da Divisão de Direitos Humanos, da Polícia Federal, a qual detém a atribuição de planejar, orientar, controlar e avaliar as operações policiais relativas ao tráfico de pessoas (art. 26, Instrução Normativa nº 013/2005, da Polícia Federal). Além da divulgação feita através desse meio, também obtivemos autorização para a divulgação a Delegados de Polícia Federal membros do grupo de discussões da carreira, mantido pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal no aplicativo Telegram, grupo este composto por mais de 500 delegados, da ativa ou aposentados.

Em Portugal, o questionário foi direcionado à Polícia Judiciária e ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Em relação à divulgação do questionário às autoridades portuguesas, obedecemos aos canais hierárquicos de ambos os órgãos de polícia criminal, conforme nos foi orientado. Sendo assim, elaboramos *emails* dirigidos ao Diretor da Polícia Judiciária e ao Diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras esclarecendo o conteúdo da pesquisa, os objetivos almejados e o público-alvo, os quais foram encaminhados aos órgãos destinatários por meio do Adido da Polícia Federal vinculado à Embaixada do Brasil em Lisboa e, no caso do SEF, também diretamente pela autora.

Importa ressaltar que, em relação a ambos os países, reiteramos o pedido de divulgação (Apêndices B e E). Não obstante esse esforço, não logramos êxito em receber a quantidade de respostas almejadas⁹, conforme será demonstrado no capítulo 4.

A outra fonte de coleta de dados para o presente trabalho foi a jurisprudência dos tribunais brasileiros e portugueses competentes, acerca do fenômeno sob estudo. Nesse sentido, pesquisamos nos sítios eletrônicos dos cinco Tribunais Regionais Federais do Brasil sobre os julgados envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, sendo coletadas algumas decisões sobre o tema, por amostragem. Em relação aos tribunais portugueses, visitamos as bases jurídico-documentais do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça¹⁰ e neste sítio eletrônico pudemos efetuar pesquisas nas bases de dados dos Tribunais da Relação do Porto, Lisboa, Coimbra, Guimarães e Évora.

O critério de corte temporal para a pesquisa foram as decisões proferidas a partir do ano 2000 (quando foi aprovado o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo sobre Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças), até os dias atuais. Muito embora as legislações penais internas de Portugal e Brasil sobre o tráfico de pessoas tenham sido alteradas algumas vezes desde a data remota acima informada, entendemos que não poderíamos reduzir a pesquisa a um corte temporal muito recente, tendo em vista que isso implicaria num esvaziamento expressivo da amostra a ser analisada.

O objetivo em analisar o conteúdo das decisões de tribunais de segunda instância em casos de tráfico internacional de pessoas foi: a) perceber como a Justiça enfrenta referidos casos, verificando quais os meios investigativos predominantemente utilizados nos inquéritos policiais que se tornam ações penais e que chegam a julgamento em tribunais de segunda instância; b) perceber qual a apreciação da Justiça acerca das provas colhidas nas investigações criminais conduzidas pelos órgãos de polícia criminal competentes, isto é, quando são consideradas suficientes para a condenação dos envolvidos.

⁹ É importante destacar que a pesquisa foi dirigida a profissionais da área técnica e operacional, os quais tiveram de alocar, dentre as suas atividades, o tempo necessário para a formalização das respostas (em que pese tenhamos buscado implementar uma pesquisa o mais simples possível), o que, por certo, constituiu um fator dificultante para a obtenção de mais respostas. Outra possível explicação para a escassez de respostas é a incipiência ou não evolução da maioria das investigações no Brasil e em Portugal, com atos investigativos pontuais, o que fez com que os respondentes não as considerassem para efeito de atendimento ao questionário. Esses dois fatores podem justificar o baixo número de respostas aos questionários divulgados no Brasil e em Portugal.

¹⁰ www.dgsi.pt

É relevante esclarecer alguns pontos sobre a escolha da fonte de dados acima mencionada. Primeiramente, temos que a escolha por decisões proferidas por tribunais de segunda instância se deu por uma questão prática e de viabilidade da pesquisa. Isso porque, no geral, tanto no Brasil como em Portugal, a jurisdição de primeira instância não disponibiliza as sentenças monocráticas proferidas pelos seus juízes em base de dados digitais, tal como acontece com as decisões colegiadas de tribunais de segunda instância ou superiores. De outro lado, não seria viável para a autora efetuar pesquisas *in loco* em incontáveis fóruns ou tribunais de ambos os países, a fim de poder acessar (quando não sujeitas a sigilo) ações penais que tivessem sido julgadas apenas pela primeira instância. Sendo assim, a opção pelos tribunais de segunda instância pareceu-nos mais adequada para o alcance do nosso trabalho.

Em relação à quantidade de decisões colacionadas, percebemos, ao longo da pesquisa, uma grande discrepância em relação ao número de julgados disponibilizados nas bases de dados digitais do Brasil em comparação a Portugal, sendo muito maior a quantidade de decisões proferidas pelos tribunais brasileiros do que pelos tribunais portugueses. A explicação para essa discrepância nos afigurou óbvia por razões relacionadas à diferença territorial e populacional, brasileira e portuguesa¹¹.

Ao final, apresentaremos as considerações finais a que chegamos após esse estudo teórico e empírico sobre a investigação criminal do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual nos dois países escolhidos como foco do trabalho. Nossos achados são muito mais indicativos do que propriamente conclusivos, dado que nossa pesquisa não alcançou a extensão inicialmente pretendida no que tange à recolha de dados empíricos. Sem embargo, exporemos nas considerações finais as nossas conclusões sobre os métodos investigativos mais frequentemente utilizados pelos órgãos de polícia criminal, a forma como o Poder Judiciário aprecia as provas obtidas a partir dessas investigações nos julgamentos de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, bem como as principais dificuldades enfrentadas pelos responsáveis por essas investigações.

¹¹ Outra possível causa para a grande diferença de números de julgados pode ser a histórica desigualdade social que coloca o Brasil na posição de grande fornecedora de vítimas de tráfico de pessoas. Sob outro ângulo, a sua vasta fronteira com diversos países da América do Sul que possuem sérios problemas de natureza socioeconômica (tais como Paraguai, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana), faz com que o Brasil seja, igualmente, grande receptor de vítimas de tráfico de pessoas oriundas dos países vizinhos, conforme se vê em <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/relatorio-de-dados.pdf>.

1 Tráfico de Pessoas: da Migração à Escravização

1.1 Migrações internacionais e tráfico de pessoas

O homem é um ser em deslocação. Embora o fenômeno migratório seja tão antigo quanto a própria existência humana – o homem já foi essencialmente um ser nômade, passando a se estabelecer em lugares determinados quando desenvolveu a agricultura, surgindo daí comunidades sedentárias, identificadas com algum território – é inegável que o advento da globalização, o encurtamento virtual de fronteiras, o desenvolvimento de meios de transporte mais rápidos e, principalmente, as novas tecnologias comunicacionais, impulsionaram no século passado e neste início de século os movimentos migratórios em escala muito superior a qualquer anterior período.

“Hoje em dia estamos todos em movimento”. Com esta frase, o sociólogo Zygmunt Bauman (1998, p. 85) esclarece que, na presente era, por ele denominada de “modernidade líquida”, os indivíduos deslocam-se com uma velocidade e com facilidades antes inconcebíveis – mesmo que sem sair de suas casas, através da internet – mas “sem ficar em lugar algum tempo suficiente para ser mais do que visitantes, para nos sentirmos em casa” (Bauman, 1998, p. 85). Em suas reflexões, expôs que o “espaço deixou de ser um obstáculo”, podendo ser superado a qualquer momento em razão do desfazimento das antigas “fronteiras naturais”, concebidas com a ideia de Estado-nação, tão arraigada à tradição e pensamento político do século XX.

“Não há mais fronteiras naturais nem lugares óbvios a ocupar. Onde quer que estejamos em determinado momento, não podemos evitar de saber que poderíamos estar em outra parte, de modo que há cada vez menos razão para ficar em algum lugar específico” (Bauman, 1998, p. 85). Uma das características mais marcantes dessa nova era globalizada é a velocidade de desenvolvimento dos recursos tecnológico-comunicacionais, os quais expõem realidades marcadamente díspares, “de privilégios e carências, de riqueza e de pobreza, de recursos e impotência, de poder e ausência de poder, de liberdade e restrição”, que redundam num processo de “reestratificação mundial, no qual se constrói uma nova hierarquia sociocultural planetária” (Bauman, 1998, p. 86).

Essa reestratificação gera uma sociedade mundial em que alguns têm liberdade para escolher onde estão e aonde vão – os turistas, por exemplo – e outros, ao contrário, são forçados a migrar em busca de um novo abrigo que lhes ofereça condições minimamente

humanas para a sua sobrevivência (Bauman, 1998). Estimulados pela fluidez da circulação das informações, “cidadãos de países em desenvolvimento, apesar da sua condição, estão conscientes das assimetrias no plano global, aspirando a uma vida melhor” (Martins, 2014, p. 09).

A ideia de um espaço delimitado para viver e criar raízes, apesar de definitivamente incorporada ao estilo de vida cultivado pelo homem, não o impede de, sempre que necessário, ir em busca de melhorias para o seu desenvolvimento, assumindo a mudança para uma terra desconhecida, mesmo que isso implique no abandono do território antes considerado lar.

Essas deslocções humanas, ora denominadas migrações, envolvem tanto os conceitos de espaço quanto de tempo (Poulin & Perrin, 2001). Nesse sentido, para a definição de migrações internacionais, o critério espacial está associado à existência de, pelo menos, dois países, um de partida e um de chegada, devendo haver a transposição de fronteiras pelo indivíduo migrante.

Já o critério tempo não oferece uma solução tão simples para definição do fenômeno migratório, eis que dependerá da ideia de lugar de residência habitual do indivíduo. Por óbvio, esse critério não fornece objetividade suficiente em termos de delimitação precisa do tempo necessário de permanência de um indivíduo em outro país para que possa ser considerado imigrante. Ainda assim, para Poulin e Perrin (2001), somente as mudanças que envolvam uma duração superior à permanência no país de origem é que podem ser consideradas como migração.

No que tange a sua relevância, as migrações internacionais são um fenômeno complexo que toca diretamente em uma multiplicidade de fatores sociais, econômicos e de segurança e afeta as vidas de todos os seres humanos do planeta, cada vez mais interconectado.

É indiscutível o impacto causado pelas migrações internacionais em todo o mundo. Em seu estudo comparativo sobre políticas de imigração internacional, Meyers (2000) ressalta que as imigrações impactam severamente na demografia, cultura, economia e nas políticas de um Estado. O autor afirma, ademais, que a imigração é hoje responsável pela estabilidade ou crescimento em muitas sociedades ocidentais.

O mundo profundamente globalizado intensificou esse cenário migratório sempre existente. A crescente mobilidade, acompanhada de maior consciência das assimetrias nacionais, levou ao “desejo concretizável de deslocção de pessoas” (Matias, 2014, p. 09). Se

antes a transposição de fronteiras era algo mais dificultoso, demorado e misterioso, hoje se encontra cada vez mais acessível, seja porque as viagens se tornaram mais rápidas, seja porque a velocidade de circulação de informações e imagens faz com que as pessoas já tenham alguma noção das características territoriais, sociais, culturais e econômicas dos locais para onde se deslocam.

As estimativas mais recentes apontam para um número de aproximadamente 244 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo, o que representa 3.3% da população global (IOM, 2018). Esse número, desde logo, mostra-nos que a população migrante, embora tenha crescido – no ano 2000 eram 155 milhões, portanto, 2,8% da população mundial – ainda constitui um percentual infinitamente menor do que a população que permanece estática em seus países de origem.

Se é certo que a emigração é um direito internacionalmente reconhecido (artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948: “todas as pessoas têm o direito de deixar qualquer país inclusive seu próprio país...”), o mesmo não se aplica para a imigração. Em países democráticos, a saída é livre, mas a entrada para os não-nacionais deve ser controlada, mediante a coleta de informações e a checagem sobre o direito de entrar e lá permanecer (Poulin & Perrin, 2001).

Extraí-se, portanto, que todas as pessoas têm o direito de sair livremente de um país. No entanto, não é assegurado a essa pessoa o direito de entrar em outro Estado. Trata-se de um paradoxo que torna o direito acima descrito parcialmente ineficaz, já que em confronto com ele encontra-se o direito de soberania dos Estados, que lhe assegura o poder de proteger as suas fronteiras, conceder nacionalidade, admitir e deportar estrangeiros e de salvaguardar a segurança nacional (Birol & Barbosa, 2015).

As migrações são impulsionadas por motivações muito diversas (Matias, 2014). São fatores inegavelmente associados a esse fenômeno: a fome, falta de trabalho, impossibilidade de proessguir estudos, falta de segurança, conflitos, perseguição, catástrofes naturais e fatores de pouco desenvolvimento humano. Não obstante, “seja por razões de discriminações políticas ou econômicas ou, ainda, se é antes a atração exercida pela ideia de melhores oportunidades em outros lugares, de uma maneira ou de outra, o ditado *ubi bene, ibi patria*¹², permanece o *leitmotiv*¹³ para esses movimentos populacionais”¹⁴ (Grunwald, 1956, p. 316).

¹² “Onde se está bem, aí é sua pátria”, de acordo com <https://www.dicionariodelatim.com.br/ubi-bene-ibi-patria/>

¹³ “Motivo condutor”, segundo <https://dicionario.priberam.org/leitmotiv>

Cada pessoa ou grupo de pessoas se movimenta dentro de um país ou de um país para outro motivados por um ou mais desses fatores, sendo certo que, para alguns, essas deslocações ocorrem de modo legal e pacífico, e para outros, em geral os mais pobres e vulneráveis, os movimentos migratórios ou até as deslocações forçadas implicam grandes rupturas com o modo de vida, o risco da insegurança e exposição à ilegalidade de estatuto migratório.

As migrações motivadas por interesses laborais representam cerca de dois terços de todos os migrantes (IOM, 2018). As migrações laborais – tanto legais quanto ilegais – cresceram de tal forma que elas desempenham atualmente um importante papel na econômica global. “As remessas de valores feitas pelos migrantes representam uma das principais fontes de transferência de riqueza dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento e definem um componente cada vez mais significativo dos sistemas econômicos em todo o mundo”¹⁵ (Bassiouni, Rotherberg, Higonet, Farenga, & Invictus, 2010, p. 483).

Se de um lado as deslocações de migrantes são essenciais para manter esse sistema global de concentração/distribuição de riquezas – pois é a partir delas que é possível a renovação de mão-de-obra, especialmente aquelas de baixa qualificação, e mesmo o crescimento demográfico nos países de baixíssimos índices de natalidade (Martins, 2014) –, de outro prisma, os imigrantes, ou melhor, uma parte deles, continuam a ser vistos como “incômodos”, “ameaças”, fonte de insegurança para a sociedade receptora (Guia, 2015).

Guia (2018) nos explica que o imigrante terá sempre que enfrentar as “fronteiras sociais” nos países de destino, eis que independentemente de se tratar de imigrantes oriundos de países desenvolvidos ou de pessoas deslocadas de países subdesenvolvidos ou ainda oriundos de zonas em conflito, “sociologicamente ambos se aproximam num mesmo desenraizamento social das vidas e laços que mantinham no país de origem, tendo que se inserir na sociedade de acolhimento da mesma forma” (Guia, 2018, p. 21).

As diferenças de tratamento entre os imigrantes de diferentes origens ou condições econômicas estão não apenas associadas ao tratamento de nível legal que é providenciado no

¹⁴ Traduzido do original em inglês pela autora: “(...) whether it is for political or economic discrimination or whether it is rather the pull of greater opportunities elsewhere, in one way or other the dictum “ubi bene, ibi patria” remains the “leitmotif” for such population movements”.

¹⁵ Traduzido do original em inglês pela autora: “migrant remittances now represent one of the major sources of the wealth transfers from developed to developing countries and define an increasingly significant component of the economic systems around the world”

Estado receptor, mas, igualmente, encontra respaldo na percepção da população autóctone em relação a esse imigrante (Guia, 2018).

Desta forma, emergem as diferenças ao nível deste terceiro plano, o do inconsciente coletivo, uma vez que criamos imagens do “imigrante”, do “refugiado”, do “traficado”, consoante a informação que é reiteradamente veiculada na comunicação social. E esta informação difere, consoante os momentos históricos e os acontecimentos internacionais e nacionais, bem como a ideologia política mais forte no momento. Para além desses traços, importa refletir sobre imagens recalcadas há longos anos e que perpassam pela generalidade das sociedades, fruto das desigualdades do poder. Não é comum, por exemplo, encararmos um indivíduo oriundo dos Estados Unidos da América como um “imigrante” (ainda que o mesmo venha também, segundo a lei, de um país terceiro), ou seja, na imagem que a grande maioria da população percebe, como ‘trabalhador com falta de recursos económicos à procura de uma vida melhor’. Mais facilmente é percebido como pertencendo a uma profissão de elevado valor científico ou económico, um ‘representante de uma empresa’ ou ‘homem de negócios’. Temos mais facilidade em associar de imediato aquela primeira imagem do “imigrante” em busca de melhores condições de vida a um indivíduo oriundo de um país em desenvolvimento ou economicamente mais carente e não o inverso (Guia, 2018, pp. 21-22).

O aumento dos fluxos migratórios na atualidade tem gerado debates académicos e políticos sobre qual o tratamento que os migrantes mais vulneráveis devem receber nos países de acolhimento. O nível de intolerância com o “outro” – representado pelo imigrante – tem gerado em diversos países tradicionalmente receptores a adoção de políticas de excessiva securitização, baseadas na ideia de que os imigrantes são uma ameaça à sociedade, seja para a segurança, seja para a economia, cultura e sistema de segurança social dos países de acolhimento (Guia, 2012).

São várias as razões que provocam essa associação indevida. Sob o ponto de vista socioeconómico, os imigrantes estão geralmente em posição de extrema vulnerabilidade, pois vivem em condições muito precárias, em bairros limítrofes das grandes metrópoles e cidades onde os índices de criminalidade são mais expressivos, têm menos acesso a empregos formais, à segurança social e à saúde (Guia, 2012), o que pode, por vezes, impulsioná-los à prática de ilícitos. Em termos culturais, há o incômodo gerado pelo choque de culturas, pelas diferenças de hábitos, de língua, de condutas, que muitas vezes geram erros de compreensão entre a população autóctone e os estrangeiros imigrantes (Guia, 2012).

Entretanto, é no enfoque criminológico que há mais distorção na visão que a sociedade acolhedora tem dos imigrantes em geral. Isso deve-se, em parte, ao aparecimento e projeção

pelos meios de comunicação social de redes criminosas, muitas de caráter transnacional, que são integradas por imigrantes e que se dedicam a atividades como tráfico de drogas, ao auxílio à imigração ilegal, à angariação de mão-de-obra ilegal, ao tráfico de pessoas, dentre outros, as quais exploram os imigrantes nessas atividades ilícitas e, por essa razão, colocam-nos sob as luzes da opinião pública, que costuma confundir suas condições de vítimas com as de perpetradores (Guia, 2012).

É, sobretudo, a atual era da “globalização das ameaças”, acentuada após o 11 de setembro, que fez com que os imigrantes passassem a ser vistos como um potencial perigo permanente à segurança e ao bem-estar das sociedades, e que impulsionou a adoção, por muitos Estados, de políticas mais restritivas e securitárias em face de imigrantes, com o reforço no controle das fronteiras e a implementação de maior vigilância em relação aos imigrantes. Essas políticas levam, em alguns casos, à convergência do Direito de Imigração e do Direito Penal, fenômeno que foi apelidado de “crimigração” (Guia & Pedroso, 2015).

A ‘crimigração’ é uma teoria construída neste início de século XXI, originária dos Estados Unidos da América (EUA), mas que tem sido recentemente estudada também na Europa. O argumento central desta teoria assenta na perda progressiva de direitos dos migrantes e, em simultâneo, na criminalização crescente dos comportamentos dos mesmos, com a aplicação da lei penal a migrantes (que não cometeram crimes) e a aplicação da lei de imigração a condenados por crimes sentenciados com penas antes insuscetíveis de justificar a expulsão (com afastamento permanente dos territórios onde estes condenados cometeram os crimes) (Guia & Pedroso, 2015).

Esse fenômeno, que se baseia na visão dos imigrantes como “outros”, seres indesejáveis no seio da sociedade e que representam uma suposta ameaça à organização social, econômica, cultural e, sobretudo, à segurança pública, remete, inegavelmente, à teoria cunhada por Gunther Jakobs em 1985, que defende a existência de dois ramos para o Direito Penal¹⁶: um aplicável aos cidadãos, aqueles que se inserem na sociedade e que cumprem corretamente o papel que lhes é por ela conferido, sem se afastar da normatividade vigente, e um outro ramo, chamado Direito Penal do Inimigo, que seria destinado aos “expurgos”, aos indesejáveis, aqueles que não se adéquam às expectativas sociais e normativas, sendo por isso mesmo considerados inimigos do Estado (Guia, 2012).

¹⁶ Estamos conscientes de que esta exposição de Gunther Jakobs constituiu uma crítica ao crescente desvio do Direito Penal em relação ao fato penalmente relevante, voltando-se para o autor do mesmo, o que o levou a expor esta teoria de forma crítica.

Essa vertente do Direito Penal, aplicável aos “inimigos do Estado”, funda-se na dogmática do direito penal do autor e não mais no *factum criminis*, e toma como elemento justificador da sanção penal a presumível periculosidade do agente, abandonando a teoria da culpabilidade como pressuposto de aplicação da pena (Meliá, 2009). Sob a perspectiva de uma ameaça personificada por um indivíduo ou grupo de indivíduos – como os imigrantes mais vulneráveis, por exemplo -, justifica-se o reforço de medidas proativas de segurança a fim de debelar o suposto perigo representado pelo autor e suas atividades. “Em uma frase: aqui é especialmente evidente que se produz uma mudança de orientação fundamental, da política reativa em face dos acontecimentos para uma polícia proativa, de gestão de riscos” (Meliá, 2009, p. 12)

Ocorre que essa associação direta entre o imigrante e o mundo do crime não é de modo algum uma assertiva verdadeira. Não obstante estudos datados do início do século XX tenham feito essa ligação baseada principalmente na ideia de conflitos culturais (Sellin, 1938), estudos posteriores, desenvolvidos em circunstâncias e segundo métodos mais diversificados, “estão longe de confirmar os pressupostos em que a teoria do conflito de culturas assenta” (Dias & Andrade, 1992, p. 308). Em verdade, “tem sido o contrário o que se tem comprovado: os imigrantes cometem menos crimes, e as suas taxas de delinquência aumentam com o processo de aculturação” (Dias & Andrade, 1992, p. 309).

Conforme já exposto linhas acima, a ligação entre imigrantes e criminalidade é uma tendência comum gerada pelo medo do desconhecido, pelas diferenças culturais e pela condição socioeconômica mais vulnerável do imigrante. E, claro, pelo bombardeio de notícias publicadas pelos meios de comunicação social em torno dos atos criminosos praticados por um percentual mínimo de estrangeiros, mas que é suficiente para criar na população autóctone o medo e a intolerância generalizada em relação a todos os imigrantes.

Esta ligação nasce do desconhecimento do outro, nasce da intolerância em relação aos seus comportamentos e escolhas culturais e nasce também da enchente de notícias inquietantes propagadas pelos meios de comunicação, envolvendo actos violentos praticados por este ‘inimigo estrangeiro’, que contribui para a disseminação de sentimentos de antinomia e de rejeição em relação a todos aqueles que pertencem ao grupo dos recém-chegados (Guia, 2012, p. 19).

Portanto, não é certo afirmar que os imigrantes cometem mais crimes do que os nacionais, tampouco que representam, em sua generalidade, uma ameaça aos Estados de

acolhimento. O que se observa, efetivamente, é que o mundo globalizado proporcionou a facilitação aos deslocamentos dos migrantes e, por outro lado, o maior acesso a informações sobre a disparidade entre as condições de vida em países desenvolvidos e subdesenvolvidos serve de estímulo a esses deslocamentos, sendo natural que o aumento no número de imigrantes em determinado Estado implique, igualmente, no aumento da quantidade de crimes perpetrados por eles, uma vez que, sendo em maior número, também os mesmos seguem os padrões comuns dos Estados de acolhimento.

Essa constatação se torna ainda mais evidente em razão da inaptidão dos Estados acolhedores em absorver condignamente esses indivíduos migrantes, que neles chegam sem qualquer recurso para se instalar ou sobreviver, e dependem inteiramente da capacidade do país escolhido em fornecer-lhes trabalho, moradia e saúde. Isso produz exclusão social o que, em alguns casos, pode levar os imigrantes a se sujeitarem a redes criminosas que exploram atividades ilícitas.

Esse grupo de imigrantes mais pobres acaba por ser aquele em posição de maior vulnerabilidade. Sendo os “refugos”, “expulsos” e “despossuídos” (Guia, 2012), os membros desse grupo de imigrantes de classes inferiores são, em geral, recusados, excluídos e impedidos de entrar nas “ilhas” de riqueza e desenvolvimento. Nessas condições, seus destinos ficam no mais das vezes nas mãos de outros, como traficantes de seres humanos e de pessoas que se dedicam a explorar seres humanos, nomeadamente através da prática do auxílio à imigração ilegal, angariação de mão de obra ilegal e de outras práticas criminosas que o Estado (no caso, o Estado Português) se viu na obrigação de estatuir a partir do momento em que tais práticas se instalaram como recorrentes, vitimizando centenas de imigrantes em Portugal, sobretudo após a viragem do século.

Sendo assim, não há como desvincular o fenômeno do tráfico internacional de pessoas das questões relacionadas aos processos migratórios na atualidade. Ainda que o tráfico possa ocorrer no âmbito de um só país (tratando-se aí de tráfico interno), o fato é que é pressuposto para a ocorrência do tráfico de pessoas a existência de um deslocamento humano, ainda que tal movimento possa ocorrer dentro de um mesmo país. Ainda assim, há autores que apresentam a migração como um dos fatores essenciais para justificar o maior número de vítimas estrangeiras detectadas em situações de tráfico de pessoas. Para Chibba (2013):

Primeiro, a definição da ONU de tráfico inclui 'transporte' e 'transferência' como partes integrantes. Assim, pode-se inferir que a migração faz parte do tráfico. (...) Segundo,

como o transporte e a transferência de vítimas são induzidos pelo traficante para fins de exploração, a migração é de fato uma parte fundamental do tráfico sob a perspectiva do traficante, das organizações criminosas e outras pessoas envolvidas no negócio do tráfico. ... Por fim, quando a cadeia de eventos do tráfico é um fato consumado, ocorre à vítima que, no grande esquema do tráfico, a migração é essencialmente um passo necessário para uma eventual exploração. Em suma, a migração é uma parte fundamental do tráfico¹⁷ (Chibba, 2013)

De acordo com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime – UNODC, em seu Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas (2016), a maioria das vítimas detectadas de tráfico de pessoas (aproximadamente 60%) é composta de estrangeiros, isto é, a maioria dessas vítimas é formada por migrantes internacionais. Todos os fatores que impulsionam as pessoas a buscarem um país diferente para viver (sonho de uma vida melhor, com melhores empregos, melhores escolas, estabilidade política ou simplesmente para uma nova vida em um novo ambiente, sem os conflitos a que estavam sujeitas, ou os desastres naturais, a falta de emprego, ou os altos níveis de criminalidade, relacionamentos destrutivos ou más opções educacionais nos países de origem, para citar alguns), podem conduzir a uma experiência traumática de vitimização no âmbito do tráfico de pessoas.

Os criminosos exploram o desejo de estes seres humanos melhorarem as suas vidas e aproveitam-se das dificuldades migratórias enfrentadas pelas pessoas oriundas de países mais pobres, sobretudo aquelas relacionadas à não aceitação ou dificuldade de obtenção de meios para o ingresso no país sonhado como destino, e, a partir daí, conseguem auferir vastos lucros a partir da exploração dessas pessoas de inúmeras maneiras.

Outra constatação descrita no Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas (UNODC, 2016) foi a de que os padrões de tráfico transfronteiriço detectados assemelham-se amplamente aos fluxos regulares de migração. Por exemplo, os fluxos migratórios mais intensos dentro da Europa são da sua parte central e leste para os países mais ricos do continente, sobretudo tendo em conta a melhoria das condições de vida sentidas no espaço da União Europeia. Ao mesmo tempo, os cidadãos da Europa central e leste são aqueles mais

¹⁷ Traduzido do original em inglês pela autora: “First, the UN definition of trafficking includes ‘transportation’ and ‘transfer’ as integral parts. Thus, it can be inferred that migration is part of trafficking. (...) Second, a related point is that as the transportation and transfer of victims is *induced* by the trafficker for the purpose of exploitation, migration is *de facto* a fundamental part of trafficking from the perspective of the trafficker, criminal gangs, and others engaged in the trafficking business. (...) Ultimately, when the chain of events in trafficking is *fait accompli*, it dawns on the victim that, in the grand scheme of trafficking, migration is essentially a necessary step to eventual exploitation. In short, migration is but a fundamental part of trafficking...”

frequentemente detectados como vítimas de tráfico de pessoas no oeste e sul da Europa. Da mesma forma, nas Américas, constatam-se fluxos de migração consideráveis do Paraguai e da Bolívia para a Argentina, assim como da América Central para os Estados Unidos da América. Esses padrões são, em grande parte, repetidos nos fluxos de tráfico de pessoas com destino à Argentina e aos Estados Unidos da América, precisamente pelo aproveitamento deste conhecimento por parte das redes criminosas que bem sabem como angariar as vítimas nos países de origem aliciando-as com promessas de vida melhor.

Por todo o exposto, temos que concordar com as palavras de Salt (2000) quando afirma:

O tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes desafiam as teorias tradicionais sobre migração de várias maneiras. Eles obscurecem as fronteiras entre movimentos forçados e voluntários e entre legalidade e ilegalidade; põem em cheque o grau de escolha que pode ser exercido pelo migrante (principalmente se e para onde mover e trabalhar) e pelo estado (como gerenciar a entrada e condições de emprego) e afetam (e podem determinar) o padrão geográfico dos fluxos migratórios. Eles exigem uma abordagem teórica que englobe o sistema de redes institucionalizadas, constituídas por organizações, agentes e indivíduos, que são parte integrante do moderno tráfico de pessoas e contrabando de seres humano. Cada uma dessas partes ganha, de alguma forma, remuneração a partir dos movimentos irregulares e, conseqüentemente, tem interesse em promover a migração¹⁸. (Salt, 2000, p. 35)

De forma a melhor compreender como o fenômeno do tráfico de pessoas evoluiu até ao momento atual, decidimos proceder a um enquadramento dos diversos momentos mais relevantes, a nível internacional, para depois melhor se poder refletir sobre os dados da investigação

1.2 Evolução histórica do conceito de Tráfico de Pessoas

Ao longo do século XX, o debate político e acadêmico em torno do tema tráfico de pessoas manteve-se bastante pulsante. Seja porque, num primeiro momento, sua compreensão e conceituação estavam intimamente ligados ao problema da prostituição, tida nos últimos

¹⁸ Traduzido do original em inglês pela autora: "Trafficking and smuggling challenge traditional migration theories in a number of ways. They blur the boundaries between forced and voluntary movements and between legality and illegality; they question the degree of choice able to be exercised by the migrant (notably whether and where to move and work) and by the state (how to manage entry and conditions of employment) and they affect (and may determine) the geographical pattern of flows. They require a theoretical approach which encompasses the system of institutionalized networks, consisting of organizations, agents and individuals, which are part and parcel of modern trafficking and human smuggling. Each of these stands to gain some form of remuneration from irregular movement and consequently has a vested interest in promoting migration."

séculos como um dos grandes males da sociedade, seja porque, na visão mais contemporânea, entende-se o tráfico de seres humanos como uma das mais graves violações à dignidade humana e à liberdade dos indivíduos. Além disso, sob o ponto de vista da segurança das nações, considera-se o crime de tráfico de pessoas um dos motores da criminalidade organizada transnacional.

Esses fatores, associados a preocupações de natureza econômica e de salvaguarda das fronteiras dos Estados frente aos intensos fluxos migratórios que se avolumaram no curso do último século, fizeram com que os Estados se reunissem para elaborar vários instrumentos legais de caráter internacional, com o propósito de prevenir e combater o crime de tráfico de pessoas.

Destarte, embora essa discussão seja tão pulsante neste início de século XXI, sobretudo tendo em conta a procura de uniformização de critérios para um combate internacionalmente mais harmonizado com a publicação recente de uma série de diplomas e de tratados, não se trata de preocupação ou debate recente.

A preocupação com a eliminação do tráfico humano remonta ao início do século XIX, quando “rejeições ao tráfico de pessoas negras africanas para práticas escravistas tomaram fôlego” (Venson & Pedro, 2013, p. 63). Essa preocupação internacional, muito mais de natureza econômica do que, propriamente, de natureza humanitária (Venson & Pedro, 2013), resultou na assinatura, em 1815, do Tratado de Paris, que previa a abolição da escravatura ao norte do Equador (Smith A. d., 2017, p. 9).

Na esteira desse movimento de abolição da escravatura, mas estimulado por razões bastante diversas, agregou-se a preocupação com o tráfico de mulheres brancas para prostituição.

De acordo com Tomás (2014), “o mito do ‘tráfico de brancas’ também teve a sua origem no século XIX, na época da regulamentação da prostituição”. Esse movimento, inflamado por uma elevada dose de sensacionalismo midiático, cresceu na segunda metade do século XIX aliado à preocupação em relação ao controle da prostituição, que aumentava nos países europeus onde a industrialização florescia. Junto com o crescimento da prostituição, aumentava a incidência de doenças venéreas, como a sífilis, o que naturalmente despertava maior preocupação das autoridades quanto ao controle e regulação da prostituição, então encarada com um “mal necessário”.

Em Portugal, o pânico relacionado à escravidão branca – termo utilizado por Almeida Garret na Assembleia da República em 1838 (Tomás, 2014) – relacionava-se às precárias condições da emigração açoriana para o Brasil.

Garrett fazia referência às precárias condições de transporte para o Brasil, assim como a dureza do trabalho e da vida naquele país. Muitos contratos de trabalho eram ilegais, dissimulando condições de exploração. Os pagamentos das viagens podiam tornar-se dívidas, propiciando situações abusivas. Os emigrantes incautos e ingênuos, a maioria iletrada, eram presas fáceis. (Tomás, 2014, p. 75)

Em outros países europeus, como Inglaterra, França, Alemanha e Hungria, a disseminação do pânico em torno do fenômeno do tráfico de escravas brancas fez despontar em cada um desses países medidas legais de controle e regulamentação da atividade da prostituição. De acordo com Tomás (2014, pp. 78-79):

O mito do tráfico de escravas brancas amplifica-se precisamente nesse ano com a publicação de uma série de artigos sensacionalistas intitulados “*The maiden tribute of modern Babylon*” por W. Stead. Este jornalista, supostamente objetivo, teria feito uma investigação no mundo *underground* e dantesco de Londres, entrevistando “madames”, proxenetas, meretrizes e médicos para chegar à conclusão que todos os anos ‘milhares de meninas inocentes e virgens’ eram raptadas e levadas para bordeis onde eram violadas, tornando-se em seguida numas miseráveis, dependentes do comércio do sexo para sobreviverem, até morrerem prematuramente com doenças venéreas ou devido ao alcoolismo.

Em decorrência do clamor público em torno dessa questão, em 1902, aconteceu em Paris o primeiro congresso internacional, instalado para a discussão do “tráfico de brancas”. Participaram oficialmente desse congresso os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Hungria, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Suíça e Brasil. Definiu-se o tráfico de brancas como “o comércio por coação de menores de idade e de adultas” (Tomás, 2014, p. 81). Mas ficou claro, também, que a única preocupação que movia os países era de proteger mulheres consideradas decentes. Daí decorria que “as mulheres consideradas puras e inocentes não podiam ser traficadas, mas as prostitutas podiam”. (Tomás, 2014, p. 81)

Como resultado, em 1904, é firmado em Paris o Acordo para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas, convolado no ano seguinte em Convenção (Castilho, 2019).

Segundo Venson e Pedro (2013, p. 63), “inquietações de ordem moral produziram, em 1904, na esteira da discussão sobre tráfico para práticas escravistas nas Américas, o Tratado

Internacional para Eliminação do Tráfico de Escravas Brancas”. Nesse momento, a força motriz para as discussões acerca do então denominado *White Slave Traffic* centrava-se na luta contra a prostituição, considerada um atentado à moral, à família e aos bons costumes (Smith A. d., 2017, p. 9).

Ao lado da preocupação com a prostituição, e intimamente associada a ela, reconheceu-se que as discussões em torno do tráfico de pessoas, nesse contexto histórico, estavam relacionadas, da mesma maneira, com o surgimento da migração internacional de mulheres, resultado do início do processo de globalização do capitalismo e internacionalização do trabalho (Justiça & OIT, 2007).

Kempadoo (2012) explica que a ideia sobre o tráfico de pessoas está fundada fortemente em conceitos antimigração e antiprostituição, e seu surgimento geralmente está localizado em preocupações na Europa Ocidental e na América do Norte sobre as migrações transfronteiriças do final do século XIX e início do século XX.

A autora esclarece que nesse momento, as mulheres, tal como homens, buscavam mover-se independentemente, seja por conta própria, seja por meio de canais organizados de migração, em busca de trabalho remunerado em outros países, sendo comum que esse trabalho fosse relacionado à prostituição ou a serviços domésticos. Não obstante essa mobilidade muitas vezes voluntária, as narrativas do século dezenove e início do século vinte descreviam as mulheres como vítimas da coerção, engano, rapto e submissão à prostituição forçada, impregnando-as do rótulo de incapazes e frágeis (Kempadoo, 2012).

A narrativa acima descrita era reforçada pela ideia de que as comunidades imigrantes eram naturalmente incivilizadas e depravadas sexualmente (Kempadoo, 2012).

Em 1910, quando as discussões em torno desse “novo” problema dominava a atenção internacional e gerava um certo pânico moral nas camadas mais elevadas das sociedades ocidentais europeia e norte americana, a anarcofeminista Emma Goldman¹⁹ criticou essa visão limitadora daquilo que se convencionou chamar, na época, de *white slave traffic*, pois, segundo ela, a prostituição não seria um problema decorrente do tráfico de mulheres - até porque, explica, não haveria mais prostitutas estrangeiras nas ruas de Nova York do que

¹⁹ Emma Goldman, cidadã lituana (1869-1940), destacou-se nos Estados da Unida da América, onde viveu grande parte da sua vida, pela sua intervenção cívica, nomeadamente no desenvolvimento do anarquismo e defesa do papel da mulher na sociedade, sobretudo através das suas publicações e divulgação das suas ideias em congressos.

nativas americanas - mas sim resultado da exploração da mão-de-obra feminina, que atravessava todas as formas de trabalho (Goldman, 2002).

Defendia a ativista que “a prostituição não era, portanto, uma condição decadente, uma atividade amoral ou um caso de escravidão, mas resultado de um sistema econômico que oferecia, para as mulheres, raras opções mais vantajosas que tal empreendimento” (Venson & Pedro, 2013, p. 66). Nesse contexto, Emma Goldman questiona: “Qual é realmente a causa do comércio de mulheres? Não apenas mulheres brancas, mas mulheres amarelas e negras também. Exploração, claro: o capitalismo cruel que engorda através do trabalho mal pago, obrigando milhares de mulheres e meninas a prostituírem-se”. (Goldman, 2002, p. 10)

Em 1910 é assinada em Paris a *International Convention for the Suppression of the White Slave Traffic*, a qual declara que será punido quem “alície, atraia ou desvie com vista à prostituição uma outra pessoa, *mesmo com o acordo de esta*” (Tomás, 2014). Nesse contexto, são duas as preocupações existentes: abolir a prostituição e proteger o território nacional da entrada de mulheres estrangeiras isoladas, especialmente as prostitutas (Tomás, 2014).

Prosseguindo à análise histórica do conceito de tráfico de pessoas, após 1910, houve o abrandamento das discussões sobre essa temática, nomeadamente durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1921, depois da fundação da Sociedade das Nações, a sua Assembleia convocou uma conferência para discutir a questão do tráfico humano. No título deste evento, a expressão “tráfico de brancas” foi substituído por “tráfico de mulheres e crianças”. Como resultado, foi aprovada, em Genebra, a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças.

Para melhor escrutinar o problema, a Sociedade das Nações montou uma comissão de peritos, que deveria fazer um levantamento quantitativo sobre a dimensão do tráfico de mulheres e crianças nos diversos continentes. O resultado desse trabalho foi a publicação de um relatório confirmando a vastidão do problema, o qual, segundo esse documento, estava intimamente associado à venda de álcool, à tolerância com a prostituição e aos baixos salários femininos. (Tomás, 2014)

Apesar da ampla aceitação do relatório, com seu viés moralista e antiprostituição, algumas vozes, como Teresa Billington-Greig²⁰ e Albert Londres²¹ (Tomás, 2014), contestavam as conclusões nele expostas. Conforme explica Tomás (2014):

²⁰ Teresa Billington-Greig (1877-1964) foi uma sufragista britânica co-fundadora da Liga da Liberdade das Mulheres, fundada em 1907 no Reino Unido.

Resumindo, o mito do “tráfico de escravas brancas” foi explorado pela imprensa sensacionalista europeia ao ponto de chamar a atenção dos governos que acabaram por promulgar leis restritivas em relação à prostituição e à mobilidade de mulheres isoladas, não obstante as investigações e publicações de alguns observadores que constatavam não existirem provas suficientes que confirmassem a amplitude do fenómeno. Quando o relatório de 1927 da Sociedade das Nações foi publicado o que eram ideias e opiniões, enfim rumores e boatos, tornaram-se numa realidade indiscutível pois tinham sido “cientificamente provados”. (Tomás, 2014, p. 91)

Após a convenção de 1921, ainda foram aprovadas, até o final do século XX, a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (Genebra, 1933), o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (1947), e, por último, a Convenção e Protocolo Final para a Repressão do Tráfico de Seres Humanos e Exploração da Prostituição de Outrem (Lake Success, 1949) (Castilho, 2019).

Segundo Castilho (2019), “esta sucessão histórica pode ser dividida em duas fases: antes e depois da Convenção de 1949, ou seja, no contexto da Liga das Nações e no âmbito da ONU, com expressa anulação e substituição das normas anteriores”²².

Durante a primeira fase de desenvolvimento do conceito de tráfico, cunhada na primeira metade do século XX, merece referência o documento produzido em 1933, o qual, pela primeira vez, retira o elemento “cor”, que se reportava *latu sensu* ao grupo de origem das vítimas, da descrição do crime de tráfico. Essa mudança de paradigma representou um avanço - ao menos sob o ponto de vista teórico -, eis que desvinculou o tráfico do racismo negro latente a que esteve atrelado desde o início.

Em 1949, após a transformação da Liga das Nações em Organização das Nações Unidas - ONU, foi editada a Convenção e Protocolo Final para a Repressão do Tráfico de Seres Humanos e Exploração da Prostituição de Outrem, adotada pela Assembleia Geral. A referida Convenção, “é uma verdadeira vitória para os adversários da prostituição” (Tomás, 2014, p. 93). Tal como as que a antecederam, associava o tráfico de pessoas exclusivamente à ideia de prostituição. Estavam todas elas, assim, “predominantemente baseadas no sistema abolicionista, que pretendia a eliminação da prostituição” (Venson & Pedro, 2013, p. 71).

²¹ Albert Londres (1884-1932), foi um jornalista e escritor francês considerado um dos grandes pioneiros do jornalismo investigativo.

²² Texto disponível no site http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/trafico-de-pessoas/artigo_trafico_de_pessoas.pdf

Não obstante, o novo instrumento internacional representou uma evolução no modo de encarar o problema quando declarou que a escravização de pessoas para prostituição era incompatível com a dignidade e os direitos fundamentais de seres humanos.

Um ponto de relevância indiscutível na Convenção de 1949 é que foi através de seu texto que foram lançadas as bases para a cooperação jurídica internacional no combate ao tráfico. Nesse sentido, o documento prevê, em seu artigo 13, que: “As Partes na presente Convenção serão obrigadas a executar as cartas rogatórias relativas às infrações de que trata a Convenção, de acordo com as leis e costumes nacionais” (Brasil, Decreto nº 46.981, 1959). E na sequência, estabeleceu os canais por meio dos quais as cartas rogatórias serão transmitidas para cumprimento em outros Estados.

Nos artigos 14 e 15 seguintes, a Convenção reitera a necessidade de cooperação entre os Estados, ao determinar a criação de serviços de coordenação e centralização do resultado das investigações sobre o tráfico, devendo as informações ali concentradas serem compartilhadas com outros Estados com o fim de contribuir para a prevenção e repressão global desse crime. Para tanto, prevê que as partes “deverão manter estreitas relações com os serviços correspondentes dos demais Estados”.

Sob o ângulo das pessoas que exercem a prostituição, consideradas vítimas, enfatiza-se a obrigação dos Estados em atuar na prevenção, reeducação e readaptação social, bem como em facilitar a repatriação no caso de tráfico internacional. Os Estados devem abolir qualquer regulamentação ou vigilância das pessoas que exercem esse tipo de atividade (Castilho, 2007).

Apesar de as discussões sobre o tráfico de pessoas terem diminuído no período pós-segunda guerra, no esteio dos movimentos feministas que se intensificaram na década de 70 do século passado, a ONU aprovou uma nova convenção abordando o tema, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a qual demandava dos Estados a adoção de medidas apropriadas para suprimir todas as formas de tráfico e de exploração da prostituição de mulheres (Castilho, 2019).

Ademais, ainda fruto dos novos contornos dos movimentos feministas, que questionavam a instituição do patriarcado, sobretudo o direito ao uso do corpo feminino e ao prazer, ganha força uma diferente visão sobre o tráfico, de orientação não abolicionista, que criticava a associação necessária entre essa figura criminosa e a prostituição. Foi sobretudo a partir dessa altura que se passou a cunhar a ideia de tráfico de pessoas associado ao “comércio

e exploração do trabalho em processos migratórios sob condições de coação e força” (Venson & Pedro, 2013, p. 73). A prostituição, em si mesma, deixa de ser o núcleo central da concepção de tráfico, passando o crime a estar atrelado às condições de violência, maus-tratos, coação, ameaça e outras formas de subjugação, a que as pessoas que exerciam a prostituição também poderiam estar submetidas.

Antes de adentrarmos nas discussões acerca da aprovação do atual e mais importante documento internacional definidor do tráfico de pessoas (o Protocolo de Palermo, da ONU), é justo mencionar que em 1997 entrou em vigor no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA-, a Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores, a qual conceituou o tráfico de pessoas menores de 18 anos como a movimentação de um menor “com propósitos ou por meios ilícitos”. Há, já neste documento, uma ampliação das finalidades vinculadas ao tráfico de pessoas, não apenas a exploração sexual ou a prostituição.

Em 1996, a Assembleia Geral da ONU criou um comitê intergovernamental para elaborar uma convenção internacional global contra a criminalidade organizada transnacional e examinar a possibilidade de elaborar um instrumento para tratar de todos os aspectos relativos ao tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças. Como resultado desse trabalho, que durou quatro anos, houve a aprovação, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, o qual é considerado “o principal instrumento global, legalmente exigível, para combater o tráfico de pessoas”²³ (UNODC, 2018a, p. 1).

Durante o funcionamento desse comitê, houve intensos debates entre duas correntes principais e antagônicas a respeito da concepção de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: de um lado, estavam as abolicionistas que, como já adiantado acima, defendiam a erradicação da prostituição, por acreditarem que a sua existência já seria, por si só, uma forma de violência à dignidade das mulheres; de outro lado, estavam os representantes de grupos e organizações que defendiam a liberdade de exercício da prostituição, ou “laboristas” (Smith A. d., 2017), que entendiam a prostituição como um trabalho legítimo, apto a justificar a migração de quem quisesse exercê-la em outro país, chamando a atenção, portanto, para a diferença entre prostituição voluntária e prostituição forçada.

²³ Traduzido do original em inglês pela autora: “the principal, legally binding global instrument to combat trafficking in persons”

Na liderança do primeiro grupo, o abolicionista, estava a organização não governamental de origem americana, *Coalition against Trafficking in Women - CATW* (Coalizão contra o Tráfico de Mulheres). Capitaneando o grupo dos defensores dos direitos de profissionais do sexo, do reconhecimento da prostituição como atividade profissional, estava a ONG de origem asiática *Global Alliance Against Trafficking in Women - GAATW* (Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres), a qual, juntamente com outras ONGs, formavam o bloco denominado *Human Rights Caucus*.

Sobre as intensas e acaloradas discussões ocorridas nos bastidores das negociações conduzidas pela Comissão do Crime das Nações Unidas, ao longo de onze encontros, interessante o relato feito por Melissa Ditmore e Marjan Wijers, as quais participaram das negociações como integrantes do bloco *Caucus*.

Ditmore e Wijers (2003) descrevem que o primeiro e um dos mais controversos debates durante as negociações relacionava-se à definição do que seria considerado tráfico de pessoas. Por óbvio, esse era o cerne do protocolo, já que nunca tinha havido, anteriormente, um consenso a respeito do que deveria ser enquadrado como tráfico. Sublinhando esse debate, estavam as duas posições diametralmente opostas a respeito do trabalho sexual. Conforme já ressaltado acima, um dos lados via o trabalho sexual como tráfico per si. O outro lado se apoiava na condição em que o trabalho era desenvolvido, enfatizando que o trabalho forçado deveria ser combatido em todas as suas formas, não apenas o sexual.

Segundo as autoras, as divergências e antagonismos entre os dois blocos de ONGs tornou-se de tal maneira intenso, que ao longo das negociações até o seu final, as diferenças alcançaram um patamar irreconciliável, o que impediu que pautas supostamente comuns (como a defesa de garantias e respeito aos direitos humanos das pessoas traficadas) acabassem sendo marginalizadas das discussões.

O bloco *Caucus* advogava que a definição do tráfico de pessoas deveria ser ampliada para incluir todas as formas de trabalhos forçados, escravidão, servidão, independentemente da natureza do trabalho. Isso, naturalmente, excluía da definição do tráfico qualquer tipo de trabalho voluntário, não-coercitivo, inclusive na prostituição. Logo, tráfico deveria ser definido pela presença de coerção, fraude, servidão por dívida, abuso de autoridade ou qualquer outra forma de abuso em relação às condições de recrutamento e/ou condições de trabalho. Da mesma maneira, o bloco pugnava pela distinção entre adultos e crianças, já que

para a configuração do tráfico, em se tratando de crianças, não seria necessário qualquer tipo de coerção, engano ou fraude.

Já o grupo abolicionista afirmava que nenhuma mulher realmente exercia a prostituição de maneira livre e voluntária, eis que essa atividade era reflexo e decorrência natural da cultura do patriarcado, da subjugação das mulheres e de falta de alternativas para suprir a sua sobrevivência. Portanto, no entender desse grupo, o tráfico deveria ser enfrentado com o combate à prostituição, especificamente quem a explora e quem a usufrui (as prostitutas, na condição de vítimas, não deveriam sofrer qualquer tipo de punição, segundo o entendimento do grupo).

A questão central, como se pode perceber, circunscrevia-se ao reconhecimento da liberdade e capacidade de escolha da mulher em relação ao trabalho sexual. Em outras palavras: discutia-se a validade ou não do consentimento dado pela mulher que aceitasse exercer a atividade sexual a troco de dinheiro (incluindo a escolha de migrar para o exercer em outro país).

O grupo liderado pela CATW argumentava que, em se considerando a validade do consentimento dado pela pessoa traficada, os maiores beneficiários seriam os traficantes, uma vez que esse consentimento poderia ser facilmente utilizado como argumento de defesa do acusado para eximir-se da devida punição. O outro bloco naturalmente defendia a consideração e validade do consentimento dado livremente pela mulher, isto é, desde que não tivesse sido obtido mediante coerção ou qualquer meio fraudulento.

Wijers e Ditmore destacam a seguinte consideração contida no Relatório da *Human Rights Caucus*:

Obviamente, por definição, ninguém consente em abdução ou trabalho forçado, mas uma mulher adulta pode consentir em se engajar em uma atividade ilícita (como a prostituição, onde isso é ilegal ou ilegal para migrantes). Se ninguém está forçando-a a se envolver em tal atividade, então o tráfico não existe. (...) O Protocolo deve distinguir entre adultos, especialmente mulheres e crianças. Também deve evitar a adoção de uma postura paternalista que reduz as mulheres ao nível das crianças, em nome da "proteção" das mulheres. Tal postura historicamente "protegeu" as mulheres da capacidade de exercer seus direitos humanos²⁴ (*Human Rights Caucus* 1999, apud Wijers & Ditmore, 2003, p. 83).

²⁴ Traduzido do original em inglês pela autora: “‘Obviously, by definition, no one consents to abduction or forced labour, but an adult woman is able to consent to engage in an illicit activity (such as prostitution, where this is illegal or illegal for migrants). If no one is forcing her to engage in such an activity, then trafficking does

Pela definição aprovada pela Assembleia Geral, contida no artigo 3 do Protocolo, é possível perceber que prevaleceu a posição defendida pelas “laboristas”, já que foi incluído no texto uma definição ampla de tráfico, abrangendo todas as formas de escravidão, trabalho forçado e servidão, além de ter sido sublinhado que o consentimento seria considerado inválido se obtido mediante ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade.

Por fim, ainda de acordo com o relato de Wijers e Ditmore (2003), por força da ausência de diálogo entre os dois blocos de organizações não governamentais, aliado ao interesse prevalente das autoridades delegadas dos Estados, presentes nas discussões, de preverem medidas de combate ao crime organizado, além de procedimentos preventivos e repressivos ao tráfico, o Protocolo foi aprovado contendo pobres previsões acerca da proteção às vítimas do tráfico e de reconhecimento de seus direitos humanos, mantendo o enfoque específico no combate às redes e aos agentes do crime.

As autoras afirmam que “os delegados dos Governos estavam pouco interessados em comprometer seus países em proteger os direitos de cidadãos não-nacionais, e por isso manobram para evitar debates sérios acerca da necessidade de previsões mandatórias de proteção...”²⁵ (Wijers & Ditmore, 2003, p. 85). O reconhecimento de algumas medidas de assistência às vítimas do tráfico, durante as negociações, foi visto pelos Governos muito mais como uma ferramenta facilitadora da perseguição de traficantes do que como uma obrigação estatal em respeito aos direitos das vítimas.

Ao final dos trabalhos, o comitê apresentou uma proposta intensamente discutida durante o ano de 1999, que veio a ser aprovada como Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Palermo, 2000).

Não obstante ter reunido o maior consenso internacional sobre a definição do crime, entendem Bridget Anderson e Julia O’Connell Davidson (*apud* Venson & Pedro, 2013), que a convenção ainda contém sérias falhas ao deixar indefinidos, por falta de consenso, termos como “exploração da prostituição de outrem”, “exploração sexual”, e outros termos como vulnerabilidade e coerção, “tornando impossível especificar quem é traficada/o para o

not exist. (...) The Protocol should distinguish between adults, especially women, and children. It should also avoid adopting a patronising stance that reduces women to the level of children, in the name of ‘protecting’ women. Such a stance historically has ‘protected’ women from the ability to exercise their human rights’

²⁵ Traduzido do original em inglês pela autora: “Government delegates were not keen to commit their countries to protecting the rights of non-nationals and managed to avoid a serious debate on the need for mandatory protections”.

comércio de sexo sem se esquivar daquele debate geral e carregado de emotividade sobre o certo e o errado da prostituição” (Venson & Pedro, 2013, p. 76).

Conhecido sumariamente o desenvolvimento histórico do conceito de tráfico internacional de pessoas, faremos agora uma contextualização atual do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual bem como uma análise do conceito de tráfico previsto no Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças.

1.3 O tráfico de pessoas para exploração sexual na atualidade.

O século XXI assiste ao crescimento dos movimentos migratórios, fruto das grandes transformações pelas quais o mundo passou ao longo do século anterior, sobretudo aquelas relacionadas ao fenômeno globalização (Guia & Pedroso, 2015). Junto com o incremento e a facilitação dos fluxos migratórios assiste-se, paralelamente, ao crescimento da exploração de seres humanos por outros seres humanos: o tráfico de pessoas. Segundo Salt (2000), esse crescimento é estimulado, dentre outros fatores, porque a “matéria prima”, na forma dos potenciais migrantes em situação ilegal (muitas vezes erradamente classificados de “imigrantes ilegais”) é vista como praticamente ilimitada.

As deslocações de pessoas em condições ditas regulares, baseadas na ideia de mudança com propósitos de busca de melhores condições de vida, de melhores oportunidades de emprego ou outras causas semelhantes, são hoje desafiadas pelo fenômeno do tráfico de pessoas (Salt, 2000).

Salt (2000) nos explica que o tráfico de pessoas embaralha os limites entre movimentos forçados e voluntários, entre aqueles que são lícitos e os que são produto de crime. O tráfico de pessoas põe em causa a liberdade de escolha capaz de ser exercida, sobretudo se pensarmos nos migrantes, nomeadamente em relação aonde ir e onde trabalhar. De outro lado, o tráfico de pessoas desafia a autoridade dos Estados em detectar eficaz e precocemente as situações criminosas de quem é recrutado nestas circunstâncias a entrar em seu território e as condições em que essas vítimas devem ser acolhidas e acompanhadas.

Costa (2009), igualmente, enfatiza a complexidade do fenômeno diante da massificação das correntes migratórias. Nesse sentido explica:

“Ora, quando se verificam movimentos de massas migratórias de milhares ou de milhões de pessoas, a fronteira entre esse movimento e o tráfico de pessoas começa a ser difícil, não difícil de distinguir as coisas sob um ponto de vista teórico, frise-se, começa a ser difícil, repete-se, perceber onde acaba um e começa outro” (Costa, 2009, p. 143).

O aumento exponencial de migrantes e refugiados desde 2014, sobretudo registados na Europa, o maior visto desde a Segunda Guerra Mundial, gera ainda maiores preocupações em relação ao tráfico de pessoas. Conforme Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas 2016, publicado pelas Nações Unidas “como a crise eclodiu e ascendeu na agenda global, observou-se um correspondente reconhecimento de que, dentro desses maciços movimentos migratórios, existem crianças, mulheres e homens vulneráveis que podem ser, facilmente, explorados por contrabandistas e traficantes”²⁶. (UNODC, 2016, p. 1)

Embora reconheçamos que a redução das distâncias virtuais entre os países e o esbatimento de suas fronteiras tenham facilitado a prática do tráfico de pessoas, o fato é que esse fenômeno criminoso não é exatamente fruto da globalização, mas sim o seu reverso. O alimento do tráfico não é a globalização em si mesma, mas sim a fragilidade de muitos Estados e a disparidade econômica e social verificada entre as nações, acentuada pelas desigualdades de gênero, raça ou etnia (Filipe, 2011).

Se na ordem econômica liberal em que muitos dos estados ocidentais se assentam, as pessoas são livres para dispor de sua capacidade de trabalho, o tráfico de pessoas vem para subverter essa ordem. No caso do tráfico de pessoas para exploração sexual, as vítimas, sejam mulheres, homens ou crianças, são obrigadas a vender a sua disponibilidade sexual e, também, a sua liberdade, a sua identidade, ao serviço dessa grande máquina, cada vez mais globalizada, que é o tráfico de pessoas (Santos, Gomes, Duarte, & Baganha, 2008, p. 10).

A partir dessa dimensão, o tráfico de pessoa tem recebido uma atenção sem precedentes dos meios de comunicação social, sobretudo na última década, “assumindo-se como um dos temas centrais na agenda política de vários governos e organizações de âmbito regional e internacional” (Santos et al, 2008, p. 11). Essa atenção tem aumentado, sem dúvida, em razão da crescente conscientização acerca do grave comprometimento da dignidade

²⁶ Traduzido do original em inglês pela autora: “As this crisis has unfolded, and climbed up the global agenda, there has been a corresponding recognition that, within these massive migratory movements are vulnerable children, women and men who can be easily exploited by smugglers and traffickers”.

humana gerado por esse tipo de crime, o qual “tem no seu lastro a questão da sub-humanidade” (Santos et al, 2008, p. 11).

De acordo com o Segundo Relatório da Comissão Europeia sobre os Progressos Realizados em Matéria de Luta contra o Tráfico de Seres Humanos (CE, 2018), entre 2015-2016, foram registrados na União Europeia (UE) 20.532 vítimas de tráfico de seres humanos. Foram notificadas 5 979 ações penais e 2 927 condenações por tráfico de seres humanos. Mais de metade (56%) do tráfico de seres humanos ocorreu para fins de exploração sexual, continuando esta a ser a forma de tráfico mais comum. E as mulheres (incluindo as raparigas) representaram mais de dois terços (68%) das vítimas registradas (se não incluídos os dados do Reino Unido, a percentagem sobe para 77%).

Essa realidade (ainda pouco revelada) do tráfico internacional de pessoas mostra-se, inegavelmente, como um fato paradoxal nas sociedades contemporâneas. Num contexto de reconhecimento da supremacia das liberdades coletivas e individuais, onde se pugna crescentemente pelo respeito aos direitos fundamentais e pela autodeterminação dos povos, o tráfico de seres humanos se apresenta como um dos crimes mais graves que se pode conceber, pois põe em causa a dignidade humana, a inviolabilidade da integridade física e moral das vítimas, sua liberdade e autodeterminação pessoal, valores estes inestimáveis para cada ser humano e para a existência de sociedades livres e justas.

Diante desta constatação, Costa (2009, p. 132) chama a atenção para “quando nos tivermos de interrogar sobre o que falhou nessa ideia de progresso civilizacional; quando nos tivermos de interrogar sobre o papel mínimo do direito penal relativamente a fenómenos sociais que julgávamos já superados”.

Um estudo sobre o tráfico de pessoas, especificamente voltado para a exploração sexual, não pode deixar de abordar a sua conceituação teórica. Segundo Wheaton, Schauer e Galli (2010), essa conceituação está permeada de vagueza, envolta por definições pouco claras e inequívocas associadas aos termos legais considerados obsoletos.

Logo, para que seja possível compreender o conceito de tráfico de pessoas para exploração sexual, é essencial, desde logo, que tracemos suas principais características definidoras, tal como previsto no instrumento internacional considerado hoje como marco delimitador do referido crime, norteador da sua definição típica da maioria dos países imbuídos em debelá-lo. Referimo-nos à definição contida no Protocolo Adicional à

Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes enfatiza:

Até dezembro de 2000, o termo ‘tráfico de pessoas’ não era definido no direito internacional, apesar de sua incorporação em vários instrumentos jurídicos internacionais. O fracasso de longa data em desenvolver uma definição consensual de tráfico de pessoas refletia as grandes diferenças de opinião sobre a finalidade do tráfico, seus atos constitutivos e seu significado relativo, bem como semelhanças e diferenças entre o tráfico e problemas afins, como a migração irregular e o movimento transfronteiriço de indivíduos para a prostituição ou emprego irregular²⁷ (UNODC, 2018b, p. 1)

Segundo Bassiouni, Rotherberg, Higonnet, Farenga e Invictus (2010), a definição contida no Protocolo é útil e necessária, especialmente no atual contexto mundial de crescente interesse pelo tema. Se a intenção é incentivar a criação de políticas públicas de combate ao tráfico, então é de fundamental importância a edição de uma norma de direito internacional que pudesse servir ao menos de parâmetro legal aos Estados partes, destinada a melhorar a compreensão sobre esse problema tão complexo e, ao mesmo tempo, tão difuso.

Em seu artigo 3, o Protocolo Adicional estabelece:

A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos.

Segundo a definição apresentada, o tráfico tem como pressupostos básicos três elementos: a) ação: o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas; b) meios: ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à

²⁷ Traduzido do original em inglês pela autora: “Until December 2000, the term “trafficking in persons” was not defined in international law, despite its incorporation in several international legal instruments. The long-standing failure to develop an agreed-upon definition of trafficking in persons reflected major differences of opinion concerning the ultimate end result of trafficking, its constitutive acts and their relative significance, as well as similarities and differences between trafficking and related issues such as irregular migration and the facilitated cross-border movement of individuals into prostitution or irregular employment”.

entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra; e c) finalidade: exploração, a qual incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos.

Sendo assim, o tráfico de pessoas é um tipo criminoso complexo, que comporta múltiplos verbos, exige do autor o uso de meios que excluam, enfraqueçam ou invalidem a capacidade expressão da vítima e, por fim, pressupõe, para sua consumação, a existência da finalidade de exploração.

Quanto a esse último aspecto, é de bom alvitre ressaltar que há quem entenda que o tipo criminoso em questão não exige, para a sua configuração, a demonstração ou comprovação da exploração em si mesma, mas sim, tão-somente, que a intenção dos autores do delito era de submeter a vítima a alguma das formas de exploração ali previstas. Há, de outro lado, aqueles que entendem pela necessidade de demonstração da efetiva exploração da vítima para que o crime se consuma.

Em conformidade com o primeiro dos dois entendimentos, expõe o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime:

O tráfico é um crime de *dolus specialis*, ou intenção especial. Isso significa que o crime de tráfico pode se consumar sem que a exploração tenha ocorrido, desde que demonstrado que o suposto traficante usou atos e meios (no caso de adultos, ou apenas atos, no caso de vítimas menores) conhecendo ou pretendendo o resultado exploração²⁸ (UNODC, 2018b, p. 17).

Devemos ter em mente que o tipo é complexo não apenas pela multiplicidade de formas pelas quais se concretiza, mas também pela indefinição quanto a muitos de seus elementos constitutivos. A definição apresentada no Protocolo é bastante ampla em suas possibilidades interpretativas (Bassiouni et al, 2010). De fato, muitos dos elementos que compõem a figura do tráfico, constantes das três categorias acima delimitadas – ação, meios e finalidade – comportam múltiplas interpretações, conforme variações de ordem ideológica e doutrinária.

²⁸ Traduzido do original em inglês pela autora: “Trafficking is a crime of *dolus specialis*, or special intent. This means that the trafficking crime can be fulfilled without exploitation having taken place, where it can be shown that the alleged trafficker has used acts and means (in the case of adults, or only acts, in case of child victims) knowing or intending that exploitation result. However, practitioners who participated in the survey process confirmed that actual exploitation is the most compelling evidence of the intent to exploit”.

Se em linhas teóricas a conceituação do tráfico já apresenta desafios aos estudiosos, investigadores e aos aplicadores do direito, na prática, as dificuldades são intensificadas, diante das inúmeras *nuances* capazes de obscurecer ações concretas enquadráveis no tráfico de pessoas.

Peritos vinculados ao UNODC destacam que “ao mesmo tempo que houve ampla aceitação da definição contida no Protocolo em âmbito internacional, regional e nacional, sua implementação na prática tem sido complicada²⁹” (UNODC, 2018b, p. 2).

Com efeito, o que se vê, na experiência relatada por autoridades e pessoas envolvidas na luta contra o tráfico de pessoas, é que as vítimas não estão sempre enganadas sobre o tipo de trabalho que vão desenvolver no exterior, reconhecendo-se que, na verdade, em muitos casos elas concordam em deixar suas pátrias desejosas por se prostituírem em outro país, o que não isenta os agentes do crime, de qualquer maneira, da responsabilidade criminal, uma vez que esse consentimento é obtido de forma não livre. De outro lado, a coerção nem sempre está associada à violência ou ameaça de violência contra a vítima ou pessoa de sua família. Tal coerção ocorre de maneira muito mais sutil. É muito difícil para os agentes da investigação ou mesmo da persecução penal perceberem que, mesmo quando a pessoa exerce a prostituição de maneira aparentemente livre, ela pode estar a ser vítima do tráfico de pessoas (Aronowitz A. A., 2010).

Em muitas situações, o transporte de imigrantes para países estrangeiros é facilmente confundido com o crime de contrabando de migrantes³⁰, ou auxílio à imigração ilegal, denominado, na língua inglesa, de *smuggling of migrants*, eis que nem sempre é fácil se comprovar a presença da coerção ou engano e o propósito de obtenção de lucro através da exploração e da perda da autodeterminação pessoal da vítima traficada.

1.3.1 Tráfico de pessoas e tráfico de migrantes (ou auxílio à imigração ilegal)

Tanto o auxílio à imigração ilegal (ou o contrabando de migrantes) quanto o tráfico de pessoas são fenômenos que importam numa organização ou rede voltada à efetivação da migração irregular de pessoas com a finalidade de obtenção de lucro, nos quais,

²⁹ Traduzido do original em inglês pela autora: “While there has been widespread acceptance of the Protocol’s definition at the international, regional and national levels, its implementation in practice has been complicated”.

³⁰ Decidimos usar o termo “contrabando de migrantes” para a designação em língua inglesa de *smuggling of migrants*, tendo no entanto, a percepção de que contrabando se usa comumente para objetos e não para pessoas. Quisemos, com esta escolha, evitar o uso de tráfico de migrantes para delimitar de forma clara o crime de tráfico de pessoas do crime de auxílio à imigração ilegal, uma vez que são ilícitos criminais diferentes.

frequentemente, as pessoas objeto da ação saem de seus países voluntariamente em busca de uma vida melhor no estrangeiro, em geral países desenvolvidos. Mas embora haja inúmeras similaridades entre os dois tipos criminosos, como as rotas migratórias, há também profundas diferenças entre os mesmos, tornando-os crimes totalmente distintos, que visam proteger diferentes bens jurídicos e têm diferentes elementos constitutivos.

A preocupação em delimitar os elementos típicos caracterizadores de cada um dos referidos tipos de ilícitos motivou, em nível de instrumentos de direito internacional, a diferenciação desses dois fenômenos que podem ter em sua base a ocorrência da migração irregular, quando as vítimas a explorar são estrangeiras.

Por essa razão, a Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 2000, trouxe como anexos três protocolos distintos: um deles, já mencionado acima, o Protocolo Adicional relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças; outro, o Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito (*Smuggling*) de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea; e por fim, o Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições. Naturalmente, a nossa atenção se centrará nos dois primeiros protocolos, escapando o último deles, por completo, do objeto do nosso trabalho.

O Protocolo relativo ao Tráfico de Migrantes define o referido tipo como “a promoção, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente”. Sendo que a expressão “entrada ilegal” significa a passagem de fronteiras sem preencher os requisitos necessários para a entrada legal no Estado de acolhimento.

A diferenciação teórica dos dois fenômenos não parece representar um grande desafio a quem se propõe a estudá-los. Contudo, essa suposta facilidade se encerra quando se está diante de situações limiares, como, por exemplo, aquelas em que imigrantes são levados para outro destino a fim de lá desenvolverem-se livremente, mas que, já no país de acolhimento, dão-se conta de que sua dívida para com as pessoas que auxiliaram na imigração é tão alta que terão de se submeter a condições de quase escravidão para poder saldá-la, porque as condições do país de destino não são tão boas como lhe fizeram crer (Anderson & Davidson, 2002, p. 13 *apud* Santos et al, 2008, p. 19). Em outras palavras, estes imigrantes que se

submeteram às redes de auxílio à imigração ilegal, poderão ter-se endividado previamente para poderem pagar a viagem, os documentos, os vistos e os demais custos que a rede de auxílio à imigração ilegal pode ter estabelecido como necessário para os levar.

Igualmente, o estatuto de ilegalidade migratória no país de destino – que só contribui para incrementar a situação de vulnerabilidade do imigrante – aumenta o risco de este vir a ser explorado, inclusive por membros da mesma rede criminosa, o que, por vezes, acaba por se sobrepor ao momento de passagem da fronteira (Filipe, 2011).

De acordo com o UNODC (2009, p. 10), existem três diferenças básicas entre o contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas. Essas diferenças centram-se nos seguintes elementos:

1) Exploração: Um indicador importante sobre se um caso é de contrabando de migrantes e conduta relacionada ou tráfico de pessoas é como os criminosos geram sua renda. A principal fonte de lucro e, portanto, também o principal objetivo do tráfico de pessoas é a exploração. Em contraste, o contrabandista de migrantes não tem intenção de explorar o migrante contrabandeado depois de ter possibilitado que ele entrasse ou permanecesse irregularmente em um país. Contrabandistas de migrantes geralmente são pagos antecipadamente ou à chegada do migrante contrabandeado, sendo o pagamento feito por este mesmo ou por intermediários. Em outras palavras, a relação entre contrabandista e migrante contrabandeado geralmente termina após cumprida a entrada ou residência ilegal. Por outro lado, no tráfico de pessoas, os lucros são gerados principalmente através exploração. A fase de exploração pode durar vários anos.

2) Entrada ilegal ou residência: O contrabando de migrantes sempre tem uma dimensão transnacional envolvendo pelo menos dois países. O objetivo do contrabando de migrantes é sempre facilitar a entrada ou permanência ilegal de uma pessoa do país A para o país B. O tráfico de pessoas também pode envolver a entrada ou permanência ilegal de uma pessoa, mas nem sempre. O transporte e a permanência de uma vítima de tráfico de pessoas podem também ocorrerem de maneira legal. Além disso, o tráfico de pessoas geralmente ocorre no país de origem da vítima, sem envolver nenhuma passagem de fronteira.

3) Vítima: O contrabando de migrantes não envolve necessariamente a vitimização do migrante contrabandeado. O contrabando de migrantes envolve, em geral, o consentimento daqueles que são contrabandeados. Contudo, muitas vezes outros crimes são cometidos contra migrantes contrabandeados durante o processo de contrabando, como violência ou crimes que colocam em risco a vida dos migrantes. Existe também a possibilidade de que os migrantes contrabandeados possam retirar seu consentimento durante uma operação de contrabando (por exemplo, se considerarem condições de transporte muito perigosas), mas subsequentemente forçado a continuar processo de contrabando (por exemplo, sendo fisicamente forçado a entrar em um barco com vazamento ou caminhão lotado). Em contraste com o contrabando de migrantes, o tráfico de pessoas é sempre um crime contra uma pessoa. As vítimas de tráfico nunca consentiram - por exemplo, se foram sequestradas ou

vendidas - ou, se tiverem dado um consentimento inicial, o seu consentimento inicial passou a ser inválido como decorrência dos meios que os traficantes empregam sobre as vítimas, como fraude ou violência³¹.

Em síntese, o consentimento e a exploração não são elementos típicos essenciais do contrabando de migrantes, tal como se constata no crime de tráfico de pessoas. A finalidade do *smuggling* é a obtenção do lucro decorrente da transposição de fronteiras internacionais pelo imigrante, não a exploração deste no local de destino.

Vários estudiosos sobre a questão também debruçam-se em apresentar uma série de elementos diferenciadores que podem ser percebidos em situações correntes de *smuggling* e de tráfico. Nesse sentido, Vermeulen, Van Damme e De Bondt (2010) esclarecem que, diferentemente do contrabando de migrantes, que pressupõe sempre a transnacionalidade da ação criminosa, o tráfico de seres humanos pode ocorrer dentro do território de um mesmo país, não sendo pressuposto para sua configuração a transposição de fronteiras internacionais. Depois, consideram que o contrabando de pessoas, muito embora seja muitas vezes praticado sob condições degradantes e desumanas, pressupõe o consentimento do imigrante que pretende ser conduzido a outro país. Já no tráfico de pessoas, esse consentimento é inexistente

³¹ Traduzido pela autora do original em inglês: 1) Exploitation: one important indicator of whether a case is one of smuggling of migrants and related conduct or of trafficking in persons is how the offenders generate their income. The primary source of profit and thus also the primary purpose of trafficking in persons is exploitation. In contrast, the smuggler has no intention to exploit the smuggled migrant after having enabled him or her to irregularly enter or stay in a country. Migrant smugglers are usually paid in advance or upon arrival of the smuggled migrant by the smuggled migrant or intermediaries.³ In other words, the relationship between smuggler and smuggled migrant usually ends after the procurement of illegal entry or residence. In contrast, in trafficking in persons, profits are mainly generated through exploitation. The exploitation phase might last for several years. 2) 'Illegal entry' or residence: the smuggling of migrants always has a transnational dimension involving at least two countries. The objective of smuggling of migrants is always to facilitate the illegal entry or stay of a person from Country A into Country B. Trafficking in persons may also involve the illegal entry or stay of a person but it does not always. The transportation and stay of a victim of trafficking in persons can also occur in a legal way. Moreover, trafficking in persons often occurs within the home country of the victim without involving any border crossings. 3) Victim: The smuggling of migrants does not necessarily involve the victimization of the smuggled migrant. The smuggling of migrants generally involves the consent of those being smuggled. However, often other crimes are committed against smuggled migrants during the smuggling process such as violence or crimes endangering the smuggled migrants' lives. There is also the possibility that the smuggled migrants might retract their consent during a smuggling operation (eg if they deem the conditions of transportation too dangerous) but be subsequently forced to continue the smuggling process (eg by being physically forced to enter a leaking boat or a crowded truck). In contrast to the smuggling of migrants, trafficking in persons is always a crime against a person. Victims of trafficking have either never consented – for instance if they have been abducted or sold - or, if they have given an initial consent, their initial consent has become through the means the traffickers have used to gain control over the victim, such as deception or violence. The following case study illustrates a case of trafficking in persons that from the victim's perspective started as migration.

ou, quando existe, é desconsiderado, eis que obtido mediante fraude, engano, coação, violência ou grave ameaça por parte do traficante ou de sua rede criminosa.

Os autores citados ressaltam que a derradeira diferença crucial entre os dois tipos de crime diz respeito ao seu escopo final. Enquanto no contrabando de migrantes a ação criminosa encerra-se com a chegada do imigrante no destino, no tráfico há a subsequente exploração das vítimas, em busca de mais lucros.

Por outro lado, no que tange ao ingresso no país de destino, é importante sublinhar que para a configuração do tráfico de pessoas não se exige a transposição ilegal das fronteiras. Ao contrário, muitos casos de tráfico de pessoas acontecem a partir do ingresso regular da vítima, em geral na condição de turista, a qual passa a ser explorada após a entrada. Naturalmente, esse imigrante vem a ostentar a condição de permanência irregular após vencido o prazo legal de estada no país. No caso do contrabando de migrantes, a transposição ilícita da fronteira é elemento essencial de configuração do delito, na forma da entrada irregular no país, ao passo que na vertente da permanência irregular, basta que o agente criminoso promova a permanência irregular do cidadão estrangeiro no país de destino.

Há que se ressaltar, também, como faz Filipe (2011), que no auxílio à imigração ilegal, os imigrantes, geralmente, pagam à partida o valor para os serviços de transporte e, às vezes, inicial acolhimento no país de origem, ao passo que no tráfico de pessoas normalmente apenas um pequeno percentual do valor acertado para o serviço é pago pela vítima, quando o é, a qual, na sequência da sua chegada ao país de destino, é submetida a situação de exploração pelos traficantes, os quais lhes cobram o restante da dívida mediante a sua exploração.

No que tange ao objeto jurídico, é importante frisar, como faz Filipe (2011), que no crime de auxílio à imigração ilegal, a vítima seria o Estado – sendo que em alguns países o entendimento é a de que o imigrante concorreria para a prática do delito, enquanto que em outros, como Portugal, o imigrante auxiliado pode ser considerado uma vítima e pode, por isso, beneficiar-se de uma autorização de residência concedida para esses casos³². No tráfico de pessoas, a vítima está sempre nesse patamar de beneficiário de proteção,

³² Vide artº 109º da Lei 23/2017, de 4 de Julho, na sua atual redação: “1 - É concedida autorização de residência ao cidadão estrangeiro que seja ou tenha sido vítima de infrações penais ligadas ao tráfico de pessoas ou ao auxílio à imigração ilegal, mesmo que tenha entrado ilegalmente no País ou não preencha as condições de concessão de autorização de residência”.

independentemente de haver outros Estados que diferenciem o imigrante em situação ilegal, que é tratado, em muitos países de destino, como criminoso.

Do mesmo modo, Santos et al. (2008), enfatizam que no tráfico, a intenção é o exercício de controle continuado já no país de destino, ao passo que no *smuggling* o propósito da ação é a obtenção de benefício financeiro ou outro benefício material a partir da transposição ilegal das fronteiras do país estrangeiro, sendo que, uma vez lá chegando, o imigrante contrabandeado é livre para fazer o que bem entender.

A interpretação dada pelo UNODC a respeito do conceito de “benefício financeiro ou outro benefício material” no contrabando de migrantes é no seguinte sentido:

Os trabalhos preparatórios indicam que a referência a “um benefício financeiro ou outro benefício material” como elemento da definição do contrabando de migrantes foi incluída para enfatizar que a intenção era alcançar as atividades de grupos criminosos organizados que atuam com fins lucrativos, mas excluir as atividades daqueles que prestaram apoio aos migrantes por razões humanitárias ou com base em laços familiares estreitos. Não era intenção do Protocolo criminalizar as atividades de familiares ou grupos de apoio, como organizações religiosas ou não-governamentais³³. (UNODC, 2017)

De outro lado, segundo Santos et al (2008), quando se fala em tráfico de pessoas ou de seres humanos, não se está a falar, apenas, no transporte de vítimas (que podem ser de nacionalidade estrangeira) e do seu ingresso em determinado país. O tráfico de pessoas envolve um submundo muito mais danoso e degradante para os que são vítimas, pois encobre o cárcere, o abuso, a exploração, a escravidão e até mesmo a remoção de órgãos. Envolve a exploração de pessoas vulneráveis, comercializadas por criminosos como se fossem mercadorias, só pelo propósito de ganho econômico.

Eles destacam, ademais, que a diferenciação entre os dois fenômenos criminosos é crucial sobretudo para melhor orientar os países em suas políticas internas voltadas à repressão a esses tipos de ilícitos. Isso porque:

³³ Traduzido do original em francês pela autora: “The travaux préparatoires should indicate that the reference to “a financial or other material benefit” as an element of the definition [of migrant smuggling] was included in order to emphasize that the intention was to include the activities of organized criminal groups acting for profit, but to exclude the activities of those who provided support to migrants for humanitarian reasons or on the basis of close family ties. It was not the intention of the Protocol to criminalize the activities of family members or support groups such as religious or non-governmental organizations”.

O tráfico não deve ser encarado exclusivamente como um problema de imigração ilegal³⁴. ... ele pressupõe soluções próprias que passam, em grande medida, por encará-lo como uma violação sistemática dos direitos humanos e não meramente como um problema de controlo de fronteiras e de segurança interna (Santos et al, 2008, p. 18).

Lançadas algumas das principais diferenciações entre os crimes de contrabando de migrantes e de tráfico de pessoas, passemos agora a analisar mais detidamente os elementos constitutivos deste último crime.

1.3.2 Elementos constitutivos do tráfico de pessoas segundo o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo.

Analizando a descrição do tráfico de pessoas contida no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, pela ordem de seus elementos constitutivos, consideramos pertinente destacar, inicialmente, as questões que cercam a ideia de movimentação que compõe o núcleo da ação do crime.

Nesse ponto, o texto do Protocolo descreve a expressão "tráfico de pessoas" como sendo o ato de recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas.

A esse respeito, Bassiouni et al (2010) informam que o termo tráfico, no geral, sugere a concepção de um movimento ilícito destinado ao ganho econômico. É assim, por exemplo, no tráfico de drogas ou no tráfico de armas. Dessa concepção decorre que, subjacente à noção de tráfico de pessoas, encontra-se a ideia de um movimento ilegal de indivíduos associado a um contexto de controle e abusos, com o propósito de ganho financeiro.

Explicam os autores que, se de um lado está claro que o tráfico implica numa movimentação, num transporte entre diferentes pontos, de outro lado resta a discussão, sobretudo em termos práticos, sobre se o tráfico exigiria, para a sua configuração, que a vítima ultrapassasse as fronteiras nacionais para ser assim considerada.

De acordo com a definição contida no Protocolo Adicional das Nações Unidas, a transposição de fronteiras não é um requisito constitutivo do tráfico de pessoas. Conforme já visto, o Protocolo descreve o tráfico de pessoas com uma série de possíveis ações, incluindo o

³⁴ É importante mencionar que esta publicação teve em conta a realidade criminal anterior às alterações do Código Penal português de 2007 que assinalou uma viragem significativa no que respeita o artigo 160º do tráfico de pessoas. É por isso compreensível as fronteiras menos claras entre o tráfico de pessoas e o auxílio à imigração ilegal.

recrutamento, transporte, transferência, recebimento, alojamento de indivíduos, o que sugere um processo complexo, de múltiplos estágios, mas sem explicitar a extensão desses movimentos sob o ponto de vista da transposição de fronteiras.

Sendo assim, tendo em consideração a sua definição no direito internacional, parece estar claro que para a ocorrência do tráfico não se faz necessária a movimentação entre dois países distintos.

Passando agora para a componente “ meio”, o Protocolo de Palermo prevê que o tráfico de pessoas se concretiza desde que se recorra à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.

Essas condições são aplicáveis à vítima maior, eis que, segundo o instrumento internacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do Artigo 3. Para as Nações Unidas, criança é todo o indivíduo menor de 18 anos.

Dentre os meios descritos no parágrafo acima, reconhece-se que a expressão “situação de vulnerabilidade” da vítima carrega em si uma alta carga de subjetividade. Com isso, torna-se bastante complexa a missão de, em âmbito prático, considerar-se ou não – ou até que ponto considerar-se – a validade do consentimento por ela dado, nessas condições, para fins de caracterização do tráfico.

A explicação sobre o que se deveria entender pelo termo vulnerabilidade não foi incluída no texto do Protocolo. É inegável, porém, que se trata de um conceito aberto, o qual tem o potencial de gerar:

“um curto-circuito nos acalorados debates em torno dos entendimentos sobre tráfico e prostituição: abuso da condição de vulnerabilidade pode acomodar tanto uma expansão no conceito de tráfico, quanto pode, por ser suficientemente vago, evitar que os Estados se comprometam quanto a uma posição fixa acerca da sempre contenciosa questão da prostituição”.³⁵ (UNODC, 2018b, p. 7)

³⁵ Traduzido do original em inglês pela autora: “a circuit-breaker in the heated debate around trafficking and prostitution: abuse of a position of vulnerability could potentially accommodate an expansion of the concept of trafficking, while being sufficiently vague to avoid locking States into a fixed position on the perennially contentious issue of their domestic response to prostitution”.

No âmbito do direito internacional europeu é possível colher uma definição legal do que seria vulnerabilidade para fins de caracterização do tráfico de pessoas.

Essa definição é extraída da Diretiva 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011 (UE, 2011), relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, a qual traz em seu bojo a seguinte definição: “Por posição de vulnerabilidade entende-se uma situação em que a pessoa não tem outra alternativa, real ou aceitável, que não seja submeter-se ao abuso em causa”. Também no artigo 21 da Diretiva 2013/33/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013³⁶ e no artigo 3 da Diretiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008³⁷ se encontram especificações sobre o que se entende por vítimas vulneráveis.

Nas considerações iniciais, a Diretiva 2011/36/UE aponta que essa vulnerabilidade pode ser decorrente de razões diversas, como do sexo, de gravidez, do estado de saúde e da deficiência da vítima. Enfim, poderá ser relativa a um estado psicológico, emocional, cultural, familiar, social ou econômico (UE, 2011).

O conhecimento do conceito de vulnerabilidade, e do “abuso da condição de vulnerabilidade”, são indubitavelmente essenciais para o entendimento do tráfico de pessoas.

O escritório das Nações Unidas, por intermédio do UNODC, em seu esforço voltado a aclarar o conceito de vulnerabilidade, com o propósito de facilitar a aplicação prática do crime de tráfico no âmbito do direito interno dos Estados, examinou as leis e a experiência prática da aplicação do conceito de abuso da condição de vulnerável em 12 Estados. O resultado desse estudo confirmou que, internamente, os Estados vêm aplicando de maneira muito diversa, e até mesmo problemática, o conceito de abuso da condição de vulnerabilidade (UNODC, 2018b).

A título de exemplo, destacou-se um caso ocorrido na Holanda, onde um grupo de migrantes irregulares chineses se aproximou de um gerente de restaurante chinês e, de certo

³⁶ “No âmbito do direito nacional de transposição da presente diretiva, os Estados-Membros devem ter em conta a situação das pessoas vulneráveis, designadamente menores, menores não acompanhados, deficientes, idosos, grávidas, famílias monoparentais com filhos menores, vítimas de tráfico de seres humanos, pessoas com doenças graves, pessoas com distúrbios mentais e pessoas que tenham sido sujeitas a atos de tortura, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual, como as vítimas de mutilação genital feminina”.

³⁷ “Pessoas vulneráveis», menores, menores não acompanhados, pessoas com deficiência, idosos, grávidas, famílias monoparentais com filhos menores e pessoas que tenham sido vítimas de tortura, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual”.

modo, “implorou” a ele que lhes desse trabalho. O gerente acomodou os migrantes em quartos compartilhados e pagou-lhes menos que o salário mínimo. Posteriormente, ele foi processado por tráfico humano. Entenderam as autoridades judiciárias que não importava que ele não tivesse tomado nenhuma iniciativa e não tivesse abusado intencionalmente da vulnerabilidade dos migrantes (como observado na decisão do tribunal); de acordo com a norma vigente na legislação holandesa, esse elemento do crime foi satisfeito pela sua consciência da situação vulnerável dos migrantes (UNODC, 2018b).

No intuito de diminuir as disparidades de entendimentos e as interpretações excessivamente amplas do conceito de vulnerabilidade e, conseqüentemente, daquilo que poderia configurar um abuso a essa condição, o Escritório da ONU lançou uma nota explicativa sobre esse conceito, explicitando-o nos seguintes termos:

O abuso de uma posição de vulnerabilidade ocorre quando a vulnerabilidade pessoal, situacional ou circunstancial de um indivíduo é usada intencionalmente ou de outra forma aproveitada, para recrutar, transportar, transferir, abrigar ou receber essa pessoa com a finalidade de explorá-la. A pessoa acredita que submeter-se à vontade do abusador é a única opção real ou aceitável disponível para ela, e essa crença é razoável à luz da situação da vítima. Para determinar se essa crença é razoável, as características pessoais e as circunstâncias da vítima devem ser levadas em conta³⁸ (UNODC, 2012c, p. 2).

A doutrina, igualmente, debruça-se em tentar expor, sob vários ângulos, o que se deve entender por vulnerabilidade. Nesse sentido, explicam Birol e Barbosa (2015, p. 79) que a “vulnerabilidade é situação individual ou de um grupo, preexistente ou criada, que significa fragilidade e por isso potencializa a possibilidade da pessoa se encontrar em situações de risco ou de exploração”.

As autoras acrescentam que essa vulnerabilidade poderá ter raiz pessoal, situacional ou circunstancial, dependendo de estar ligada diretamente a características individuais de determinada pessoa (gênero, identidade de gênero, orientação sexual, etnia etc), a condições específicas e momentâneas (imigrante não documentado, desemprego etc), ou às

³⁸ Traduzido pela autora do original em inglês: “Abuse of a position of vulnerability occurs when an individual’s personal, situational or circumstantial vulnerability is intentionally used or otherwise taken advantage of, to recruit, transport, transfer, harbour or receive that person for the purpose of exploiting him or her, such that the person believes that submitting to the will of the abuser is the only real or acceptable option available to him or her, and that belief is reasonable in light of the victim’s situation. In determining whether the victim’s belief that he or she has no real or acceptable option is reasonable, the personal characteristics and circumstances of the victim should be taken into account”.

circunstâncias em que vive (pobreza, cultura de inferiorização e desempoderamento feminino, baixos níveis educacionais etc).

De acordo com o UNODC, gênero, idade, situação migratória, etnia, base educacional e pobreza são, indubitavelmente, explicações possíveis para a vulnerabilidade, embora não esgotem os fatores impulsionadores da vulnerabilização do indivíduo. Pessoas desprotegidas, desintegradas em sua comunidade, isoladas por autoridades ou pela sociedade onde vivem são aquelas que se encontram em maior risco de se tornarem vítimas do tráfico. As zonas onde se concentram maior discriminação e marginalização de indivíduos são aquelas onde os traficantes encontram maior espaço para explorar a situação vulnerável de potenciais vítimas (UNODC, 2012c).

As crianças e os adolescentes são, naturalmente, por uma questão de insuficiente desenvolvimento pessoal e desconhecimento das proteções legais, os indivíduos mais vulneráveis. Não é à toa que o Protocolo Adicional das Nações Unidas informa, como já ressaltado acima, que “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados “tráfico de pessoas” mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente artigo”. São, portanto, presumidos vulneráveis, independentemente da situação pessoal de cada um.

Mulheres, em algumas sociedades mais do que em outras, são as que mais figuram em situação de vulnerabilidade, sendo largamente as principais vítimas do tráfico, segundo números divulgados nos últimos Relatórios Globais sobre o Tráfico de Pessoas, publicados bianualmente pela UNODC. Isto depende do grau de desenvolvimento das sociedades no que tange à questão da igualdade de gênero, do acesso à educação e ao mercado de trabalho. Em outros termos, ao quanto se reconhece às mulheres o gozo de direitos civis, políticos e sociais em igualdade aos homens.

Migrantes, em geral, também são considerados um público vulnerável, principalmente aqueles que estão em situação irregular e aqueles oriundos de regiões em conflitos (UNODC, 2016).

Fernandes, Castro, Knup e Pimenta (2013, *apud* Birol e Barbosa, 2015) explicam que muito migrantes tomam a decisão de migrar em condições de vulnerabilidade social e econômica, com pouca informação sobre o processo de migração e sobre as condições de trabalho que encontrarão no local de destino, o que os coloca em uma posição propícia para serem vitimizados por traficantes.

Peixoto (2007, *apud* Birol e Barbosa, 2015) questiona o quão livre é a escolha feita pela pessoa que admite ser levada a um lugar estranho, sob circunstâncias desconhecidas, na crença de que aquela escolha trará mais qualidade de vida para si ou para seus familiares. Neste caso, é importante notar que a vontade está condicionada por situações de vulnerabilidade e que, em termos práticos, é difícil avaliar qual o grau de vontade própria ou de controle do próprio destino por parte dos migrantes econômicos ou, mesmo, das mulheres que são dirigidas para o negócio do sexo.

Persiste, ainda assim, a dificuldade de demonstrar o abuso da condição vulnerável da vítima. Nem sempre será fácil comprovar a ausência de uma efetiva e consciente liberdade de escolha pela vítima, isto é, que ela não tinha outra alternativa, real ou aceitável, que não fosse a de submeter-se a uma situação exploratória, seja de cunho sexual, seja alguma situação desumana, degradante e violadora da dignidade da pessoa.

Sob a perspectiva da vulnerabilidade, portanto, o abuso de sua condição deve sobrepor-se e invalidar o consentimento dado pela vítima que aceitou submeter-se a um traficante sob a promessa de uma vida melhor no estrangeiro.

Conforme preconiza a alínea b) do artigo 3 do Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, o consentimento assim obtido é viciado e, portanto, deve ser tido por irrelevante, mesmo que se demonstre que a vítima estava ciente de que viria a ser explorada posteriormente.

A questão do consentimento, e a sua eventual desconsideração, vem ocupando o centro das discussões em torno do tráfico desde as primeiras décadas do século XX, quando esse crime passou a ser associado ao movimento de migração de mulheres e meninas para exploração sexual.

Nas pesquisas efetuadas pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes em diferentes países, voltadas a esclarecer os elementos mais controversos da definição de tráfico - dentre os quais, sem dúvida, está o princípio da desconsideração do consentimento - constatou-se que mesmo onde a lei é clara sobre a sua irrelevância, os operadores da justiça criminal experimentam considerável dificuldade em entender e aplicar uma regra que, em alguns aspectos, parece contrária à intuição (UNODC, 2018b).

Essa dificuldade decorre do fato de que em outros crimes (por exemplo, roubo, ofensas sexuais, casamento forçado), o consentimento pode tornar permissível o que de outra forma seria um crime - a falta de consentimento sendo um elemento essencial do delito. No

contexto do tráfico, então, como pode o consentimento da vítima não ser importante para determinar se um crime ocorreu de fato? A questão geralmente não surge em casos mais “evidentes” e “diretos”, uma vez que as circunstâncias e a gravidade desses casos tornam perfeitamente óbvio que o consentimento nunca esteve presente. Por exemplo, questões de consentimento (dos atos iniciais à exploração em si) raramente serão consideradas em relação às vítimas que foram raptadas, ou são encontradas presas em uma fábrica ou bordel, ou em um barco em condições terríveis. Em casos menos evidentes, o consentimento se torna uma forma de descobrir se ocorreu o tráfico ou se ocorreu outra ofensa - ou mesmo se nenhuma ofensa foi cometida (UNODC, 2018b).

Diante de um caso concreto, podem-se abrir imensos desafios ao operador do Direito quando este tem de mensurar o grau de consciência e liberdade da pessoa adulta que aceitou as condições sob as quais foi transportada e, depois, explorada, em uma atividade como a prostituição.

Haverá sempre aqueles que considerarão aceitável que alguém trabalhe para saldar uma dívida, o que poderá ser encarado como um meio razoável de conseguir sua entrada num país estrangeiro (Bassiouni et al, 2010).

A questão mostra-se essencialmente complexa quando o indivíduo em questão encontra-se, na sua origem, em condições altamente vulneráveis e aceita, até com certa avidez, negociar parcela de sua liberdade pessoal por aquilo que ele acredita ser uma oportunidade de ganho para si e/ou seus familiares.

A respeito dessa questão, o Escritório das Nações Unidas explica que na prática, a questão central é geralmente de grau: quanto maior a vulnerabilidade da pessoa que dá consentimento e quanto mais prejudicial a situação que ele ou ela consente, maior a probabilidade de que o consentimento seja desconsiderado como uma defesa válida para a responsabilidade criminal (UNODC, 2018b).

Toda essa discussão só confirma que a definição do que deve, no terreno, ser reconhecido como tráfico de pessoas está longe de ser uma tarefa simples. O certo, nessa seara, é que a dimensão do problema do tráfico requer uma política de avaliação criteriosa do consentimento ou, conforme preconizam Bassiouni et al (2010), de desconsideração do consentimento, quando se está diante dos fortes abusos existentes no mercado de exploração sexual e, especialmente, diante do aprofundamento do fosso econômico entre países ricos e pobres.

No que tange à finalidade exploratória, reiteramos que embora o Protocolo Adicional das Nações Unidas traga uma lista exemplificava de diferentes possíveis tipos de exploração, como trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos, cingir-nos-emos, neste trabalho, à análise da finalidade de exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual das vítimas do tráfico de pessoas.

Nesse aspecto, veremos adiante que a principal controvérsia relacionada à finalidade de exploração sexual gira em torno da sua indissociável ligação com a ideia de prostituição.

Desde logo, vê-se que o texto do Protocolo não traz em seu bojo um esclarecimento sobre o que se deve entender como “exploração”. Sendo assim, o entendimento sobre esse elemento integrante da figura do tráfico fica à consideração dos Estados, dos ideólogos e doutrinadores que se detêm ao estudo dessa temática.

As definições comuns sobre exploração indicam dois possíveis significados: um técnico e outro normativo. No primeiro sentido, a exploração pode referir-se (de forma neutra) ao uso ou obtenção de benefícios de uma coisa ou situação, por exemplo, um recurso. No segundo sentido, enfoca as relações entre as pessoas: referindo-se, de maneira potencialmente pejorativa, a tirar proveito de uma pessoa (ou das características ou de sua situação) para seus próprios fins (UNODC, 2018b).

Dentro do contexto do tráfico há um apoio geral para entender a exploração - no sentido de se obter uma vantagem injusta - como um *continuum*, ainda que mal definido e altamente contestado.

No trabalho de esclarecimento dos elementos do tráfico desenvolvido pelo UNODC, foi constatado que “todos os Estados inquiridos incluíram a exploração sexual na sua compreensão das finalidades exploratórias do tráfico de pessoas. Na maioria dos Estados pesquisados, a exploração sexual é considerada a forma mais prevalente dentre as finalidades do tráfico, ou pelo menos a forma mais comumente investigada e processada” (UNODC, 2018b, p. 16).

Tratando-se de exploração sexual, tema central deste trabalho, o que se tem por certo é que a sua concepção está intimamente atrelada à ideia de prostituição e o entendimento daquele conceito varia conforme se posicionam aqueles que abominam qualquer tipo de ação relacionada ao comércio do corpo feminino, ainda que alegadamente voluntária, e aqueles que defendem o livre-arbítrio quanto ao uso do corpo como mercadoria.

Thais de Camargo Rodrigues (2013) explicita:

Para Guilherme Nucci, a exploração sexual deve ser caracterizada como forma de retirada de vantagem em relação a alguém, valendo-se de fraude, ardil, posição de superioridade ou qualquer outra forma de opressão. Esse autor afirma que a exploração sexual não se confunde com qualquer forma de violência sexual ou com a mera satisfação sexual. No mesmo sentido, Luiz Flávio Gomes entende que a exploração sexual tem a conotação negativa de aproveitamento ou fruição de uma debilidade (Rodrigues T. d., 2013, p. 57).

Conforme já explicitado na sessão anterior, esse debate envolve diretamente o movimento feminista e suas subdivisões ideológicas. Esclarecemos acima que as abolicionistas consideram a prostituição uma ação que reduz a mulher a um objeto, o que sempre implicará em uma forma de exploração sexual. De acordo com Kathleen Barry (1995 *apud* Santos et al, 2008), a exploração sexual é uma condição política, baseada na subordinação e discriminação da figura feminina, bem como na perpetuação do patriarcado.

Sheila Jeffrey (2004), uma das fundadoras da *Coalition Against Trafficking in Women Australia* - CATW, esclarece que as feministas trabalharam por 50 anos, principalmente através do Comitê do Tráfico de Pessoas da Liga das Nações, a fim de acabar com o tráfico de mulheres para a prostituição. O resultado desse trabalho foi a Convenção de 1949 contra o Tráfico de Pessoas e a Exploração da Prostituição de Outros, que, segundo relatada, seria uma Convenção antiprostituição. A autora afirma que a convenção é assertiva em considerar a prostituição violadora da dignidade e do valor da pessoa humana, exigindo que os Estados-parte penalizem a exploração da prostituição em todas as formas.

Contudo, nas décadas que se seguiram à revolução sexual dos anos 60 e 70 do século passado, um entendimento bastante diferente acerca da prostituição passou a se desenvolver. O movimento pelos direitos das prostitutas que tomou corpo na década de 1980, capitaneado por algumas organizações como a *Global Alliance Against Trafficking in Women* - GAATW, adotaram o discurso de que a prostituição era uma forma de trabalho como qualquer outra, livremente “escolhida” pelas mulheres. Alguns representantes de grupos de direitos das prostitutas chegaram a argumentar que a prostituição representa a libertação sexual das mulheres (Jeffreys, 1997).

O movimento feminista abolicionista defende que a legalização ou descriminalização de condutas ligadas à prostituição leva ao aumento da indústria a ela associada, o que acaba por incrementar, em consequência, o tráfico de pessoas para a exploração sexual. Isso

decorreria do crescimento da demanda por mulheres para suprir essa indústria e do fato de que as mulheres traficadas seriam mais vulneráveis e lucrativas.

Nesta esteira, aqueles que defendem esta posição não fazem distinção entre prostituição forçada e prostituição voluntária e consideram que qualquer cedência do Estado no sentido da sua legalização é, no fundo, uma cedência às constantes violações dos direitos humanos, à dignidade e à autonomia sexual. (Santos et al, 2008, p. 21)

Sendo assim, é possível concluir que, para esse grupo, o eventual consentimento dado pela mulher nunca deverá ser tido como válido, ainda que não tenha sido viciado por eventual engano, fraude ou abuso sobre condição de vulnerabilidade, entendendo-se configurada a exploração sexual e, conseqüentemente, o tráfico de pessoas, sempre que houver o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas para o exercício da prostituição.

Vimos anteriormente que essa posição não prevaleceu quando das negociações do Protocolo, o qual exige, para a configuração do tráfico de pessoas adultas, que o consentimento dado por elas tenha sido viciado por algum dos meios previstos no artigo 3. O que, na prática, não significa ser tarefa fácil distinguir o consentimento válido daquele viciado.

Do outro lado da discussão posicionam-se aquelas que, em apoio ao movimento das trabalhadoras do sexo, não vê a prostituição como atividade essencialmente degradante ou de necessária opressão sexual das mulheres, mas sim uma atividade que deve ser vista como o exercício da autodeterminação feminina, o que inclui o direito da mulher de dispor do seu corpo, inclusive para prestação de serviços sexuais.

As defensoras desse movimento argumentam que as mulheres trabalhadoras do sexo precisam ser ouvidas sobre essa questão e respeitadas em suas opções. Nesse sentido, Ana Lopes, uma das ativistas do movimento em defesa das trabalhadoras do sexo em Portugal, discorre:

Na verdade, no discurso corrente sobre o tráfico, apenas ouvimos falar das “das vítimas enganadas” que vivem em situações de escravatura ou que se assemelham à escravatura. O que este discurso não nos deixa ouvir são as vozes daqueles e daquelas que escolhem emigrar para trabalhar na indústria do sexo; daqueles que, embora não tendo as melhores condições de vida e de trabalho, estão longe se identificarem como vítimas ou de suportarem situações de escravatura (Lopes, 2006, p. 43, *apud* Santos et al, 2008, p. 22).

Há, igualmente, autores que, colocando a questão sob uma perspectiva dicotômica norte-sul, apontam que “as feministas abolicionistas criaram uma imagem da mulher do Sul como a eterna submissa, ignorante, amarrada a concepções culturais tradicionais, vitimizada, emergindo as mulheres ocidentais como as civilizadas e as salvadoras” (Santos et al, 2008, p. 22).

Defendem tais autores, como Kempadoo e Kapur (*apud* Santos et al, 2008, p. 22), que mais importante do que criminalizar a prostituição ou as condutas a elas associadas, é “ouvir a mulher naquilo que são suas vontades e expectativas e perceber, não numa lógica da criminalização, em que aspectos e dinâmicas a mulher se vê como vítima e em quais ela se percebe como agente”.

Em sua análise sobre o tráfico internacional de mulheres e crianças para fins de exploração sexual no atual século, Bassiouni et al (2010) acrescentam que aqueles que defendem a legalização e regulação estatal da indústria do sexo afirmam que o abuso existente nesse ramo é idêntico àquele existente em qualquer outro ramo econômico, eis que assente em pilares como desigualdade de gênero, raça, etnia etc. Para esse lado do discurso, a melhor forma de combater os abusos é reconhecendo direitos laborais aos trabalhadores do sexo, o que lhes traria mais proteção e empoderamento.

Sob esse enfoque, portanto, consideram os defensores da legalização da prostituição que é fundamental distinguir-se a prostituição forçada e a prostituição voluntária, bem como a prostituição infantil, não sendo cabível considerar todas as referidas situações como semelhantes para consideração do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

É nesses termos que se posiciona Anabela Rodrigues (1999 *apud* Rodrigues T. d., 2013), quando considera ser manifestamente excessiva, ultrapassando a função do direito penal, a proteção de pessoas em face do aliciamento para a prática da prostituição ou de atos contrários ao pudor ou à moralidade sexual, quando não houvesse o emprego de violência, ameaça grave, ardil ou fraude.

Expostas as diferentes visões sobre o elemento finalístico da exploração sexual para fins de caracterização do tráfico de pessoas, sabe-se que os Estados adotam, livremente, o entendimento que mais lhes convém, de modo que há países onde a exploração da prostituição é legalizada (a exemplo da Holanda, da Alemanha, da Dinamarca e da Austrália); outros onde a exploração da prostituição é criminalizada, mas não a procura por serviços sexuais (como Portugal, Espanha, Itália e Brasil); outros, ainda, que criminalizam e punem

quem recorre a serviços sexuais profissionais (a exemplo de Suécia, Noruega, França e Islândia); e há aqueles que proíbem por completo a prostituição (Hungria).

Partindo-se dessa premissa, deduz-se que a configuração do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual em cada um desses países também variará conforme a adoção de um entendimento mais abolicionista ou mais legalizador da prostituição.

Quando é que a prostituição envolvendo uma medida de exploração financeira ou de outra natureza se transforma em tráfico? Estados com leis muito semelhantes e definições jurídicas de tráfico muito semelhantes estão respondendo a essas questões de maneiras muito diferentes, o que confirma a fluidez desses parâmetros³⁹. (UNODC, 2018b, p. 2)

1.4 Vítimas do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual

Entender os mecanismos de funcionamento do tráfico de pessoas passa pela construção social do que é ser vítima. A questão que se coloca é como identificar as vítimas do tráfico e de que modo tratá-las, a fim de podermos avançar na complexa tarefa de abordar o tráfico de pessoas de forma mais abrangente possível, em especial naquilo que concerne à sua investigação criminal.

A primeira grande dificuldade que se coloca na identificação das vítimas do tráfico é justamente a falta de incentivo e de coragem por parte das mesmas em denunciar o crime a que elas foram submetidas. As principais causas para esse problema, conforme veremos adiante, é o tratamento que é dado à vítima do tráfico na maioria dos países e o papel que lhe é atribuído durante o processo criminal.

De acordo com Jorge-Birol (2008, p. 165), as estatísticas sobre o tráfico, em geral, não refletem a realidade do problema pois, “da mesma forma que aconteceu com as estatísticas sobre violência doméstica até os anos 70 e 80, é quase impossível mensurá-las porque as vítimas não são reconhecidas como tal e, portanto, muitas vezes não sentem poder suficiente para denunciar os infratores”⁴⁰.

³⁹ Traduzido do original em inglês pela autora: “When does prostitution involving a measure of financial or other exploitation morph into trafficking? That States with very similar laws and very similar legal definitions of trafficking are answering such questions in very different ways confirms the fluidity of those parameters.

⁴⁰ Traduzido do original em inglês pela autora: “Besides that, statistics on trafficking are not only often difficult to access, but similarly to what had happened with statistics on partner violence until the 1970s-80s, they are almost impossible to be measured because victims are not recognized as such and, therefore, often feel not enough empowered to report offenders”.

Segundo o estudo sobre Tráfico de Pessoas sob uma Perspetiva de Gênero, do Serviço de Investigação Parlamentar Europeu publicado em abril de 2016, “os trabalhos de pesquisa reunidos ressaltam as dificuldades reais para assegurar a identificação adequada das vítimas de tráfico de pessoas e argumentam fortemente a necessidade de assegurar melhor treinamento para funcionários que possam entrar em contato com as vítimas, o que incluiria componentes sensíveis ao gênero”⁴¹. (EPRS, 2016, p. 1).

São raros os estudos dirigidos ao suporte e proteção das vítimas do tráfico. As principais fontes de informação sobre essa categoria não advêm dos registros oficiais dos órgãos de persecução criminal, mas sim de entidades não governamentais e entidades internacionais de suporte às vítimas de crimes (Jorge-Birol A. P., 2008).

Isso porque as vítimas não se sentem seguras e empoderadas o suficiente para procurar o Estado a fim de reportar os fatos criminosos. Consequentemente, essas vítimas omitem-se ou não são corretamente identificadas como tal quando resolvem relatar os fatos. O não reconhecimento das vítimas pelas autoridades estatais está associada, no geral, à má-formação dos agentes quanto às características desse crime, à falta de sensibilidade dos mesmos para lidar com pessoas em estado de trauma ou, pior, ao preconceito concernente à concomitante condição de imigrante em situação ilegal ou à atividade desenvolvida pela vítima, principalmente no caso da prostituição, situações que lhe retiram o status de “confiável” aos olhos dos investigadores.

O medo da deportação é, sem dúvida, uma das principais causas para omissão da vítima em denunciar o crime. Esse receio pode estar associado ao temor por represálias em seus países de origem, à vergonha da família, ao temor de estigmatização, além de outros fatores como desemprego e pobreza, que podem ter sido os impulsionadores da decisão por migrar (Jorge-Birol A. P., 2008).

Outrossim, é notório que, em muitos casos, as vítimas não se enxergam como tal, tampouco se vêem em condições de exploração. Isso ocorre, particularmente, quando estão envolvidas emocionalmente com seus algozes ou quando estão ganhando mais dinheiro do que conseguiriam ganhar em seus países de origem. Nesses casos, quando são repatriadas,

⁴¹ Traduzido do original em inglês pela autora.: “The findings emphasize the need to improve the identification of victims, which is key for granting them protection, to establish better training on the gender aspects of the different forms of human trafficking for front-line officers”

essas vítimas podem querer novamente viajar para o exterior, seja livremente, seja através de traficantes (Aronowitz A. A., 2010).

Em decorrência desses fatores que inibem a iniciativa da vítima em reportar os fatos criminosos, há o comprometimento da descoberta do delito e da punição dos seus agentes.

Conforme já visto, a vítima do tráfico é cooptada a partir de meios como ameaça ou outras formas de coerção, engano, fraude, abuso de sua condição vulnerável, dentre outros, a fim de ser conduzida a outro local, onde será, de alguma maneira, explorada.

Pois bem, uma mulher que decide ir a outro país com a ajuda de um contrabandista de migrantes, consciente e desejosa de se prostituir no intuito de obter um rendimento mais elevado – até porque em muitos casos já desenvolve esse tipo de atividade em seu país de origem –, mas que depois não consegue guardar para si a totalidade de seus rendimentos, sendo obrigada a atender a um número elevado de clientes para saldar sua dívida, ou mesmo a pagar somas elevadas para receber de volta o seu passaporte, além de ter sua liberdade de locomoção limitada ou vigiada, é considerada vítima do tráfico? (Aronowitz A. , 2001)

Trata-se, sem dúvida, de uma situação típica de vítima do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. O que é essencial perceber, conforme exposto na seção acima, é que não obstante o consentimento dado inicialmente, este pode e deve ser desconsiderado para a caracterização do tráfico, uma vez que as condições a que esta mulher foi submetida após a sua chegada ao país de destino são evidentemente exploratórias, presumindo-se que a aceitação daquelas condições não foi feita de modo livre e consciente, mas sim foi resultado da ausência de outra alternativa real e aceitável para o desenvolvimento de uma vida digna.

O que de fato importa para fins de delimitação e identificação concreta da vítima do tráfico é, sem dúvida, “ter em atenção os meios de persuasão e controle a que as vítimas estão sujeitas” (Santos et al, 2008, p. 20) no país de destino.

Nesse aspecto, interessante como Kelly e Regan (2000) abordam diferentes níveis de vitimização. Elas esclarecem que esses diferentes níveis podem ser vistos como um *continuum*. O estágio mais grave ocorre quando há coerção, a qual, em toda a sua violência, existe quando as vítimas são raptadas. Em um segundo nível há o engano, em que as vítimas são iludidas com promessas de trabalho no mercado legítimo, que não na prostituição, quando então são surpreendidas com a sua inserção no mercado de exploração sexual. O terceiro nível engloba aquelas pessoas que são envolvidas em enganos mais brandos, em meias-verdades, sendo informadas de que trabalharão como “dançarinas” ou “strippers”, na

denominada “indústria do entretenimento”, mas que se descobrem, posteriormente, submetidas à exploração sexual. Por fim, no quarto nível, estão as vítimas que sabem, desde a partida, que trabalharão como prostitutas, mas depois são exploradas em condições bem diferentes daquelas inicialmente acertadas, sendo submetidas à intimidação, a dívidas insaldáveis, ao controle sobre seus movimentos e à exploração sexual.

O risco que se vislumbra nessa categorização é, como alertam Anderson e Davidson (2002, p. 17 apud Santos et al, 2008, p. 21), de “se obter uma definição de tráfico que estabeleça hierarquias morais informadas por valores morais, que acabem por se traduzir em barreiras legais e/ou práticas, entre as mulheres que merecem mais ajuda, as que merecem uma ajuda relativa e as que não merecem qualquer tipo de ajuda”.

Interessante, nesse ponto, retomar a discussão, já traçada linhas acima, em torno da voluntariedade e admissibilidade da prostituição e a linha que demarca a ideologia abolicionista, defendida pelas feministas, tais como aquelas integrantes da *Coalition Against Trafficking in Women* (CATW), e as defensoras do direito à disposição voluntária do corpo para prestação de serviços sexuais, como atividade legítima e plenamente aceitável, como aquelas da ONG *Global Alliance Against Trafficking in Women* (GAATW).

A questão da prostituição enquanto direito das mulheres, e as posições antagônicas defendidas por diferentes ramos da ideologia feminista, trazem certa nebulosidade em torno da identificação das vítimas do tráfico, eis que coloca o consentimento em diferentes níveis de importância para fins de enquadramento de uma determinada situação como tráfico.

O fato é que, não obstante o entendimento das abolicionistas no sentido de que nenhuma forma de prostituição seria admissível, e que qualquer consentimento é irrelevante para a configuração do tráfico de pessoas; ou, em sentido oposto, o posicionamento daquelas que repelem a identificação como vítimas do tráfico das mulheres que não se veem de tal maneira, valem as linhas gerais traçadas no Protocolo de que, para que seja reconhecida uma situação de tráfico de pessoas, é necessário que a suposta vítima tenha sido submetida, ao menos, a alguma forma de ameaça ou coação, de engano, fraude ou abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade, o que implicará na desconsideração de eventual consentimento que ela tenha dado para se prostituir.

O recrutamento das vítimas é uma parte essencial do processo do tráfico de pessoas. Em geral, esse recrutamento envolve alguma forma de engano. A vítima pode ser recrutada sob falsas promessas de bom trabalho e bom salário. Mas também são comuns, sobretudo em

se tratando de mulheres, que as vítimas sejam enganadas a partir da criação de uma relação de interesse amoroso falso por parte do traficante, conhecido por “*lover boy*”, o qual, com isso, ganhará a confiança da vítima. À medida que a relação amorosa se desenvolve, o traficante consegue transportar a vítima para outro local e, partir daí, passa a explorá-la sexualmente.

De acordo com a UNODC (2018a), mulheres e garotas compõem a vasta maioria das vítimas notificadas em todo o mundo, representando cerca de 49% mulheres adultas e 21% meninas.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes relata que, desde 2003, quando passou a ser exigido o cumprimento do Protocolo Antitráfico, foram reportadas cerca de 225.000 vítimas do tráfico em todo o mundo. Só em 2016, um total de cerca de 24.000 vítimas foram identificadas, o que representou um aumento de cerca de 40% em comparação com o ano de 2011 (UNODC, 2018a).

Uma característica interessante destacada pela UNODC sobre o envolvimento de mulheres no tráfico de pessoas é que, além de serem as principais vítimas em termos numéricos, as mulheres também são personagens ativas e importantes no recrutamento de outras mulheres. De acordo com a Agência da ONU, cerca de 30% dos condenados pelo crime de tráfico de pessoas em todo o mundo, entre 2010 e 2012 eram mulheres, enquanto na média as mulheres representam apenas 10% a 15% dos condenados por outros crimes (UNODC, 2016).

No que se refere ao Brasil, interessante notar os dados extraídos de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Federal para apurar o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual entre os anos de 2005 a 2015. As estatísticas mostram que entre as pessoas indiciadas pela prática desse crime (quando houve imputação a determinada pessoa de indícios razoáveis de autoria e materialidade quanto à prática do delito), 51,84% são mulheres, a maioria delas na faixa etária dos 23 aos 42 anos de idade. “Assim é possível concluir que no Brasil o autor e a vítima do crime do tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual são em regra jovens mulheres brasileiras”. (Ribeiro, 2017, p. 170)

Uma possível explicação para esse número expressivo de mulheres como sujeitos ativos do tráfico de pessoas é a relação íntima ou mesmo de parentesco de muitas delas com ofensores do sexo masculino.

Outro dado interessante destacado no Relatório sobre Tráfico de Pessoas das Nações Unidas é que traficantes e vítimas vêm frequentemente da mesma origem, falam a mesma

língua e têm a mesma etnia. Essas coincidências também ajudam os traficantes a ganharem a confiança das vítimas a fim de concretizarem seus propósitos (UNODC, 2016). Em alguns casos, os próprios agentes criminosos que se deslocam aos países da sua naturalidade para ali angariarem a confiança de pessoas que sabem encontrar-se em vulnerabilidade, aproveitando-se dos conhecimentos e lacunas de ambos países – o de origem da vítima e o do destino para exploração daquela, o país onde agora reside

A respeito das vítimas brasileiras, interessante a análise feita por Luiza Lopes da Silva (2015) a partir da observação e entrevistas ao longo de sua carreira como Diplomata do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Ela informa que:

De modo geral, as redes de tráfico são pragmáticas ao arregimentar pessoas com histórico de prostituição no Brasil e/ou violência sexual no ambiente familiar, no entendimento de que, habituadas a condições difíceis no Brasil, demonstrarão maior resiliência às condições no exterior e terão menos probabilidade de tentar evadir-se. Para o tráfico transatlântico (diversamente do tráfico pela fronteira terrestre), recrutam sobretudo adultos, de modo que sua saída do Brasil não enseje o severo escrutínio que as autoridades migratórias brasileiras reservam aos menores, em cumprimento à legislação nacional de proteção à criança e ao adolescente. Não são correntes e trancas que mantêm as vítimas brasileiras à mercê das redes do tráfico ao longo dos vários meses necessários para a quitação da dívida, mas sim um misto de ameaças e promessas: ameaças de violência física, de denúncia às autoridades migratórias locais e de retaliação contra seus familiares no Brasil, ao lado de promessas de condições melhores em um futuro próximo. Em seis ou doze meses em média, conforme o ritmo do trabalho, a dívida está paga e a fase inicial de exploração chega ao fim. (Silva, 2015, p. 92)

A confusão entre os vários conceitos (e.g. tráfico humano, prostituição, lenocínio, imigração ilegal) tem fomentado discursos discriminatórios a respeito das vítimas, repercutindo-se, em alguns casos, na sua perseguição criminal. A verdade é que, apesar dos esforços realizados, persiste ainda a necessidade, em alguns países, de identificar as vítimas de tráfico como verdadeiras vítimas. Não obstante as recomendações nesse sentido, estas pessoas continuam a ser, constantemente, deportadas para os seus países de origem, e não poucas vezes acusadas pelo crime auxílio à imigração ilegal, na vertente da permanência ilegal, não se ativando, por isso, sequer o estatuto de vítima.

Embora na prática os Estados encontrem dificuldades em identificar as vítimas do tráfico e, em muitos países, haja uma defasagem quanto ao correto e necessário tratamento que elas devem receber após serem assim identificadas, no âmbito normativo internacional, os

direitos das vítimas foram previstos, em maior ou menor escala, conforme o instrumento internacional estudado.

O Protocolo Adicional relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças traz em seu bojo a sessão II Proteção de vítimas de tráfico de pessoas. Em seu artigo 6, são descritas as obrigações dos Estados quanto à Assistência e proteção às vítimas de tráfico de pessoas, estabelecendo, em síntese, que o Estado protegerá a privacidade das vítimas, inclusive garantindo a confidencialidade dos procedimentos judiciais relativos; concederá o direito à informação sobre os procedimentos instaurados para apurar os fatos, direitos a que as suas opiniões e preocupações sejam apresentadas e tomadas em conta em fases adequadas do processo penal, alojamento etc.

No artigo seguinte, o Protocolo exorta os Estados a adotarem medidas legislativas ou outras medidas adequadas que permitam às vítimas de tráfico de pessoas permanecerem no seu território a título temporário ou permanente, se for o caso, levando em conta fatores humanitários e pessoais.

No âmbito da União Europeia, houve um esforço no sentido de se reconhecerem direitos mais substanciais às vítimas de crimes e, dentre essas, às vítimas do tráfico de pessoas.

No que tange aos direitos das vítimas de crimes em geral, convém descrever alguns dos principais preceitos da Diretiva 2012/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2012 (transposta para o Código do Processo Penal Português, com a Lei nº 130/2015, de 04 de setembro), a qual se repercutiu na criação do estatuto da vítima de crime no âmbito do direito processual europeu, estabelecendo-se um novo paradigma no tratamento a esse sujeito processual.

Nesse sentido, a Diretiva estabelece que os países passem a reconhecer a vítima não apenas como uma peça relevante na descoberta dos fatos criminosos, sobretudo na condição de testemunha, devendo reconhecê-las, também, como detentora de direitos fundamentais, o apoio e a proteção, inclusive reconhecendo-lhe a capacidade de atuar na condição de parte ativa no âmbito processual, nos casos previstos na lei.

Em suas considerações iniciais, a Diretiva destaca:

A criminalidade representa um dano para a sociedade, bem como uma violação dos direitos individuais das vítimas. Como tal, as vítimas da criminalidade deverão ser reconhecidas e tratadas com respeito, tato e profissionalismo, sem discriminações em

razão, designadamente, da raça, da cor, da origem étnica ou social, das características genéticas, da língua, da religião ou das convicções, das opiniões políticas ou outras, da pertença a uma minoria nacional, da riqueza, do nascimento, da deficiência, da idade, do gênero, da expressão de gênero, da identidade de gênero, da orientação sexual, do estatuto de residente ou da saúde (UE, Diretiva nº 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, 2012).

A Diretiva 2012/29/UE reconhece importantes direitos às vítimas de crimes, direitos estes que devem ser incorporados à legislação dos Estados-membros e que se mostram extremamente relevantes no tratamento às vítimas do tráfico de pessoas. Sublinhamos, dentre esses, o reconhecimento ao direito de compreender e de ser compreendido, incluindo direito à tradução, ao acompanhamento por pessoa de sua confiança desde o primeiro momento em que procurar autoridades dos Estados; direito de receber informações a partir do primeiro contato com as autoridades competentes, inclusive informações sobre o processo; direito de participação no processo penal, mesmo no caso de não oferecimento de denúncia; reconhecimento das vítimas com necessidades específicas de proteção.

Quanto ao direito de proteção contra a revitimização, consideramo-lo extremamente relevante no contexto do tráfico de pessoas. O artigo 18º dispõe:

Sem prejuízo dos direitos da defesa, os Estados-Membros devem assegurar a aplicação de medidas para proteger as vítimas e os seus familiares contra a vitimização secundária e repetida, a intimidação e a retaliação, nomeadamente contra o risco de danos emocionais ou psicológicos, bem como para proteger a dignidade das vítimas durante os interrogatórios e depoimentos. Se necessário, essas medidas devem incluir também procedimentos estabelecidos ao abrigo da legislação nacional que permitam a proteção física das vítimas e dos seus familiares (UE, Diretiva nº 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, 2012).

Também a Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, estabelece diversos direitos de apoio e proteção às vítimas do tráfico de pessoas, os quais devem ser incorporados pelos Estados-Membros da União em suas legislações internas.

Prevê, desde logo, que as medidas de proteção e assistência sejam conferidas às possíveis vítimas logo que as autoridades competentes disponham de indicação de que existem motivos razoáveis para crer que a pessoa em causa pode ter sido vítima do tráfico. Do mesmo modo, estabelece que os Estados-Membros não condicionem a prestação de apoio e reconhecimento de direitos às vítimas à sua vontade de cooperar na investigação criminal, ação penal ou julgamento.

São previstos os direitos à subsistência das vítimas, inclusive o seu alojamento condigno e seguro e assistência material, bem como o tratamento médico necessário, incluindo assistência psicológica, o aconselhamento e informação, e a tradução e interpretação quando necessárias.

Outro relevante direito reconhecido pela Diretiva 2011/36/UE é o chamado período de reflexão e recuperação – *reflection period* – o qual permite que a vítima permaneça legalmente no país até que esteja recuperada e em condições de decidir se vai colaborar com a persecução penal ou se prefere regressar ao seu país de origem. Durante esse período, a vítima deverá ter acesso a abrigo, aconselhamento legal e cuidados médicos e psicológicos, que lhe permitam sentir-se apta a escolher entre as opções que lhe são garantidas.

Jorge-Birol (2008) alerta que, no período de reflexão, a vítima do tráfico poderá compartilhar suas experiências com outras pessoas na mesma situação, o que pode contribuir para a sua recuperação e empoderamento. Só assim a vítima estará em condições para decidir de maneira segura se ela quer contribuir na investigação e prestar o seu testemunho contra os autores do delito.

Outro direito a que vítima do tráfico poderá fazer jus é a autorização de permanência temporária, sob a condição de que irá contribuir nos procedimentos criminais. Esse direito, em alguns casos, pode se estender para autorização permanente de residência. Países como Bélgica, Holanda, Polônia e Reino Unido já reconhecem às vítimas do tráfico o usufruto deste direito.

Em Portugal, conforme já foi mencionado, as mesmas têm direito a uma autorização de residência temporária, mesmo que não queiram colaborar no processo penal (vide Decreto-Lei nº 368/2007 de 5 de Novembro), o que se revela uma medida pinoeira que se destaca pela positiva neste sentido. No Brasil, a partir da publicação da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, foi igualmente assegurado à vítima de tráfico de pessoas o direito à residência, o que veio a ser regulamentado pelo Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

A adoção das medidas acima em amparo às vítimas do tráfico representa um significativo avanço tanto no respeito aos direitos fundamentais daquelas pessoas que são as maiores prejudicadas pela prática de tão agressivo crime, como certamente contribui para incrementar a eficiência na persecução penal em face do tráfico.

Pesquisas mostram que alguns países que se saíram melhor em processar e condenar traficantes de vários crimes foram aqueles (Bélgica, Itália, Holanda, Estados Unidos, Alemanha) que também tiveram as medidas mais abrangentes para ajudar as vítimas, incluindo a residência temporária, autorizações para aqueles preparados para testemunhar contra seus traficantes⁴² (Jorge-Birol A. P., 2008, p. 173).

1.5 Fatores impulsionadores do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual

Do mesmo modo que acontece com o mercado internacional de drogas e de armas, a busca pelo lucro é, sem dúvida, o grande motivo impulsionador do tráfico humano. Wheaton, Shauer e Galli (2010, p. 114) argumentam que “à medida que as pessoas se tornam vulneráveis à exploração e os exploradores procuram continuamente fontes de mão-de-obra mais baratas, o tráfico de seres humanos torna-se um mercado cada vez mais lucrativo⁴³”.

Os referidos autores explicam o mercado do tráfico dentro da perspectiva econômica, argumentando que o funcionamento desse fenômeno ocorre num modelo monopolístico de suprimento de um produto de consumo. O mercado irá florescer conforme o preço desse produto esteja mais ou menos valioso. E esse preço variará de acordo com a disponibilidade, características e quantidade do produto, além da capacidade de negociação do traficante (Wheaton et al, 2010).

O tráfico de seres humanos existe porque há demanda por serviços prestados por pessoas traficadas. Isso se desenvolve, principalmente, em setores ‘escondidos’ da economia, que podem tanto ser dentro de atividades consideradas ilegais quanto legais (Salt, 2000). A demanda gerada pelo mercado do sexo e a cultura da tolerância a ele associado (Smith & Vardaman, 2010), a flexibilização do emprego formal no setor de serviços (Salt, 2000), são alguns dos fatores propulsores do tráfico de pessoas.

O Protocolo Adicional à Convenção de Palermo relativo à Prevenção e Repressão ao Tráfico de Pessoas traz em seu artigo 9 que os “Estados Partes adotarão ou reforçarão as medidas legislativas ou outras, tais como medidas educacionais, sociais ou culturais, inclusive mediante a cooperação bilateral ou multilateral, a fim de desencorajar a procura que fomenta

⁴² Traduzido do original em inglês pela autora: “Research shows that some countries which fared better in prosecuting and convicting traffickers from various crimes were the ones (e.g. Belgium, Italy, the Netherlands, United States,³⁴ Germany³⁵) which also had the most comprehensive measures for assisting victims, including temporary residency permits for those prepared to testify against their traffickers”.

⁴³ Traduzido do original em inglês pela autora: “As people become vulnerable to exploitation and businesses continually seek the lowest-cost labour sources, trafficking human beings generates profit and a market for human trafficking is created”.

todo o tipo de exploração de pessoas, especialmente de mulheres e crianças, conducentes ao tráfico”.

As Nações Unidas reconheceram que a demanda figura como um dos fatores propulsores do tráfico de pessoas. Diante de tal preocupação, conclamou os Estados Partes a adotarem estratégias legais ou medidas sócio-educativas voltadas ao desencorajamento da procura por vítimas do tráfico de pessoas para exploração sexual.

Justamente baseadas na ideia básica da teoria econômica de que a demanda por um produto é fundamental para a sobrevivência de um mercado, Smith e Vardaman (2010) argumentam que a demanda é o fator propulsor mais importante para o negócio criminoso do tráfico de pessoas para exploração sexual.

As autoras explicam que se a demanda aumenta, os traficantes precisam aumentar os seus suprimentos de vítimas-produtos. Logo, se os usuários-compradores não procurassem os serviços de sexo comercial, então o tráfico de pessoas para essa finalidade acabaria por deixar de ser um ramo de negócio lucrativo.

A demanda, por sua vez, será mais alta quanto maior for a cultura de tolerância em relação ao comércio sexual em determinado país (Smith & Vardaman, 2010). Os usuários “oportunistas” – assim definidos aqueles que compram o serviço sexual indiscriminadamente (sem preferências), simplesmente porque não se importam com o ato, tampouco se preocupam com a idade da pessoa – tendem a desumanizar a vítima da exploração sexual, tanto mais quanto o mercado do sexo for normalizado e aceito.

As autoras (2010) defendem que a legalização da prostituição aumenta a demanda em decorrência da comum desestigmatização dos compradores dos serviços sexuais, fator este que, ao mesmo tempo em que incentiva os usuários locais a procurarem o sexo com prostitutas, também funciona como atrativo para usuários de outros países (turistas). De acordo com as autoras, contudo, “enquanto homens estão comprando sexo, eles falham em enxergar a mecânica de entrega das mulheres que proveem o sexo – frequentemente forçadas, enganadas ou coagidas, e violentamente manipuladas por um cafetão” (Smith & Vardaman, 2010, p. 612).

Esse entendimento é compartilhado por Jeffreys (2004), a qual afirma que a legalização da prostituição é um passo atrás na evolução da sociedade. Segundo a autora feminista, a legalização não garante um maior controle por parte do Estado em relação ao tamanho da indústria do sexo, eis que “onde a legalização é introduzida, surge sempre um

setor ilegal do negócio que é consideravelmente maior do que o setor legal”⁴⁴. Do mesmo modo, a legalização não assegura o maior controle do Estado quanto ao envolvimento do crime organizado na exploração da prostituição.

Em decorrência, Jeffreys (2004) afirma que a legalização e descriminalização da prostituição levam ao aumento da indústria do sexo e, como resultado, ao incentivo do tráfico de pessoas para atender à demanda dos prostíbulos legais e ilegais. Mulheres traficadas seriam mais vulneráveis e mais rentáveis, se comparadas a prostitutas locais.

Em sentido oposto, está o entendimento defendido pela corrente feminista transnacional, encampado e nutrido pelos movimentos de direitos das trabalhadoras do sexo. Segundo os defensores dessa corrente, o erro inicial do discurso abolicionista é associar imediatamente o tráfico de pessoas à prostituição. O tráfico, para esses estudiosos, não pode querer encampar situações de migrações internacionais de mulheres livres, ainda que para a prestação de trabalho sexual.

Para esse grupo, medidas para combater a demanda, fortemente assentadas em criminalização e punição, especialmente aquela relacionada à indústria do sexo, mostraram-se ineficazes no combate ao tráfico de pessoas. Anderson e O'Connell Davidson (*apud* Chuang, 2006) demonstraram, em seu estudo pioneiro sobre o impacto da demanda no processo do tráfico de pessoas, que as tentativas de diminuir a prostituição das ruas resultaram no fortalecimento da demanda em outros segmentos da indústria do sexo, a exemplo do mercado pornográfico, agências de acompanhantes prostitutas, clubes noturnos etc.

Ainda sob essa perspectiva, as políticas econômicas liberais que estimulam a busca por mão-de-obra pouco qualificada e barata, somadas às políticas migratórias cada vez mais restritivas, são certamente estímulos importantes para o mercado do tráfico de pessoas.

Chuang (2006, p. 140) refere o tráfico de pessoas como uma “resposta oportunística às tensões entre a necessidade econômica de migrar, de um lado, e às restrições políticas às migrações, de outro lado”⁴⁵.

Para esse lado do discurso sobre o tráfico, portanto, o fenômeno é muito mais o resultado das assimetrias econômicas mundiais, causadas pela globalização, do que pela demanda por serviços sexuais. Anna Gallagher (*apud* Chuang, 2006, pp. 140-141) afirma que

⁴⁴ Traduzido pela autora do original em inglês: “Where legalisation is introduced there always seems to be an illegal sector which is considerably larger than the legal sector”

⁴⁵ Traduzido do original em inglês pela autora: “an opportunistic response” to the tension between the economic necessity to migrate, on the one hand, and the politically motivated restrictions on migration, on the other”.

“o tráfico repousa no extremo do *continuum* da emigração, caracterizada pela necessidade de sobrevivência – isto é, de fuga dos dissabores da situação econômica, política e social do migrante – frente à oportunidade de melhores empregos nos países de destino”⁴⁶. Ao lado desses fatores de expulsão, encontram-se os fatores de atração nos países mais ricos, também assentados principalmente em questões de natureza econômica, como a necessidade de mão-de-obra barata, pouco instruída, apta e disposta a aceitar condições de trabalho normalmente rejeitadas por cidadãos locais. Coroando o cenário propício para o tráfico, estão as políticas migratórias mais restritivas, que alimentam as redes de tráfico de pessoas.

Se de um lado há a demanda, de outro há a vulnerabilidade das vítimas. E essa característica é das mais sensíveis no contexto do tráfico. Vítimas do tráfico são quase sempre indivíduos vulneráveis, que vivem em circunstâncias pessoais muito adversas. Os recrutadores do tráfico aproveitam-se dessas circunstâncias e situações pessoais complicadas para manipular as vítimas e encorajá-las a assumir posições e iniciativas arriscadas, frequentemente baseadas em promessas de uma vida melhor (Europol, 2016).

Chuang (2006, p. 141) considera que os “traficantes, sendo caçadores de oportunidades por natureza, simplesmente aproveitam as vantagens resultantes das vulnerabilidades para realizar seus lucros”⁴⁷.

A demanda por mão-de-obra de baixo custo associada à vulnerabilidade de grupos de pessoas alimenta o mercado do tráfico. Esse é o modelo econômico que sustenta as redes criminosas que desenvolvem essa atividade ilícita, hoje considerada a terceira espécie criminosa mais lucrativa, perdendo apenas para o tráfico de drogas e de armas (UNODC, 2016).

A vulnerabilidade mostra-se bastante pronunciada em relação às pessoas que vivem em regiões de guerra e perseguição, as quais se tornam presas fáceis para traficantes. A UNODC (2016) destaca que a precariedade das condições em que vivem, somada à necessidade de reunificação com seus familiares já emigrados, impulsiona-os a tomarem decisões arriscadas no que tange a migrações, tornando-os vítimas abundantes e vulneráveis

⁴⁶ Traduzido do original em inglês pela autora: “As Anne Gallagher explains, trafficking lies at one extreme end of the emigration continuum, where the migration is for survival that is, escape from economic, political, or social distress-as opposed to opportunity-seeking migration-that is, merely a search for better job opportunities”.

⁴⁷ Traduzido do original em inglês pela autora: “Traffickers, being opportunity-seeking by nature, simply take advantage of the resulting vulnerabilities to make a profit”.

de redes de tráfico de pessoas. Isso ficou claro a partir do rápido crescimento do número de vítimas Sírias após o início do conflito armado naquele país.

Santos et al (2008) colacionam algumas causas explicativas para a emergência e a proliferação do tráfico de pessoas:

O fechamento de fronteiras como consequência de leis de imigração mais restritas que contribui para a emergência de grupos organizados que se dedicam ao smuggling e ao tráfico (Andreas, 2001; Peixoto et al, 2005); a proliferação de mercados de trabalho internacionais dirigidos aos migrantes em que estes se vêem desprovidos de direitos e são sujeitos à manipulação e controle por parte de grupos criminosos em situações de real escravidão (Peixoto et al, 2005), a mobilidade e vulnerabilidade de refugiados de guerra; a fragilidade das estruturas de apoio após calamidades naturais; etc (2008, p. 27).

Os autores acima destacam, ainda, a relevância da feminização da pobreza como fator impulsionador do tráfico de mulheres, sobretudo para fins de exploração sexual. Nesse sentido, esclarecem que “a pobreza estrutural tende a incidir mais intensamente nas mulheres”, eis que o desemprego afeta, primeiramente, as mulheres; além disso, elas são mais atingidas pelo trabalho precário, sem regulação laboral; são, em geral, mais mal remuneradas em comparação aos homens; as mulheres estão cada dia mais à frente da chefia familiar, o que, na visão dos autores, “é menos um sinônimo de mudança no sentido da igualdade de oportunidades, do que um fator de feminização da pobreza” (Santos et al, 2008, p. 29).

De outro lado, aspectos culturais devem ser considerados quando se está buscando sistematizar possíveis fatores para a proliferação do tráfico de mulheres para a exploração sexual. Dentre eles, ganha especial destaque a violência praticada contra esse gênero, que pode ser mais incrementada em países onde a cultura da violência contra as mulheres é mais disseminada e onde a legislação para combater esse problema é inexistente ou muito recente.

Vanessa Bouché, em um estudo sobre o envolvimento de organizações criminosas no tráfico de pessoas nos Estados Unidos (Bouché, 2017), procurou entender os principais fatores impulsionadores e atrativos para que indivíduos envolvam-se em redes criminosas dedicadas ao tráfico de pessoas naquele país. Em seu trabalho, a pesquisadora descreveu seis fatores impulsionadores para o envolvimento com o tráfico, subdivididos em fatores primários e fatores secundários.

Os fatores primários, considerados causas raízes, seriam produtos do ambiente social/familiar em que o indivíduo foi criado e no qual ele estaria submetido a muito pouco

controle. Dentre esses fatores estão incluídos abuso sexual infantil, negligência parental, falta de educação adequada e a criação cercado por uma rede social destrutiva. Esses fatores primários, por sua vez, seriam condutores para os fatores secundários, como: antecedentes criminais (adição do tráfico de pessoas a uma lista preexistente de crimes cometidos), abuso de drogas e substâncias, além de dificuldades financeiras (Bouché, 2017).

Os fatores primários levam ao desempoderamento do indivíduo. Os fatores secundários levam à sensação de se estar fora de controle. Para recuperar o poder e reafirmar o controle, o indivíduo exerce poder e controle - ambos fatores atrativos - sobre os outros, ao mesmo tempo em que obtém ganhos financeiros que levam à sua estima social (Bouché, 2017).

Jorge-Birol (2008) destaca que também figura como fator contributivo para a proliferação do tráfico a relativamente baixa efetividade na repressão a esse tipo de fenômeno criminoso por parte dos órgãos encarregados. Com efeito, quando o traficante realizar a análise racional comparativa entre os benefícios e os custos do tráfico, pesam a favor da prática criminosa a grande probabilidade de impunidade em relação ao crime em tela, somada aos altos lucros dele resultantes.

Por fim, é imperioso sublinhar que a presença de organizações criminosas transnacionais nos territórios de origem aumenta significativamente o risco de recrutamento e vitimização das pessoas vulneráveis. No Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas da UNODC, publicado em 2014 (UNODC, 2014), foi discutido o papel das organizações criminosas no tráfico de pessoas, e a partir dessa análise, chegou-se à conclusão de que quanto maior a prevalência do crime organizado nos países de origem, maior a quantidade de vítimas desses países detectadas nos países de destino.

Outrossim, percebeu-se durante esse estudo que o tráfico de pessoas é conduzido por uma variedade de atores criminais, não apenas organizações criminosas internacionalmente bem estruturadas. Isso se constatou pela verificação da presença de parentes e amigos das vítimas exercendo o papel de recrutadores, os quais não estavam fortemente ligados a outros membros da organização. (UNODC, 2014).

2 O Tráfico de Pessoas no Direito Interno

2.1 Bem jurídico protegido

Vimos que a globalização, sobretudo em sua vertente econômica, trouxe a reboque a expansão das atividades criminosas entre diferentes países. As novas práticas delituosas de caráter transnacional levaram à idealização e à proposta de novos textos jurídicos para atender às crescentes necessidades (*corpus juris*) de tutela penal. Foi nesse contexto que vimos as transformações pelas quais passou a definição do crime de tráfico de pessoas, ou seja, a construção jurídica deste conceito.

Machado e Vieira (2016), referindo às lições de Silva Sanchez sobre a expansão do direito penal, explicam que

O fenômeno é complexo e insere-se no contexto de ampla expansão e diversificação das formas de intervenção penal. As expectativas sobre o potencial do direito para o controle de condutas é um dos vetores para análise dos processos de produção normativa penal. Uma das manifestações da expansão do controle penal contemporâneo relaciona-se às iniciativas transnacionais para enfrentar o tráfico de seres humanos (Machado & Vieira, 2016, p. 487).

No âmbito dessa expectativa de controle de práticas ilícitas transnacionais, as normas internacionais precisam trazer em si mesmas a indicação de quais os bens jurídicos que devem ser garantidos pelo direito punitivo. Assim, antes de iniciarmos o exame dos tipos penais de tráfico de pessoas no direito brasileiro e no direito português, consideramos relevante a definição do bem jurídico protegido pela legislação de direito internacional concernente a esta figura delitiva, diante da importância em saber qual direito está em causa quando elegemos investigar esse tipo de crime. É preciso esclarecer como as práticas associadas ao tráfico atingem o bem jurídico e quem é o titular do direito afetado. Compreensão esta necessária para perceber, em cada legislação nacional, qual o direito que subjaz ao crime previsto.

É incontestável que o Direito Penal se presta à proteção dos bens jurídicos considerados mais relevantes para a coletividade, aqueles tidos por fundamentais aos indivíduos e à vida em sociedade. Nem todos os bens jurídicos, portanto, merecem a atenção do direito penal, que, de mais a mais, somente se aplica como *ultima ratio*, salvaguardando apenas aqueles valores que outros ramos do direito, menos agressivos, não fornecem proteção suficiente.

Reconhece-se, portanto, a importante e difícil tarefa do legislador em delimitar quais são esses bens jurídicos que merecem a guarida do Direito Penal.

Nesse sentido, Claus Roxin (1976, pp. 46-47) afirma que “está claro que o conceito de bem jurídico não é uma varinha mágica, com cuja ajuda se pode separar, sem mais, por meio da subsunção e da dedução, a conduta punível da que deve permanecer impunível”. Igualmente, é a leitura feita por Figueiredo Dias (1999, p. 62), o qual relata que “a noção de bem jurídico não pode, até o momento presente, ser determinada, e talvez jamais o venha a ser, com uma nitidez e segurança que a permita converter em conceito fechado e apto à subsunção, capaz de traçar, para além de toda a dúvida possível, a fronteira entre o que legitimamente pode e não pode ser criminalizado”.

A nosso ver, para que possamos entender e definir o bem jurídico protegido pelo injusto penal de tráfico, internacionalmente concebido, é fundamental ter em consideração que “a origem da proibição do tráfico de pessoas, que acompanhou a evolução do sistema abolicionista, funda-se no direito internacional (...)”, portanto, “é nele que deverá buscar-se o sentido e alcance do proibido” (Dalbora, 2008, p. 455).

Consoante já demonstrado acima, o crime em testilha tem seu parentesco mais distante no tráfico de escravos e, mais próximo, no tráfico de escravas brancas para exploração sexual. Devemos, então, partir da definição prevista na legislação internacional para que possamos avaliar o bem jurídico protegido pela vedação à prática do tráfico de pessoas.

Conforme tratado em item antecedente, atualmente vigora, como instrumento internacional mais importante para o tratamento do tema ora investigado, o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, estando nela previsto, em seu artigo 3:

A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

A norma acima descrita não deixa margem para dúvidas de que os bens jurídicos a serem protegidos são a autodeterminação e a liberdade individual da pessoa, corolários do princípio da dignidade da pessoa humana. Isso porque compõem o tipo penal os meios que

visam a eliminar o exercício da vontade livre e consciente da vítima, bem como situações de exploração da sua vulnerabilidade, o que afeta, acima de tudo, o valor fundamental de liberdade, inerente a qualquer ser humano e condição necessária ao gozo de uma vida digna.

No que tange ao tráfico com fins de exploração sexual, é evidente que também se busca proteger a liberdade sexual da vítima, o direito que tem de escolher quais serão seus parceiros e de que modo irá dispor de sua intimidade sexual, podendo, inclusive, dispô-la a partir do exercício da prostituição, desde que essa escolha seja livre e consciente.

Não cabe, portanto, no conceito do tráfico trazido pelo Protocolo, concepções de matiz moralizantes, que pretendem a punição de todas as hipóteses de exploração da prostituição alheia, ainda que livre e consentida. Resta afastada, assim, a ideia de proteção à moralidade pública como bem jurídico tutelado pela norma.

Nesse sentido, Jorge de Figueiredo Dias (2007, p. 122 *apud* Rodrigues T. d., 2013, p. 26) afirma que “não é função do direito penal nem primária, nem secundária tutelar a virtude ou a moral: quer se trate da moral estadualmente imposta, da moral dominante, ou da moral específica de um grupo social”.

Igualmente é a lição de Alberto Silva Franco e outros (Franco & Stocco, 2007), ao afirmarem que o tipo penal “é inócuo no que tange à proteção do tráfico de pessoas adultas”, evidenciando ainda que:

“...a pessoa adulta que – livre de coação ou de qualquer forma de exploração – exerce a prostituição no Brasil estará em pleno exercício de sua liberdade sexual, porque entre nós o ato de se prostituir não consiste em nenhum delito. ...Não há que se colocar, assim, essa pessoa na situação de vítima de conduta criminosa, porque não se vislumbra delito algum em face do consentimento livre do homem ou da mulher”.

É relevante esclarecer, como faz Dalbora (2008, p. 460), de outro lado, que o direito que se pretende defender com a proibição da prática dos atos descritos como tráfico de seres humanos não é dignidade humana, como valor superior em si mesmo. O autor explica que “o equívoco decorre de se confundir um atributo da pessoa com aqueles elementos que possibilitam a conservação no gozo de tal prerrogativa”.

Ele elucida sua observação pontuando:

Uma vez que ‘o profundo, o verdadeiramente original (...), o comum a todos, o humano’, na certa caracterização dada por Unamuno à dignidade do homem, pode e deve servir, enquanto valor puro, como fonte de objectos referidos mediata ou imediatamente a esse valor, assim emergem os bens jurídicos, ou seja, o conjunto de

condições materiais e imateriais que possibilitam a preservação e o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade em uma existência digna de homem (Dalbora, 2008, p. 461).

De modo geral, sobre o crime de tráfico de pessoas na atualidade, dividem-se os doutrinadores entre aqueles que sustentam que o bem jurídico protegido é de caráter individual (Dalbora, 2008) e aqueles que defendem o caráter coletivo do mesmo (Caffarena, 2009).

Os que defendem que se trata de crime que ofende os direitos pessoais, fazem-no afirmando que o tráfico de seres humanos viola a liberdade individual das vítimas e, no caso do tráfico para exploração sexual, a sua liberdade, a sua autodeterminação e dignidade sexual.

Nesse sentido, Dalbora (2008, p. 458) defende que a previsão do crime de tráfico para exploração sexual destina-se a tutelar a liberdade sexual da vítima, “seja porque a obrigam diretamente a entregar-se à prostituição, ou a exercê-la em condições de dependência, seja porque incidem sobre indivíduos que não possuam capacidade de decisão na esfera sexual”.

Para esse autor:

A razão de ser do delito, como propõe o direito internacional, reside na exploração de pessoas que se encontram em condições de desamparo e necessidade e que aceitam a entrega carnal como modo de sair do estado de abandono a que a sociedade as condenou, então é suficiente que a lei coloque esta exigência entre os elementos do tipo, como o abuso de uma situação que, naturalmente, tem de ser abarcada pelo dolo do autor (Dalbora, 2008, p. 460).

O referido autor, ao defender essa posição, o faz com respaldo na antiga concepção de que o tráfico de pessoas estava necessariamente atrelado ao exercício da prostituição. Ocorre que, conforme já informado anteriormente, este crime abarca hoje outras finalidades exploratórias, não somente a exploração sexual, de modo que não se pode mais defender que seu intento seja o de proteger apenas a liberdade sexual das vítimas. É inegável reconhecer que esta visão ainda está permeada de valores moralizantes que pretendiam sanear a sociedade da prostituição e, ainda, que viam as mulheres como seres indefesos e incapazes de fazer suas próprias escolhas.

Há, por outro lado, quem defenda que o tráfico viola um interesse coletivo do Estado, consistente em controlar o tráfico ilegal de pessoas, sendo, portanto, uma interdição voltada a proteger o controle da imigração ilegal a cargo dos Estados, e não a valores pessoais, como liberdade individual ou dignidade sexual (Caffarena, 2009).

Caffarena ressalta:

Logicamente, os atos de imigração ilegal podem implicar – e, de facto, implicam – perigos para os direitos fundamentais do migrante; sem embargo, independentemente desta circunstância, o facto será castigado. Assim posto, os interesses pessoais são mais uma estratégia política para justificar a persecução desses fatos, que a *ratio legis* (Caffarena, 2009, pp. 1237-1238).

Essa concepção não nos parece, igualmente, acertada, tendo em conta que para a configuração do tráfico não há necessidade da transposição das fronteiras nacionais. Fica claro, a nosso juízo, que a intenção da norma não é de primariamente proteger o interesse estatal de controlar a imigração ilegal, nem a permanência ilegal de estrangeiros em seu território. Reforça-se, assim, a concepção de que o bem jurídico protegido pela norma internacional definidora do tráfico de pessoas é, realmente, de carácter individual, centrando-se na liberdade de autodeterminação pessoal dos indivíduos.

Subsidiariamente, quando se trata de tráfico internacional de pessoas, é que se pode considerar a pluriofensividade do delito, quando serão tutelados, em primeiro plano, os interesses pessoais, atinentes às liberdades individuais dos imigrantes – não só a liberdade sexual, mas também à liberdade pessoal, já que o tipo visa combater a exploração que importe em restrição ao poder do indivíduo de decidir onde quer estar, além daquilo que quer fazer – e em segundo plano, o poder do Estado de controlar o ingresso e permanência de estrangeiros em seu território e as condições em que tais pessoas nele permanecem.

A tutela aos interesses estatais está posta nas previsões contidas no protocolo relacionadas à proteção das fronteiras (Artigo 11), ao controle de documentos (Artigos 12 e 13) e à extradição dos imigrantes em situação ilegal ou irregular (Artigo 8), sejam eles vítimas de tráfico ou não.

Por fim, ainda quanto ao bem jurídico tutelado, há que se considerar o tráfico como um crime de dano, em contraposição aos crimes de perigo, eis que a sua configuração pressupõe uma efetiva violação ao valor tutelado.

2.2 Tratamento Penal no Brasil

A abordagem ao crime de tráfico de mulheres, no Brasil, remonta ao Código Penal republicano, de 1890. O código definia o crime citado no artigo 278, posicionado na sessão dedicada à tipificação do lenocínio, dentro do título que tratava dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor.

O texto legal trazia a seguinte descrição:

Art. 278. Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miseria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no trafico da prostituição; prestar-lhes, por conta propria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistencia, habitação e auxilios para auferir, directa ou indirectamente, lucros desta especulação:

Penas - de prisão cellualar por um a dous annos e multa de 500\$ a 1:000\$000 (Brasil, Decreto nº 847, 1890).

O texto tem redação confusa pois utiliza a expressão “empregarem-se no tráfico da prostituição”, deixando dúvida sobre a atuação da mulher na conformação do delito. Segundo Sales e Alencar (Sales & Alencar, 2008, p. 93) essa redação causava “problemas na compreensão do tipo, pois quem nele se empregava eram os mediadores, corretores ou promotores da prostituição, e não as mulheres”.

Interessante as observações feitas por Galdino Siqueira (1932, *apud* Sales & Alencar, 2008, p. 93) a respeito da impropriedade da redação do tipo penal em análise no código de 1890:

Ora, os que se empregam no traffico são geralmente os intermediários, são os agentes, são os sujeitos activos do crime. As outras são as victimas, constituem o objecto do traffico, são os sujeitos passivos do delicto. Empregar-se no traffico significa agir neste commercio, como promotor do mesmo, como seu explorador. Pelo contexto do sitado artigo, deprehende-se não ser esse o designio do reformador.

Apesar da técnica legislativa de pouca clareza, extrai-se que a intenção do legislador era de combater a prostituição feminina e a sua exploração. Isso fica evidente pelo posicionamento do crime em comento no capítulo III do título VIII, que trata do crime de lenocínio, que significava, na linguagem do próprio código de 1890, “Excitar, favorecer, ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos deshonestos ou paixões lascivas de outrem”.

A opção do legislador em lançar o crime de tráfico no bojo da tipificação do lenocínio também evidencia que o bem jurídico que se pretendia resguardar era a moralidade do grupo familiar e o pudor público (Smith A. d., 2017). Nenhuma preocupação havia com a dignidade e liberdade individual das mulheres, sobretudo se essas já exerciam a prostituição.

Em uma crítica à redação do artigo 278 do Código Penal dos Estados Unidos do Brazil de 1890, Venson e Pedro (2013, p. 65) aduzem “essa normativa, elaborada no auge do período vitoriano, mantém diferenciações entre mulheres honestas e prostitutas, concebe a

prostituta como mulher pública, refere-se à virgindade das mulheres (porém não dos homens) e faz várias referências ao estado civil das mulheres (porém não dos homens)”.

E as autoras concluem: “Além disso, aflições com respeito à desordem no modelo de família nuclear são muito mais evidentes que ansiedades motivadas pela ideia de possíveis agressões e violências que recairiam sobre as mulheres envolvidas em tal prática (...) (Venson & Pedro, 2013, p. 67).

Por força da ambiguidade da descrição típica original do código penal de 1890, adicionada ao compromisso internacional assumido pelo Brasil ao ratificar o Acordo para Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas, de 1904 (o qual passou a ter vigência no país por meio do decreto n° 5.591, de 13 de julho de 1905), foi publicada a Lei 2.992, de 25.09.1915, que alterou o artigo 278 acima transcrito. Em sua nova redação, o crime passou a ser definido da seguinte maneira:

Artigo 278. Manter ou explorar casas de tolerancia, admitir na casa em que residir, pessoas de sexos diferentes, ou do mesmo sexo, que ahi se reúnam para fins libidinosos; induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miseria, quer constringendo-as por intimidação ou ameaças a entregarem-se á prostituição; prestar, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, qualquer assistencia ou auxílio ao commercio da prostituição:

Pena - de prisão cellualar por um ou tres annos e multa de 1:000\$ a 2:000\$000.
 § 1.º Alliciar, attrahir ou desencaminhar, para satisfazer as paixões lascivas de outrem, qualquer mulher menor, virgem ou não, mesmo com o abuso de seu consentimento; alliciar, attrahir ou desencaminhar, para satisfazer ás paixões lascivas de outrem, qualquer mulher maior, virgem ou não, empregando para esse fim ameaça, violencia, fraude, engano, abuso de poder ou qualquer outro meio de coacção; reter por qualquer dos meios acima referidos, ainda mesmo por causa de dividas contrahidas, qualquer mulher, maior ou menor, virgem ou não, em casa de lenocínio, obriga-la a entregar-se á prostituição:

Pena - as do dispositivo anterior.

§ 2.º Os crimes de que trata o art. 278 e o § 1º do mencionado artigo serão puníveis no Brazil ainda que um ou mais actos constitutivos das infracções nelles previstas tenham sido praticados em paiz estrangeiro (Brasil, 1915).

Da nova redação, mais ajustada aos textos internacionais do quais o Brasil, naquela altura, já era signatário (Convenções de 1904 e de 1910), é interessante destacar a maior clareza com que trata o tráfico de mulheres, prevendo inclusive a hipótese de retenção da vítima por dívida como caracterizadora do tipo, bem como o aumento da pena máxima prevista para o delito, que passou de dois para três anos.

Em 17 de janeiro de 1921, uma nova mudança foi realizada no Código para tornar ainda mais rígida a pena dos crimes de tráfico de mulheres. O Dec. nº 4.269, de 17 de janeiro de 1921, por meio de seu art. 10, tornou inafiançável o referido delito.

Na sequência histórica da legislação brasileira sobre o tráfico de pessoas, foi publicado o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o atual Código Penal, ainda em vigor apesar de substancialmente alterado nesses quase oitenta anos de vigência. A nova norma trazia em seu bojo um artigo penalizando especificamente o tráfico de pessoas, reproduzindo “em grande parte, as tendências internacionais de elaboração de normas que criminalizavam o tráfico como prática exclusivamente voltada para a exploração da mulher na prostituição” (Smith A. d., 2017, p. 38).

O novo tipo penal de tráfico de mulheres estava descrito no artigo 231 do código, e trazia a seguinte redação:

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro:

Pena - reclusão, de três a oito anos.

§ 1º Se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo 1º do art. 227:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos.

§ 2º Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de cinco a doze anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa de cinco contos a dez contos de réis (Brasil, 1940).

Esse dispositivo estava inserido no título VI que tratava dos “Crimes contra os costumes”, e estava composto por seis capítulos: “dos crimes contra a liberdade sexual; da sedução e corrupção de menores; do rapto; disposições gerais; do lenocínio e do tráfico de mulheres; do ultraje público ao pudor”.

Do mesmo modo que no código anterior, o exercício da prostituição em si mesmo não era criminalizado, contudo, a novel legislação mantinha o senso proibitivo da prostituição (Venson & Pedro, 2013), tanto que o tráfico continuou a ser elencado entre aqueles considerados crimes contra os costumes, cujos bens tutelados eram a moral pública sexual e os bons costumes, que deveriam estar a salvo da prostituição (Sales & Alencar, 2008).

Em decorrência, pouco importava se a mulher maior e capaz houvesse dado seu consentimento válido para empreender a viagem e que não fosse posteriormente submetida a

nenhum tipo de exploração. O tráfico se configuraria em qualquer hipótese em que a saída da pessoa ocorresse por intermédio de outrem, com o fim de prostituir-se.

O revisor do Código Penal de 1940, Nelson Hungria (*apud* Sales & Alencar, 2008, p. 95) discorre sobre as intenções do legislador ao tipificar o tráfico de mulheres e manter a sua então indissociável ligação com o crime de lenocínio:

Com êste nome, tomado em sentido lato, pode designar-se não só a atividade criminosa dos mediadores ou fautores, como a dos aproveitadores, em geral, da corrupção ou prostituição. Assim, o tráfico de mulheres (recrutamento e transporte, de um país a outro, de mulheres destinadas à prostituição), a que o código faz destacada menção, não é senão uma modalidade do lenocínio, do mesmo modo que o proxenetismo (mediação para a lascívia de outrem, favorecimento à prostituição, manutenção de casa de prostituição) e o rufianismo (aproveitamento parasitário do ganho de prostitutas)

O tipo penal de tráfico, tal como descrito no art. 231 do Código Penal de 1940, permaneceu com essa mesma redação durante 66 anos, até a promulgação da Lei nº 11.106, de 28/03/2005. Portanto, durante todo esse interstício temporal, o crime de tráfico de pessoas no Brasil só tinha como vítimas as mulheres, não obstante ter o Brasil promulgado, desde 1959, o Decreto nº 46.981, que incluiu no ordenamento jurídico brasileiro a Convenção para a Repressão do Tráfico de Seres Humanos e Exploração da Prostituição de Outrem, a qual já previa o tráfico de qualquer pessoa, não apenas de mulheres.

Outrossim, vale mencionar que o código de 1940 não previa o crime de tráfico interno. Condutas que se subsumissem a essa hipótese poderiam ser punidas como facilitação à prostituição (art. 228), mas não como delito de tráfico de pessoas.

Com a promulgação da Lei nº 11.106/05, a redação do art. 231 do Código Penal de 1940 foi alterada, prevendo-se, a partir de então, o tráfico internacional de pessoas, e não mais apenas o tráfico de mulheres. A despeito do atraso de quase meio século frente às previsões do direito internacional, o país finalmente desvinculou o crime em estudo do gênero feminino. A nova redação do dispositivo legal passou a ser:

Art. 231. Promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo 1º do art. 227:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, e multa, além da pena correspondente à violência (Brasil, 2005).

Também por meio da referida lei foi corrigida mais uma deficiência da anterior previsão normativa do tráfico, eis que foi introduzido no código o crime de tráfico interno de pessoas, no art. 231-A.

Essas modificações significaram, sem dúvida, um importante avanço na definição do crime no país, contudo, o Brasil ainda se achava em posição de atraso em relação a diversos outros pontos relevantes na conceituação do tráfico de pessoas, especialmente porque, nessa altura, já havia sido internalizado, na legislação pátria, o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, através do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004.

O país ainda carecia de uma tipificação mais ampla relacionada às finalidades do tráfico, pois permanecia, no início do século XXI, a vinculação do referido crime, exclusivamente, à prostituição. Outrossim, pendiam previsões que abordassem o tratamento adequado a ser dado à vítima do tráfico, inclusive aquelas de natureza migratória.

Igualmente, a Lei 11.106/2005 falhou ao não incorporar como elementar típica do crime de tráfico previsões de utilização de qualquer meio violento, fraudulento, ameaçador, nem mesmo de exploração da vulnerabilidade da vítima, como já previa o Protocolo das Nações Unidas Antitráfico. A ocorrência de uma dessas hipóteses implicava numa modalidade qualificada do crime, podendo este se concretizar mesmo que a viagem fosse encetada de maneira consciente e consentida pela pessoa alegadamente vítima, ainda que fosse maior de idade e capaz, para o exercício da atividade de prostituição em outro país, e que nele não houvesse nenhum tipo de exploração abusiva dessa atividade por terceiros. Remanescia, assim, a concepção abolicionista do tráfico, que moldou o desenvolvimento de seu conceito durante todo o século XX.

Em 07 de agosto de 2009 foi promulgada a Lei nº 12.015, que novamente trouxe algumas alterações à figura delitiva do tráfico de pessoas no Brasil.

Em sua nova redação, o crime de tráfico internacional de pessoas passa a se definir da seguinte forma:

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º. Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º. A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º. Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.” (Brasil, 2009)

A primeira relevante alteração a ser pontuada foi que o tipo passou a contemplar como finalidade do tráfico a “outra forma exploração sexual”, além da prostituição. Continua, entretanto, a omissão quanto ao emprego de meios violentos, fraudulentos, ameaçadores ou abusivos na definição elementar do tipo penal. Essas modalidades permanecem na condição de forma qualificada do crime de tráfico. O consentimento válido segue sendo ignorado pela legislação brasileira.

As outras modalidades qualificadas do tipo, definidas nos parágrafos, já estavam parcialmente previstas no antigo parágrafo primeiro do art. 231, tendo elas sido ligeiramente ampliadas, a exemplo da qualificadora decorrente da vítima ser deficiente ou portadora de enfermidade capaz de lhe tolher o discernimento para a prática do ato.

Em sua análise a essas alterações relacionadas ao crime de tráfico, no Código Penal de 1940, efetivadas na primeira década do século XXI, Venson e Pedro (2013, p. 78) discorrem:

Essas conceituações deixam muito pouco espaço para o entendimento de que a prostituição pode ser uma atividade ponderada, negociada e escolhida em uma gama de opções possíveis. Ao igualar prostituição à exploração sexual, apaga-se a agência pessoal das pessoas que se envolvem nessa atividade e se boicota a discussão a respeito dos direitos das pessoas que se dedicam voluntariamente a essa atividade.

Com a recente aprovação da Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016, que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas, o país, finalmente, alinhou-se mais adequadamente à agenda internacional para o combate a esse crime.

E essa ponderação deriva do fato de que a nova lei assentou-se nos três eixos de tutela ao tráfico de pessoas previstos no Protocolo de Palermo: prevenção, repressão e proteção da vítima.

Na esfera preventiva, o capítulo II da nova lei estabelece: I - a implementação de medidas intersetoriais e integradas nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança pública, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento rural, esportes, comunicação, cultura e direitos humanos; II – a realização de campanhas socioeducativas e de conscientização, considerando as diferentes realidades e linguagens; III – incentivo à mobilização e à participação da sociedade civil; e IV – incentivo a projetos de prevenção ao tráfico de pessoas.

No âmbito repressivo, a Lei de Tráfico de Pessoas estabelece, no capítulo III, a necessidade de cooperação entre órgãos do sistema de justiça e segurança, de integração entre políticas e ações de repressão e de formação de equipes conjuntas de investigação, além de promover alterações no Código Penal para ampliação do alcance da tutela.

Quanto à proteção e atendimento às vítimas do tráfico, a lei estabeleceu a adoção de medidas de: I - assistência jurídica, social, de trabalho e emprego e de saúde; II - acolhimento e abrigo provisório; III - atenção às suas necessidades específicas, especialmente em relação a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional, diversidade cultural, linguagem, laços sociais e familiares ou outro status; IV - preservação da intimidade e da identidade; V - prevenção à revitimização no atendimento e nos procedimentos investigatórios e judiciais; VI - atendimento humanizado; VII - informação sobre procedimentos administrativos e judiciais.

Trouxe, também, a previsão de atenção às vítimas, por meio da interrupção da situação de exploração ou violência, a sua reinserção social, a garantia de facilitação do acesso à educação, à cultura, à formação profissional e ao trabalho e, no caso de crianças e adolescentes, a busca de sua reinserção familiar e comunitária.

Determinou, ainda, que a assistência à saúde englobe medidas de recuperação física e psicológica da vítima.

Também como providência voltada ao amparo às vítimas do tráfico, a Lei 13.344/2016 previu alterações à atualmente revogada Lei nº 6.815/80 (antigo Estatuto do Estrangeiro), flexibilizando a permanência no país das vítimas desse crime, bem como de seus

familiares. Com a promulgação da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (atual Lei de Migrações), o direito à residência à vítima do tráfico passou a ser assegurado pelo art. 30, alínea “g”, da nova legislação.

Exposta sucintamente a estrutura do novo marco legal de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil, esclarecemos que, neste tópico do trabalho, cingir-nos-emos a explicitar mais detidamente as alterações de cunho penal trazidas pela Lei nº 13.344/2016. As previsões de natureza investigatória e procedimental serão abordadas no próximo capítulo, quando analisarmos as organizações criminosas em atuação no tráfico de pessoas, bem como as ferramentas investigativas previstas na legislação e utilizadas na repressão a esse fenômeno criminoso.

Pois bem, a nova lei alterou significativamente a definição típica do crime de tráfico de pessoas, remodelando as condutas e finalidades do crime, e ajustando essa tipologia ao contido no Protocolo Adicional à Convenção de Palermo.

Nesse sentido, como primeira modificação relevante, retirou a figura delitiva do capítulo V do título VI do Código, dedicado ao lenocínio e à exploração da prostituição ou outra forma de exploração sexual, passando a enquadrá-lo dentre os crimes contra a liberdade individual (capítulo VI do título I do Código).

O novo texto passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

- I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;
- II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;
- III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;
- IV - adoção ilegal; ou
- V - exploração sexual.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:

I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;

II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;

III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou

IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

Essa mudança topográfica, por si só, já representou uma guinada de suma importância em relação aos valores tutelados pelo novo injusto penal do tráfico de pessoas. Deixa-se de privilegiar a moralidade pública, o pudor e os bons costumes e passa-se a proteger a liberdade individual e sexual – no caso de tráfico com fins de exploração sexual – como bens jurídicos salvaguardados pela norma penal.

No que tange às ações caracterizadoras do tráfico, vemos uma multiplicidade de verbos aptos a enquadrar atuação criminosa no tipo legal (agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher). Trata-se de crime de ação múltipla alternativa, havendo atos que denotam permanência (como transportar e alojar), cuja consumação pode se propalar no tempo, como ações de consumação imediata (como aliciar, recrutar, comprar, acolher).

O elemento subjetivo do tipo, por sua vez, é o dolo especial, na medida em que a realização da ação inicial está atrelada ao fim exploratório. Não se exige, contudo, para a consumação do delito, a ocorrência do resultado naturalístico de exploração, isto é, a efetiva concretização da exploração da vítima, bastando para tanto a mera intenção de explorá-la.

Mencionando o fim exploratório, entramos afinal numa das mais significativas alterações trazidas pela Lei nº 13.344/2016: a ampliação da finalidade exploratória do tráfico e sua desvinculação da prática da prostituição ou da exploração sexual.

Consiste, sem dúvida, em uma grande conquista para os defensores da corrente feminista transnacional, que há décadas vinha lutando para alterar o discurso imperativo do tráfico de pessoas de cunho abolicionista, que mantinha a ideia de tráfico de pessoas ligado diretamente à prostituição.

A ampliação da tutela penal do crime de tráfico de pessoas passou a prever que ele se consuma quando algum ou alguns dos núcleos verbais do tipo são praticados, mediante o uso de um ou mais meios de coação, ameaça, violência, fraude ou abuso, para a execução das seguintes finalidades: I – remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; II – submissão a trabalho em condições análogas à de escravo; III – submissão a qualquer tipo de servidão; IV – adoção ilegal; ou V – exploração sexual.

Vê-se que não há mais a utilização da expressão “prostituição” ou “exercício da prostituição” dentre as finalidades exploratórias, o que, certamente, reflete o atendimento às demandas daquela corrente feminista e dos movimentos de direito das trabalhadoras do sexo.

Mas, a nosso ver, o legislador pecou ao não explicitar mais claramente o que se entende por exploração sexual, o que, de resto, ficará a cargo da doutrina e da jurisprudência.

Quanto a esse aspecto, Nucci (*apud* Dornelas & Silva, 2017, p. 49), discorrem:

Em suma, a finalidade de exploração sexual – sem menção à prostituição é muito mais abrangente e pode, em certas situações até envolver a prostituição. Tudo depende do modo como esta é exercida, da idade do profissional do sexo e do seu consentimento.... Explora-se sexualmente outrem, a partir do momento em que este é ludibriado para qualquer relação sexual ou quando o ofendido propicia lucro somente a terceiro, em virtude de sua atividade sexual.

Outra mudança que chamou a atenção foi que o crime de tráfico de pessoas passou a contemplar, como elemento intrínseco à sua configuração, a utilização de meios como grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso. Superou-se, assim, a velha discussão em torno da admissibilidade e validade do consentimento voluntário e livre, dado por pessoa adulta, para a realização de viagem a fim de prostituir-se em outro país (na hipótese de tráfico internacional).

Embora o texto legal, diferentemente do Protocolo, não faça menção à validade ou desconsideração do consentimento dado pela vítima, a conclusão acima se mostra inexorável se se está diante de um caso em que nenhum dos meios como grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso foi utilizado para assegurar o transporte da pessoa para outro país, tampouco esta sofreu algum tipo de abuso violador de sua dignidade quando chegou ao seu destino.

Interessante notar que o legislador deixou abertas as noções de fraude ou abuso como meios elementares para a configuração do tráfico. Isso porque, no âmbito do direito interno, discute-se se esses meios devem ser considerados apenas quanto ao conhecimento sobre a real atividade que se desenvolverá no país de destino ou se também deverão ser consideradas em relação ao modo ou condições em que se desenvolverão essas atividades.

Conforme já demonstrado nos estudos anteriores, é mister reconhecer que os meios fraudulentos ou abusivos também se referem aos engodos ou violações relacionadas às condições de trabalho (Dornelas & Silva, 2017). Nesse sentido, Bittencourt (*apud* Dornelas & Silva, 2017, p. 46-47) informa:

Faz-se necessário o emprego de artifícios e estratagemas idôneos que criem uma situação de fato ou uma disposição de circunstâncias que torne insuperável o erro da pretensa vítima, que, em razão do comportamento fraudulento, seja levada a

interpretar, erradamente, o relacionamento, a negociação, ou qualquer outro contato com o sujeito ativo que a tranforme em vítima do tráfico de pessoas.

Nesse ponto, impende destacar a ocorrência da *abolitio criminis* em relação à figura típica anteriormente prevista no *caput* do art. 231 do CP, isto é, a antiga concepção do tráfico em sua modalidade simples (aquela que ocorria independentemente do uso de meios violentos, fraudulentos ou ameaçadores). Manteve-se, todavia, a incriminação do tráfico quando há o emprego de grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso (o que antes configurava uma forma qualificada de tráfico, a vista da antiga redação do § 2º do artigo 231, do CP). Houve, portanto, a continuidade normativo-típica em relação a essa modalidade de tráfico, com a sua alteração topográfica no Código Penal, já antes comentada.

A legislação brasileira aderiu, por fim, ao posicionamento encampado pelas Nações Unidas, 17 (dezessete) anos antes, no sentido de aceitar, num contexto de deslocamento transfronteiriço, o exercício opcional da atividade sexual para fins comerciais.

Outro ponto de destaque é a previsão, apenas como causa de aumento de pena, da retirada da vítima do território nacional. *Contrario sensu*, conclui-se que o crime pode se consumir, também, se o deslocamento da vítima se der para outro local dentro das fronteiras do país. Tem-se, portanto, o tráfico internacional e o tráfico nacional descritos no mesmo dispositivo penal.

Por fim, convém destacar que, diferentemente do Protocolo de Palermo, a legislação brasileira não vincula a prática do tráfico de pessoas à existência de uma organização criminosa. Essa é a conclusão que se extrai do parágrafo segundo do artigo 149-A, o qual prevê que a pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

Vê-se que, não obstante tenha ocorrido somente na segunda década do século XXI, o novo parâmetro de enfrentamento do tráfico de pessoas no Brasil, consolidado pela Lei nº 13.344/2016, alcançou os pontos essenciais para o tratamento do fenômeno, de um modo mais amplo, ultrapassando a abordagem exclusivamente de cunho persecutório-penal antes vigente no país. Não temos, no entanto, como evitar reconhecer que a nova Lei ainda careceu de disciplinar importantes medidas de assistência e proteção às vítimas, previstas na legislação internacional, bem como deixou de contemplar, em seu texto, um conceito extremamente importante no contexto do tráfico de pessoas: a previsão da vulnerabilidade das vítimas, e o abuso dessa condição, como um dos meios para a configuração do delito.

2.3 Tratamento Penal em Portugal

O crime de tráfico de pessoas em Portugal foi previsto primeiramente no Decreto-Lei 400/82, de 23 de setembro, que instituiu o Código Penal Português de 1982, em seu artigo 217º, localizado na seção II (dos crimes sexuais), do Título III (dos crimes contra valores e interesses da vida em sociedade).

Seria punido pelo crime em questão “quem realizar tráfico de pessoas, aliciando, seduzindo ou desviando alguma, mesmo com o seu consentimento, para a prática, em outro país, da prostituição ou de actos contrários ao pudor ou à moralidade sexual” (Portugal, 1982). Incurrendo no crime descrito, o agente seria punido com prisão de 2 a 8 anos e multa até 200 dias.

A pena seria agravada de um terço em seus limites mínimo e máximo se o agente praticasse as condutas referidas com intenção lucrativa, profissionalmente, ou utilizasse violência ou ameaça grave. E, ainda, se a vítima fosse cônjuge, ascendente, descendente, filho adotivo, enteado ou tutelado do agente, ou lhe fosse entregue em vista da sua educação, direcção, assistência, guarda ou cuidado, a pena seria agravada de metade, nos seus limites mínimo e máximo.

O tipo de tráfico então definido no Código de 1982 trazia como elemento essencial do delito a necessidade de transposição de fronteiras. Com isso, ficava de fora do enquadramento típico o tráfico interno, o qual poderia ser subsumido, em certas condições, ao crime de lenocínio, capitulado nos artigos 215º e 216º do mesmo código.

A localização topográfica do crime de tráfico, por sua vez, demonstrava que, naquela altura, o delito em questão destinava-se a tutelar primeiramente a moralidade pública e o pudor social, e não os bens jurídicos individuais das vítimas, como liberdade e autodeterminação sexual.

Em 1995, através do Decreto-Lei nº 48/95, de 15 de março, o Código Penal sofreu relevantes alterações, merecendo destaque aquelas atinentes aos valores e bens primariamente tutelados no âmbito dos crimes sexuais. Nesse sentido, os crimes sexuais deixaram de fazer parte do título destinado à proteção dos valores morais da sociedade para formarem um capítulo autónomo designado “Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, pertencente ao título “Dos crimes contra as pessoas”.

Essa alteração realçou a mudança de entendimento quanto aos valores mais importantes a serem tutelados pelo Direito Penal português, mudança esta evidenciada no ponto 1 do Preâmbulo do Decreto-Lei nº 48/95, de 15 de março, que estabelece:

A tendência cada vez mais universalizante para a afirmação dos direitos do homem como princípio basilar das sociedades modernas, bem como o reforço da dimensão ética do Estado, imprimem à justiça o estatuto de primeiro garante da consolidação dos valores fundamentais reconhecidos pela comunidade, com especial destaque para a dignidade da pessoa humana”. (Portugal, 1995).

O tráfico passou a ser capitulado no artigo 169º do Código Penal, descrito da seguinte forma: “quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, levar outra pessoa à prática em país estrangeiro da prostituição ou de actos sexuais de relevo, explorando a sua situação de abandono ou de necessidade é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos”.

Com essa alteração de tutela de valores, a tipificação do crime de tráfico deixou de estar atrelada aos valores moralistas que fundamentaram a construção histórica dessa figura delitiva e passou a proteger os bens considerados mais relevantes para a sociedade no final do século XX e início do século XXI: a liberdade e autodeterminação pessoal dos indivíduos, estes como corolários do princípio da dignidade da pessoa humana.

Com essa redação, e tendo em conta que os bens jurídicos salvaguardados eram prioritariamente a liberdade sexual e autodeterminação pessoal, fica claro que o dispositivo penal era aplicável, apenas, a quem fosse submetido a uma situação de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta para ser levada ao estrangeiro e lá ser conduzida à prostituição.

Não configurava o crime em tela a situação de alguém ser conduzida a outro país, de maneira livre, consciente e consentida, para o exercício de atividade sexual comercial, sem sofrer qualquer tipo de constrangimentos de parte do agente (Santos et al, 2008).

A Lei nº 65/98, de 2 de Setembro, também promoveu alterações no artigo 169º do Código Penal, eliminando da descrição típica o elemento objetivo “exploração de situação de abandono ou necessidade”.

Na sequência, por meio da Lei nº 99/2001, de 25 de Agosto, nova modificação no texto do Código veio acontecer, desta feita adequando parcialmente a previsão do crime de tráfico de pessoas do direito português ao recém-aprovado Protocolo Adicional da Convenção de Palermo. Nesses termos, foi alargada a previsão legal do artigo 169º, o qual passou a ser descrito da seguinte maneira:

Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil, manobra fraudulenta, abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando qualquer situação de especial vulnerabilidade, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de pessoa, ou propiciar as condições para a prática por essa pessoa, em país estrangeiro, de prostituição ou de actos sexuais de relevo, é punido com prisão de 2 a 8 anos (Portugal, 2001).

Com isso, foi inserida na legislação pátria portuguesa a previsão de abuso a uma situação de especial vulnerabilidade da vítima, entendida como aquela em que a pessoa visada não tem outra escolha real em aceitável senão a de submeter-se ao abuso.

Não obstante reconhecido o avanço na definição de tráfico de pessoas decorrente da alteração legislativa de 2001, vê-se que, nesse momento, o crime em questão ainda tinha sua descrição atrelada, necessariamente, ao exercício da prostituição, apesar do texto do Protocolo de Palermo já contemplar as outras hipóteses de finalidades exploratórias.

Outrossim, ainda ficava de fora da capitulação do tráfico de pessoas a situação de transporte, aliciamento, alojamento ou acolhimento de pessoa dentro do território do Estado Português para a prática da prostituição, por meio de violência, ameaça grave, ardil, manobra fraudulenta, abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando qualquer situação de especial vulnerabilidade.

No ano de 2007, houve uma nova reforma do Código Penal Português, trazendo mais uma vez importantes alterações no tratamento do crime de tráfico de pessoas. Essas novas alterações, incorporadas à legislação através da Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro, buscavam colocar o crime em testilha em conformidade quanto aos compromissos internacionais assumidos por Portugal, inclusive imposições da União Europeia através de suas Decisões-Quadro. Citamos como as principais fontes normativas internacionais motivadoras das alterações verificadas na reforma de 2007 o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, introduzido na legislação interna através da Resolução da Assembleia da República nº 32/2004, de 2 de Abril, e ratificado pelo Decreto nº 19/2004, de 2 de Abril; a Decisão-Quadro 2002/629/JAI, do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativa à luta contra o tráfico de seres humanos; a Decisão-Quadro 2004/68/JAI, do Conselho, de 22 de Dezembro de 2003, relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil; e a Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Seres Humanos, assinada em Portugal em 16 de Maio de 2005.

A primeira dentre as mais relevantes alterações introduzidas pela Lei nº 59/2007, de 04 de Setembro, foi a retirada do crime de tráfico do capítulo dedicado à tipificação dos crimes sexuais e a sua introdução no capítulo dos crimes contra a liberdade pessoal. E isso aconteceu porque, finalmente, foram introduzidas no tipo penal outras finalidades exploratórias além das de cunho sexual.

Com efeito, o novo tipo penal passou a ser descrito no artigo 160º do código penal com o seguinte texto:

Tráfico de pessoas

1 - Quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
- d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou
- e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima;

é punido com pena de prisão de três a dez anos;

2 - A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos.

3 - No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos.

4 - Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

5 - Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos n.os 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

6 - Quem retiver, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos n.os 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal. (Portugal, 2007)

Verifica-se, primeiramente, que o tráfico de pessoas passou a contemplar as situações em que a vítima é traficada para fins de exploração do trabalho e para a extração de órgãos, além da já consolidada exploração sexual. Tratou-se de importante alteração conceitual do tráfico de pessoas, eis que este deixou de estar atrelado aos valores de cunho sexual antes indissociáveis da sua concepção. Após a reforma de 2007, além da exploração sexual, a

vítima poderia ser traficada para ser explorada nas lavouras, em fábricas ou em serviços de qualquer espécie, além de poder ser aprisionada para fins de extração de seus órgãos.

Outra modificação relevante da altura foi a exclusão da transnacionalidade como elemento essencial do crime. Com a redação trazida pela Lei nº 59/2007, de 4 de setembro, o crime de tráfico poderia consumir-se mesmo que a vítima fosse aliciada, transportada, acolhida dentro do próprio território português, o que antes poderia subsumir-se, a depender das circunstâncias, aos tipos penais de lenocínio, coação sexual ou violação. Incorporava-se, enfim, à legislação interna, a figura do tráfico interno de pessoas.

O número 2 do artigo 160º trata do tráfico de menores (que anteriormente estava disciplinado no art. 176º do Código), prevendo a desnecessidade da utilização de qualquer dos meios previstos nas alíneas do número 1 para a caracterização do crime. Em sendo utilizado qualquer um desses meios, o crime seria enquadrado na sua forma qualificada.

Outro ponto interessante foi a previsão do crime de tráfico de menores para adoção, sendo puníveis tanto o agente do crime como o adotante.

Destacou-se, de outro lado, o aumento da moldura penal, que passou de uma pena de prisão de 2 a 8 anos para uma pena de prisão de 3 a 10 anos. Ainda, ficou evidenciado que o crime em comento não exigia o resultado naturalístico de efetiva exploração para se consumir. Em outras palavras, bastava que ficasse demonstrada que a intenção do agente ao praticar um dos núcleos verbais, mediante a utilização de algum dos meios descritos nas letras a) a e) do item 1 do artigo, era de explorar a vítima em algum trabalho, sexualmente ou para extração de seus órgãos, que o delito já estaria consumado. Dispensava-se a comprovação da efetiva exploração para a subsunção do fato à norma.

Outra significativa inovação trazida pela reforma de 2007 foi a previsão de responsabilização penal para pessoas coletivas nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (Santos et al, 2008). Nos termos da lei, a responsabilidade penal só alcança a pessoa coletiva quando o crime for cometido no seu interesse e desde que praticado por pessoa que ocupe posição de liderança ou que aja sob sua autoridade.

Por fim, convém destacar que, a partir da vigência da Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro, quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto de tráfico, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Por último, em 2013, surgem novas alterações, afetadas pela Lei nº 60/2013, de 23 de agosto, desta feita pretendendo ajustar mais precisamente a legislação interna à definição de tráfico trazida pela mais recente Diretiva 2011/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, a qual estabeleceu as regras mínimas relativas à definição das infracções penais e das sanções no domínio do tráfico de seres humanos.

Com esse propósito, a Lei nº 60/2013, de 23 de agosto, introduziu algumas relevantes alterações na definição do crime de tráfico, dentre as quais a ampliação das suas finalidades exploratórias. O artigo 160º do Código Penal passou a ter a seguinte redação:

Quem oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
- d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima;
- e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima;

é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2 - A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, recrutar, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos, a adoção ou a exploração de outras atividades criminosas.

3 - No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos.

4 - As penas previstas nos números anteriores são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a conduta neles referida:

- a) Tiver colocado em perigo a vida da vítima;
- b) Tiver sido cometida com especial violência ou tenha causado à vítima danos particularmente graves;
- c) Tiver sido cometida por um funcionário no exercício das suas funções;
- d) Tiver sido cometida no quadro de uma associação criminosa; ou
- e) Tiver como resultado o suicídio da vítima.

5 - Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

6 - Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos n.os 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

7 - Quem reter, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos n.os 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

8 - O consentimento da vítima dos crimes previstos nos números anteriores não exclui em caso algum a ilicitude do facto.

Segundo Albuquerque (2018), o artigo prevê cinco crimes distintos: o tráfico adulto (nº 1); o tráfico de menores de 18 anos (nºs 2 e 3); a alienação de menor (nº 5); a utilização da vítima do tráfico (nº 6); e a subtração de documentos da vítima do tráfico (nº 7).

Foram acrescentadas a mendicidade, escravidão e exploração de outras atividades criminosas ao rol de finalidades do tráfico humano. O autor acima citado destaca que, nos termos da exposição do projeto de lei que resultou na aprovada Lei nº 60/2013, de 23 de Agosto, “alarga-se o âmbito da incriminação do tráfico de pessoas para qualquer tipo de exploração. O escopo da intervenção do art. 160º do Código Penal deixa assim de estar limitado a formas de exploração específicas, que passam a ter natureza exemplificativa” (Albuquerque, 2018, p. 97).

Ademais, conforme nos alerta Albuquerque (2018, p. 101):

A Lei 60/2013 prevê um novo crime qualificado de tráfico de pessoas (n. 4) que consagra as circunstâncias previstas no artigo 24 da Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos e no artigo 4º da Diretiva 2011/36/EU, na sequência da recomendação do § 162 do relatório GRETA (GRETA (2012)2015). As circunstâncias são as seguintes: (a) ter colocado em perigo a vida da vítima; agir com especial violência; (b) ter sido cometida com especial violência ou ter causado à vítima danos particularmente graves ou o suicídio da vítima; (c) ter sido cometida por um funcionário no exercício das suas funções...; (d) ter sido cometida no quadro de uma associação criminosa; ou (e) ter como resultado o suicídio da vítima.

De igual maneira à reforma de 2007, manteve-se a responsabilização penal do usuário da vítima do tráfico, inovando-se, apenas, quanto à previsão de responsabilidade penal do adotante de menores traficados.

Convém destacar a previsão expressa quanto à irrelevância do consentimento dado pela vítima quando presentes os elementos configuradores do tráfico de pessoas, isto é, quando haja oferecimento, entrega, recrutamento, aliciamento, aceite, transporte, alojamento ou acolhimento pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas, por meio de violência, rapto ou ameaça grave; ardil ou manobra

fraudulenta; com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, econômica, de trabalho ou familiar; com aproveitamento de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controle sobre a vítima.

3 Investigação Criminal sobre o Tráfico de Pessoas

3.1 Organizações Criminosas e Tráfico de Pessoas

Como a atenção para o tráfico de pessoas aumentou nas últimas décadas, tendo ascendido na agenda política de inúmeras nações, sua análise também deixou de ter um caráter simplista e se transformou em algo muito mais complexo (Salt, 2000), exigindo a compreensão sobre o desenvolvimento de suas fases bem como sobre atuação do crime organizado na sua execução.

O estudo focado na investigação criminal sobre o tráfico de pessoas não pode, portanto, passar ao largo do entendimento, ainda que perfunctório, das organizações criminosas e do seu grau de envolvimento com essa modalidade de ilícito penal. Isso porque, conforme já visto, o desenvolvimento do tráfico, sobretudo aquele de caráter internacional – objeto de nossa pesquisa – demanda, para a sua concretização, a realização de fases distintas e complexas, que pousam sobre o solo de diferentes países, exigindo o emprego de um mínimo de organização e de mais de uma pessoa para o sucesso da empreitada criminosa.

Os primeiros estudos científicos sobre a criminalidade organizada remontam a meados do século XX, destacando-se o trabalho de Edwin H. Sutherland (1961 *apud* Werner, 2009) que considerava o crime organizado um parasita social que surge e organiza-se dentro de uma perspectiva de liderança, de divisão das tarefas a serem desempenhadas em um determinado território, interferindo nas atividades legítimas por meio da prática dos denominados crimes do colarinho branco. Outrossim, o autor destaca que as atividades desenvolvidas por esses grupos organizados se voltavam à maximização dos lucros, com o oferecimento e venda de bens e serviços ilícitos.

Apesar das primeiras análises acima destacadas datarem de meados do século passado, a preocupação com o crime organizado e seu enfrentamento tornaram-se mais patentes “quando as ‘máfias’ italianas e americanas passaram a ser o cerne do combate ao crime organizado, tendo em vista o seu modelo corporativo estruturado, hierarquizado, violento e com alta lucratividade” (Godoy, 2011, p. 52).

A percepção de que o crime organizado era um problema que merecia ser seriamente estudado e combatido fortaleceu-se durante as décadas de 80 e 90 do século XX, ao se perceber que esse modelo de atuação criminosa não estava mais adstrito a determinados

grupos étnicos ou regiões do globo (Werner, 2009), sobretudo em decorrência da globalização e seus efeitos na aproximação dos mercados mundiais, facilidades de movimentação de pessoas e do trânsito de informações.

A partir daí, operou-se uma verdadeira universalização do conceito e o crime organizado passa a ser uma preocupação mundial, em um processo que culmina com a publicação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Baltazar-Jr., 2010, p. 102/103).

Para Abadinsky (2012), as mudanças na economia global e nas alianças políticas internacionais beneficiaram enormemente o submundo do crime. A abertura sem precedentes de mercados, finanças, viagens e comunicações gerou crescimento econômico e aumento no bem-estar de populações, ao mesmo tempo em que permitiu um salto massivo nas oportunidades para as organizações criminosas.

As organizações criminosas transnacionais encontraram as condições propícias para se desenvolverem no cenário dicotômico gerado pela globalização, em que se verificam zonas de integração-estabilidade, representadas pelos países mais ricos, ao lado de zonas cinzentas, caracterizadas pela exclusão econômica e social e pela instabilidade política e institucional (Rodrigues A. M., 2008).

Nessa realidade de ordem-desordem, estabilidade-instabilidade, as redes criminosas aproveitam para explorar recursos das designadas “zonas cinzentas” e vender grande parte de seus “produtos” ilícitos nas zonas ricas, ditas estáveis. São esses países, parte das chamadas “zonas cinzentas”, que “valorizam as matérias primeiras do crime: drogas, armas, seres humanos (prostituição, escravidão, tráfico de pessoas, etc.)” (Rodrigues A. M., 2008).

A nova criminalidade é expressão deste novo modelo de organização social para que tendem as sociedades contemporâneas. A mobilidade das pessoas e dos capitais põe em causa a lógica territorial sobre a qual elas repousam. Este movimento de fundo – um pouco retardado pela confrontação Leste-Oeste – produz agora todos os seus efeitos. As grandes construções institucionais e a concentração do poder dão lugar ao declínio dos Estados e a um mundo onde proliferam as redes. (Rodrigues A. M., 2008, p. 171).

A concepção de crime organizado e seus elementos estruturais podem variar conforme se considerem estrutura, tamanho, forma de organização e ramo de atividade, mas os autores que estudam a matéria, de um modo geral, concordam que existe um núcleo essencial de características que “fornece um indicador seguro e abrangente deste fenômeno que pode ser

extraído através da análise dos diversos conceitos propostos” (Albanese, 2007, *apud* Werner, 2009, p. 37).

Nesse sentido, a compreensão de crime organizado, para esses estudiosos, foca em quatro elementos principais: organização contínua ou com alguma permanência; organização que opera racionalmente visando à obtenção de lucros; uso da força e de ameaças; e uso da corrupção para manutenção da impunidade perante as forças de segurança (Albanese, 2000).

A perpetuidade, por sinal, é uma variável que pode distinguir o crime organizado do convencional (Abadinsky, 2012).

Em termos gerais, o crime organizado concentra-se exclusivamente em atos planejados e racionais que refletem o esforço de grupos de indivíduos. Uma definição geral de crime organizado o vê como um empreendimento criminoso contínuo, trabalhado racionalmente com o fim de obtenção de lucros oriundos de atividades ilícitas, mantido através da corrupção de funcionários públicos, intimidação e ameaças. Os produtos e bens oferecidos são, frequentemente, objeto de grande demanda pública. Por definição, o crime organizado requer mais de uma pessoa e algum grau de planejamento e organização na realização da conduta criminal (Albanese, 2019).

Outros elementos podem convergir para a caracterização do crime organizado, como aponta Abadinsky (2012), a exemplo dos seguintes: ausência de ideologias políticas; hierarquia; presença de membros exclusivos ou limitados; característica de subcultura; uso de violência ilegal; atuação monopolística; regras de funcionamento próprias.

Mais uma característica que tem marcado o funcionamento das organizações criminosas é a sua faceta multi-crime. De acordo com Ruggiero (1997, *apud* Salt, 2000) existe um elo entre o crime organizado e uma ampla gama de atividades de caráter empresarial realizadas nas economias de mercado. Igualmente, Savona (1997 *apud* Salt, 2000) argumenta que, no crime organizado, as “empresas” variam de natureza quase-legais a abertamente criminosas, podendo inclusive se sobreporem, ressaltando que as organizações criminosas buscam oportunidades de negócios nos contextos em que a aplicação da lei é mais fraca ou menos eficaz.

Em seu formato tradicional, o crime organizado tem estrutura rígida, disciplinada, hierarquizada em graus, com isolamento de líderes, mas com possibilidade de ascensão de seus integrantes (Cressey, 1969, *apud* Werner, 2009). Contudo, sabe-se que esse tipo de empreendimento criminoso não constitui o único formato de organizações criminosas.

No ano de 2002, o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes – UNODC elaborou um estudo piloto destinado a desenhar as principais tipologias das organizações criminosas, sendo, para tanto, analisadas informações de quarenta organizações criminosas de caráter transnacional, atuantes em dezesseis países (UNODC, 2002). O resultado desse estudo gerou a identificação – inclusive com apresentação gráfica – de cinco tipologias de organizações criminosas.

As referidas tipologias foram elaboradas a partir da identificação de similaridades entre as características de vários dos grupos revisados. Dessas características, destacou-se como elemento central para a definição das mesmas a estrutura da organização criminosa, embora tenha-se reconhecido que “enquanto a estrutura não provê uma resposta imediata para qual atividade é desenvolvida pelo grupo, ela, entretanto, concede um guia relativamente útil sobre como essas atividades são realizadas” (UNODC, 2002, p. 34).

De acordo com esse estudo, as cinco tipologias são as seguintes:

- a) Hierarquia padrão: grupo hierárquico único com fortes sistemas internos de disciplina.
- b) Hierarquia regional: grupos estruturados hierarquicamente, com fortes linhas internas de controle e disciplina, mas com relativa autonomia para componentes regionais.
- c) Hierarquia em cluster: um conjunto de grupos criminosos que estabeleceram um sistema de coordenação / controle, variando de fraco a forte, sobre todas as suas diversas atividades.
- d) Grupo principal: um grupo relativamente bem organizado, mas não estruturado, cercado em alguns casos por uma rede de indivíduos envolvidos em atividades criminosas.
- e) Rede criminosa: uma rede frouxa e fluida de indivíduos, geralmente recorrendo a indivíduos com habilidades específicas, que se constituem em torno de uma série contínua de projetos criminais.

Diante da diversidade de tipos e manifestações da criminalidade organizada, Albanese (2000) sugere que talvez não haja um tipo ideal de crime organizado, mas, em vez disso, este deva ser visto e entendido como um grau de desenvolvimento da atividade criminosa.

Em estudo mais recente, o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes – UNODC (2012a) difundiu entendimento consentâneo com a sugestão de Albanese, ao concluir, em uma resenha elaborada após estudo de diversos casos concretos, um alto grau de

diversidade e novidade na análise de casos de crime organizado, os quais superam a possibilidade de identificar arquétipos estáveis e/ou consistentes para as organizações.

Nesse sentido, os peritos responsáveis pelo estudo afirmam:

Criar uma taxonomia precisa do crime organizado é uma tarefa muito difícil, se não impossível. Devido à grande variedade, nuances e exibibilidade do crime organizado, mesmo as propostas de classificação mais atualizadas correm o risco de ser insuficientemente descritivas ou abrangentes⁴⁸. (UNODC, 2012a, p. 17)

Ainda conforme o mesmo estudo, seriam vários os fatores que contribuiriam para a rápida obsolescência das tipologias, dentre os quais a complexidade da organização em decorrência do caráter transnacional dos grupos; novas “competências” que afetam aspectos estruturais de grupos criminosos; e a rápida evolução dos mercados ilícitos.

Como visto, as organizações criminosas não são, necessariamente, grupos culturalmente coesos e identificados, como a tradicional máfia. Ao contrário, existem grupos que não têm ligações além da própria atividade criminosa, onde não existe lealdade entre seus membros. Eles se organizam apenas para planejar e cometer os crimes (Albanese, 2000).

No cenário mundial colhido da globalização, o modelo tradicional de hierarquia rígida foi gradualmente se modificando para incluir novas oportunidades derivadas da integração dos mercados e da expansão das tecnologias. Abadinsky (2012) explica que, nesse contexto, uma estrutura hierárquica ligada a um território específico não seria capaz de implementar de uma maneira eficiente as tarefas para a realização de crimes como tráfico de drogas, armas e de seres humanos.

O modelo hierarquizado, que conferia poderes absolutos aos líderes e que se sustentava na ostensividade da violência utilizada como meio intimidatório, perdeu espaço para outros formatos de atuação, menos explícitos e, por isso, menos vulneráveis à identificação de seus membros. Com efeito:

Os mecanismos estabelecidos pelas máfias e gangues, suas raízes ideológicas, tornaram-se contraproducentes em um ambiente em que as atividades não podem ser desenvolvidas através de um controle rígido e hierarquizados, como antes promovido pelas máfias e sindicatos do crime, mas sim através das redes voláteis que consigam dissimular a ação legal (Werner, 2009, p. 92).

⁴⁸ Traduzido do original em inglês pela autora: “Creating a precise taxonomy of organized crime is a very difficult, if not impossible, task. Because of the great variety, nuances and exhibility of organized crime, even the most up-to-the-minute classification proposals risk being insufficiently descriptive or comprehensive.

A visibilidade deixa de ser um elemento de intimidação necessário e utilizado como instrumento de poder, buscando-se justamente o oposto, isto é, dificultar a identificação dos seus líderes e impossibilitar a persecução penal.

No plano internacional, o emprego das redes criminosas como manifestação do crime organizado mostrou-se muito mais adequado e produtor do que o velho modelo hierárquico. Redes mais voláteis e flexíveis permitem aos grupos criminosos de atuação transnacional suprirem mais facilmente à necessidade de captar mão-de-obra especializada para determinadas atividades específicas, bem como distanciar as linhas do comando central das células criminosas, dificultando sua identificação e evitando a prisão. Tudo isso permite às organizações ostentarem um nível de sofisticação e dissimulação muito mais eficazes do que se houvesse um controle central rígido (Werner, 2009).

De todo modo, a característica que efetivamente marca a diferença entre o crime organizado tradicional, que atua em apenas um Estado, para a criminalidade organizada transnacional, é a atuação deste último tipo em mais de um país. Nesse sentido, pode-se dizer que os grupos transnacionais estão baseados em um Estado, mas cometem seus crimes em mais de um país, conforme o mercado seja mais ou menos favorável. A perspectiva transnacional se caracterizará, portanto, quando o planejamento ou a execução do crime envolva mais de um país (Albanese, 2007, *apud* Werner, 2009).

Para Abadinsky (2012), as organizações criminosas transnacionais possuem as seguintes características: exploram diferenças entre os países para alcançar seus objetivos, obtendo lucros cada vez maiores e expandindo seu poder; podem ganhar influência em governos, política e comércio através do uso de meios corruptos ou legítimos; podem utilizar atividades aparentemente lícitas para alcançar maiores ganhos financeiros; procuram isolar ou proteger suas lideranças e seus membros da persecução penal.

Outrossim, elas ostentam, em geral, grande mobilidade, capacidade de adaptação e readaptação, além de poderem estar envolvidas em múltiplas atividades em diversos países. (Heikkinen & Lohrmann, 1998, *apud* Salt, 2000).

A preocupação com a expansão e ameaça das redes criminosas transnacionais frente aos Estados motivou à Assembleia Geral das Nações Unidas a criar um comitê *ad hoc* para elaborar uma convenção internacional destinada a fomentar a prevenção e o enfrentamento, pelos Estados membros, à criminalidade organizada internacional. O texto final da Convenção foi adotado durante a Conferência de Palermo, na Sicília, Itália, realizada em maio de 2000.

A convenção não traz em seu texto a definição de crime organizado transnacional, tampouco contém uma descrição dos tipos de crime que se encaixam nesse tipo de classificação. Ao invés de focar nos crimes que são normalmente praticados por grupos ou redes organizados, que atuam transnacionalmente, a convenção preferiu estabelecer uma definição, bastante genérica e abrangente, do que seria uma “organização criminosa transnacional”. Essa opção foi feita com o propósito de obrigar os Estados-Partes a criminalizarem a participação de indivíduos em grupos dessa natureza, como estratégia para o real enfrentamento do crime organizado (UNODC, 2010).

De acordo com o artigo 2 da Convenção, um grupo criminoso organizado seria um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material (Brasil, 2004).

Ainda segundo o mesmo artigo, infração grave seria considerado o ato que constitua infração punível com uma pena de privação de liberdade, cujo máximo não seja inferior a quatro anos ou com pena superior. E grupo estruturado seria aquele formado de maneira não fortuita para a prática imediata de uma infração, ainda que os seus membros não tenham funções formalmente definidas, que não haja continuidade na sua composição e que não disponha de uma estrutura elaborada (Brasil, 2004).

Atualmente, são 147 países signatários da Convenção⁴⁹. O Brasil incorporou a Convenção de Palermo à sua legislação interna através do Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. Em Portugal, a internalização ocorreu através da ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004, de 02/04 e subsequente ratificação pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/2004, de 02/04.

Em relação ao envolvimento da criminalidade organizada no tráfico de pessoas, Vermeulen, Van Damme & De Bondt (2010) constataram, ao efetuarem um estudo sobre essa questão, a grande escassez de dados empíricos coletados a respeito. Os autores explicam que, apesar de, nos últimos anos, ter aumentado consideravelmente a preocupação com o fenômeno do tráfico de pessoas, e muitos livros, artigos científicos, relatórios, nacionais e internacionais, tenham sido escritos e publicados, o fato é que ainda é pequena a quantidade de dados empíricos confiáveis disponíveis para o completo conhecimento do fenômeno. Isso

⁴⁹ Conforme <https://treaties.un.org/doc/Publication/MTDSG/Volume%20II/Chapter%20XVIII/XVIII-12.en.pdf>

fica evidente quanto ao envolvimento do crime organizado. Em geral, presume-se o envolvimento do crime organizado no tráfico de pessoas, mas são insuficientes as evidências empíricas sobre as quais repousam tais conclusões.

Nesse mesmo sentido expôs Bouché, em estudo efetuado nos Estados Unidos da América acerca do envolvimento do crime organizado com o tráfico de pessoas (Bouché, 2017). Ela esclarece que nos anos que se seguiram à implantação do Protocolo de Palermo, os governos, organizações internacionais e acadêmicos defenderam a ideia de que o crime organizado internacional estaria por trás do tráfico de pessoas. Contudo, essa assunção nunca tinha sido empiricamente testada, o que levou ao surgimento de um criticismo contra essa teoria: “Essa moldura do crime organizado transnacional prevaleceu apesar da falta de claras evidências sobre sua aplicabilidade ao contexto do tráfico, ou de uma análise sistemática sobre dados colhidos da justiça criminal do perfil dos réus do tráfico (de pessoas)”⁵⁰ (Lee 2011, *apud* Bouché, 2017, pp. 2-3).

Diante de tais controvérsias, discute-se em que grau o tráfico de pessoas como um todo é fruto da atividade de organizações criminosas de grande escala (Salt, 2000). Um crime como o tráfico pode ser organizado e complexo, operando por longos períodos de tempo e exigindo arranjos sofisticados. No entanto, uma vez que a atividade criminosa é realizada, a estrutura organizacional que a sustenta pode ser dissolvida.

O mais corrente é a conclusão de que não só há uma grande gama de possibilidades de envolvimento do crime organizado no tráfico de seres humanos, como também é certo afirmar que este tipo de crime não é praticado com exclusividade por redes organizadas (Vermeulen, Van Damme, & De Bondt, 2010).

Quanto a este último aspecto, “os atores envolvidos podem ser grupos organizados, traficantes ou contrabandistas individuais, ou até mesmo amigos e família das vítimas traficadas” (Vermeulen et al, 2010, pp. 247-248). Esses pequenos grupos ou esses criminosos individuais devem ser considerados um importante contrapeso no mercado de seres humanos.

Finckenauer e Schrock (2001, *apud* Bouché, 2017, p. 3) argumentam que definir tráfico de pessoas como crime organizado pode ter diferentes significados. Os autores afirmam que “traficantes podem ser empreendedores individuais, pequenos grupos ‘Mom and

⁵⁰ Traduzido pela autora do original em inglês: “This transnational organized crime framework has prevailed despite a lack of clear evidence of its applicability to the trafficking context or systematic analysis of criminal justice data on the profile of trafficking offenders”.

Pop’⁵¹, ou um pouco mais sofisticados ‘Crime Rings’⁵². Há pouco consenso entre aqueles que estudaram o problema sobre qual a proporção de cada um desses tipos, sobre seu nível de organização e sofisticação”⁵³.

Em seu estudo centrado nos Estados Unidos, Bouché constatou que, de um total de 862 casos judiciais de competência federal, julgados entre os anos de 2000 e 2015, apenas 194 (22%) dos casos de tráfico de pessoas envolviam três ou mais réus no mesmo caso. Não obstante, ela verificou que houve um aumento constante e estável na persecução de casos de tráfico de pessoas.

Em um estudo menos abrangente do que o citado acima, mas de algum modo informativo sobre a realidade do tráfico de pessoas entre Brasil e Portugal, Zúquete, Souza e Deslandes (2016) expõem algumas conclusões extraídas a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes de organismos governamentais e não-governamentais de ambos os países. A respeito do envolvimento da criminalidade organizada no fluxo de tráfico de pessoas entre Brasil e Portugal, eles informam que as redes de tráfico entre Brasil e Portugal não são geralmente estruturadas, nem sofisticadas, nem tampouco carregam a violência como elemento caracterizador, ao contrário do que acontece com as redes de tráfico oriundas do leste Europeu.

Elas seriam redes mais informais, integradas muitas vezes por pessoas que foram anteriormente vítimas do tráfico e passam à condição de aliciadoras, favorecidas pela

⁵¹ A autora expõe em seu trabalho uma tipologia de crime organizado utilizada como ferramenta empírica para classificar os casos de tráfico humano com mais de três réus. Ela chamou de *5-S typology*, em razão dos nomes dos cinco atributos que ela considerou nessa classificação (todos começando pela letra “s” em sua versão em inglês): tamanho (*size*), âmbito de abrangência (*scope*), sofisticação (*sophistication*), estrutura (*structure*), e auto-identificação (*self-identification*). O primeiro tipo é o denominado *Mom & Pop*. Esse tipo é definido pelo seu tamanho e pelo auto-reconhecimento. O tamanho de um grupo *Mom & Pop* é pequeno ou médio (menos de 30 pessoas). Além do tamanho, os grupos *Mom* e *Pop* também são definidos pela auto-identificação, que engloba família ou família/amigos. A força da auto-identificação do integrante com o grupo deve ser média ou forte, mas eles não usam um nome próprio para identificarem o grupo. Como os grupos *Mom & Pop* podem variar significativamente em termos de sofisticação, escopo e estrutura, essas características não foram consideradas para determinar seu enquadramento nessa categoria de organização criminosa.

⁵² Um grupo tipo *Crime Ring* também é definido por tamanho e auto-identificação. Como os grupos *Mom* e *Pop*, os *Crime Ring* podem ser pequenos ou médios, mas não grandes, e eles não têm um nome próprio. No entanto, os *Crime Ring* diferem de *Mom & Pop* em termos de tipo e força da auto-identificação. O tipo de auto-identificação deve ser algo diferente de família ou família/amigos, e a força da auto-identificação é média ou fraca. Semelhante aos grupos *Mom* e *Pop*, os *Crime Rings* não podem ser diferenciados de outros tipos de grupos do crime organizado com base na sofisticação, escopo ou estrutura, porque eles podem variar de acordo com essas características.

⁵³ Traduzido pela autoria do original em inglês: “Traffickers may be individual entrepreneurs, small ‘mom and pop’ operations, or sophisticated, organized rings. There is little consensus among those who have studied the problem as to the proportions of each of those types; nor with respect to their level of organization and sophistication”.

divulgação de exemplos de sucesso e dos bens materiais e riqueza conseguidos com o trabalho sexual no exterior.

A esse respeito, destaco a conclusão do estudo conduzido por Ribeiro (2017) a respeito do papel da Polícia Federal do Brasil no enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, no qual ele salienta:

... a estreita relação da prática do crime de tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual com a atuação de associação criminosa de 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes, prevista no artigo 288 do Código Penal. Isto é, em regra, no Brasil, o cometimento dessa infração penal não se realiza por intermédio de organização criminosa, conforme definido na Lei nº 12.850 de 2013. (Ribeiro, 2017, p. 174)

Outrossim, Zúquete et al (2016) reforçam o dado de que o aliciamento das vítimas começa com pessoas conhecedoras do país de origem e de destino das vítimas, além de, frequentemente, terem com elas uma relação de amizade ou confiança.

O que parece indiscutível, no contexto de análise do mercado de seres humanos, é que os criminosos, estejam eles em qualquer escala de grandeza e organização, são normalmente movidos pelo lucro. Portanto, não há um protótipo de organização criminosa que sirva de modelo de estudo para o tráfico de pessoas. Nesse aspecto, todo cenário é possível, desde que dele advenham altos lucros (Vermeulen et al, 2010).

De toda forma, os elementos mais concretos nos escritos sobre o envolvimento das organizações criminosas com o tráfico de pessoas apontam para a presença de redes de estrutura flexível. Salt (2000) explica que a organização do tráfico como um todo está mais para uma frouxa interconexão entre várias redes, do que para uma organização hierárquica, estruturada de maneira vertical e possuidora de um comando central.

Essa foi a constatação de Bouché em sua pesquisa no âmbito estadunidense. Ela informa que entre os casos de competência federal examinados, não houve um único que se enquadrasse no padrão mafioso. Em vez desse modelo, pequenos ou médios grupos nos formatos “Mom & Pop” (35%) e “Crime Ring” (33%) representaram a maioria dos casos de organizações criminosas processadas por tráfico de pessoas. “Illegal Enterprises”⁵⁴ compreendiam outros 26%, e “Gangs”⁵⁵ os restantes 6%.

⁵⁴ As características definidoras das *Illegal Enterprises* são sofisticação e auto-identificação. A sofisticação desses grupos criminosos deve ser média ou alta; eles se envolvem em uma variedade de atividades criminosas complexas. As *Illegal Enterprises* também devem se identificar com um nome próprio. Em outras palavras, o

Salt e Stein (1997) dividem o processo do tráfico em três consecutivos estágios: primeiro, o processo de mobilização, através do qual as vítimas são recrutadas nos países de origem; segundo, os procedimentos de transporte, dos países originários até os países de destino; terceiro, os procedimentos de inserção dos recrutados nos locais de destino. Cada uma dessas fases é caracterizada por uma gama de papéis a serem desempenhados pelos traficantes, em que há variados graus de centralização do comando.

Em alguns modelos de organização em rede, os criminosos mantêm pouco contato uns com os outros e cada um executa uma parte da cadeia de atos necessários para a concretização do crime. Cada um tem a sua função e recebe os lucros pela sua própria atividade.

Os membros da rede não precisam, necessariamente, se conhecer. Eles podem manter contato apenas com aquelas pessoas que estão diretamente conectadas à fase do processo no qual atuam. Daí porque é comum que um único “especialista” em determinada ação trabalhe em diferentes redes criminosas, por conta própria (Vermeulen et al, 2010).

Em um caso ilustrativo reportado pela UNODC (2014), a Lituânia relatou que cinco cidadãos locais, que operavam em grupo, foram condenados por tráfico, tendo eles se especializado em recrutar principalmente meninas menores de idade, da Lituânia e de outros países bálticos, com o objetivo de vendê-las a outros grupos criminosos para exploração sexual na Europa Ocidental. As principais atividades dos criminosos condenados eram recrutamento e transporte. Isso implicava enganar as vítimas e transportá-las, de avião ou carro, para seus destinos em vários países europeus ocidentais. Nos países de destino, o grupo vendia as vítimas para outras organizações que as exploravam sexualmente. Nesse esquema criminoso transnacional, eram exigidas conexões com outros grupos, significativos investimentos em viagens e fronteiras e, em geral, coordenação e distribuição do trabalho.

Quando uma dessas redes de tráfico cresce, pode incorporar outras e recrutar mais elementos para nela atuar, com diferentes etnias e origens, permitindo-lhe com isso uma atuação ainda mais especializada na execução desse crime (Salt, 2000).

próprio grupo deve ter um nome comercial. No entanto, as *Illegal Enterprises* variam em todas as outras dimensões de classificação, incluindo tamanho, escopo, estrutura e força e tipo de auto-identificação.

⁵⁵ As *Gangs* são definidas com base no âmbito de abrangência e na auto-identificação. Para ser classificado como uma gangue, o grupo deve operar local ou nacionalmente, mas não transnacionalmente. As gangues também são distintas em termos da força e do nome de sua auto-identificação. Especificamente, a força de sua auto-identificação como grupo é forte e o seu nome é distinto. As gangues não podem ser classificadas como tais com base no tamanho, estrutura ou sofisticação, porque essas características podem ser variáveis para esses tipos de grupos.

Mas, conforme ressaltado acima, a assunção de que o tráfico de pessoas é uma prerrogativa de grupos criminosos organizados, sejam em modelo hierárquico, sejam em rede, é falsa. Em muitos casos há o envolvimento de indivíduos singulares, muitos ligados pessoalmente às vítimas, como parceiros, familiares, vizinhos, amigos, enfim, pessoas da mesma comunidade das vítimas, as quais se valem da confiança previamente existente (Obokata, 2006).

Muitos casos já julgados em diferentes países demonstram esse *modus operandi* dos traficantes, alguns em atuação solo e com limitada organização. Isso é o que relata a UNODC (2014), ao informar que isso é particularmente verdadeiro quando o tráfico é conduzido contra uma ou poucas vítimas, para serem exploradas localmente (e não transnacionalmente). Exemplo representativo desse modo de atuação adveio de um estudo conduzido em Amsterdã/Holanda, o qual demonstrou que na vasta maioria dos casos de mulheres traficadas para exploração sexual havia características de relacionamentos disfuncionais entre as vítimas e seus parceiros amorosos, em vez de envolvimento com organizações criminosas (UNODC, 2014).

A diversidade de atores do tráfico de pessoas vai mais além. Dados empíricos demonstram que entidades legítimas como empresas (p. ex. de construção, têxtil), agências de emprego, agências de matrimônio etc, têm a sua participação do mercado do tráfico (Obokata, 2006).

Mas uma coisa parece não comportar muitos questionamentos: a prévia existência de redes organizadas de criminalidade internacional em determinadas regiões favorece a ocorrência do tráfico de pessoas, eis que esse é um tipo de crime cuja oferta de “ativos” encontra-se em abundância em países onde predominam fatores que aumentam a vulnerabilidade das vítimas (dificuldades econômicas, desigualdade de gênero, baixo grau de escolaridade, etc.) e os lucros dele advindos são bastante significativos.

De acordo com o Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas das Nações Unidas:

Muitos fatores podem aumentar o grau de vulnerabilidade de uma pessoa para o tráfico de seres humanos durante o processo de migração. A presença de membros de organizações criminosas transnacionais no país de origem, por exemplo, é

significativo nesse aspecto, e o perfil sócio-econômico de uma pessoa também pode ter impacto⁵⁶. (UNODC, 2016, p. 9)

3.2 Investigação do tráfico de pessoas: técnicas investigativas aplicáveis

3.2.1 Considerações gerais sobre a investigação do tráfico de pessoas

No cenário globalizado em que vivemos, as redes de tráfico conseguem alcançar “uma mobilidade e uma rapidez de decisão verdadeiramente extraordinárias em real e profundo contraste com o que se passa com as chamadas instâncias formais de controlo. Urge, por conseguinte, ser mais eficaz, vale por dizer: contrapor à eficácia criminosa a eficácia da justiça” (Costa, 2009, p. 143).

Um direito penal eficiente partiria da imposição ao delinquente de custos adicionais ao crime, de modo que o custo esperado do delito seja para ele superior às vantagens esperadas com a prática criminosa (Sanchez, 2004). Importa reconhecer que os custos do delito para o delinquente não são dados, direta e exclusivamente, pela gravidade da pena. Aliado a esse fator, entra em jogo o fator probabilidade de que a pena se faça efetiva, fator esse que depende da configuração do sistema policial, processual (e inclusive social), em que se concentra boa parte dos custos de combate ao delito (Sanchez, 2004).

Feitas essas considerações, deve-se ter em mente que o eficaz enfrentamento ao tráfico de pessoas demanda, inarredavelmente, o exercício da persecução penal da maneira mais eficiente possível, com a identificação de vítimas, autores do crime e justa aplicação da lei penal nos casos em que demonstrada a ocorrência do delito.

Apesar da certeza quanto à necessidade de fortalecimento e aprimoramento da repressão penal ao fenômeno do tráfico, a realidade alcançada em muitos países não parece satisfatória quanto a esses objetivos. De acordo com a Agência da ONU contra Drogas e Crime (UNODC, 2018a, p. 8), “enquanto a maioria dos países possui uma legislação abrangente sobre tráfico de pessoas em vigor há alguns anos, o número de condenações só recentemente começou a crescer”⁵⁷. E, “em alguns países, no entanto, embora a tendência seja

⁵⁶ Tradução do original em inglês pela autora: “Many factors can increase a person’s vulnerability to human trafficking during the migration process, however. The presence of transnational organized crime elements in the country of origin, for instance, is significant in this regard, and a person’s socio-economic profile can also have an impact”.

⁵⁷ Tradução do original em inglês pela autora: “While most countries have had comprehensive trafficking in persons legislation in place for some years, the number of convictions has only recently started to grow”.

crescente, o número absoluto de condenações permanece muito baixo”⁵⁸ (UNODC, 2018a, p. 23).

No Brasil, a realidade não se mostra muito alentadora. Em estudo realizado no ano de 2016 acerca dos inquéritos policiais instaurados pela Polícia Federal brasileira, entre os anos de 2005 e 2015, para apurar o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, Ribeiro (2017) constatou uma tendência decrescente quanto à instauração e aos indiciamentos (ato de imputar ao investigado a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade quanto à prática do delito apurado) nas investigações para apurar o crime em questão.

Outrossim, sua pesquisa revela igualmente um decréscimo no número de operações policiais deflagradas para reprimir o tráfico internacional de pessoas para exploração sexual. Ele salienta que:

A análise desses dados suscitou algumas reflexões. A média de 3 operações por ano para enfrentamento ao tráfico de pessoas com o fim de exploração sexual não nos parece condizente com a capacidade operacional da Polícia Federal. O fenômeno revelado no gráfico sobre número de inquéritos e de indiciamentos quanto ao artigo 231 do Código Penal também se repete no tocante à queda no número de operações policiais nos últimos anos. (Ribeiro, 2017, p. 175)

Os estudos levados a efeito pela academia apontam deficiência, igualmente, quanto às pesquisas empíricas sobre o desenvolvimento das investigações criminais envolvendo o tráfico de pessoas. Poucas publicações são encontradas sobre a atuação das forças de segurança na repressão ao tráfico humano, e as que existem focam principalmente na tensão entre a posição – geralmente desconfortável – da vítima do tráfico no processo penal, de um lado, e os objetivos da polícia e da Justiça de outro lado (Verhoeven & van Gestel, 2011).

A investigação criminal do tráfico de pessoas é das mais difíceis de se concretizar de modo eficaz, por uma diversidade de fatores. Dentre esses, merece especial atenção a grande subnotificação da sua ocorrência, decorrente do *modus operandi* dos autores, que procuram “sempre neutralizar a possibilidade de recurso das vítimas às instâncias formais de controle social (p.ex. órgão de polícia criminal), adotando o(s) autor(es) deste tipo de crime um conjunto de metodologias de dominação que confinam a autonomia social e relacional das vítimas” (Teixeira, 2010).

⁵⁸ Tradução do original em inglês pela autora: “In some countries, however, even though the trend is increasing, the absolute numbers of convictions remain very low”.

Já enfatizamos acima que situações de exploração são difíceis de descobrir em razão da sua clandestinidade. Expusemos que uma das maiores dificuldades em analisar a magnitude do problema do tráfico de pessoas é justamente a precária identificação de vítimas. Além da complexidade em acessar o submundo em que se desenvolve o universo do tráfico de pessoas, há ainda a falta de vontade e de encorajamento para que as vítimas reportem o mal a que estão ou foram submetidas às autoridades responsáveis e, mesmo quando o fazem, não se sentem estimuladas a cooperar com a Justiça.

Essa dificuldade em obter a colaboração da vítima se deve a uma série de fatores. Medo de represália por parte dos traficantes contra elas próprias ou suas famílias, falta de confiança nas autoridades, medo de deportação em razão de sua situação irregular no país, medo de rejeição por sua família ou da falta de oportunidade em seus países de origem (Aronowitz A. A., 2010), envolvimento pessoal com os traficantes ou, até mesmo, o fato de que, apesar de suas miseráveis condições de trabalho, as prostitutas fazem algum dinheiro prostituindo-se, pelo que é do interesse delas permanecer do jeito que estão (Verhoeven & van Gestel, 2011). Esses são alguns dos fatores que normalmente fazem com que vítimas, sobretudo mulheres, recusem-se a colaborar com as autoridades responsáveis pela investigação.

Ao lado dos obstáculos à persecução penal decorrentes da falta de colaboração de vítimas, outras dificuldades para a iniciação e desenvolvimento de investigação de tráfico de pessoas podem advir. Citamos como exemplos: falta de treinamento e conhecimento das autoridades responsáveis pelas investigações (Clawson et al. 2006: v; Gallagher e Holmes 2008, *apud* Verhoeven & Van Gestel, 2011), novas leis, investigações complexas, leis conflitantes, cumprimento de metas, problemas de comunicação (Farrell et al. 2008, *apud* Verhoeven & Van Gestel, 2011) e identificação e contato com vítimas (Farrell et al. 2010; IACP 2006; Surtees 2008: 61, 63, *apud* Verhoeven & Van Gestel, 2011).

O Protocolo Adicional à Convenção de Palermo prevê em seu Artigo 10:

2. Os Estados Partes assegurarão ou reforçarão a formação dos agentes dos serviços competentes para a aplicação da lei, dos serviços de imigração ou de outros serviços competentes na prevenção do tráfico de pessoas. A formação deve incidir sobre os métodos utilizados na prevenção do referido tráfico, na ação penal contra os traficantes e na proteção das vítimas, inclusive protegendo-as dos traficantes. A formação deverá também ter em conta a necessidade de considerar os direitos humanos e os problemas específicos das mulheres e das crianças bem como encorajar

a cooperação com organizações não-governamentais, outras organizações relevantes e outros elementos da sociedade civil.

A Diretiva 2011/36/UE, por sua vez, no Artigo 9º, dispõe:

3. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as pessoas, unidades ou serviços responsáveis pela investigação ou pelo exercício da acção penal relativamente a infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º recebam a formação adequada.

A formação adequada dos agentes de persecução penal, desde os órgãos de polícia criminal, até os operadores da Justiça, mostra-se imprescindível para que sejam corretamente identificadas as situações potenciais de ocorrência de tráfico de pessoas, evitando-se que sejam descaracterizadas como tal e encaradas como outros tipos de crime, como tráfico de migrantes, rufianismo, cárcere privado, dentre outros. Ou, ainda, que a potencial vítima seja simplesmente vista como uma imigrante ilegal e, por isso, deportada para seu país de origem.

Jorge-Birol (2008) destaca a importância do papel da vítima não só para a identificação dos autores do crime, mas também para auxiliar o desvendamento do *modus operandi* da rede criminosa, desde a origem – a partir da identificação dos recrutadores – até o local e modo como eram exploradas. A vítima tem especial importância, acima de tudo, para a formação do arcabouço probatório do crime, pois em muitos casos esse tipo de delito não deixa outros vestígios que se possam utilizar como provas, ficando a comprovação dos fatos dependente dos depoimentos das vítimas.

As vítimas merecem atenção e tratamento adequado, quando devidamente sinalizadas. As autoridades devem liberar-se de rótulos e ideias preconcebidas quanto a conceitos como prostitutas e imigrantes ilegais (Filipe, 2011).

O contato com a potencial vítima requer prévia formação, perspicácia e paciência. Livre de preconceitos, o agente deve tentar criar laços de confiança com a vítima. Nisso, inclui-se a formação adequada e compreensível sobre os direitos previstos na legislação destinados às vítimas do tráfico (Filipe, 2011).

Nesses termos, defendem os estudiosos do tema que o acolhimento, apoio e proteção às vítimas deve ser elevado ao patamar prioritário nas políticas públicas de prevenção e repressão ao tráfico de seres humanos, nomeadamente em caráter humanitário, mas também sob o prisma utilitário, já que a vítima tem papel relevante para a eficácia da *persecutio criminis* do tráfico de seres humanos (Jorge-Birol A. P., 2008).

Interessante destacar, no entanto, a experiência norueguesa reportada por Anette Brunovskis e May-Len Skilbrei (2016) a respeito da atuação da vítima no combate ao tráfico de pessoas, especificamente em relação ao seu papel na persecução penal.

Ao longo dos anos, aumentou o grau percepção de que a falta de reconhecimento quanto aos direitos da vítima, seja a sua não criminalização, seja a permanência legal no país onde foi explorada, era uma das mais graves dificultantes para a persecução dos autores do crime. Sendo assim, foram introduzidos na política europeia de enfrentamento ao tráfico de pessoas, ainda no ano de 2004, o chamado *reflection period* (período de reflexão) e a autorização de residência, mencionados capítulos acima, destinados a assegurar tanto a proteção às vítimas quanto a maior eficácia da persecução penal.

No período de reflexão – que não deve ser inferior a 30 dias – a vítima deverá ter assegurada sua proteção, assistência jurídica, física e mental, e deverá estar preparada para tomar uma decisão informada sobre cooperar ou não com as autoridades. Se a vítima concorda em cooperar com a Justiça, recebe uma autorização de residência no país de destino.

Na Noruega, esse período de reflexão pode chegar a 6 meses, com direito a autorização de trabalho temporário. Se a polícia resolver iniciar uma investigação, o período de reflexão e a autorização de residência podem ser estendidos por até um ano e, se a vítima se comprometer a testemunhar em um caso de tráfico, poderá ter direito à residência permanente naquele país. De acordo com as autoras, “os principais objetivos são fornecer às vítimas serviços de saúde e assistência social e facilitar a acusação de traficantes”⁵⁹ (Brunovskis & Skilbrei, 2016, p. 15)

Ocorre que dentre os três paradigmas de enfrentamento ao tráfico de pessoas previstos na legislação internacional – prevenção, proteção e persecução -, a persecução penal (repressão ao crime) tem ganhado proeminência em relação aos demais. Para Brunovskis e Skilbrei (2016, p. 17), “isso aponta potencialmente para o acesso desigual à proteção, se a proteção for administrada por meio de um filtro de estereótipos e processos judiciais”⁶⁰.

Uma noção comum é de que o fornecimento de proteção às vítimas 'produz' testemunhas para processar traficantes. Essa noção não leva em consideração que nem todas as vítimas serão testemunhas úteis em termos de prestação de informações valiosas para a

⁵⁹ Tradução do original em inglês pela autora: “The main goals are to provide victims with health services and social assistance, and to facilitate prosecution of traffickers”.

⁶⁰ Tradução do original em inglês pela autora: “This points to the potential for systematically unequal access to protection, if protection is administered through a filter of stereotypes and prosecutable cases”.

persecução penal. Embora os instrumentos internacionais difundam a concepção de que a proteção das vítimas conduz à cooperação com a Justiça, na prática, pode-se igualmente validar a ideia de que é o compromisso com a cooperação que conduz à proteção. Essa inversão demonstra que, em verdade, está-se privilegiando não a recuperação e o bem-estar das vítimas, mas sim a sua utilidade na persecução penal.

Além da desigualdade sob o ponto de vista humanitário, notou-se naquele país nórdico que o oferecimento de vantagens atreladas ao testemunho da vítima pode suscitar questões processuais que prejudicam a qualidade da prova. É dizer: a defesa pode alegar dúvidas quanto à veracidade do testemunho da vítima ou que ela exagerou nas informações prestadas contra o acusado para conseguir a permissão de residência.

A experiência norueguesa acima relatada nos leva à conclusão de que nem sempre é possível conduzir corretamente uma investigação criminal de tráfico de pessoas e seu subsequente processo penal ancorando-se apenas nos testemunhos de vítimas. É mister que a corroboração do eventual depoimento da vítima e de testemunhas seja feito por meio da utilização de outras provas legítimas, obtidas por técnicas investigativas admitidas na investigação criminal desse tipo de delito, como vigilância, interceptações telefônicas, provas forenses, laudos e provas de natureza financeiras, etc (Filipe, 2011).

Essa também foi a conclusão do estudo levado a efeito pelo UNODC em seu “Compilação de Casos: questões relacionadas à prova nos casos de tráfico de pessoas”⁶¹ (UNODC, 2017):

Os casos de tráfico geralmente permanecem ou caem na disponibilidade/qualidade do testemunho da vítima. No entanto, como veremos abaixo, o testemunho da vítima é frequentemente caracterizado pela sua fraqueza processual. Essas fraquezas podem criar desafios para os operadores da justiça criminal e pode criar barreiras a condenações bem-sucedidas.⁶² (UNODC, 2017, p. 11)

Reconhece-se, assim, que “investigar o TSH torna-se um trabalho complexo, intenso e frustrante”, sobretudo porque esse crime está, geralmente, envolto em uma rede de prática de outros ilícitos (Filipe, 2011, p. 126). Ademais:

⁶¹ “Case Digest: Evidential Issues on Trafficking in Persons Cases”

⁶² Tradução do original em inglês pela autora: “Trafficking cases often stand or fall on the availability/quality of victim testimony. However, as we will see below, victim testimony is often characterized by weaknesses. These weaknesses may create challenges for criminal justice practitioners, and can pose barriers to successful convictions”.

Ao contrário de crimes relativamente "simples", como lesões corporais, o tráfico de seres humanos é complexo, exigindo uma constelação de circunstâncias para configurar o crime. Essas circunstâncias podem incluir evidências de violência, ameaças, restrições de liberdade, isolamento, retenção de pagamento e muito mais. Embora nenhuma dessas circunstâncias possa ser suficiente para estabelecer um crime de tráfico de pessoas, cada uma delas pode contribuir para essa descoberta⁶³ (UNODC, 2017, p. 53).

A partir das leituras e das pesquisas de jurisprudências que efetuamos, foi possível constatar que o tráfico de pessoas, especialmente aquele de caráter internacional, está no mais das vezes associado à prática de outros crimes, como falsidades documentais, delitos migratórios, rufianismo (ou lenocínio), lavagem de dinheiro (ou branqueamento de capitais), corrupção, organizações criminosas etc.

É portanto complexo o quadro: não só da estrutura do crime de tráfico de pessoas, apesar da evolução do preceito, como é complexa e extremamente vasta a lista da criminalidade associada, havendo nela que incluir necessariamente outros crimes, como a corrupção, a falsificação, o branqueamento de capitais. (Fazenda, 2013, p. 15)

O branqueamento de capitais ou lavagem de dinheiro é, efetivamente, um dos delitos fortemente associados ao tráfico de pessoas com alto poder de fortalecer e incrementar cada vez mais as redes criminosas dedicadas a esse ilícito penal. Por esse motivo, o GAFI – Grupo de Ação Financeira (*FATF – Financial Action Task Force*, em inglês) elaborou um estudo sobre os riscos envolvidos na lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de pessoas e de migrantes (GAFI, 2011).

As tendências detectadas em relação ao branqueamento de capitais vinculado ao tráfico de pessoas, na Europa, por exemplo, demonstram que os traficantes costumam servir-se de suas vítimas – a maioria explorada sexualmente – para perpetrar as operações de lavagem de dinheiro. Com esse propósito, utilizam caixas eletrônicos, empresas de serviços monetários ou sistemas bancários informais, empresas de fachada e outros. Ademais, investimento imobiliário e compra de carros de luxo parecem ser as formas favoritas de investir os altos lucros obtidos com a atividade criminosa (GAFI, 2011; Delepière, Koster, & Pennal, 2014)

⁶³ Tradução livre da autora do original em inglês: “Unlike relatively “simple” crimes such as grievous injury or assault, human trafficking is complex, requiring a constellation of circumstances to establish the crime. These circumstances may include evidence of violence, threats, restrictions of freedom, isolation, withholding of pay and more. While no one such circumstance may suffice to establish a crime of trafficking in persons, each may contribute to such a finding”.

Em seu estudo, o GAFI destaca os altos lucros advindos do tráfico de pessoas e seu caráter *low risk-high reward*. Também aponta a falta de dados substanciais sobre a persecução penal de lavagem de dinheiro decorrente desse crime (menos de 50% dos países entrevistados forneceram estatísticas sobre a repressão à lavagem de dinheiro vinculada ao tráfico). Além disso, a Força-Tarefa Financeira verificou ser muito baixo o número de operações suspeitas detectadas pelas unidades de inteligência financeira dos países entrevistados relacionadas ao tráfico de pessoas (GAFI, 2011).

Interessante destacar, conforme apontam Delepière, Koster e Pennal (2014, p. 12) que a Diretiva 2011/36/EU “ênfatiza corretamente a importância de investigações financeiras relacionadas ao tráfico de pessoas, incluindo o monitoramento de contas bancárias, a apreensão e o confisco dos produtos do crime”⁶⁴.

Não obstante a previsão de direito internacional acima destacada e a inquestionável importância da investigação financeira atrelada ao tráfico de pessoas, pouco se observa quanto à repressão ao branqueamento de capitais ou lavagem de dinheiro, meio esse capaz de financiar e manter ativas as engrenagens do tráfico.

Outro crime muito danoso normalmente ligado à prática do tráfico de pessoas é a corrupção. Dada a relevância da associação entre corrupção e tráfico de pessoas, o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime – UNODC preparou um estudo denominado “O papel da corrupção no tráfico de pessoas”⁶⁵ (UNODC, 2011), no qual constata que há indicadores consistentes de que a corrupção desempenha uma função muito importante na facilitação e fomento ao tráfico de pessoas. “Corrupção é, provavelmente, o mais importante fator de explicação do tráfico de pessoas”⁶⁶ (Zhang & Pineda, 2007, *apud* UNODC, 2011, p. 9).

De acordo com o relatório produzido pelo UNODC (2011), os dados colhidos pela equipe de pesquisa indicam, inequivocamente, que o comportamento corrupto de agentes de aplicação da lei ajuda no recrutamento, transporte e exploração de vítimas, assim como pode intervir durante a fase processual obstruindo a Justiça. “Países que fazem o menor esforço em

⁶⁴ Tradução livre da autora do original em francês: “La directive insiste très justement sur l'importance en matière de trafic des êtres humains des investigations financières, y compris la surveillance des comptes bancaires, des saisies et confiscations des produits du crime”.

⁶⁵ Tradução livre da autora do original em inglês “The role of Corruption in Trafficking in Persons”.

⁶⁶ Tradução livre da autora do original em inglês “Corruption is probably the most important factor in explaining human trafficking”.

combater o tráfico de pessoas tendem a ser aqueles com maiores níveis de corrupção oficial”⁶⁷ (Zhang & Pineda, 2007, *apud* UNODC, 2011, p. 9).

Apesar disso, percebe-se que os esforços para debelar a corrupção vinculada ao tráfico de pessoas não têm sido aplicados concentradamente, tampouco vislumbra-se, mesmo nos países que se dedicam mais ativamente ao enfrentamento ao fenômeno do tráfico, o desenvolvimento de uma estratégia repressiva que contemple o ataque uniforme ao tráfico e à corrupção (UNODC, 2011).

O enfrentamento ao tráfico de pessoas, portanto, exige “investigações estruturadas, estrategicamente delineadas, com assento em efetiva coordenação, interna e externa, e eficaz cooperação internacional (...)”, (Fazenda, 2013, p. 16).

Efetiva coordenação entre os agentes internos e externos competentes para o enfrentamento ao tráfico é fundamental para a otimização dos meios de que dispõem as autoridades encarregadas dessa função e, conseqüentemente, aumento da eficácia no combate ao crime.

Imprescindível é também a articulação e o trabalho multidisciplinar com todas as demais entidades e instituições que estão no terreno. Da fiscalização, do controle, da proteção à vítima. Quanto maior for esta interação, maior será o número de casos que chegam ao conhecimento e à resolução por parte das autoridades da repressão (Fazenda, 2013, p. 16)

A detecção inicial do crime ocorre, muitas vezes, por meio de denúncia e/ou constatação flagrancial nos controles migratórios fronteiriço, assim como em incursões em estabelecimentos que podem conter vítimas exploradas (ex. prostíbulos, casas de alterne etc).

Por esse motivo, é relevante que se estabeleça a “interdependência entre as polícias de proximidade e as polícias/unidades de investigação criminal e estas com entidades que podem ter mais conhecimento e ligação com a realidade de possíveis vítimas do tráfico, a exemplo de ONGs e unidades de apoio à saúde” (Filipe, 2011, p. 130).

O que os policiais da comunidade realmente fazem e por que o papel deles é importante para a investigação do tráfico de pessoas? A polícia comunitária opera no nível local e são os olhos e os ouvidos da polícia na rua. Comunidades policiais podem coletar informações realizando fiscalizações e possuem contato regular e direto com pessoas da rua e do bairro. Portanto, os policiais da comunidade costumam ser mais capazes de criar um vínculo de confiança com as pessoas do bairro, geralmente dentro

⁶⁷ Tradução livre da autora do original em inglês: “Countries that make the least effort to fight human trafficking also tend to be those with high levels of official corruption”.

de um período mais curto do que é possível com outros departamentos de polícia⁶⁸ (Verhoeven & van Gestel, 2011, p. 161).

Pela mesma razão, Vermeulen, Van Damme, & De Bondt (2010) insistem que a falta de prosseguimento de investigações isoladas e locais, principiadas pela descoberta de crimes relacionados à exploração efetiva da vítima traficada – como a exploração de prostituição (lenocínio ou rufianismo) e o trabalho escravo – ou pela descoberta de fases intermediárias da cadeia criminosa – como a identificação de migrantes portando documentos falsos – acabam mascarando a ocorrência do crime de tráfico e impedindo que todo o contexto criminoso – e a rede por trás dele – seja mapeado desde a origem, a partir do recrutamento no país fornecedor até o exaurimento da conduta delitiva, com a exploração efetiva da vítima.

No que tange aos meios e técnicas investigativas empregadas na investigação do tráfico de pessoas, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional preconiza em seu Artigo 20 que os Estados-parte deverão, em conformidade com as condições prescritas em seu direito interno, adotar medidas necessárias para permitir o uso de técnicas especiais de investigação, quando consideradas apropriadas à investigação, como entregas vigiadas, vigilância eletrônica ou outras formas de vigilância e as operações de infiltração por parte das autoridades competentes em seu território.

Para que esse fim seja alcançado de maneira mais desembaraçada, os Estados Partes serão instados a celebrar, se necessário, acordos ou protocolos bilaterais ou multilaterais apropriados para recorrer às técnicas especiais de investigação, no âmbito da cooperação internacional.

A Diretiva 2011/36/UE destaca em seu Artigo 9º:

4. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as pessoas, unidades ou serviços responsáveis pela investigação ou pelo exercício da acção penal relativamente a infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º tenham acesso a instrumentos de investigação eficazes, como os que são utilizados nos casos de criminalidade organizada e outros crimes graves.

Nesses termos, as autoridades encarregadas da investigação deverão se valer de todos os meios que estão previstos na legislação interna de seus países para concretizar a obtenção

⁶⁸ Tradução livre da autora do original em inglês: “What do the community police officers actually do, and why is their role important for the investigation of human trafficking? The community police operate on a local level and are the eyes and ears of the police in the street. Community police officers can gather information by carrying out surveillances and by their regular and direct contact with people in the street and in the neighbourhood. Therefore, community police officers are often more capable of building a bond of trust with people from the neighbourhood, often within a shorter period of time than is possible with other police departments”.

de provas, como declarações de testemunhas, revistas e buscas; declarações para memória futura; interceptação (ou interceptação) de comunicações; gravação de imagem e de som; interceptação e apreensão de ativos bancários (quebra de sigilo bancário); apreensão de móveis e imóveis; operacionalização de ações encobertas; aplicação dos mecanismos de proteção de testemunhas e das vítimas de crime de tráfico de pessoas; aplicação do regime especial de concessão de autorização de residência para vítima (Fazenda, 2013).

Ademais, deve-se “investir fortemente na aplicação dos mecanismos da recuperação dos produtos do crime, designadamente dos artigos 109º a 112º do CP e da Lei 5/2002, de 11 de Janeiro, por forma a dar corpo à máxima de que o crime não pode compensar”. (Fazenda, 2013, p. 16).

Feita essa abordagem geral acerca da investigação no tráfico de pessoas, passaremos a descrever brevemente, nos próximos subcapítulos, as técnicas investigativas que podem ser utilizadas para o descortinamento desse crime e para a obtenção das provas respectivas, previstas tanto na legislação brasileira quanto na portuguesa.

Nesse sentido, destaco, de antemão, que em Portugal, a Lei nº 60/2013, de 23 de agosto, alterou o conteúdo da Lei nº 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, a fim de incluir o tráfico de pessoas entre os crimes que legitimam o uso do regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado, lá previstas. Além da quebra do segredo profissional relativamente às movimentações financeiras, está prevista a admissibilidade do registro de voz e imagem sem o consentimento do visado, quando necessária para a investigação dos crimes previstos no artigo 1.º.

De modo idêntico, a Lei nº 60/2013 alterou o regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, a fim de possibilitar o emprego do agente infiltrado em investigações de tráfico de pessoas.

No Brasil, com a entrada em vigor da Lei nº 13.344/2016, foi previsto expressamente que a repressão ao tráfico de pessoas dar-se-á por meio: I - da cooperação entre órgãos do sistema de justiça e segurança, nacionais e estrangeiros; II - da integração de políticas e ações de repressão aos crimes correlatos e da responsabilização dos seus autores; III - da formação de equipes conjuntas de investigação.

Além disso, foram estipuladas disposições processuais específicas destinadas a promover a eficácia das investigações deste tipo de delito, como as medidas assecuratórias

relacionadas a bens, direitos ou valores pertencentes ao investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito do crime de tráfico de pessoas; além de prever a aplicação subsidiária, no que couber, do disposto na Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.

Esta última lei definiu o conceito de organização criminosa e dispôs sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal para sua apuração. Em seu artigo 3º, definiu os seguintes meios de obtenção de prova: I – colaboração premiada; II – captação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos; III – ação controlada; IV – acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais; V – interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica; VI afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica; VII infiltração, por policiais, em atividade de investigação, na forma do art. 11; e VIII cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.

Faremos agora uma análise perfunctória acerca de alguns dos meios investigativos que, segundo a literatura revisadas, são mais comumente aplicáveis na investigação do tráfico de pessoas.

3.2.2 Depoimentos de vítimas e testemunhas

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes – UNODC informa, na Compilação de Casos sobre Tráfico de Pessoas (2017), o seguinte:

Parece que a forma mais comum de prova usada para obter uma condenação de tráfico de pessoas é o testemunho. Assim, a prova testemunhal foi crítica na maioria dos casos revisados para esta compilação de casos. Em particular, o testemunho da vítima parece ser o mais invocado como fonte de provas em casos de tráfico de pessoas⁶⁹. (UNODC, 2017, p. 11)

⁶⁹ Tradução livre da autora do original em inglês: “It appears that the most common form of evidence used to obtain trafficking in persons convictions is testimonial. Thus, testimonial evidence was critical in most of the cases reviewed for this Case Digest. In particular, victim testimony seems to be the most relied upon source of evidence in human trafficking cases”.

A colheita de depoimento de vítimas e testemunhas é parte importante na investigação da maioria dos crimes, mostrando-se fundamental nos casos de tráfico de pessoas. Isso porque esse é um tipo de crime que, em muitas situações, não deixa vestígios aptos a sua demonstração por outros meios de prova. Valoriza-se, assim, a narrativa dos fatos dado pelas testemunhas e, em alguns casos, apenas pelas vítimas, pois nem sempre é possível identificar pessoas que, não tendo envolvimento com os fatos criminosos, tenham conhecimento sobre eles.

As pesquisas efetuadas pela autora em âmbito jurisprudencial corroboram essa constatação, que também foi alcançada nos estudos conduzidos pela UNODC. Com efeito, o testemunho da vítima é, frequentemente, uma prova central na qual se assenta a condenação do tráfico de pessoas. Sob outra perspectiva, tem-se que muitas investigações de tráfico de pessoas não prosperam justamente pela ausência do depoimento das vítimas (UNODC, 2017).

De acordo com o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal brasileiro, art. 6º, inciso IV, “logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: IV - ouvir o ofendido”.

Na fase de instrução processual, o juiz aplicará a regra descrita no art. 201 do CPP, que dispõe: “Sempre que possível, o ofendido será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor, as provas que possa indicar, tomando-se por termo as suas declarações” (artº. 201, do Decreto-Lei nº 3.689/41).

Em Portugal, por sua vez, o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 78/87, de 17 de fevereiro) prevê no seu Artigo 292.º, que “o juiz de instrução interroga o arguido e ouve a vítima, mesmo que não se tenha constituído assistente, quando o julgar necessário e sempre que estes o solicitarem”.

No caso de risco à colheita de declarações da vítima durante a instrução processual, o juiz poderá proceder às “Declarações para memória futura”:

Em caso de doença grave ou de deslocação para o estrangeiro de uma testemunha, que previsivelmente a impeça de ser ouvida em julgamento, bem como nos casos de vítima de crime de tráfico de órgãos humanos, tráfico de pessoas ou contra a liberdade e autodeterminação sexual, o juiz de instrução, a requerimento do Ministério Público, do arguido, do assistente ou das partes civis, pode proceder à sua inquirição no decurso do inquérito, a fim de que o depoimento possa, se necessário, ser tomado em conta no julgamento (CPP Português, Artigo 271.º, numero 1).

Embora inegável a relevância das declarações da vítima, “muitos desafios estão vinculados ao testemunho de vítimas nos casos de tráfico de pessoas”⁷⁰ (UNODC, 2017, p. 12). Nesse sentido, veem-se casos em que os depoimentos das vítimas não se mostram tão inocentes, diretos ou inabaláveis, o que compromete a sua credibilidade perante o julgador. Na ausência de outros meios de prova aptos a corroborar o depoimento da vítima, o caso certamente resultará em absolvição.

“...inconsistências entre declarações podem surgir de uma ampla gama de razões, incluindo lapsos de memória, confusão sobre a cadeia de eventos ou reações traumáticas. Além disso, as vítimas podem ter medo de que os traficantes prejudiquem suas famílias ou elas próprias. Em alguns casos, as vítimas estão relacionadas aos traficantes ou sentem amor ou lealdade a eles. Em outros casos, elas foram doutrinadas pelos traficantes para contar uma certa história; em outros, as vítimas podem não confiar naqueles que as estão inquirindo”⁷¹ (UNODC, 2017, p. 12).

Deve-se considerar, no entanto, que, dependendo do sistema judicial, mesmo que o depoimento da vítima seja credível e consistente, uma condenação pode não se sustentar somente com base nesse elemento de prova, sem a corroboração de outros.

De acordo com Dornelas e Silva (2017), alguns pontos devem ser observados pelas autoridades na abordagem da vítima, antes da colheita de suas declarações. São importantes para a boa condução do ato: que a autoridade demonstre preocupação em respeitar a privacidade da vítima, inclusive quanto ao compartilhamento de informações sobre os fatos com a sua família; também deverá procurar minimizar os prejuízos e riscos a vida da vítima, buscando apoio da rede de suporte para que lhe sejam fornecidos meios de subsistência até a sua completa reinserção social, bem como alojamento, alimentação e demais necessidades básicas.

Durante a colheita das declarações da vítima, convém que a autoridade permita que a vítima realize um relato contínuo, livre, o qual poderá ser complementado com perguntas feitas pelo inquiridor para esclarecer determinados pontos do relato. Importante, outrossim, que seja estabelecida uma relação de empatia com a vítima, devendo a linguagem utilizada ser

⁷⁰ Tradução livre da autora do original em inglês: “However, many challenges are linked to victim testimonies in trafficking cases”.

⁷¹ Tradução livre da autora do original em inglês: “(...) Inconsistencies among statements may arise from a wide range of reasons, including lapses in memory, confusion about the chain of events or traumatic reactions.¹⁹ In addition, victims may be afraid that their traffickers will harm them or their families. In some cases, victims are related to the traffickers or feel a sense of love or loyalty to them. In other cases, they have been indoctrinated by traffickers to tell a certain story; in yet others, victims may not trust those who are questioning them”, no original em inglês.

simples, sem referências sexistas ou discriminatórias. Ademais, deve-se tentar, na medida do possível, que o inquiridor seja do mesmo sexo da vítima (Dornelas & Silva, 2017).

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (2017) verificou, de outro lado, muitos casos em que se obteve sucesso na comprovação da prática criminosa sem que as declarações de vítimas tivessem sido colhidas. Isso dependerá, por óbvio, da presença de outras provas, dentre as quais o depoimento de testemunhas do fato.

O testemunho de indivíduos que observaram ou interagiram com réus ou vítimas de tráfico pode fornecer suporte para uma condenação de tráfico de pessoas. Um exemplo prático é o testemunho de clientes atendidos por vítimas de tráfico ou de vizinhos que residem nas proximidades das instalações e que podem fornecer fatos sobre a situação da vítima. Além de vizinhos ou clientes, também podem testemunhar pessoas que tenham vivenciado situações semelhantes àquela da vítima, e as autoridades policiais. Esses testemunhos podem servir no lugar do testemunho da vítima, se a vítima não estiver disponível, ou podem fornecer suporte para o testemunho da vítima. Por outro lado, esses depoimentos também podem ser usados para garantir absolvições.⁷² (UNODC, 2017, p. 25)

Mostram-se, assim, frutíferos os testemunhos prestados por policiais que atenderam a ocorrência ou que acompanharam a investigação de maneira próxima – com vigilâncias e outras técnicas de terreno – assim como de anteriores vítimas de tráfico que possam relatar circunstâncias parecidas com aquelas que a vítima passou mais recentemente. Igualmente, podem prestar relevantes testemunhos funcionários de ONGs e de entidades da sociedade civil que tenham prática no atendimento às vítimas do tráfico.

A legislação brasileira (Código de Processo Penal), prevê que “toda pessoa poderá ser testemunha” (Art. 202, CPP). Diferentemente da vítima:

A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade (Art. 203, CPP).

⁷² Tradução livre da autora do original em inglês: “The testimony of individuals who observed or interacted with defendants or victims of trafficking can provide support for a trafficking in persons conviction. An example of such evidence is testimony of customers served by victims of trafficking or of neighbours who reside in the vicinity of the premises who may be able to provide facts about the victim’s situation. In addition to neighbours or customers, there may also be individuals similarly situated to the victim and law enforcement officials. These testimonies may serve in place of victim testimony, if the victim is unavailable, or can provide support for victim testimony. On the other hand, such testimonial evidence may also be used in order to secure acquittals”.

O compromisso não será exigível, entretanto, aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 (quatorze) anos, do ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado (art. 208, CPP).

Em Portugal, o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 78/87, de 17 de fevereiro) prevê, no Título II, destinado a regular os meios de prova, que “a testemunha é inquirida sobre factos de que possua conhecimento directo e que constituam objecto da prova” (Artigo 128º.). As testemunhas prestam o juramento de dizer a verdade (Artigo 91.º), podendo recusar-se a depor “os descendentes, os ascendentes, os irmãos, os afins até ao 2.º grau, os adoptantes, os adoptados e o cônjuge do arguido; quem tiver sido cônjuge do arguido ou quem, sendo de outro ou do mesmo sexo, com ele conviver ou tiver convivido em condições análogas às dos cônjuges, relativamente a factos ocorridos durante o casamento ou a coabitação”(Artigo 134º).

3.2.3 Exames periciais médicos e psicológicos

O Código de Processo Penal brasileiro prevê que “Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado” (art. 158).

Já a lei portuguesa estabelece “Por meio de exames das pessoas, dos lugares e das coisas, inspeccionam-se os vestígios que possa ter deixado o crime e todos os indícios relativos ao modo como e ao lugar onde foi praticado, às pessoas que o cometeram ou sobre as quais foi cometido” (Art. 171º., CPP).

O crime de tráfico de pessoas tem grande potencial para deixar vigorosos traumas de ordem psicológica em suas vítimas, além de possíveis marcas e lesões físicas, quanto é empregada violência como meio de coerção. Por essa razão, os exames periciais, de natureza psicológica e médica, podem ser considerados importantes meios de prova quanto às circunstâncias de ocorrência do delito.

De acordo com o manual de Ferramentas para o Combate ao Tráfico de Pessoas⁷³, do UNODC:

⁷³ “Toolkit to Combat Trafficking in Persons”

A opinião de especialistas em questões médicas pode ser uma importante fonte de prova em casos de tráfico de pessoas. Os peritos médicos podem, por exemplo, ajudar o tribunal apresentando opinião sobre a idade da vítima; documentando lesões ou sobre a situação psiquiátrica da vítima⁷⁴ (...) (UNODC, 2008).

O laudo psicológico também pode ter relevante papel em casos de tráfico de pessoas, traçando o perfil acerca da personalidade da vítima e de seu estado pós-vitimização, particularmente quando meios mais sutis foram utilizados no processo, a exemplo de: a) compreender como funcionam os métodos de controle das vítimas pelos traficantes; b) conhecer quais os efeitos do tráfico de pessoas nas vítimas; c) compreender como as respostas das vítimas podem diferir diante de casos de tráfico; d) quais as motivações que levaram à vitimização; e) entender a natureza das vulnerabilidades das vítimas e como elas são abusadas; f) compreender por que a vítima, em muitos casos, consentiu com a exploração (UNODC, 2008).

3.2.4 Investigação financeira

Investigações financeiras podem mostrar-se fundamentais para a eficácia de investigações de tráfico de pessoas. Já foi pontuado acima que o crime de tráfico de pessoas situa-se entre os três mais lucrativos existente (UNODC, 2016), sendo parte essencial da prática criminosa a realização de operações financeiras para viabilizar desde o recrutamento de vítimas, passando pelo transporte das mesmas para outros países, até a manutenção do esquema exploratório no local de destino.

Nesse íterim, a movimentação financeira realizada pelo grupo criminoso deixará rastros que poderão ser identificados pelas autoridades responsáveis pela investigação, as quais terão ao seu alcance mais elementos probatórios acerca do empreendimento criminoso.

Reconhecendo a relevância da investigação financeira no enfrentamento ao tráfico de pessoas, a Diretiva 2011/36/UE direciona que os investigadores responsáveis por apurar esse crime utilizem-se de todos os meios investigativos disponíveis nos casos de criminalidade organizada ou outros crimes graves, os quais podem incluir a monitoração das contas bancárias e outras investigações financeiras.

⁷⁴ Tradução livre da autora do original em inglês: “Expert opinion on medical matters can be an important evidentiary source in trafficking in persons cases. Medical experts can, for example, assist the court by presenting a medical opinion on the age of a victim; by documenting injuries or the victim’s psychiatric situation (...)”.

O UNODC esclarece, em seu *Toolkit to Combat Trafficking in Persons* (2008), o seguinte:

O crime em si é totalmente sobre dinheiro. Além do investimento inicial para criar a infraestrutura e entregar o pessoal para exploração, o gerenciamento contínuo do produto da exploração e, finalmente, lavagem e movimentação dos lucros, precisam fazer parte das atividades dos traficantes. Tráfico é um crime que leva tempo para ser estabelecido e desenvolvido. Portanto, torna-se um estilo de vida. Incluem-se nesse estilo de vida viagens, gastos com itens de luxo, como carros e joalheria, e atividades de lazer, por exemplo, frequentar restaurantes e cassinos, os quais exigem meios e métodos de compra. É aconselhável, portanto, realizar uma investigação financeira proativa, tanto durante a fase investigativa pré-prisão, quanto na fase pós-prisão⁷⁵. (UNODC, 2008, p. 187)

Na fase investigativa anterior à deflagração das medidas coercitivas (prisões e buscas), a investigação financeira poderá trazer informações relevantes para permitir um avanço mais eficiente da apuração do crime, como detalhes do roteiro do tráfico a partir da verificação da compra de bilhetes de passagens, de hospedagem, restaurantes – inclusive por meio da análise de faturas de cartões de crédito – de transações de câmbio de moeda estrangeira.

A partir de dados extraídos da análise financeira, é possível aos investigadores tomar decisões sobre os próximos passos da investigação de maneira mais segura e eficiente, como por exemplo, definindo com melhor precisão locais onde realizar vigilância. Os resultados da investigação financeira também levarão à identificação e localização dos bens e ativos advindos da prática criminosa, o que permitirá a obtenção de medidas coercitivas sobre esses bens e valores, quando da deflagração da operação.

É importante salientar que tanto a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo), quanto a Diretiva 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, estabelecem que os Estados Partes prevejam em suas legislações nacionais dispositivos que permitam o confisco, apreensão e perdimento dos bens oriundos da prática criminosa.

Nesse sentido, a Convenção de Palermo prevê em seu artigo 12:

⁷⁵ Tradução livre da autora sobre original em inglês: “The crime itself is all about money. In addition to the initial investment to create the infrastructure and deliver the personnel for exploitation, the ongoing management of the proceeds of the exploitation and, finally, the laundering and movement of the profits have to become part of the activities of the traffickers. Trafficking is a crime that takes time to establish and develop. Therefore, it becomes a lifestyle crime. Such lifestyle pursuits as travel, expenditure on luxury items like cars and jewellery, and leisure activities, for example frequenting restaurants and casinos, all require means and methods of purchase. It is advisable to conduct proactive financial investigation both during the pre-arrest investigative phase and in the post-arrest phase”.

1. Os Estados Partes adotarão, na medida em que o seu ordenamento jurídico interno o permita, as medidas necessárias para permitir o confisco:

a) Do produto das infrações previstas na presente Convenção ou de bens cujo valor corresponda ao desse produto;

b) Dos bens, equipamentos e outros instrumentos utilizados ou destinados a ser utilizados na prática das infrações previstas na presente Convenção.

2. Os Estados Partes tomarão as medidas necessárias para permitir a identificação, a localização, o embargo ou a apreensão dos bens referidos no parágrafo 1 do presente Artigo, para efeitos de eventual confisco.

3. Se o produto do crime tiver sido convertido, total ou parcialmente, noutros bens, estes últimos podem ser objeto das medidas previstas no presente Artigo, em substituição do referido produto.

4. Se o produto do crime tiver sido misturado com bens adquiridos legalmente, estes bens poderão, sem prejuízo das competências de embargo ou apreensão, ser confiscados até ao valor calculado do produto com que foram misturados.

5. As receitas ou outros benefícios obtidos com o produto do crime, os bens nos quais o produto tenha sido transformado ou convertido ou os bens com que tenha sido misturado podem também ser objeto das medidas previstas no presente Artigo, da mesma forma e na mesma medida que o produto do crime.

6. Para efeitos do presente Artigo e do Artigo 13, cada Estado Parte habilitará os seus tribunais ou outras autoridades competentes para ordenarem a apresentação ou a apreensão de documentos bancários, financeiros ou comerciais. Os Estados Partes não poderão invocar o sigilo bancário para se recusarem a aplicar as disposições do presente número.

Já a Diretiva 2011/36/UE, estabelece em seu artigo 7º.:

Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as respectivas autoridades competentes têm o direito de apreender os instrumentos e produtos das infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º e de declarar a respectiva perda a favor do Estado.

No Brasil, a Lei Complementar nº 105/2001 prevê que não constitui violação do dever de sigilo a que se obrigam as instituições financeiras, a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa (art. 1º, § 3º, inciso IV). Outrossim, o § 4º do mesmo dispositivo legal estabelece que a quebra de sigilo poderá ser decretada quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial. Somente o juiz competente para o feito poderá decretar essa quebra.

A Lei nº 12.850/2013, que dispõe sobre as organizações criminosas e os meios de obtenção de provas em investigações correlatas, dispõe: “Em qualquer fase da persecução

penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: (...) VI - afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica” (art. 3º).

No tocante às medidas assecuratórias relativas a bens e valores advindos da prática criminosa, destacamos que a recente Lei nº 13.344/2016, que trata da prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas, estabelece que, havendo indícios suficientes de infração penal, o juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, poderá decretar medidas assecuratórias – apreensão de bens móveis, bloqueio de contas, sequestro de bens imóveis etc – relacionadas a bens, direitos ou valores pertencentes ao investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito do crime de tráfico de pessoas, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) .

Já o Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal, disciplina que caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro (art. 125) e, para a sua decretação, bastará a verificação, pelo juiz, da existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens (art. 126). Essa medida poderá ser decretada em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, de ofício, por requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial (art. 127).

A apreensão de bens móveis obtidos por meios criminosos também poderá ser decretada pelo juiz nas mesmas circunstâncias acima mencionadas (art. 240, § 1º, “b”, CPP).

Em Portugal, como já referido acima, a Lei nº 5/2002, de 11 de janeiro, estabelece um regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado, relativa a diversos crimes graves, dentre os quais o tráfico de pessoas (artigo 1º, número 1, letra n).

Em seu corpo, a norma em comento prevê que “Nas fases de inquérito, instrução e julgamento de processos relativos aos crimes previstos no artigo 1.º, o segredo profissional dos membros dos órgãos sociais das instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica, dos seus empregados e de pessoas que a elas prestem serviço, bem como o segredo dos funcionários da administração

fiscal, cedem, se houver razões para crer que as respetivas informações têm interesse para a descoberta da verdade” (artigo 2º, número 1).

Nos dispositivos seguintes do artigo 2º da Lei, são dispostas as condições para a autorização de quebra de segredo, bem como sua abrangência. Nesse sentido, vem disposto que a quebra do segredo será decretada pela autoridade judiciária titular da direção do processo, em despacho fundamentado, o qual deverá identificar as pessoas abrangidas pela medida e especificar as informações que devem ser prestadas e os documentos que devem ser entregues, podendo assumir forma genérica para cada um dos sujeitos abrangidos quando a especificação não seja possível. Ou ainda, quando não for conhecida a pessoa ou pessoas titulares das contas ou intervenientes nas transações é suficiente a identificação das contas e transações relativamente às quais pretende-se obter as informações.

Quando se tratar de informações relativas a arguido no processo ou a pessoa coletiva, o despacho mencionado acima assume sempre forma genérica, abrangendo: a) Informações fiscais; b) Informações relativas a contas bancárias ou a contas de pagamento e respetivos movimentos, de que o arguido ou pessoa coletiva sejam titulares ou cotitulares, ou em relação às quais disponham de poderes para efetuar movimentos; c) Informações relativas a transações bancárias e financeiras, incluindo operações de pagamento e de emissão, distribuição e reembolso de moeda eletrónica, em que o arguido ou a pessoa coletiva sejam intervenientes; d) Identificação dos outros intervenientes nas operações referidas nas alíneas b) e c); e) Documentos de suporte das informações referidas nos números anteriores.

Por fim, interessante destacar que para cumprimento do disposto nos números anteriores, as autoridades judiciárias e os órgãos de polícia criminal com competência para a investigação têm acesso às bases de dados da administração fiscal.

Já o Decreto-Lei 78/87, de 17 de fevereiro – Código de Processo Penal, prevê que “são apreendidos os instrumentos, produtos ou vantagens relacionados com a prática de um facto ilícito típico, e bem assim todos os objetos que tiverem sido deixados pelo agente no local do crime ou quaisquer outros suscetíveis de servir a prova (artigo 178º, número 1)”, devendo a ordem de apreensão ser expedida por autoridade judiciária. A autoridade de polícia criminal poderá, no entanto, proceder à apreensão anterior à ordem da autoridade judiciária no decurso de revistas ou de buscas ou quando haja urgência ou perigo na demora, ou, ainda, quando haja fundado receio de desaparecimento, destruição, danificação, inutilização, ocultação ou transferência de instrumentos, produtos ou vantagens ou outros objetos provenientes da

prática de um facto ilícito típico suscetíveis de serem declarados perdidos a favor do Estado (artigo 178º, números 3, 4 e 5).

3.2.5 Vigilância

Fotografias ou vídeos obtidos por policiais em diligências discretas podem constituir importantes meios de prova para a investigação de tráfico de pessoas. Acompanhamento por policiais, à distância, do momento em que as vítimas são levadas a tirar documentos como passaportes, vistos de viagem, ou do próprio embarque delas em aeroportos, pode se mostrar muito valioso para o sucesso da investigação.

As informações colhidas a partir da vigilância policial podem decifrar elementos e circunstâncias desconhecidas sobre a atividade criminosa (a exemplo de locais de exploração, de compras de passagens, etc), assim como podem elucidar a participação de integrantes do grupo criminoso ou mesmo trazer à tona novos integrantes desse grupo.

A Convenção de Palermo prevê a utilização da vigilância como técnica especial de investigação apta a ser utilizada no enfrentamento às organizações criminosas, como aquelas dedicadas ao tráfico de pessoas (artigo 20):

Se os princípios fundamentais do seu ordenamento jurídico nacional o permitirem, cada Estado Parte, tendo em conta as suas possibilidades e em conformidade com as condições prescritas no seu direito interno, adotará as medidas necessárias para permitir o recurso apropriado a entregas vigiadas e, quando o considere adequado, o recurso a outras técnicas especiais de investigação, como a vigilância eletrônica ou outras formas de vigilância e as operações de infiltração, por parte das autoridades competentes no seu território, a fim de combater eficazmente a criminalidade organizada.

Igualmente, a Diretiva 2011/36/UE cita a vigilância como método de investigação a ser utilizado para a eficaz repressão ao tráfico de pessoas:

Os responsáveis pela investigação e pelo exercício da acção penal relativamente a estas infracções deverão igualmente poder recorrer aos instrumentos de investigação utilizados nos casos de criminalidade organizada ou outros crimes graves. Estes instrumentos poderão incluir a intercepção das comunicações, a vigilância discreta, incluindo a vigilância electrónica, a monitorização das contas bancárias e outras investigações financeiras.

3.2.6 Intercepção (Intercepção) das comunicações

Interceptações (intercepções) das comunicações telefônicas e telemáticas são uma das formas mais efetivas de esclarecimento de fatos criminosos e obtenção de provas acerca do *modus operandi*, vítimas e autores do crime investigado. Seja pelo monitoramento de conversas telefônicas, seja pelo acompanhamento de e-mails, aplicativos de mensagens e outros meios de comunicação digital, é inquestionável a grande efetividade dessa técnica investigativa, especialmente quando se trata de crimes praticados por organizações criminosas.

Se de um lado reconhece-se a sua grande efetividade e utilidade na maioria das investigações em que esse método de obtenção de prova é autorizado, de outro sabe-se da sua altíssima carga violadora dos direitos fundamentais à privacidade e à intimidade dos indivíduos, resguardados na Constituição da República Portuguesa (artigo 26º, nº 1: “A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação”) e na Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 5º, inciso X: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”).

Como se sabe, nenhum direito individual ou coletivo, mesmo aqueles de carácter fundamental, é considerado absoluto. Todos eles podem ceder em alguma medida, quando confrontados com outros direitos consagrados na Carta Constitucional de um país. Sendo assim, direitos como intimidade e privacidade podem ser relativizados diante da necessidade de proteção de outros direitos fundamentais, como os direitos à vida, à liberdade e à segurança da coletividade ou das vítimas individualmente consideradas.

Tanto a legislação portuguesa quanto a brasileira impõem uma gama de exigências para que o uso de meios excepcionais de investigação – como é o caso da interceptação das comunicações – façam-se legítimos. No caso das escutas ou interceptações, tais exigências e condições estão previstas no artigo 187º a 190º do Código de Processo Penal português, e na Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, do ordenamento jurídico brasileiro.

Há que se destacar que, dada a excepcionalidade da medida, o uso das interceptações das comunicações fica condicionada à demonstração da sua efetiva necessidade para a obtenção da prova, isto é, quando for muito difícil de obtê-la ou esta não puder ser obtida regularmente por outros meios menos invasivos. Daí aplicar-se, à espécie, o princípio da

subsidiariedade do meio de prova (Valente, Escutas Telefônicas: da excepcionalidade à vulgaridade, 2008).

Deve-se, ainda, ter em conta o inarredável princípio da legalidade, não apenas no que respeita à previsão do meio de obtenção de prova em lei, mas também quanto ao respeito à tipicidade substantiva e às demais exigências legais para a implementação da medida (Valente, 2008).

Exige-se, igualmente, a demonstração da adequação da interceptação para alcançar os fins almejados e, por conseguinte, o respeito ao consagrado princípio da proporcionalidade, seja no seu sentido lato – proibição de excesso – seja no seu sentido estrito – proibição de insuficiência.

Sobre o tema da proporcionalidade, destacamos texto abaixo, de nossa autoria:

Conforme destacamos no tópico precedente, para que encontremos a medida mais equilibrada entre o respeito aos direitos fundamentais e a necessidade de robustecer as ferramentas estatais de enfrentamento às organizações criminosas precisamos efetuar a ponderação dos valores em jogo, quais sejam, as liberdades tão arduamente conquistadas pelos seres humanos e a possibilidade de restringir tais liberdades diante das ameaças à segurança da coletividade representada pela moderna criminalidade organizada. Para encontrar essa medida, o legislador e, principalmente, o operador do direito, deve socorrer-se do consagrado princípio da proporcionalidade em sentido amplo.

O referido princípio evoca, à primeira vista, o seu lado vinculado à proibição de excesso, tão aclamado e necessariamente arraigado hoje no âmbito do Direito Penal material e processual, em razão dos excessos cometidos em passado não muito remoto, principalmente durante o curso de regimes totalitários. Contudo, não se pode esquecer da vertente da proporcionalidade ligada à proibição de insuficiência do Estado em proteger os direitos fundamentais dos indivíduos.

Esse princípio representa um dos pilares do Estado Democrático de Direito e é reiteradamente invocado para se defender a concepção garantista do Direito Penal. Contudo, é de se notar que a noção de proporcionalidade não se esgota na categoria da proibição de excesso, já que ela também deve ser invocada quando se fala no dever de proteção por parte do Estado, a exigir-lhe uma atuação positiva a fim de proteger os seres humanos também quanto a agressões provenientes de terceiros contra os seus direitos fundamentais. Essa é, então, a faceta do princípio da proporcionalidade chamada proibição de insuficiência no campo jurídico-penal e, por conseguinte, na esfera da política criminal.

É possível dizer, dessa forma, que dos direitos fundamentais extraem-se os mandamentos de proteção, que exigem do Estado uma verdadeira atuação em prol da proteção das liberdades dos cidadãos. Essa conclusão também decorre do princípio do Estado de Direito, na medida em que o Estado é o tradicional detentor do monopólio, tanto da aplicação da força, quanto no âmbito da solução dos litígios entre os particulares, que (salvo em hipóteses excepcionais, como o da legítima defesa), não

podem valer-se da força para impedir e, especialmente, corrigir agressões oriundas de outros particulares.

Sob essa perspectiva, SARLET afirma que:

“Os direitos fundamentais (mesmo os clássicos direitos de liberdade) devem ter sua eficácia valorada não só sob um ângulo individualista, isto é, com base no ponto de vista da pessoa individual e sua posição perante o Estado, mas também sob o ponto de vista da sociedade, da comunidade na sua totalidade, já que se cuidam de valores e fins que esta deve respeitar e concretizar. Com base nesta premissa, a doutrina alienígena chegou à conclusão de que a perspectiva objetiva dos direitos fundamentais constitui função axiologicamente vinculada, demonstrando que o exercício dos direitos subjetivos individuais está condicionado, de certa forma, ao seu reconhecimento pela comunidade na qual se encontra inserido e da qual não pode ser dissociado, podendo falar-se, neste contexto, de uma responsabilidade comunitária dos indivíduos. É neste sentido que se justifica a afirmação de que a perspectiva objetiva dos direitos fundamentais não só legitima restrições aos direitos subjetivos individuais com base no interesse comunitário prevalente, mas também e de certa forma, que contribui para a limitação do conteúdo e do alcance dos direitos fundamentais, ainda que deva sempre ficar preservado o núcleo essencial destes” (SARLET, 2005).

Para que o Estado não frustre o seu dever de proteção, atuando de modo insuficiente, devem ser discutidas as medidas que podem mostrar-se mais eficientes para a proteção dos seres humanos, tanto em sua perspectiva individual quanto coletiva, contra as constantes ameaças aos seus direitos, especialmente, naquilo que nos interessa, o direito à segurança.

Para tanto, é preciso pensar numa ponderação de valores que possa legitimar a eficiente repressão, através do sistema jurídico penal, a essas fontes de ameaça. Essa ponderação deverá ter em conta as liberdades individuais de um lado e a necessidade de conferir maior eficiência à persecução penal, especialmente frente à criminalidade organizada (Lima, 2017)

Respeitadas as condições necessárias para o uso legítimo das interceptações das comunicações, é inegável a sua admissibilidade nas investigações de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, eis que se trata de crime que atende ao requisito objetivo da pena máxima imposta (artigo 187º, número 1, a) do CPP português, e artigo 2º, inciso III, da Lei 9.296/96), bem como diante da sua alta danosidade às vítimas, e das dificuldades, já antes comentadas (clandestinidade, sofisticação, transnacionalidade em alguns casos, dificuldade de obtenção da colaboração de vítimas e testemunhas etc), para se alcançar a sua investigação eficaz no que tange a obtenção de provas da materialidade e autoria.

Nos casos analisados pelo UNODC, narrados no compêndio *Case Digest: Evidencial Issues on Trafficking in Persons Cases* (2017), foi verificado que procuradores que utilizaram interceptações telefônicas enumeraram as seguintes vantagens:

- Pode revelar a cadeia de autores e seus respectivos papéis - em vez de limitar as condenações aos exploradores finais;
- Permite que se descubram circunstâncias relevantes para adicionar ao conjunto probatório, como linguagem utilizada, o nível de violência aplicada e a natureza transnacional da ofensa;
- Pode revelar o fim exploratório, particularmente importante nos casos em que a exploração ainda não ocorreu;
- Pode corroborar o testemunho da vítima ou, sob certas circunstâncias, torná-lo desnecessário;
- Pode contradizer as afirmações dos réus;
- Pode ajudar a provar a intenção criminosa.

3.2.7 Buscas e apreensões

A partir dos meios de provas elencados nas sessões acima, é possível que a autoridade de polícia criminal, ou quem estiver presidindo a investigação, tome conhecimento de que elementos probatórios relevantes, como documentos, instrumentos, produtos ou vantagens relacionadas com a prática criminosa, estão em determinado local não acessível ao público em geral. Diante desse quadro, e em respeito à inviolabilidade do domicílio, garantida tanto no artigo 5º, inciso XI, a CFRB/88, quanto no artigo 34º da CRP, as autoridades investigativas deverão representar ao juízo pela autorização para a realização de busca nesses locais estratégicos a fim de que sejam coletadas e apreendidas as provas ou indícios do crime investigado.

É possível, e geralmente bastante útil, a apreensão de aparelhos informáticos ou de telefonia móvel, onde ficam armazenados documentos e mensagens, reveladores das elementares e das circunstâncias do crime. Havendo necessidade de autorização expressa do juízo para apreensão desse tipo de equipamento, é necessário que a autoridade representante já aponte no pedido a necessidade de apreender esses itens quando da realização das buscas.

O Código de Processo Penal português prevê, em seu artigo 177º, que “A busca em casa habitada ou numa sua dependência fechada só pode ser ordenada ou autorizada pelo juiz e efectuada entre as 7 e as 21 horas, sob pena de nulidade”. E no 178º consta que “São apreendidos os instrumentos, produtos ou vantagens relacionados com a prática de um facto

ilícito típico, e bem assim todos os objetos que tiverem sido deixados pelo agente no local do crime ou quaisquer outros suscetíveis de servir a prova”.

Por seu turno, o Código de Processo Penal brasileiro estabelece que “Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: a) prender criminosos; b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos; c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos; d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso; e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu; f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato; g) apreender pessoas vítimas de crimes; h) colher qualquer elemento de convicção” (art. 240, § 1º).

3.2.8 Infiltração policial

O agente infiltrado seria aquele que, mediante a prévia e indispensável autorização judicial, e sob o controle do órgão policial, insere-se no âmago de uma organização criminosa sob falsa identidade, com o fim de conquistar a confiança de seus membros, com eles conviver e, com isso, obter informações, indícios e provas das atividades criminosas desenvolvidas pelos integrantes daquela organização, destinando-se seu resultado à instrução processual penal (Valente, 2016, pp. 498-499).

Tal como exposto acima acerca das interceptações telefônicas, a técnica especial de investigação de infiltração policial (ou agente encoberto, na linguagem da Lei 101/2001, de 25 de agosto) é um meio excepcional de obtenção de prova, sujeito a imensas restrições de ordem principiológica (princípios da legalidade, da indispensabilidade, da subsidiariedade, da proporcionalidade *stricto* e *lato sensu*) e de ordem legal (requisitos previstos nos artigos 10 a 14 da Lei nº 12.850/2013 do Brasil e descritos na Lei nº 101/2001, de 25 de agosto, de Portugal), em decorrência da grave invasão à vida privada de quem esteja sujeito a esse meio investigativo.

Estará, antes de tudo, condicionada à demonstração de sua indispensabilidade, aplicando-se-lhe o princípio da subsidiariedade enquanto meio de prova. A infiltração somente será admitida quando houver indícios do cometimento de infração penal dentre aquelas elencadas no artigo 2º da Lei 101/2011, de 25 de agosto, e nos artigos 1º e 2º, da Lei nº 12.850/2013, e a prova não puder ser produzida por outros meios admitidos em direito.

Com isso, somente em casos de justificada e motivada necessidade, quando os investigadores não tiverem acesso a outros modos de produzir provas em relação ao crime, é que poderá ser admitido uso desse recurso investigativo.

É um meio considerado extremo justamente pela sua forte carga de restrição aos direitos fundamentais da pessoa investigada, pois implica, primordialmente, na invasão à sua intimidade e à sua privacidade. Diante disso, o recurso a esse meio investigativo deverá estar, necessariamente, relacionado com a prática de delitos marcados por extrema gravidade e, quiçá, pelo emprego de sofisticação e violência (Cardoso, 2012).

Tanto a legislação portuguesa quanto a brasileira preveem a aplicabilidade da técnica de infiltração de agentes nas investigações de tráfico de pessoas.

Nesse sentido, estabelece expressamente o artigo 2º da Lei 101/2001, de 25 de agosto: “As ações encobertas são admissíveis no âmbito da prevenção e repressão dos seguintes crimes: (...) e) Tráfico de pessoas;”.

No caso brasileiro, a Lei nº 13.344/2016, ao dispor sobre o tráfico de pessoas cometido no território nacional contra vítima brasileira ou estrangeira e no exterior contra vítima brasileira, estabeleceu que “aplica-se subsidiariamente, no que couber, o disposto na Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013” .

O objetivo da operação encoberta é, primordialmente, determinar a natureza e extensão das atividades criminosas, identificar as pessoas envolvidas e obter provas que permitam o processamento dos infratores. Embora reconheça-se o alto grau de risco para o agente infiltrado, essa é uma técnica especial de investigação que permite aos órgãos de polícia criminal obterem informações de uma perspectiva extremamente privilegiada, já que tais informações seriam extraídas de dentro do grupo criminoso, em pleno curso da atividade ilícita.

De acordo com UNODC (2017), operações que empreguem o agente infiltrado só devem ser realizadas quando haja pessoal confiável e adequadamente treinado. Os agentes empregados na missão deverão ter suficiente treinamento e conhecimento nos seguintes aspectos: a) definição de tráfico de pessoas na sua jurisdição (para que agentes possam identificar e obter evidências); b) artifícios de defesa que foram usadas com sucesso em relação a casos anteriores de tráfico (o infiltrado pode encontrar evidências que comprovam ou refutam esses artifícios); c) propósitos econômicos do tráfico (para ajudar a planejar os objetivos da operação e orientar a estrutura de relatórios); d) mecanismos usados pelos

traficantes para controlar as vítimas (para que os agentes entendam que nem sempre violência ou ameaças estarão presentes, que os mecanismos de controle podem mudar e que uma pessoa pode ter sido traficada, embora tenha sido apenas parcialmente enganada).

3.2.9 Cooperação internacional

Em um cenário globalizado, em que as fronteiras são consideradas virtuais e a comunicação é instantânea, os criminosos se organizam em redes internacionais, utilizando meios legítimos, como a internet e o transporte aéreo, para aliciar, transportar e explorar vítimas. Uma vez que o *iter criminis* pode se dar em distintos pontos do globo terrestre, dificilmente um país conseguiria enfrentar o tráfico de maneira isolada (Machado & Vieira, 2016).

Já mencionamos acima sobre a necessidade de efetiva coordenação entre os agentes internos e externos competentes para o enfrentamento ao tráfico internacional de pessoas. Essa coordenação e cooperação entre órgãos incumbidos de reprimir o crime, inclusive de diferentes países, é fundamental para a otimização dos meios investigativos e aumento da eficácia no combate ao tráfico.

Se tradicionalmente a aplicação da legislação penal depende da articulação entre diferentes atores e organizações envolvidos na investigação e persecução penal, os novos desafios impostos pela criminalização de condutas transnacionais impõem também a necessidade de formas de cooperação internacional. Em outras palavras, a viabilização do controle penal supõe a cooperação internacional para enfrentar o tráfico de seres humanos. (Machado & Vieira, 2016, p. 487)

A cooperação internacional enseja o cumprimento em território nacional de medidas processuais solicitadas por autoridades competentes de outro país, para a instrução ou julgamento de processos lá em trâmite, contornando a limitação territorial imposta pelo princípio da soberania estatal que vigora no direito internacional. A cooperação internacional pode abranger diversas medidas de intercâmbio de informações e procedimentos jurisdicionais, entre órgãos judiciais e administrativos de dois ou mais países, a fim de tornar possível a efetivação de medidas processuais no território de outro Estado.

A cooperação internacional como mecanismo para o enfrentamento ao tráfico de pessoas foi elevada à máxima importância nas diversas normas vigentes dedicadas à regulação do problema, sejam aquelas de natureza internacional – e aqui continuaremos a

destacar aquelas consideradas mais relevantes para este trabalho, isto é, o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo e a Diretiva 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho – sejam as leis internas dos países.

O Protocolo das Nações Unidas sobre o Tráfico de Pessoas prevê, logo em seus objetivos, o de promover a cooperação entre os Estados Partes. E dispõe, no artigo 9º:

1. As autoridades competentes para a aplicação da lei, os serviços de imigração ou outros serviços competentes dos Estados Partes, cooperarão entre si, na medida do possível, mediante troca de informações em conformidade com o respectivo direito interno, com vistas a determinar:

a) Se as pessoas que atravessam ou tentam atravessar uma fronteira internacional com documentos de viagem pertencentes a terceiros ou sem documentos de viagem são autores ou vítimas de tráfico de pessoas;

b) Os tipos de documentos de viagem que as pessoas têm utilizado ou tentado utilizar para atravessar uma fronteira internacional com o objetivo de tráfico de pessoas; e

c) Os meios e métodos utilizados por grupos criminosos organizados com o objetivo de tráfico de pessoas, incluindo o recrutamento e o transporte de vítimas, os itinerários e as ligações entre as pessoas e os grupos envolvidos no referido tráfico, bem como as medidas adequadas à sua detecção.

A Diretiva 2011/36/UE, por seu turno, inclui em suas considerações iniciais, o seguinte:

As autoridades responsáveis pela aplicação da lei dos Estados-Membros deverão continuar a cooperar no reforço da luta contra o tráfico de seres humanos. A este respeito, é essencial a cooperação transfronteiriça, incluindo a partilha de informações e de boas práticas, bem como a continuação do diálogo aberto entre as autoridades policiais, judiciárias e financeiras dos Estados-Membros. A coordenação das investigações e ações penais relativas aos casos de tráfico de seres humanos deverá ser facilitada por uma maior cooperação entre a Europol e a Eurojust, a criação de equipas de investigação conjuntas e pela aplicação da Decisão-Quadro 2009/948/JAI do Conselho, de 30 de Novembro de 2009, relativa à prevenção e resolução de conflitos de exercício de competência em processo penal.

Um dos princípios basilares de condução da cooperação internacional é o da sua amplitude. Em outras palavras, a cooperação entre diversos países para a consecução de seus objetivos de repressão à criminalidade deverá ser a mais ampla possível. “No campo jurídico, isso significa que a interpretação das normas vigentes que digam respeito à cooperação deve favorecer opções interpretativas que ampliem as possibilidades de cooperação, e não o contrário” (Moro, 2010)

Isso não significa, por óbvio, que a cooperação não encontre limites de cunho político e jurídico. No campo das relações internacionais, é possível que alguns países optem por não cooperarem com outros, por razões de natureza política, económica ou outras que perpassam o campo jurídico. Sob o ponto de vista do Direito, alguns limites também se impõem, como o fundamental respeito aos direitos humanos, a inadmissibilidade das provas ilícitas, o respeito ao princípio da reciprocidade (segundo o qual os países cooperantes devem oferecer tratamento semelhante entre si), dentre outras barreiras à cooperação.

A cooperação internacional em matéria penal poderá ter natureza jurídica (ou judiciária) ou poderá ser uma cooperação direta entre órgãos policiais ou administrativos de diferentes países. A primeira hipótese ocorre sempre que essa cooperação seja realizada no bojo de um processo criminal, onde haja exigência e aplicação do princípio da reserva jurisdicional. A cooperação direta entre órgãos policiais ou administrativos (aqui denominada cooperação técnica, para fins de distinção em relação à cooperação jurídica), realizar-se-á entre os órgãos investigativos ou administrativos diretamente (a exemplo da cooperação técnica policial ou daquela realizada entre Unidades de Inteligência Financeira – UIFs), para troca de dados, informações ou diligências que possam ser realizadas independentemente de ordem de um juiz ou de autoridade com competência judiciária, e sem se olvidar do respeito ao eventual sigilo dos dados ou informações.

Entre as hipóteses de cooperação jurídica ou judiciária, podemos citar, de maneira exemplificativa, atos de comunicação (como citação e intimação), atos de produção de provas (como oitiva de testemunhas, quebra de sigilo bancário ou financeiro, realização de buscas e apreensão de outras provas documentais), efetivação de medidas de cunho assecuratório (como arresto, sequestro, apreensão de bens) e extradição para fins de instrução processual ou para cumprimento de pena. (Moro, 2010)

Um dos métodos de cooperação jurídica internacional que pode que se mostrar mais efetivo para o enfrentamento ao crime organizado transnacional, e logicamente, ao tráfico internacional de pessoas, são as equipes conjuntas de investigação – ECI (*joint investigative teams* – JITs, em inglês). O Artigo 19 da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) dispõe o seguinte:

Os Estados Partes considerarão a possibilidade de celebrar acordos ou protocolos bilaterais ou multilaterais em virtude dos quais, com respeito a matérias que sejam objeto de investigação, processos ou ações judiciais em um ou mais Estados, as

autoridades competentes possam estabelecer órgãos mistos de investigação. Na ausência de tais acordos ou protocolos, poderá ser decidida casuisticamente a realização de investigações conjuntas. Os Estados Partes envolvidos agirão de modo a que a soberania do Estado Parte em cujo território decorra a investigação seja plenamente respeitada.

De acordo com os levantamentos da UNODC (2008), as equipes conjuntas de investigação figuram entre os instrumentos mais efetivos atualmente disponíveis aos investigadores que trabalham casos de tráfico internacional de pessoas. As investigações conjuntas desenvolvidas de maneira proativa têm a vantagem de enfrentar o crime enquanto está acontecendo, com autoridades dos diferentes países envolvidos no *iter criminis* concentrando esforços simultâneos para debelar a prática criminosa, reunindo provas mais próximas do local de ocorrência.

Nesses termos, a agência da ONU ressalta a importância das equipes conjuntas de investigação proativas no combate ao tráfico internacional de pessoas, destacando as seguintes razões:

- a) Os traficantes costumam cometer o crime em mais de uma jurisdição e investigações conjuntas refletem essa situação.
- b) Operações conjuntas permitem a coleta de provas em cada uma das jurisdições envolvidas no crime.
- c) Embora os traficantes sejam mais vulneráveis quando presentes no país de destino, eles também tendem a ser conscientes da vigilância e mais cautelosos em suas atividades quando aí situados. Eles costumam estar menos preocupados em se esconder e se proteger de uma possível investigação nos seus Estados de origem ou de trânsito, porque se sentem mais seguros. Operações conjuntas permitem que os investigadores dos Estados de origem ou de trânsito explorem essas circunstâncias tendo oportunidades de reunir valiosas provas corroborativas das fases de recrutamento e transporte do crime.
- d) Investigações conjuntas proativas aumentam a capacidade das agências policiais de combater o tráfico de seres humanos porque permitem que os investigadores acordem com antecedência sobre a estratégia mais adequada para condenar os suspeitos.
- e) Isso inclui não apenas um acordo sobre onde o principal esforço de investigação deve ser concentrado mas também decisões quanto ao método de coordenação, as táticas a serem empregadas na coleta de provas, os outros delitos que serão investigados e o melhor local para processar a acusação dos investigados (UNODC, 2008, p. 197).⁷⁶

⁷⁶ Tradução livre da autora do original em inglês: “_ Traffickers often commit the crime in more than one jurisdiction and joint investigation reflect that situation _ Joint operations allow for the collection of evidence in each of the jurisdictions involve in the crime _ Although traffickers are more vulnerable while present in the

Consciente da relevância da cooperação internacional no combate ao tráfico internacional de pessoas, o Estado brasileiro incluiu entre as diretrizes para o eficiente enfrentamento a esse fenômeno criminal o estímulo à cooperação internacional (art. 3º, inciso VI, da Lei 13.344/2016), bem como dispôs, expressamente, no capítulo dedicado à repressão ao crime em comento, que esta se dará por meio: “I - da cooperação entre órgãos do sistema de justiça e segurança, nacionais e estrangeiros; (...) III – da formação de equipes conjuntas de investigação” (art. 5º da Lei 13.344/2013).

Não obstante a previsão acima, não há no direito brasileiro, ainda, norma interna, ao nível de lei, que discipline de maneira pormenorizada o procedimento de auxílio jurídico mútuo em matéria penal, tampouco dispositivo legal regulando a formação de equipes conjuntas de investigação. Esses mecanismos são aplicados e funcionam plena e largamente no Brasil, em suas relações com os sistemas de persecução penal de outros países, sempre baseados em convenções ou tratados multilaterais ou em acordos bilaterais ou, ainda, com base no princípio da reciprocidade.

Destaco, por ser de interesse ao nosso trabalho, o Decreto nº 8.833/2016, por meio do qual o Brasil promulgou a convenção de auxílio judiciário em matéria penal entre os estados membros da comunidade dos países de língua portuguesa, dentre os quais incluem-se Brasil e Portugal.

O Estado português, enquanto integrante da União Europeia, incorporou diversos instrumentos internacionais alusivos à cooperação internacional em matéria penal (a UE adotou vários instrumentos legislativos que aplicam o princípio do reconhecimento mútuo, que versam sobre o mandado de detenção europeu, mandado europeu de obtenção de provas, congelamento de bens e de provas, decisões de confisco/perda, troca de informações sobre condenações/registos criminais, etc) e, tradicionalmente, atua de maneira integrada com

State of destination, they also tend to be surveillance-conscious and more cautious in their activities when in the destination State. They are often less concerned to conceal and protect themselves from investigation in the States of origin or transit because they feel safer. Joint operations mean that investigators in the origin or transit States can exploit these evidential opportunities and gather valuable corroborative evidence of the recruitment and transportation phases of the crime – Joint proactive operations increase the ability of law enforcement agencies to combat human trafficking because joint operations allow the investigators to agree in advance on the overall strategy best suited to convicting the suspects – This includes not only agreement as to where the main investigative effort is to be focused but also decisions as to the method of coordination, the tactics to be employed to collect the evidence, the offences being targeted and the best location for the prosecution that will arise from the investigation (UNODC, Toolkit to Combat Trafficking in Persons, 2008).

diversos países na repressão penal, inclusive no âmbito do enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Nesse sentido, aprovou a Lei nº 144/99, de 3 de Agosto, que estabelece os procedimentos de cooperação judiciária internacional em matéria penal, dentre os quais o auxílio judiciário mútuo em matéria penal, por meio do qual poderão ser concretizadas medidas de extrema relevância para a investigação e para a instrução processual em casos de tráfico internacional de pessoas.

Referida Lei prevê, no seu artigo 145º, as diferentes modalidades de auxílio, que “compreende a comunicação de informações, de actos processuais e de outros actos públicos admitidos pelo direito português, quando se afigurarem necessários à realização das finalidades do processo, bem como os actos necessários à apreensão ou à recuperação de instrumentos, objectos ou produtos da infracção” (nº 1).

No dispositivo seguinte (art. 145º, nº 2), a lei prevê que o auxílio compreende, nomeadamente: a) notificação de actos e entrega de documentos; b) A obtenção de meios de prova; c) As revistas, buscas, apreensões, exames e perícias; d) A notificação e audição de suspeitos, arguidos, testemunhas ou peritos; e) O trânsito de pessoas; f) As informações sobre o direito português ou estrangeiro e as relativas aos antecedentes penais de suspeitos, arguidos e condenados.

A mesma lei disciplina a formação das equipas conjuntas de investigação, no art. 145º-A, as quais:

São criadas por acordo entre o Estado Português e o Estado estrangeiro, nomeadamente quando: a) No âmbito de investigação criminal de um Estado estrangeiro houver necessidade de realizar investigações de especial complexidade com implicações em Portugal ou noutro Estado; b) Vários Estados realizem investigações criminais que, por força das circunstâncias, tornem indispensável uma acção coordenada e concertada nos Estados envolvidos.

É relevante destacar, igualmente, que a lei de cooperação judiciária internacional de Portugal disciplina o emprego de importantes técnicas investigativas no âmbito da cooperação com outros países, muitas das quais são extremamente úteis no combate ao tráfico de pessoas.

A Lei nº 144/99, de 3 de Agosto, regulamenta o uso das seguintes técnicas investigativas em âmbito de cooperação internacional:

a) Entregas controladas ou vigiadas (art. 160º-A) “1 - Pode ser autorizada caso a caso, pelo Ministério Público, perante o pedido de um ou mais Estados estrangeiros, nomeadamente se previsto em instrumento convencional, a não actuação dos órgãos de polícia criminal, no âmbito de investigações criminais transfronteiriças relativas a infracções que admitam extradição, com a finalidade de proporcionar, em colaboração com o Estado ou Estados estrangeiros, a identificação e responsabilização criminal do maior número de agentes da infracção;”

b) Ações encobertas (Art. 160º-B): “1 - Os funcionários de investigação criminal de outros Estados podem desenvolver acções encobertas em Portugal, com estatuto idêntico ao dos funcionários de investigação criminal portugueses e nos demais termos da legislação aplicável. 2 - A actuação referida no número anterior depende de pedido baseado em acordo, tratado ou convenção internacional e da observância do princípio da reciprocidade”.

c) Intercepção de telecomunicações. (art. 160º-C): “1 - Pode ser autorizada a intercepção de telecomunicações realizadas em Portugal, a pedido das autoridades competentes de Estado estrangeiro, desde que tal esteja previsto em acordo, tratado ou convenção internacional e se trate de situação em que tal intercepção seria admissível, nos termos da lei de processo penal, em caso nacional semelhante”.

Pelas razões acima expostas, Fazenda (2013) expõe:

No plano externo, identifica-se a necessidade dos magistrados lidarem agilmente, com o conforto que o domínio permite, com os mecanismos e circuitos da cooperação internacional: com a Interpol, a Europol, com missão na recolha, tratamento, análise e difusão da informação e com atividade operacional, a Convenção de aplicação do Acordo de Shenghen, o Gabinete Nacional Sirene, a Eurojust, com missão de coordenação entre as autoridades judiciais nacionais e apoio às investigações relativas à criminalidade organizada, designadamente o tráfico de seres humanos, a Rede Judiciária Europeia, o Mandado de Detenção Europeu, onde o tráfico de pessoas é um dos crimes que dispensa a dupla incriminação, as Equipas Conjuntas de Investigação (EIC) criadas pela Convenção Relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os EM da EU e Decisão-Quadro 2002/465/JAI, de 20.06.2002, instrumento de excelência da cooperação policial e judiciária, para a recolha de informação, definição e execução da estratégia investigatória, definição da jurisdição competente, projecção na não violação do princípio ne bis in idem; a Convenção de Palermo e Protocolo Adicional; a Convenção de Varsóvia (Fazenda, 2013, p. 17).

Inserido no universo da cooperação internacional, a cooperação técnica policial também desempenha relevantíssimo papel no desenvolvimento de investigações para o combate ao tráfico internacional de pessoas. Esse tipo de cooperação ocorre ao nível dos órgãos de investigação criminal e funciona como um facilitador no desenvolvimento de diligências policiais em diferentes países, com a coordenação dos órgãos de polícia criminal do país onde se realiza a diligência, quando não há necessidade de intervenção do Poder Judiciário para a consecução da medida.

O Brasil mantém diversos acordos internacionais vigentes, firmados com diferentes países, para viabilizar a cooperação técnica policial. Segundo informação colhida do sítio eletrônico da Polícia Federal brasileira:

A política de cooperação da Polícia Federal baseia-se na reciprocidade e no interesse mútuo e tem por objetivo a transferência de conhecimentos e informações, realização de ações conjuntas e capacitação de policiais. O instrumento utilizado para formalização dessa parceria é o Memorando de Entendimento (MdE)

Atualmente estão em trâmite para assinatura ou renovação, memorandos de entendimento com instituições dos EUA, Bélgica, Cabo Verde, Austrália, Portugal, México, Suriname, Guiana, Colômbia, Reino Unido, França, Guiana Francesa e África do Sul e estão em vigor MdEs com instituições do Canadá, Bolívia, Peru e Paraguai.⁷⁷

É importante que se diga, outrossim, que a cooperação internacional poderá ocorrer ainda que não haja acordo formalizado nesse sentido, eis que prevalece, nas relações internacionais, o princípio da reciprocidade.

Em Portugal, vigora o Decreto-Lei nº 49/2017, de 24 de maio, que cria o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional, modelo europeu recomendado aos Estados-Membros para reforçar a cooperação em matéria de aplicação da lei na União Europeia. Na exposição de motivos do citado normativo, está descrita a relevância da cooperação entre polícias de diferentes países para o eficaz combate ao crime transnacional. Vejamos um trecho:

Os fenómenos criminais graves, organizados, transnacionais e, em muitos casos, altamente violentos, incluindo o terrorismo, por colocarem em causa a segurança e a estabilidade dos Estados e o espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia, requerem o reforço das sinergias e da cooperação a todos os níveis para uma resposta eficaz e coordenada a nível nacional, europeu e internacional.

Esse reforço pressupõe uma melhor organização interna e capacitação dos Estados para responder às exigências de cooperação, melhorando a aplicação dos instrumentos existentes, garantindo uma interlocução qualificada, assegurando a implementação de orientações e de boas práticas e, bem assim, implementando metodologias adequadas de recolha, tratamento e partilha da informação, no plano interno e no quadro da União Europeia.

O intercâmbio de informações entre os Estados-Membros é, neste contexto, um instrumento decisivo para as autoridades de aplicação da lei, não só no combate à criminalidade grave e organizada, mas também às infrações de menor gravidade cometidas em grande escala, por grupos criminosos móveis ou por criminosos individuais que operam em vários desses países.

⁷⁷ Consulta efetuada em 01.11.2019, no site <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/acordos-de-cooperacao>.

Respeitando as competências nacionais de garantia do cumprimento da lei e de salvaguarda da segurança interna, e sempre no pleno respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos, todas as partes interessadas, nacionais, europeias e internacionais, têm de trabalhar melhor em conjunto para enfrentar os riscos e as ameaças transnacionais. A consecução deste objetivo é levada a cabo através da cooperação das autoridades competentes dos Estados-Membros da União Europeia, incluindo as forças e serviços de segurança e as demais autoridades de aplicação da lei especializadas na prevenção e deteção de infrações penais e na realização de investigações criminais, no apuramento da responsabilidade penal⁷⁸.

Tratando de cooperação policial internacional, é obrigatório mencionar a INTERPOL (*Criminal Police Organization*), agência internacional integrada por 194 países que tem como missão ajudar organizações policiais em todo o mundo no combate à criminalidade. Para tanto, a INTERPOL disponibiliza plataforma de compartilhamento de dados sobre crimes e criminosos, além de oferecer suporte técnico e operacional para as polícias dos integrantes da organização⁷⁹.

Em relação à atuação no enfrentamento ao tráfico de pessoas, a INTERPOL já realizou operações integradas envolvendo diferentes países, como foi o caso das operações Spartacus I, II e III. A última fase dessa megaoperação, denominada Intercops-Spartacus III, visou o combate ao tráfico de pessoas na América do Sul e Central, tendo resultado no resgate de mais de 2.700 vítimas, 134 prisões e o desmantelamento de, pelo menos, sete organizações criminosas dedicadas a essa prática criminosa.

De acordo com notícia publicada no sítio eletrônico da INTERPOL⁸⁰:

Coordenada pelo Escritório Regional para a América do Sul da INTERPOL, a Operação Intercops - Spartacus III foi realizada em duas partes, concentrando-se inicialmente em três dos mais movimentados aeroportos internacionais da América do Sul, considerados centros de redes de tráfico de pessoas: Ministro Pistarini (Buenos Aires, Argentina), Guarulhos (São Paulo, Brasil) e El Dorado (Bogotá, Colômbia).

Por meio do acesso aos bancos de dados globais da INTERPOL, a polícia da linha de frente nesses locais conseguiu verificar os nomes e documentos dos viajantes, para ajudar a identificar traficantes em potencial e suas vítimas.

Com base nas prisões realizadas e nas informações coletadas durante a primeira fase (1 a 10 de junho), a polícia dos 25 países envolvidos realizou investigações de acompanhamento para identificar e desmantelar as redes envolvidas.

⁷⁸ Disponível no endereço <https://dre.pt/home/-/dre/107061863/details/maximized>, consultado em 01.12.19.

⁷⁹ Em <https://www.interpol.int/Who-we-are/What-is-INTERPOL>, consultado em 26.11.2019.

⁸⁰ Conforme <https://www.interpol.int/en/News-and-Events/News/2016/More-than-2-700-human-trafficking-victims-rescued-in-INTERPOL-coordinated-operation>, consultado em 26.11.2019.

Os resultados, publicados antes do Dia Mundial contra o Tráfico de Pessoas, em 30 de julho, sublinham o compromisso contínuo da INTERPOL em apoiar a aplicação da lei nacional, abordando essa forma moderna de escravidão humana.

Entre as vítimas resgatadas, 27 adolescentes foram traficadas para diferentes países para exploração sexual e mão-de-obra barata. Várias meninas no Equador, contatadas através da mídia social, foram arrebatadas de fora de suas escolas, antes de serem drogadas e transportadas para fora do país⁸¹.

Outros dois importantes organismos facilitadores da cooperação internacional existentes na Europa são EUROPOL e a EUROJUST.

Em relação à EUROPOL, suas tarefas são facilitar a troca de informações entre os Estados Membros; obter, agrupar e analisar as informações; notificar as autoridades competentes dos Estados Membros, sem demora, sobre qualquer investigação dentro dele; além de manter sistemas de bancos de dados, alimentados com os dados coletados das polícias nacionais dos seus Estados Membros e também acessível por estes (Rijken, 2004).

De acordo com o sítio eletrónico da EUROPOL⁸²:

A EUROPOL, que beneficia da sua posição central na arquitetura da segurança europeia, oferece uma gama única de serviços: a) apoia as operações de garantia do cumprimento da lei no terreno; b) funciona como uma plataforma de informações sobre atividades criminosas; c) é um centro de conhecimentos especializados em matéria de garantia do cumprimento da lei.

A agência destinou-se, no início, ao aumento da efetividade e cooperação das autoridades competentes dos Estados Membros, para a prevenção e combate ao terrorismo, tráfico de drogas e outros crimes graves de carácter internacional onde houvesse sérios indícios do envolvimento de organização criminosa e desde que afetasse dois ou mais Estados-Membros. Em Dezembro de 1996 o mandato da EUROPOL foi estendido para incluir,

⁸¹ Tradução livre da autora do original em inglês: “Coordinated by INTERPOL’s Regional Bureau for South America, Operation Intercops - Spartacus III was conducted in two parts, initially concentrating on three of South America’s busiest international airports thought to be hubs for human trafficking networks: Ministro Pistarini (Buenos Aires, Argentina), Guarulhos (São Paulo, Brazil) and El Dorado (Bogotá, Colombia). Through access to INTERPOL’s global databases, frontline police at these key locations were able to check travellers’ names and documents to help identify potential traffickers and their victims. Based on the arrests made and intelligence gathered during this first phase (1 – 10 June), police across the 25 involved countries conducted follow-up investigations to identify and dismantle the networks involved. The results, published ahead of the World Day against Trafficking in Persons on 30 July, underline INTERPOL’s ongoing commitment in supporting national law enforcement address this modern-day form of human slavery. Among the victims rescued were 27 teenage girls trafficked into different countries for sexual exploitation and as cheap labour. Several girls in Ecuador who had been contacted through social media were snatched from outside their schools, before being drugged and transported out of the country.

⁸² Consulta efetuada em 01.11.2019, em https://europa.eu/european-union/about-eu/agencies/europol_pt

explicitamente, o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Em outubro de 1998 a Convenção passou a vigorar e, em julho de 1999, a agência passou a efetivamente funcionar (Rijken, 2004).

A EUROJUST, por sua vez, foi criada por decisão do Conselho da Europa em julho de 2000 e definitivamente implantada em fevereiro de 2002. Sua missão consiste em prover suporte para investigações envolvendo crimes graves quando necessária a assistência jurídica/judiciária nos procedimentos. O tráfico de pessoas é um dos crimes que estão explicitamente previstos na Decisão de criação da agência europeia, composta por representantes dos Estados Membros, os quais funcionam como elo de ligação entre as demandas dos Estados dirigidos ao seu país (Rijken, 2004).

Problemas relacionados à cooperação jurídica internacional entre os países atrapalham o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Conny Rijken (2004) relata que uma das dificuldades verificadas nessa seara é a aplicação do princípio *locus regit actum* para a coleta de provas penais, eis que nem sempre regras previstas na legislação do país requerido, aplicadas no processo de obtenção de provas, será validamente aceito segundo as normas do país requerente/destinatário. Ele relata haver uma discussão sobre a possível aplicação do princípio *forum regit actum*, mas isso não é consensual entre os Estados, tendo em vista as possíveis implicações relativas à violação da soberania do país requerido.

Outro problema relativo à efetividade da assistência mútua em matéria penal é a falta de confiança entre os Estados relativamente ao sistema judiciário do outro. Embora essa falta de confiança não seja algo assumido publicamente pelos países, é verificável prática, quando da concretização dos casos de assistência jurídica mútua (Rijken, 2004).

O autor também pontua como causa dificultante à cooperação a falta de transparência a respeito dos canais que devem ser utilizados e as autoridades competentes que devem ser contactadas, bem assim as formalidades legais que devem ser preenchidas para a efetivação da cooperação.

Em relação especificamente ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, Rijken (2004) destaca que um dos problemas mais frequentes é a dificuldade em localizar as vítimas, em decorrência da expulsão/deportação aos seus países de origem, antes de poderem contribuir com a Justiça. A partir do regresso ao país de origem, a oitiva da vítima dependerá dos procedimentos de cooperação jurídica internacional, o que dificilmente ocorre de maneira célere.

O autor conclui aduzindo que a melhora na eficiência para o combate ao tráfico de pessoas ocorrerá se os Estados intensificarem e facilitarem a cooperação internacional. Em suas palavras: “Um passo considerável adiante só pode ser dado quando os estados tiverem a coragem de compartilhar competências em um nível mais supranacional”⁸³ (Rijken, 2004, p. 281).

A dificuldade na realização da cooperação internacional foi constatada na pesquisa realizada por Ribeiro (Ribeiro, 2017, p. 167), ao perceber que “é demasiado preocupante o fato de que 83,3% dos Chefes das Delegacias de Polícia Federal, que deveriam ser especializadas no enfrentamento ao tráfico internacional de pessoa, desconhecerem como proceder para cooperação policial ou jurídica internacional nos inquéritos e operações policiais”.

⁸³ Tradução livre da autora do original em inglês: “A considerable step forward can only be made when states have the courage to share competences in a more supranational level”.

4 Experiência investigativa no Brasil e em Portugal: meios de prova utilizados e resultado das investigações

Após digressão sobre aspectos teóricos acerca do fenômeno do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, neste capítulo, faremos uma análise sobre dados empíricos coletados envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, tanto no Brasil como em Portugal.

Expusemos no início do trabalho sobre os métodos para a coleta dos dados, sendo um deles o questionário divulgado entre autoridades policiais e o outro a pesquisa jurisprudencial.

Sobre o primeiro método, esclarece-se, desde já, a enorme dificuldade que a autora sentiu na obtenção de informações junto às autoridades de polícia criminal. No caso do Brasil, a divulgação foi feita num universo de mais de 500 delegados de Polícia Federal, tendo-nos retornado apenas 22 (apenas) respostas. Entre os portugueses, solicitamos a divulgação nos dois órgãos que detêm competência para investigar o crime de tráfico de pessoas, isto é, Polícia Judiciária e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Apesar das solicitações de divulgação do questionário em ambos os órgãos, obtivemos apenas 1(uma) resposta, o que dificultou a implementação da nossa análise empírica.

Algumas possíveis explicações exsurtem para justificar esse baixo índice de respostas. A primeira delas é o reconhecimento da dificuldade dos profissionais da área técnica e operacional – a quem os questionários foram dirigidos – os quais precisavam alocar, dentre as suas atividades, o tempo necessário para a formalização das respostas (em que pese tenhamos buscado implementar uma pesquisa o mais simples possível). Outra possível explicação para a escassez de respostas é a incipiência ou não evolução da maioria das investigações no Brasil e em Portugal, com atos investigativos pontuais, o que fez com que os respondentes não as considerassem para efeito de atendimento ao questionário.

No que se refere à pesquisa jurisprudencial, também encontramos dificuldades em localizar julgados em quantidade equivalente entre os tribunais brasileiros e portugueses. Nestes últimos, foram localizados apenas 3 julgados envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Encontramos 4 acórdãos relativos a tráfico de pessoas para exploração laboral e 1 acórdão relativo a tráfico de pessoas para exploração em atividades criminosas. Considerando que escapavam ao objeto da nossa pesquisa, essas 5 decisões não puderam ser utilizadas.

4.1 Experiência investigativa no Brasil

4.1.1 Estatísticas oficiais sobre o enfrentamento ao tráfico no Brasil

De acordo com o último Relatório Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, publicado em dezembro de 2017:

Não existe no Brasil um sistema único, integrado e confiável de estatísticas criminais. Para a produção de um Diagnóstico Nacional, é necessária a padronização e um dos problemas que compromete a consistência de análises comparativas é, ainda, a heterogeneidade das categorias e critérios adotados para classificar as ocorrências (...) Soma-se a estas dificuldades, o fato de a Polícia Federal ter o tratamento das estatísticas criminais geradas pelas suas superintendências de forma completamente independente e isolada, inclusive em sistemas próprios, quer sejam o Sistema Nacional de Procedimentos (SINPRO), que abrange todos os procedimentos instaurados pela Polícia Federal, e o Sistema Nacional de Informações (SINIC), que abrange todos os indiciamentos. A Polícia Federal não disponibiliza publicamente estes dados, mas fornece se solicitada, coletando e analisando dados de enfrentamento ao tráfico de pessoas desde 2007, incluindo informações como o número de procedimentos instaurados (inquéritos policiais), o número de indiciamentos e o respectivo sexo, idade e país de nascimento dos indiciados (Justiça, 2017, p. 20).

Igualmente, segundo o Relatório Nacional de 2017 (Justiça, 2017), o banco de dados estatísticos integrado oriundo da Justiça, gerenciado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, reúne somente o número de processos, de acordo com os tipos penais previstos no Código Penal e na legislação especial, não trazendo dados sobre condenações, absolvições, tampouco sobre gênero de condenados e vítimas, tipos de exploração, nacionalidade dos envolvidos etc.

Dessa forma, conclui-se que os dados quantitativos ou as estatísticas criminais disponíveis no Brasil não revelam informações mais elucidativas sobre rotas, *modus operandi*, e outros dados relevantes para se conhecer o fenômeno criminoso no país.

Não obstante as dificuldades, lacunas e fragilidades dos dados estatísticos relacionados ao enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil, convém trazer a este trabalho alguns números levantados junto à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça, estes últimos estampados nos Relatórios Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, relativamente à quantidade de inquéritos instaurados por tipo penal, indiciamentos de suspeitos e ações penais ajuizadas. Como já referido acima, não poderemos apontar o número de condenados

por esse crime no país, nem mesmo características predominantes das vítimas identificadas em procedimentos criminais, tampouco sobre as principais circunstâncias envolvidas nos crimes.

Começando pelos dados oriundos da Polícia Federal, é importante preliminarmente lembrar que o crime de tráfico internacional de pessoas passou por relevantes alterações tipológicas nos últimos anos, sendo que até outubro de 2016, quando foi publicada a Lei nº 13.344, o tipo de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual estava previsto no art. 231 do Código Penal (quando se tratava de tráfico para fins de exploração de trabalho escravo, o tipo penal correspondente era o art. 149 do CP), e, após a publicação da citada Lei, o tipo em questão passou a contemplar, além da exploração sexual, outras formas de exploração, sendo descrito no art. 149-A do Código Penal.

Da análise do último Relatório Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas, verificamos que foram disponibilizados apenas os números globais de inquéritos instaurados pela Polícia Federal para o período de 2007 a 2014, os quais revelam 285 indiciamentos em 137 inquéritos instaurados por tráfico internacional para fins de exploração sexual.

Percebendo que os dados acima citados não se mostravam satisfatórios, obtivemos junto à Divisão de Direitos Humanos - DDH, da Coordenação de Defesa Institucional da Polícia Federal – CGDI/PF, informações mais detalhadas sobre a atuação desse órgão policial no enfrentamento ao tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual.

A Polícia Federal instaurou um total de 844 inquéritos policiais entre os anos de 2005 a 2015, para apurar o crime descrito no art. 231 do Código Penal (tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual), dos quais 213 inquéritos resultaram em indiciamento, isto é, em 25,23% dos casos apurados houve imputação a determinada pessoa de indícios razoáveis de autoria e materialidade do tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual⁸⁴.

Os dados mostram 490 indiciamentos e 674 indiciados, ou seja, uma mesma pessoa foi indiciada mais de uma vez na prática do crime previsto no artigo 231 do Código Penal. Entre as pessoas indiciadas neste crime 51,84% são mulheres, a maioria delas na faixa etária dos 23 aos 42 anos de idade, sendo que nos indiciamentos realizados 84,62% deles contemplam pessoas de nacionalidade brasileira.

⁸⁴ Número de procedimentos instaurados (SINPRO), indiciamentos, indicados e procedimentos instaurados com indiciamento (SINIC) pela Polícia Federal no Art. 231 do CPB - Tráfico Internacional de Pessoas, Brasil - 2005 a 2015. Fontes: SINPRO (Sistema Nacional de Procedimentos) e SINIC (Sistema Nacional de Informações Criminais), ambos administrados pela Polícia Federal.

Assim é possível concluir que, no Brasil, o autor e a vítima do crime do tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual são em regra jovens mulheres brasileiras.

Foram obtidos, ainda, dados complementares relativamente aos inquéritos policiais instaurados para apurar o crime de tráfico internacional de pessoas no ano de 2017, agora já referindo ao tipo penal do art. 149-A do Código Penal. Nesse interstício, foram instaurados um total de 54 inquéritos policiais para apurar o crime em referência, sendo constatados 5 indiciamentos (PF, 2017).⁸⁵

Em relação aos dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, foram estes extraídos do Relatório Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – dados de 2014 a 2016 (Justiça, 2017), o qual informa que, no período, foram ajuizadas 370 novas ações penais por tráfico internacional de Pessoas para fins de Exploração Sexual na Justiça Federal, sendo 297 delas ajuizadas na primeira instância e 73 na segunda instância.

Relativamente a anos anteriores, o Relatório Nacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – dados de 2005 a 2011 (Justiça, 2012) informa que foram distribuídos 91 processos para julgamento relativos ao crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Dada a discrepância entre esses números informados, comparativamente aos anos de 2014 a 2016, consideramos essas estatísticas pouco fiáveis. Uma possível explicação para essa desproporção entre os processos distribuídos entre os anos de 2005 a 2011 e aqueles distribuídos entre os anos de 2014 a 2016, é a falha na coleta de dados no âmbito do Poder Judiciário, sobretudo em anos mais remotos.

Os números acima expostos, embora extremamente lacunosos, servem apenas para ilustrar, em termos quantitativos, a persecução penal relativa ao tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, realizada no Brasil pelos órgãos competentes.

Agora, passemos à análise dos dados coletados pela autora e, na sequência, aos principais achados daí advindos.

4.1.2 Resultado da coleta de dados através de inquérito por questionário

⁸⁵ Não foi possível obter dados circunstanciados acerca das instaurações e indiciamentos efetuados pela Polícia Federal nos anos de 2018 e 2019.

No questionário disponibilizado no âmbito da Polícia Federal, dirigido a Delegados de Polícia que conduziram investigações sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, iniciamos a pesquisa com perguntas voltadas a conhecer a atuação profissional e o conhecimento dos respondentes na área do tráfico de pessoas.

Observa-se que a divulgação do questionário foi implementada por meio da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal - a qual se encarregou de enviar a todos os chefes das Delegacias de Defesa Institucional – DELINSTs. O *link* foi divulgado também nas listas de discussão dos Delegados de Polícia Federal, sendo a maior delas com cerca de 700 membros. A partir dessa metodologia, entende-se que o universo reduzido de respondentes, 22 (vinte e duas) se deve mais a escassez de procedimentos nessa seara do que a recusa no fornecimento dos dados.

A seguir, serão exibidas as perguntas e os gráficos ilustrativos das respostas.

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas:

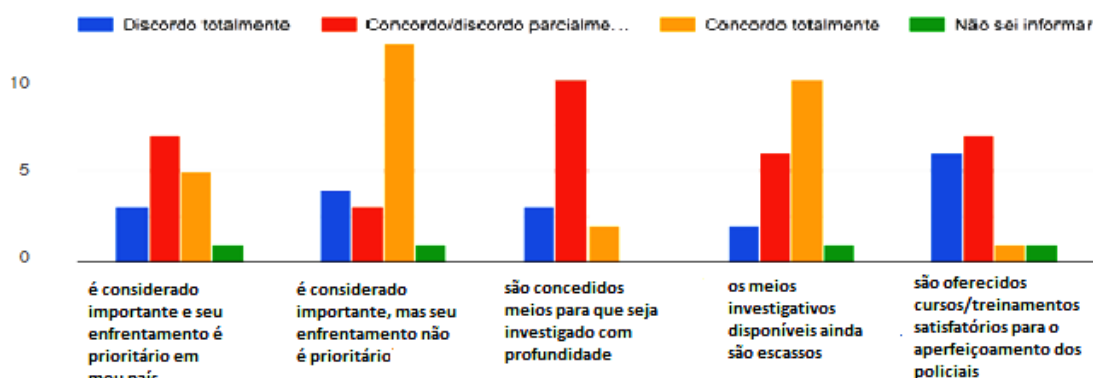


Gráfico nº 1 – Importância do tráfico de pessoas

As respostas à primeira pergunta do questionário, ilustradas no gráfico nº 1, demonstram que, na percepção das autoridades policiais respondentes, o delito de tráfico de pessoas é importante, mas seu enfrentamento não é considerado prioritário. Quanto aos meios investigativos postos à disposição dos investigadores, não são totalmente adequados para que a investigação seja feita com profundidade ou são considerados escassos. No que refere à disponibilização de cursos e treinamentos para os policiais incumbidos da sua repressão, as

respostas indicam que tais cursos não são oferecidos de maneira plenamente satisfatória ou não são oferecidos em absoluto.

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o... a disposição da equipe investigativa:

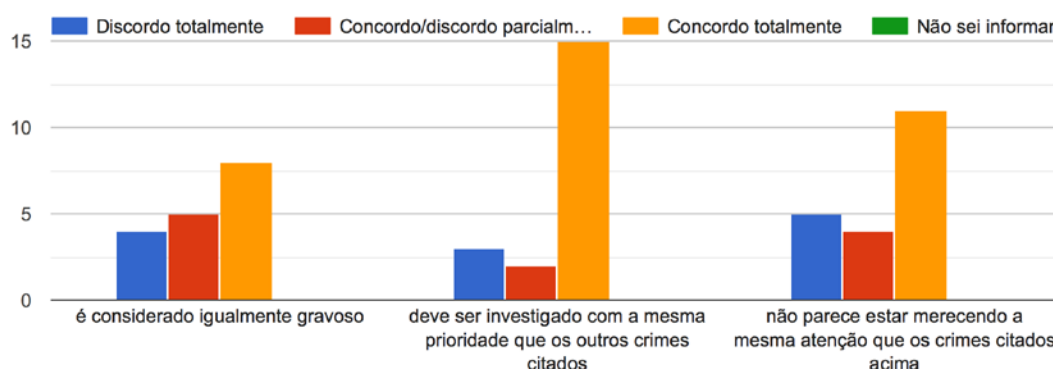


Gráfico nº 2 – Priorização da investigação do tráfico de pessoas em comparação com outros crimes.

Em comparação com outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, a percepção dos Delegados Federais é no sentido de que o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa, é considerado igualmente gravoso e deve ser investigado com a mesma prioridades que os crime citados. Entretanto, em suas opiniões, referem que na prática não parece estar merecendo a mesma atenção que os demais crimes em questão.

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

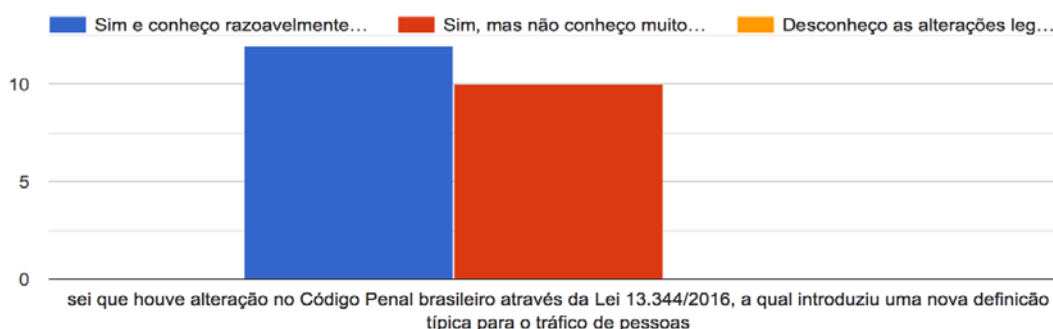


Gráfico nº 3 – Conhecimento da legislação sobre o tráfico de pessoas

Observa-se que, entre as autoridades policiais respondentes, o desconhecimento da Lei não é prevalente, já que todos os respondentes afirmaram que sabem da alteração legal, e a maioria afirmou que conhece razoavelmente bem as alterações ocorridas.

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual...após o ano 2000, até a presente data)

22 responses

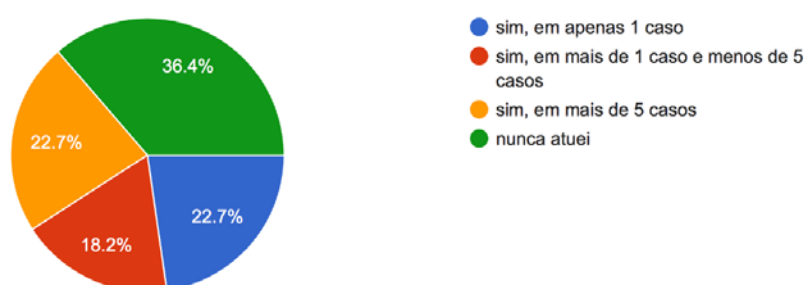


Gráfico nº 4 – Condução de investigação sobre tráfico de pessoas

No que tange à quarta pergunta, verifica-se que, do universo de respondentes (que corresponde a um percentual mínimo de Delegados de Polícia Federal), mais de 36% nunca conduziram investigação de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Chamou-nos atenção a grande quantidade de respondentes que nunca atuaram nesse tipo de caso, já que o questionário foi direcionado especialmente para aqueles que já tinham atuado nessas investigações, não sendo, entretanto, vedado que Delegados que nunca atuaram o respondessem.

Portanto, tendo havido ampla divulgação ao formulário entre a categoria de Delegados (mais de 500 membros dessa carreira tiveram acesso), a pequena quantidade de respostas recebidas, em número de 22, agravada pela existência de cerca de 8 respondentes informando que nunca atuaram em casos de tráfico internacional de pessoas, somos induzidos a acreditar que realmente um percentual ínfimo das autoridades policiais da Polícia Federal do Brasil efetivamente conduziu investigação desse tipo de crime. Essa realidade pode ser explicada por uma série de fatores, como subnotificação do crime, falta de credibilidade quanto ao discurso de vítimas, falta de preparo dos policiais para identificar situações de tráfico, falta de

priorização no enfrentamento ao fenômeno criminoso por parte da organização policial, dentre outros fatores já expostos neste trabalho.

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)?

21 responses

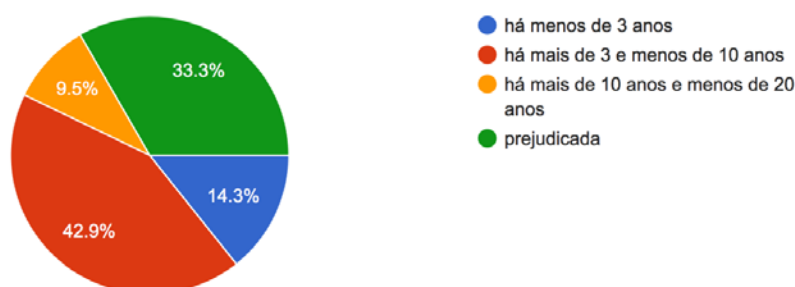


Gráfico nº 5 – Lapso temporal em que atuou em investigação de tráfico de pessoas

A pergunta acima teve como pretensão saber se a edição da Lei nº 13.344/2016 teve algum impacto no número de investigações sobre o tráfico, isto é, se intensificou ou reduziu a quantidade de investigações. O gráfico indica que, embora a maioria das investigações apontadas na pesquisa tenha ocorrido sob a égide da legislação anterior (que vigorou em um interstício temporal muito superior àquele correspondente aos últimos 3 anos), o percentual de 14,3% de investigações realizadas após a edição da Lei Antitráfico é significativo e demonstra que a atual definição de tráfico, que introduziu a exigência de demonstração de meios coercitivos, como ameaça e uso da força, ou fraude, como elementar do tipo penal, não representou grande redução na instauração de inquéritos policiais para apuração do tráfico internacional de pessoas.

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

21 responses



Gráfico n° 6 – Via de transposição de fronteiras no caso investigado de tráfico de pessoas

Aqui, nosso objetivo era apenas ter uma ideia de como o tráfico internacional de pessoas tem se concretizado nas investigações realizadas no âmbito da Polícia Federal no que tange ao meio de transporte. Observa-se uma clara predominância do meio aéreo, o qual está normalmente associado à transposição da fronteira brasileira com destino a países europeus.

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades:

21 responses

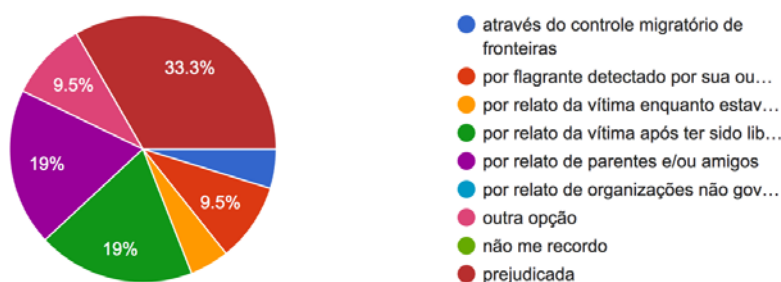


Gráfico n° 7 – Meio de detecção da situação de tráfico de pessoas

Em relação à detecção das situações de tráfico de pessoas que resultaram na instauração de inquéritos policiais a partir de relatos externos, predominaram os casos iniciados por relato das vítimas após terem sido libertadas da exploração e casos iniciados por relatos de parentes e amigos.

8 - Sobre a quantidade de envolvidos:

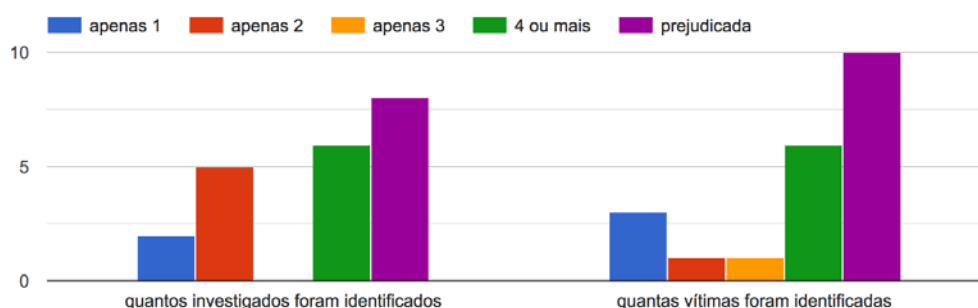


Gráfico nº 8 – Quantidade de envolvidos na investigação de tráfico de pessoas

Na pergunta 8, a ideia era extrair informações sobre o possível envolvimento de organizações criminosas e multiplicidade de vítimas nos casos investigados. Os gráficos acima apontam que predominaram as investigações com 4 ou mais autores, isto é, cometidos por organizações criminosas, e que nelas foram identificadas 4 ou mais vítimas.

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso)

21 respostas

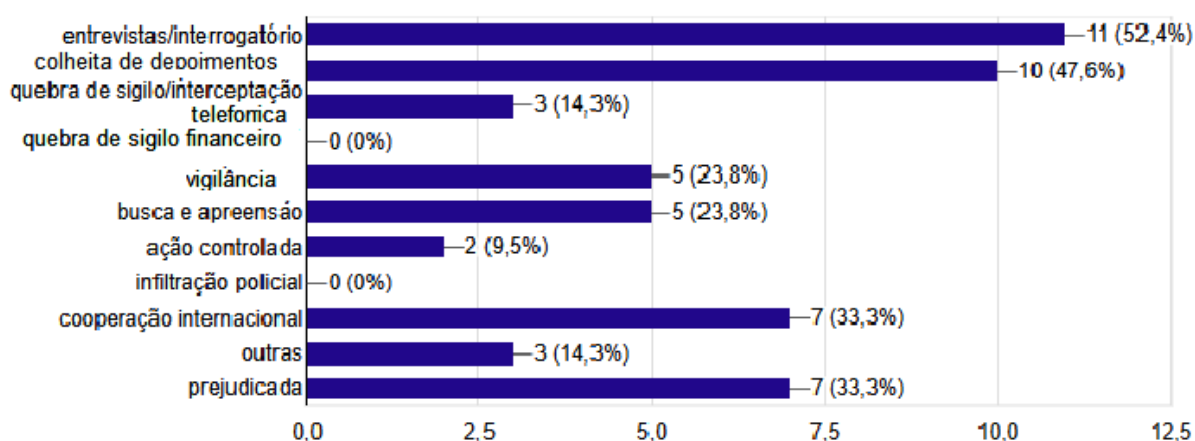


Gráfico nº 9 – Principais técnicas investigativas utilizadas na investigação de tráfico de pessoas.

O gráfico acima bem confirma o que já vimos na literatura revisada, isto é, que o principal meio probatório do tráfico de pessoas é efetivamente a colheita de prova oral, seja

por meio de entrevistas/interrogatórios, seja por meio de depoimentos testemunhais. Em segundo lugar em termos de quantidade de vezes utilizada nos casos objeto da nossa pesquisa, tivemos a cooperação internacional como meio de produção probatória, reafirmando a importância desse instrumento para a instrução das investigações que envolvem a transposição de fronteiras nacionais. De resto, também se destacaram a vigilância, busca e apreensão, ambas em terceiro lugar na quantidade de vezes em que utilizadas nas investigações apontadas na pesquisa, e, por fim, a interceptação telefônica. De forma surpreendente (em que pese a limitação quantitativa) a quebra de sigilo financeiro/bancário não foi apontado como um dos meios de investigação.

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

- a) Entrevistas, interceptações telefônicas e buscas e apreensões
- b) Ação controlada
- c) Depoimento de testemunhas
- d) Cooperação internacional, pois a organização operava a partir do exterior
- e) Depoimento da testemunha, porque apresentou o celular com mensagens que recebera da vítima relatando a sua situação, e busca e apreensão do celular de um dos criminosos estrangeiros, que também continha mensagens em alemão comprovando a exploração.
- f) A cooperação internacional com a profética atuação do adido policial junto às autoridades estrangeiras, para que não perdêssemos o princípio da oportunidade, na medida em que tivemos conhecimento do paradeiro da vítima
- g) Interceptação telefônica
- h) Análise do fluxo migratório, da lista de passageiros e provas testemunhais
- i) Depoimento das vítimas, uma vez que somente por meio desses depoimentos tomou-se conhecimento do modus operandi dos investigados
- j) Entrevista, vigilância, e interceptação de sinais telemáticos

Gráfico nº 10 – Técnica investigativa considerada mais eficaz na investigação de tráfico de pessoas.

As respostas fornecidas pelas autoridades policiais respondentes acerca das técnicas investigativas consideradas mais eficazes consolidam a percepção quanto à relevância de certos meios para se alcançar um bom resultado nas investigações de tráfico internacional de pessoas. Além da onipresente colheita de prova oral, a cooperação internacional pode ser considerada um meio de produção de prova realmente eficaz nesse tipo de investigação, trazendo importantes resultados para a elucidação do esquema criminoso transnacional.

Outrossim, a interceptação das comunicações foi descrita como importante forma de esclarecimento e comprovação do esquema criminoso.

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis)

21 respostas

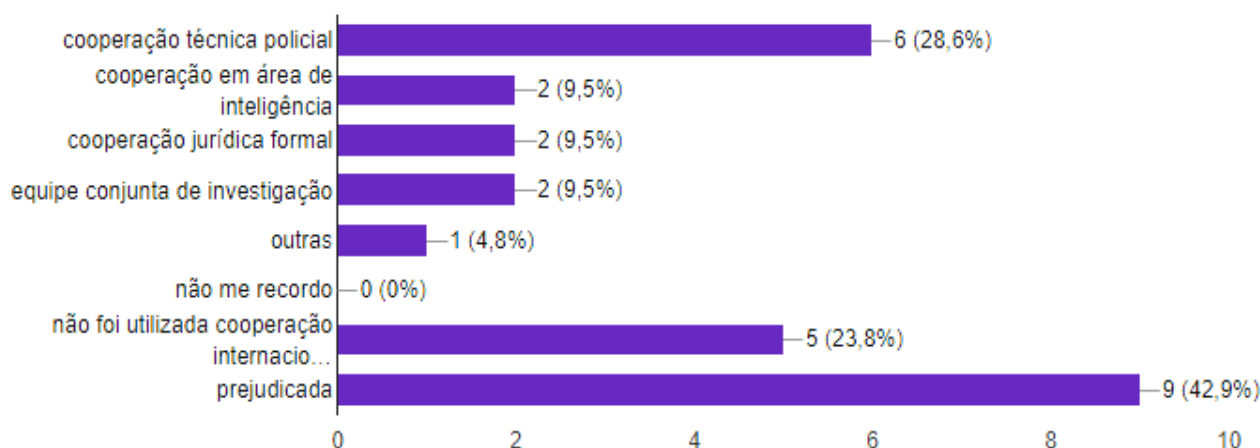


Gráfico nº 11 – Cooperação internacional na investigação de tráfico de pessoas

A cooperação técnica policial foi a mais frequentemente utilizada no universo da cooperação internacional como um todo. Essa constatação pode ser explicada pela maior informalidade desse tipo de cooperação se comparada à cooperação jurídica formal, e pela presença de muitos adidos policiais e oficiais de ligação que a Polícia Federal possui em diferentes países da América do Sul, da América do Norte e da Europa, além de um adido policial na África.

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

- a) A cooperação se deu em dois momentos: 1. Após a deflagração, solicitando ao país destino, que fossem realizadas investigações e adoção de medidas com relação aos locais de exploração e investigados que não foram presos; 2. Após fuga da prisão da principal investigada, vindo a ser novamente presa pela polícia após difusão vermelha da INTERPOL.
- b) Fornecimento de ônibus para reconduzir dezenove paraguaios
- c) A cooperação foi fundamental para a resolução do caso
- d) Sim, se deu através de cooperação jurídica internacional e foi muito importante para as operações realizadas, não esquecer que o ilícito, em comento, possui repercussão internacional, portanto, normalmente envolve mais de um país.

- e) Foi solicitado apoio à Interpol e ao Adido da PF na França (também responsável pela Suíça) para que fossem realizadas diligências com vistas a comprovar a situação de tráfico da vítima na Suíça. Como o inquérito policial contava com indiciado preso preventivamente, a cooperação internacional não teve relevância alguma, até mesmo porque não chegou qualquer resposta antes da conclusão do inquérito e nem mesmo antes da condenação do réu em primeira instância.
- f) Levantamento do local onde a vítima estava retida, bem como o monitoramento telefônico dos implicados.
- g) Sim, pois teve o apoio da polícia da adidância de Brasília, no caso dos EUA e em contato com a polícia da Espanha.
- h) Apoio Interpol

Gráfico nº 12 – Desenvolvimento da cooperação internacional na investigação de tráfico de pessoas.

As repostas acima demonstram e corroboram, primeiramente, a relevância da cooperação internacional para a elucidação de casos de tráfico internacional de pessoas, inclusive mediante a participação da Interpol, na qualidade de Agência integradora das polícias de todo o mundo. Outrossim, tratando-se de investigação criminal, fica evidente a prevalência da cooperação técnica policial, a qual, conforme já exposto acima, é mais célere e dinâmica do que a cooperação jurídica formal, que tramita, normalmente, por meio de autoridades centrais e dependem, em regra, de atos jurisdicionais para serem concretizadas. A resposta “e” ilustra essa dificuldade muitas vezes encontrada pelas autoridades incumbidas da persecução penal em receber respostas à cooperação jurídica internacional em tempo útil.

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação?

21 respostas

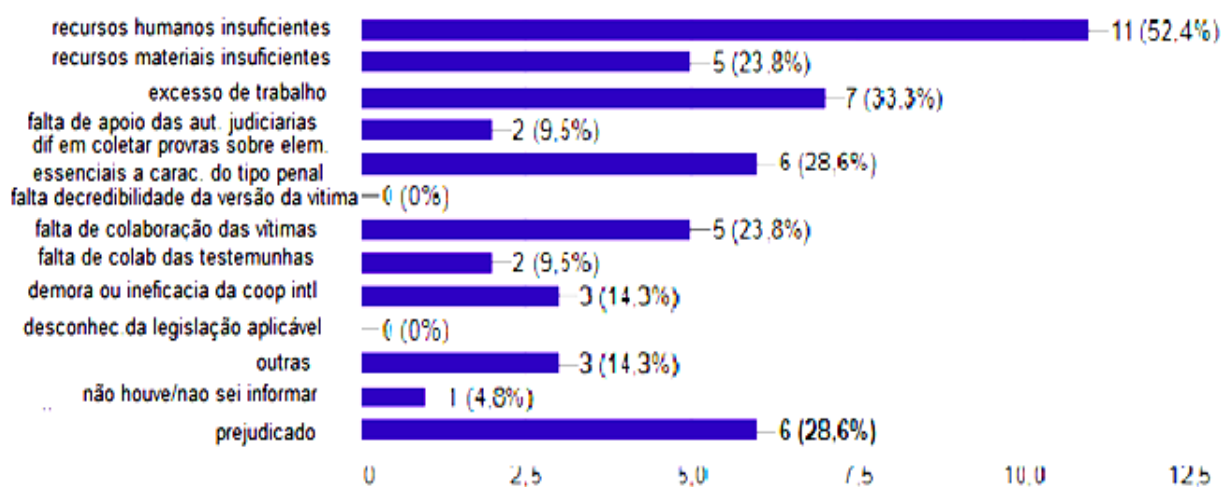


Gráfico n° 13 – Barreiras e dificuldades na condição da investigação de tráfico de pessoas.

Dentre os principais obstáculos e dificuldades encontradas pelas autoridades policiais para a condução das investigações sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, a predominância, com larga vantagem, ficou com a insuficiência de recursos humanos. É fato que os órgãos policiais no Brasil, e a Polícia Federal dentre eles, passam por dificuldades em manter número de efetivo necessário e suficiente para a realização e todas as suas competências. A insuficiência de recursos humanos para o desenvolvimento de uma eficaz investigação contra o tráfico internacional de pessoas é consequência dessa defasagem de efetivo, assim como pode ser explicada pela falta de priorização, por parte do órgão, à realização desse tipo de investigação. O excesso de trabalho distribuído às autoridades policiais, como segundo maior causador de dificuldades à condução do trabalho, também reforça o quadro de insuficiência de efetivo/não priorização.

Por fim, vale destacar a falta de colaboração de vítimas como a terceira principal barreira à eficaz investigação. Essa constatação está plenamente de acordo com a vasta literatura revisada pela autora, que sustenta a falta de estímulo para as vítimas colaborarem com a persecução penal.

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público?

21 responses

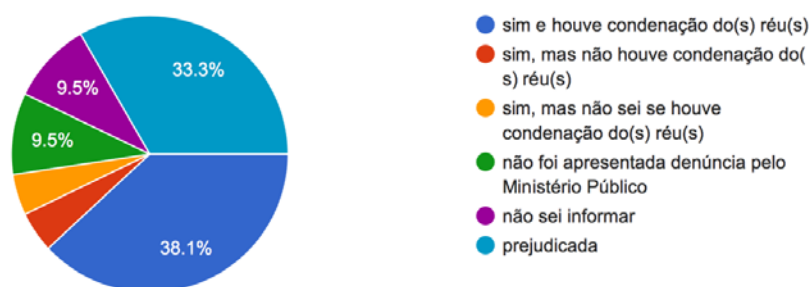


Gráfico n° 14 – Resultado da investigação de tráfico de pessoas em relação à instauração de ação penal.

Aqui, vale destacar que em cerca de 48% dos casos, os respondentes confirmaram que houve oferecimento de denúncia pelo Ministério Público após conclusão da investigação criminal. Desses, 38,1% resultou em condenação dos acusados. Muito embora a nossa amostra não seja tão vasta, consideramos um número relevante de condenações para as

investigações criminais de tráfico internacional de pessoas. Essa constatação está em consonância com a tendência verificada pela UNODC, publicada em seu último Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas (UNODC, 2018a, p. 23), de onde se extrai:

O aumento de medidas antitráfico em nível nacional não só levou ao incremento no número de vítimas detectadas como também levou ao aumento no número de condenações. A análise da tendência das condenações por tráfico de pessoas mostra que globalmente, essa tendência claramente cresceu nos últimos sete anos⁸⁶.

Ainda de acordo com o Relatório Global 2018, nas Américas a tendência de crescimento nas condenações superou 150% no período citado.

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento:

21 responses

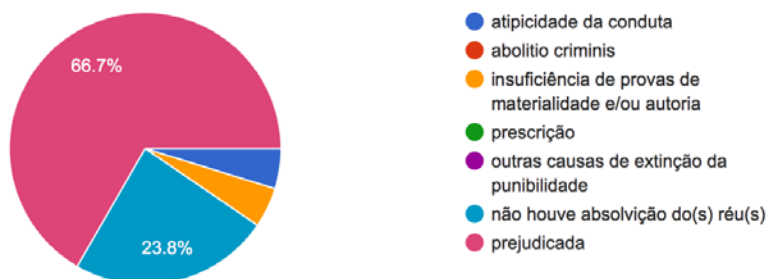


Gráfico nº 15 – Motivação na hipótese de absolvição do(s) acusado(s) por tráfico de pessoas.

No gráfico 15, as respostas mostram que a maioria dos respondentes não souberam responder ou então não houve absolvição do acusado. Entre os que confirmaram que houve a absolvição, houve equivalência entre o motivo da atipicidade da conduta e da insuficiência de provas quanto à materialidade/autoria.

4.1.3 Análise de decisões jurisprudenciais

Em relação às decisões jurisprudenciais, vejamos os principais achados:

1) Em decisão proferida pelo TRF da 1ª Região, processo apelação criminal n. 0001072-50.2012.4.01.4102/RO, oriundo do Estado de Rondônia, que faz fronteira com a

⁸⁶ Tradução livre da autora sobre o texto: “Enhanced country-level anti-trafficking measures have not only led to increasing numbers of detected victims, but also to more trafficking convictions. A trend analysis on the number of trafficking convictions shows that globally, these have clearly increased over the last seven years”.

Bolívia, os Juízes integrantes da Turma decidiram por unanimidade, negar provimento à apelação do defendente, mantendo a sua condenação proferida pelo juízo de 1ª instância. Na hipótese, o apelante foi condenado pela prática de tráfico de pessoas por ter promovido e facilitado, juntamente com outra acusada, em concurso de agentes, a entrada no Brasil de 06 (seis) mulheres bolivianas, com o propósito de exercer a prostituição no bar da segunda acusada. O apelo pela absolvição resume-se ao fato de que não há provas suficientes para sua condenação, a não ser os depoimentos dos policiais militares que participaram de sua prisão em flagrante. O Tribunal, no entanto, entendeu restar demonstrado nos autos, a partir do depoimento testemunhal dos policiais militares que efetuaram a prisão em flagrante, bem como a partir do depoimento de uma das vítimas, que o apelante trabalhava no bar de propriedade da outra acusada, onde se oferecia, além de bebidas alcoólicas a seus clientes, exploração sexual de mulheres. A segunda acusada contava com a ajuda do primeiro acusado, responsável por arregimentá-las. O Tribunal entendeu que as provas testemunhais colhidas em Juízo guardam sintonia com todo o contexto do crime em análise, principalmente por se tratar de declarações prestadas pelos policiais militares que participaram da operação envolvendo os denunciados e pelas próprias vítimas do crime de exploração sexual, por serem elas as fontes diretas de informações de como ocorreu os seus aliciamentos para o tráfico de pessoas aqui denunciado.

2) Em decisão proferida pelo TRF 1ª Região, no processo apelação criminal n. 0005165-44.2011.4.01.3600/MT, oriundo do Estado do Mato Grosso, a Turma deu provimento ao recurso de apelação interposto pelos três réus condenados pelo Juízo da 1ª instância, reconhecendo a atipicidade da conduta dos acusados, em virtude da ausência de provas quanto à presença de meios como ameaça uso de força, coação, fraude, engano ou abuso de vulnerabilidade. De acordo com o decreto jurisdicional, o uso de interceptações telefônicas foi decisivo para a conclusão de que nenhum desses meios foi utilizado para conduzir as três mulheres apontadas como vítimas à Espanha, a fim de se prostituírem. Refere-se, também, que os depoimentos testemunhais corroboram a versão de que não houve ameaça, uso de força, coação, fraude, engano ou abuso de vulnerabilidade. A juíza relatora informa:

No caso, os diversos depoimentos testemunhais colhidos, tanto em sede policial como em Juízo, sob o crivo do contraditório, permitem que se visualize com clareza a forma em que as mulheres eram encaminhadas para a Espanha e tinham os documentos

necessários para a viagem providenciados, não havendo nenhuma referência a essas circunstâncias elementares do novo tipo penal. De fato, em nenhum áudio das conversas interceptadas e depoimentos de testemunhas restou demonstrado a ameaça, o uso de força, coação, fraude, engano ou abuso de vulnerabilidade. Pelo contrário, as provas evidenciam que as vítimas foram para a Espanha já com o propósito de exercerem a prostituição, não restando provado que estavam em situação de vulnerabilidade. Na verdade, consentiram livremente em migrar para o exterior para exercerem trabalhos sexuais, sabendo inclusive do valor que teria que ser reembolsado a título de passagens. Assim, não há que se falar na incidência no delito de tráfico de pessoas quanto aos réus, considerando a plena consciência das mulheres enviadas para a Espanha, inclusive quanto a contratações de intermediários, com a cobrança de certos valores pelas participações previamente determinados e acordados por ambas as partes, como no caso dos autos. Assim, conforme se verifica dos autos, o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual (art. 149-A, caput, e § 1º do Código Penal) não se concretizou, uma vez que as mulheres que trabalhavam como prostitutas na Espanha, foram por livre e espontânea vontade (TRF1ª Região, AC n. 0005165-44.2011.4.01.3600/MT, relator Des. Monica Sifuentes).

3) Em decisão proferida pelo TRF da 1ª Região, processo apelação criminal n. 0005596-27.2006.4.01.3900/PA, oriundo do Estado do Pará, os Juízes integrantes da Turma decidiram por unanimidade, negar provimento à apelação do defendente, mantendo a sua condenação proferida pelo juízo de 1ª instância. Na hipótese, o apelante foi condenado pela prática de tráfico de pessoas por ter promovido e facilitado a saída do Brasil de 03 (seis) mulheres brasileiras, com o propósito de exercerem a prostituição no bar mantido pelo acusado no Suriname. Em razões de apelo, o réu, de nacionalidade holandesa, limita-se a alegar que não há provas suficientes para sua condenação. Os juízes do Tribunal entenderam que esses argumentos destoavam do contexto probatório constante dos autos, fundado em provas documentais e testemunhais firmes e seguras quanto à participação do réu na conduta delitiva narrada na denúncia. Nesse sentido, citam ofício expedido pela empresa aérea que efetuou o transporte das vítimas e informa que a passagem aérea foi adquirida pelo acusado. Outrossim, aduzem que a informação constante do referido ofício está corroborada por vasta documentação, consubstanciada na cópia do passaporte das vítimas, recibo de pagamento de passagem aérea e cópia dos bilhetes. Outrossim, as provas testemunhais colhidas em Juízo guardam sintonia com todo o contexto do crime em análise, principalmente por se tratar de declarações prestadas pelas próprias vítimas, por serem elas as fontes diretas de informações de como ocorreu os seus aliciamentos para o tráfico de pessoas aqui denunciado.

Em decisão proferida pelo TRF da 2ª Região, processo apelação criminal n. 2010.50.01.000567-6/ES, oriundo do Estado do Espírito Santo, os Juízes integrantes da Turma decidiram por unanimidade, negar provimento à apelação do defendente, mantendo a sua condenação proferida pelo juízo de 1ª instância. Na hipótese, o apelante foi condenado pela prática de tráfico de pessoas por ter promovido e facilitado a saída do Brasil de 01 (uma) mulher brasileira, com o propósito de exercer a prostituição na Itália, além de explorar a sua prostituição no estrangeiro e integrar organização criminosa. Em sua decisão, o Tribunal *ad quem* expôs:

Em vista dos fatos narrados, o MM Juiz *a quo* condenou o réu às penas relatadas. Fundamentou o seu convencimento nos diálogos praticados pelo réu e os comparsas, captados na interceptação telefônica, bem como pelos depoimentos das vítimas. Expôs na decisão que o réu somente seria condenado pelo crime de tráfico de pessoas para o exercício da prostituição. De pronto, importa afastar a alegação de que a condenação se fez sobre provas produzidas exclusivamente em fase inquisitorial. As transcrições foram devidamente autorizadas e judicializadas, eis que postas à disposição do réu ao longo da instrução criminal, tempo em que poderia ter apontado irregularidades ou requerido perícia. Conforme narrado na denúncia e considerado na sentença condenatória, restou suficientemente demonstrado nos autos que o apelante se associou a outras pessoas, igualmente denunciadas no feito nº 2008.50.01.000754-0, para o fim de cometer crimes, atuando como membro de organização criminosa voltada ao rufianismo e ao tráfico de pessoas para a prática de prostituição na Itália estando configurado, assim, os delitos de quadrilha ou bando e de tráfico de pessoas. Atuando na Itália, o acusado M intermediou e facilitou a entrada da vítima A em território italiano para lá exercer a prostituição. As interceptações telefônicas nos dão conta de sua participação evidenciando que o defendente M providenciou a passagem da vítima, bem como, forneceu as condições e deu assistência a ela, inclusive disponibilizando o seu apartamento para que a quadrilha pudesse remetê-la. De igual maneira, o liame subjetivo entre o recorrente e os demais membros do grupo exsurgiu nítido nos autos, principalmente diante dos diálogos a seguir reproduzidos que revelam toda a preparação para a chegada de A. Vê-se que o papel do acusado no esquema criminoso pode ser precisamente delineado pelo conteúdo das interceptações telefônicas (...) bem como, da interceptação telemática, ambas autorizadas judicialmente, além das declarações prestadas pelo próprio réu (audiência de instrução gravada em mídia à fl. 644) e das declarações da testemunha de acusação, o policial federal que atuou no desbaratamento da quadrilha (TRF da 2ª Região, AC n. 2010.50.01.000567-6/ES, relator Messod Azulay Neto).

4) Em decisão proferida pelo TRF da 2ª Região, processo apelação criminal n. 2010.50.01.004799-3/ES, oriundo do Estado do Espírito Santo, os Juízes integrantes da Turma decidiram por unanimidade, negar provimento à apelação dos dois defendentes, um homem (A) e uma mulher (S), mantendo a sua condenação proferida pelo juízo de 1ª

instância. Na hipótese, os apelantes foram condenados pela prática de tráfico internacional de pessoas por terem aliciado e promovido a saída do Brasil de 05 (mulheres) mulheres brasileiras, com o propósito de exercerem a prostituição na Suíça, os quais integrariam organização criminosa (juntamente com outras duas denunciadas – processo desmembrado) voltada ao tráfico internacional de pessoas par fins de exploração sexual. As provas colacionadas aos autos do processo baseiam-se em testemunhos, extratos de cartões de crédito comprobatórios da compra das passagens aéreas das vítimas, interceptação telefônica, medida coercitiva de decretação de prisão preventiva e mandado de busca e apreensão, o qual foi cumprido na Suíça mediante cooperação jurídica internacional entre Brasil e este país destinatário. Insta esclarecer que foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão em endereços na Suíça, sendo lá localizados diversos documentos, além de ter sido colhido o depoimento de uma das vítimas, por parte das autoridades suíças, acompanhadas por dois policiais federais brasileiros que viajaram àquele país para participar da operação policial no estrangeiro. Em trecho da decisão, o Juiz relator informa:

Em suas razões recursais, a defesa pleiteia a absolvição, aduzindo que as provas testemunhais e documentais seriam desconstruídas e insuficientes à condenação, que não demonstrariam que a aquisição das passagens tenha ocorrido com a finalidade de submeter quem quer que seja ao exercício da prostituição. Quanto à alegação de que a prova testemunhal não incriminaria os recorrentes, além de retratar tese genérica, está em completo descompasso com o contexto probatório. Primeiramente porque a condenação está embasada também no conteúdo de extensa interceptação telefônica. Em segundo, porque há sim depoimentos que convergem com a acusação, a exemplo daqueles prestados pelos policiais que participaram da operação, o prestado pela vítima A junto às autoridades suíças na presença de policiais federais (...) e o da vítima J colhido em sede policial (...). Esses últimos dois depoimentos não podem ser simplesmente desconsiderados pelo só fato de não se terem repetido em juízo. Esta última vítima é sobrinha de S e embarcou para a Suíça, via Milão/Itália, em 23/05/2009 também com passagem comprada no cartão de A (...). Como diálogos mais relevantes temos os índices n. 1840558 (CD 03) que convergem com o depoimento prestado por ela em sede policial (...afirmando que fora coagida a se prostituir).

5) Em decisão proferida pelo TRF da 2ª Região, processo apelação criminal n. 000593342.2010.4.02.5001/ES, oriundo do Estado do Espírito Santo, os Juízes integrantes da Turma decidiram por unanimidade, negar provimento à apelação da defendente, uma mulher (H), mantendo a sua condenação proferida pelo juízo de 1ª instância. A ré foi condenada pela prática do crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual e por integrar organização criminosa, com base em um acervo probatório fundado em diálogos

telefônicos interceptados por decisão judicial, testemunhos e provas documentais. Em trecho da decisão, o Juiz relator aduz:

No que se refere ao envolvimento de H, as inúmeras provas de remessa de meninas, remessa de dinheiro referente à distribuição de lucros com a atividade de prostituição das traficadas, remessa de valores para financiar a ida das meninas, negociação com essas, inclusive envolvendo os demais corréus, podem ser encontradas nos relatórios de interceptações acima citados. É tremendamente vasta a prova da união de interesses, de forma estável, com o fim de traficar pessoas. Outros elementos, além das interceptações telefônicas devidamente submetidas ao crivo dos corolários do contraditório e do devido processo legal, também demonstram o liame ativo e permanente da quadrilha. Quanto às circunstâncias, salientou que foram graves, pois a acusada remetia altos valores para o Brasil, a fim de subsidiar a atuação dos demais agentes delitivos no Brasil, a evidenciar o grau de estruturação do grupo criminoso, que ultrapassou as fronteiras nacionais para praticar o delito no âmbito internacional". E em relação às consequências, também as considerou graves, pois a quadrilha logrou êxito em enviar inúmeras garotas para se prostituírem no exterior, tendo a testemunha de acusação esclarecido que as vítimas sofriam coação por parte de H, a qual tinha pleno domínio da situação, inclusive auferia lucro com a exploração sexual das vítimas (TRF 2ª Região, AC n 000593342.2010.4.02.5001/ES, Relator Des. Messod Azulay Neto).

6) Em decisão proferida pelo TRF da 3ª Região, processo apelação criminal n. 0000235-15.2013.4.03.6006/MS, oriundo do Estado do Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com Paraguai e Bolívia, os Juízes integrantes da Turma decidiram por unanimidade, negar provimento à apelação dos acusados, um homem (B) e uma mulher (C), mantendo a condenação proferida pelo juízo de 1ª instância. Os réus foram condenados, dentre outros crimes, pela prática do crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, relativas a 3 (três) nacionais Paraguaia que foram introduzidas no Brasil pelo acusado B para fins de exploração sexual, com base em um acervo probatório fundado em auto de prisão em flagrante delito, filmagens do local do crime e testemunhos de policiais e vítimas. Em trecho da decisão, o Juiz relator aduz

No dia 28.03.13, as vítimas N, Z e M, todas de origem paraguaia, compareceram à Delegacia da Polícia Civil de Naviraí (MS) para registrar ocorrência policial contra o acusado B, à época patrão delas e proprietário do estabelecimento comercial "Bar das Paraguaia". A denúncia narra que diante dos fatos narrados que indicaram a prática do crime de tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual, a Polícia Militar foi acionada para acompanhar as vítimas até a Delegacia da Polícia Federal. Antes disso, porém, os Policiais Militares se deslocaram até o bar citado, ocasião em que constataram que B mantinha o estabelecimento com a finalidade de explorar a prostituição de mulheres paraguaia, tendo sido o acusado preso em flagrante delito.

(...) Por fim, consta na denúncia que, no período de setembro de 2012 a fevereiro de 2013, os acusados teriam promovido a entrada de mulheres paraguaias em território nacional para fins de exploração sexual. Em resumo, B e C agiam como proprietários das mulheres que traficavam para o Brasil, tratando-as como verdadeiros objetos e instrumentos para obtenção de lucro, desprovidas as vítimas da mínima dignidade. (...) As garotas paraguaias, vítimas de exploração sexual, afirmaram que eram obrigadas a contrair dívidas com a compra de roupas, peças íntimas, alimentos, bebidas e cigarros, pois B e C, proprietários da casa de prostituição, recebiam o dinheiro oriundo de programas diretamente dos "clientes" e não repassavam nenhuma quantia às mulheres prostituídas que praticamente trabalhavam em troca de teto, comida e roupas fornecidas pelos acusados, submetidas a uma relação de submissão, dominação e trabalhos forçados, contra a qual não tinham a possibilidade de se insurgir nem mesmo tinham a livre escolha de irem embora, sofrendo verdadeiro cerceamento de direitos. Resta demonstrado detalhadamente, em especial pela escuta telefônica e pelos depoimentos testemunhais, que E mantinha apartamentos na Itália onde moravam diversas moças brasileiras que se dedicavam ao meretrício, as quais eram aliciadas pelo corréu A, que era pago por tais serviços. Verifica-se pelos documentos de fls.13/23 a remessa de valores ao corréu, encaminhados pelo apelante (TRF 3ª Região, 0000235-15.2013.4.03.6006/MS, Relator Des. Andre Nekatschalow).

7) Em decisão proferida pelo TRF da 3ª Região, processo apelação criminal n. 0000743-68.2008.4.03.6124/SP, oriundo do Estado de São Paulo, os Juízes integrantes da Turma decidiram por unanimidade, negar provimento à apelação do acusado, um homem (E), mantendo a condenação proferida pelo juízo de 1ª instância. Além do apelante, outro acusado, de nome A, foram condenados pela prática dos crimes de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual e rufianismo, relativas a 4 (quatro) nacionais. "Segundo apurado, os denunciados, no segundo semestre do ano de 2007, promoveram a saída de I, E, M e V para exercerem a prostituição na cidade de Roma, na Itália, bem como tiraram proveito da prostituição das citadas mulheres, participando diretamente dos lucros, ficando o acusado recorrente encarregado das passagens de ida e volta, hospedagem, alimentação, cigarros e telefone, ficando a cargo do co-reu A o aliciamento das mulheres". Nos Relatórios de Interceptação Telefônica, fica claro o proveito nos lucros pela prostituição das mulheres aliciadas e enviadas ao exterior, notadamente por E, por meio do aliciamento de A no Brasil. As escutas telefônicas e respectivas prorrogações foram devidamente autorizadas judicialmente no bojo de procedimento específico. Ainda, foram destacados trechos dos depoimentos testemunhais dos policiais envolvidos na investigação, bem como das mulheres vítimas. A respeito do conjunto probatório presente nos autos, o Juiz relator discorre:

Resta demonstrado detalhadamente, em especial pela escuta telefônica e pelos depoimentos testemunhais, que E mantinha apartamentos na Itália onde moravam diversas moças brasileiras que se dedicavam ao meretrício, as quais eram aliciadas pelo corréu A, que era pago por tais serviços. Verifica-se pelos documentos de fls.13/23 a remessa de valores ao corréu, encaminhados pelo apelante (TRF 3ª Região, 0000743-68.2008.4.03.6124/SP, Relator Des. José Lunardelli).

8) Em decisão proferida pelo TRF da 3ª Região, processo apelação criminal n. 0002955-90.2005.4.03.6181/SP, oriundo do Estado de São Paulo, os Juízes integrantes da Turma decidiram por unanimidade, negar provimento à apelação interposta por réu contra sentença em que foi ele condenado pela prática do delito tipificado no art. 231, §§ 2º e 3º, do Código Penal, com a redação anterior à conferida pela Lei 11.106/05. Considerou-se a inexistência de *abolitio criminis*, pois a conduta em tese se amolda ao novel art. 149-A do Código Penal. Imputação de prática do delito de aliciar pessoas, mediante fraude, para posterior saída do território nacional com intuito de exploração sexual das vítimas. Na ementa da decisão foi exposto:

3. Materialidade e autoria. Comprovação. Réu que atuava na coordenação do esquema, bem como no fornecimento dos meios materiais para promoção da saída das aliciadas do território nacional. Condição de partícipe (relevante) atestada, na forma do art. 29 do Código Penal. Vítimas que eram aliciadas diretamente pelo irmão do réu (cuja ação penal foi desmembrada), com falsas promessas de emprego regular na Europa como garçonetes. Chegando em solo português, eram submetidas a exploração sexual contínua, mediante coação. Comprovada, ainda, a ciência do réu quanto ao método fraudulento de promoção da saída das vítimas do território nacional. Prática da conduta típica na forma qualificada (Código Penal, art. 231, § 2º, na redação anterior à vigência da Lei 11.106/05). Condenação mantida. (TRF 3ª Região, 0002955-90.2005.4.03.6181/SP, Relator Des. José Lunardelli).

9) Em decisão proferida pelo TRF da 3ª Região, processo apelação criminal n. 0003569-27.2007.4.03.6181/SP, oriundo do Estado de São Paulo, os Juízes integrantes da Turma decidiram por unanimidade, reconhecer a ocorrência de *abolitio criminis*, determinando a absolvição das rés condenadas na 1ª Instância pela prática do crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Segundo narrado na decisão, uma das apelantes foi presa em flagrante delito em uma agência de viagens por ter sido flagrada entregando a quatro mulheres passagens aéreas e passaportes para que pudessem viajar para a Espanha, onde exerceriam a prostituição em Casa de Prostituição localizada naquele país, na cidade de Las Palmas. A realização da incursão policial na agência de turismo foi motivada por notícia anônima de que as denunciadas comandavam um esquema de tráfico de mulheres

para se prostituírem na Espanha. As mulheres presentes no momento da prisão em flagrante foram ouvidas como testemunhas e confirmaram que iriam viajar, com despesas pagas pela apelante, para se prostituírem, sendo que os valores a elas adiantados para a realização da viagem seriam posteriormente descontados dos valores auferidos com os programas. Considerando que o julgamento do recurso ocorreu após a entrada em vigor da Lei 13.344/2016, e considerando a ausência de demonstração de que teria havido o emprego de meio coercitivo ou fraude para o aliciamento e transporte das mulheres, prevaleceu a tese da abolitio criminis. Na ementa do julgado consta o seguinte:

2. Os fatos ocorreram em 30/03/2007, e a sentença foi proferida em 26/09/2013. O crime imputado à ré foi o de tráfico internacional de pessoas, previsto no artigo 231, caput, do Código Penal, que à época dos fatos descritos na denúncia vigorava com a redação dada pela Lei 11.106/2005 (antes de sua alteração pela Lei 12.015/2009). 3. Posteriormente à sentença, sobreveio a Lei 13.344/2016 que expressamente revogou os artigos 231 e 231-A do Código Penal e introduziu no mesmo diploma normativo o artigo 149-A, que estabeleceu nova tipologia para o tráfico de pessoas. 4. Houve revogação formal do tipo penal, com a inserção imediata de tipo inovador (alteração topográfica normativa), sem efetiva supressão do fato criminoso, ocorrendo, portanto, continuidade normativo-típica, porém somente em parte. 5. Na vigência da Lei 11.106/2005 o emprego de violência, grave ameaça ou fraude consistia qualificadora das condutas descritas no caput do artigo 231 do Código Penal. Logo, na vigência dessa lei, o entendimento jurisprudencial, inclusive adotado na r.sentença apelada e por este Relator, era amplamente majoritário no sentido de que o consentimento da vítima era irrelevante para a configuração do delito previsto no caput. 6. Contudo, na nova redação do artigo 149-A do CP dada pela Lei 13.344/2016, a violência, a grave ameaça e a fraude - e agora também as figuras da coação e o abuso - estão incluídas como circunstâncias elementares do novo tipo penal, de modo que, se elas não ocorrem, não se configura a tipicidade da conduta. Equivale dizer, especialmente com relação ao crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, de que se cuida nos autos, que uma vez verificada a existência de consentimento válido, sem qualquer vício, resta afastada a tipicidade da conduta. 7. Assim, quanto ao crime de tráfico de pessoas previsto no artigo 231, caput, do CP na redação da Lei 11.106/2005, para o qual o consentimento da vítima era irrelevante penal, ocorreu abolitio criminis. A continuidade normativo-típica ocorreu apenas parcialmente, com relação ao artigo 231 na sua figura qualificada do §2º, com emprego de violência, grave ameaça ou fraude, ou seja, atuações do agente que acarretem vício ao consentimento da vítima. 8. A alteração legislativa interna veio promover no âmbito do Direito Penal uma adequação aos preceitos estabelecidos pelo Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, promulgado pelo Decreto 5.017/2004. 9. A nova legislação amplia o bem jurídico tutelado, que antes era reservado à prostituição, alcançando agora a figura mais abrangente da exploração sexual, além de outras hipóteses anteriormente não previstas (remoção de órgãos, etc), bem como incrementando as descrições das condutas criminalizadas no tipo alternativo misto, de modo a

recrudescer o combate a referidos atos. 10. Além dessa ampliação, e também em atendimento ao espírito do Protocolo mencionado, a nova legislação limita a proteção ao bem jurídico tutelado aos casos em que há, de alguma forma, vício de consentimento. 11. A contrario sensu, se o consentimento é válido, ou seja, se ele foi deduzido sem grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, não - ao menos na hipótese de exploração sexual, de que se cuida nos autos - não se configura o crime. 12. No caso dos autos, basta o exame da denúncia para se verificar que não há nenhuma referência a algum tipo de grave ameaça, violência ou fraude, bastando para se concluir pela abolitio criminis. Não bastasse isso, durante a instrução processual, confirmou-se que realmente todas as mulheres que estavam prestes a embarcar para o exterior tinham dado o seu total consentimento, bem como possuíam plena consciência em relação ao propósito da viagem, sendo que uma delas, inclusive, iria pela segunda vez exercer a prostituição na Espanha, agenciada novamente pela corré. 13. Absolvição em razão da ocorrência de abolitio criminis pela superveniência da Lei 13.344/2016, prejudicadas as apelações (TRF 3ª Região, 0003569-27.2007.4.03.6181/SP, Relator Des. Márcio Mesquita).

10) Em decisão proferida pelo TRF da 4ª Região, processo apelação criminal n. 5000982-06.2013.4.04.7216/SC, oriundo do Estado de Santa Catarina, os Juízes integrantes da Turma decidiram por unanimidade, reconhecer a ocorrência de abolitio criminis, determinando a absolvição da ré condenada na 1ª Instância pela prática do crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Segundo narrado na decisão, a apelante flagrada administrando casa de prostituição onde foram localizadas 22 mulheres, dentre as quais 14 cidadãs paraguaias, que declararam, em sede policial, terem deixado seu país de origem para se dedicarem à prostituição no local. Elas disseram que não eram obrigadas a realizar quaisquer atos e que não foram tolhidas do seu direito de ir e vir. Considerando que o julgamento do recurso ocorreu após a entrada em vigor da Lei 13.344/2016, e considerando a ausência de demonstração de que teria havido o emprego de meio coercitivo ou fraude para o aliciamento e transporte das mulheres, ou mesmo que estas elas estivessem submetidas à exploração sexual, prevaleceu a tese da abolitio criminis.

11) Em decisão proferida pelo TRF da 5ª Região, na apelação criminal nº 0001983-53.2015.4.05.8400, os Juízes componentes da turma de recursos decidiram, por unanimidade, desprover o recurso interposto pelo Ministério Público em face dos réus P e M, acusados do delito de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, os quais foram absolvidos pelo juízo monocrático de 1ª instância, que entendeu que as provas presentes nos autos, sobretudo os depoimentos testemunhais (incluindo das pretensas vítimas) afastavam a alegação de que as mulheres transportadas à cidade do Porto, em Portugal, tinham sido para lá

enviadas para fins de exploração sexual. Com efeito, de acordo com os depoimentos colhidos em sede judicial, as mulheres, ao serem convidadas a viajar para trabalhar na cidade portuguesa, eram informadas de que iriam para lá trabalhar em casas de alterne, onde dançariam para os clientes. Elas negaram que foram coagidas a se prostituir, tendo uma delas, inclusive, dito que não chegou sequer a dançar no local, pois não se identificou com o tipo de dança que lá era exibido. Não sendo demonstrado o emprego de meios coercitivos ou fraudulentos e, igualmente, não sendo comprovada a ocorrência de exploração sexual, foram os réus absolvidos.

12) Em decisão proferida pelo TRF da 5ª Região, na apelação criminal nº 0007205-75.2010.4.05.8400, os Juízes componentes da turma de recursos decidiram, por unanimidade, desprover os recursos interpostos pelos acusados e pelo Ministério Público em face da sentença que condenou os réus J, C e T pela prática do delito de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Narra a decisão que no dia 13 de outubro do ano de 2010 foi deflagrada a Operação Celestial, pela polícia espanhola, que descortinara, naquele país, uma rede de prostituição de estrangeiras, pelo menos durante os anos de 2007 e 2008. Os acusados promoviam a saída de mulheres do território brasileiro para exercer prostituição em duas boates situadas na província de Girona, na Espanha. A organização criminosa, segundo narra a denúncia, era destinada a selecionar e ludibriar jovens mulheres para serem exploradas sexualmente na Espanha, sob o falso argumento que trabalhariam em clubes noturnos, acompanhando os frequentadores das boates, com o intuito de induzi-los a consumir bebidas alcoólicas. A acusada T é quem intermediava a seleção e encaminhamento das brasileiras, do Estado do Rio Grande do Norte para Girona [Espanha], sob a falsa promessa de que iriam ganhar, no mínimo, oitocentos euros por noite. As vítimas eram recepcionadas pelo dono das boates, J, e pelo seu assistente, C, onde era repassada a informação de que haviam contraído uma dívida com o grupo de aproximadamente dois mil e quinhentos euros, referente às passagens aéreas, bem como o aviso de que seriam responsáveis pelas próprias despesas com a manutenção básica. Este relato foi confirmado, quase em uníssono, pelas seis vítimas ouvidas em juízo na condição de testemunhas (A, K, AM, AC, M e S).

13) Neste último julgado ora analisado, o TRF da 5ª Região proferiu decisão na apelação criminal nº 0002240-54.2010.4.05.8400/RN, os Juízes componentes da turma de recursos decidiram, por maioria, dar parcial provimento ao recurso do Ministério Público

Federal interposto em face da sentença de primeira instância que absolveu os acusados M e F da acusação da prática de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, por 30 (trinta) vezes, pode terem promovido a saída de mulheres brasileiras para a Itália, com o fim de participarem de atos de exploração sexual e de exercerem a prostituição. Por ser bastante elucidativa, transcreverei abaixo a ementa da decisão:

PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL. TIPICIDADE DOS FATOS NARRADOS. APELAÇÃO DO MPF PROVIDA. I - O cerne da presente lide consiste em determinar se as condutas imputadas aos réus F e M se subsumem à previsão dos artigos 231, caput, §§ 1º e 3º, em continuidade delitiva (30 vezes), com a consideração da causa de aumento prevista no § 2º, inciso IV, do mesmo dispositivo em relação ao segundo réu, e 288, caput, ambos do Código Penal, em concurso material. II - O magistrado a quo entendeu serem atípicas as condutas imputadas aos réus, uma vez que restaria evidente dos autos “que o vínculo existente entre os acusados e as brasileiras apontadas pelo Ministério Público Federal restringiu-se a enviá-las para o exterior a fim de exercerem o trabalho de bailarinas, devidamente registrado no órgão competente da Itália (fls. 206/235), em casas noturnas regularmente constituídas naquele País, consoante se infere dos documentos de fls. 237/268, não existindo qualquer prova de participação dos réus no atinente à promoção de prostituição ou eventual exploração sexual”. III - Analisando criteriosamente as provas produzidas, observo que os seguintes fatos exsurgem como incontestáveis: 1) As mulheres eram recrutadas pelos réus no território nacional para trabalhar em casas noturnas italianas. Para isso, toda a documentação era preparada e ambos os denunciados recebiam remuneração por cada uma delas; 2) Tais mulheres eram recrutadas apenas com base em suas aparências (conforme interceptações telefônicas colacionadas, a seleção era feita a base de fotos, especialmente de biquínis); 3) Embora contratadas como “dançarinas”, não há registro de experiência prévia das candidatas nesta função e não há registro de qualquer seleção com base em seus dotes como tal; 4) As brasileiras iam à Itália para, finalisticamente, “fazer consumação” consistindo essa prática, segundo as próprias depoentes, em “sentar”, “conversar”, “divertir”, “brincar”, “servir” e “consumir bebida”, ou participar de shows de dança; 5) Não obstante tivessem como função principal a dita “consumação” (entretenimento aos clientes e incentivo ao consumo de bebida exercida pelo “figurante di sala”), as citadas mulheres não tinham qualquer fluência no idioma italiano e não eram selecionadas a partir disso; 6) Todas as mulheres se encontravam em clara situação de vulnerabilidade no Brasil, sendo oriundas de camadas pobres da população; 7) Embora tivessem ciência que teriam uma dívida com os aliciadores oriunda das passagens e outras despesas, a maior parte delas só soube do valor da dívida ao chegar a Itália; 8) Pelo menos uma das aliciadas afirmou em juízo que não teve ciência, antes de chegar a Itália, das condições de trabalho relativas a carga horária e remuneração; 9) Às f. 846/859 dos autos, há o registro de inúmeras fotos das casas noturnas já mencionadas, indicando uma clara exposição do corpo das “dançarinas” e “figurantes de sala”. Também há indicação clara de shows de strip-tease e inúmeras menções a danças “sensuais”. IV - Embora tenham as brasileiras – de forma compreensível, dada sua situação pessoal – negado o

exercício de prostituição em estrito senso, clara está a exploração com apelo sexual do corpo de cada uma delas visando o lucro. Mesmo que se aceite a versão de que não havia qualquer contato entre clientes e “funcionárias” (o que se faz apenas a título de argumentação, ante a farta prova dos autos), não se pode questionar que foram arregimentadas com o único propósito de servirem de objeto de satisfação sexual (mesmo que platônica). V - No caso em análise, não há versão passível de ser justificadamente aceita que não a que agora se expõe. Simplesmente não há qualquer verossimilhança na alegação de que as mulheres aliciadas simplesmente usavam de simpatia e boa conversa (em língua diversa da falada pelos clientes) para exercer suas funções. As fotos já mencionadas demonstram a situação de semi-nudez e as poses eróticas que eram utilizadas no trabalho cotidiano. Não é plausível excluir a exploração sexual da verdade que tenta se buscar. VI - A presença do consentimento prévio das mesmas antes da viagem não é causa suficiente para excluir a responsabilidade dos exploradores, pois ainda que tenham consciência das atividades que serão exercidas, as mulheres não têm idéia das condições em que a exercerão e, menos ainda, do valor da dívida que contraem antes de chegar ao destino. VII - Não há dúvidas a respeito da situação de vulnerabilidade das mulheres arregimentadas. Tinham todas um grau de instrução baixo e se encontravam em situação de pobreza no Brasil. A vontade de cada uma era mitigada pela necessidade e por causa dessa necessidade aceitaram ter seu corpo objeto de exploração sexual. O intuito da lei e do Protocolo Internacional foi proteger aqueles que não tem como optar pela proteção. VIII - A vulnerabilidade das pessoas traficadas pode ser social, econômica ou educacional. Em regra, a vulnerabilidade social é o que induz as vítimas a consentirem com uma das formas de exploração acima enumeradas, porquanto, estas se atraem pela possibilidade de uma vida melhor e abrem mão de sua liberdade em nome daquele objetivo. Em decorrência da vulnerabilidade, as vítimas do tráfico de pessoas não se vêem como tal, torna ainda mais imprescindível a atuação do Estado na prevenção e repressão ao tráfico e assistência às mesmas. IX - Isto posto, clara a materialidade do delito previsto no artigo 231, caput, do Código Penal em continuidade delitiva. No entanto, não se observa prova nos autos do cometimento do crime previsto no artigo 288 do Código Penal (quadrilha ou bando), uma vez que não logrou o Ministério Público Federal a comprovar a estabilidade do vínculo entre os dois denunciados e algum terceiro para o fim de cometer crimes. X - A autoria quanto ao crime reconhecido está bem comprovada. O papel de F era, mediante pagamento, recrutar, arregimentar e aliciar as mulheres em território nacional, providenciando, ainda, a documentação necessária à concessão do visto italiano. Já a M cabia suprir a demanda de mulheres das casas noturnas italianas, agindo da seguinte forma: repassava as fotografias delas enviadas por F aos donos dos estabelecimentos onde elas iriam trabalhar - e, após a escolha desses e o trâmite da documentação do visto no Brasil, promovia a recepção delas naquele país, encaminhando-as às boates respectivas. (...) (TRF 5ª Região, 0002240-54.2010.4.05.8400/RN, Relator Desª. Cíntia Menezes Brunetta).

Após a exposição das decisões jurisprudenciais acima, com enfoque na eficácia das investigações e nos meios investigativos mais comumente utilizados pela polícia, temos a considerar o seguinte:

- a) Antes do advento da Lei nº 13.344/2016, as condenações mostravam-se mais fáceis de alcançar, eis que não era necessária a comprovação de que algum meio coercitivo, violento, fraudulento, ou abuso da condição de vulnerabilidade, havia sido utilizado para aliciar ou explorar as alegadas vítimas do tráfico. Após o advento desta lei, embora ainda muito recente sob a perspectiva judicial (decisões de segunda instância levam, em muitos casos, vários anos até serem proferidas), observaram-se alguns casos de absolvição dos acusados, eis que não comprovada a presença dos meios acima mencionados durante a fase investigativa ou judicial. Duas explicações podem advir dessa constatação: a primeira é de que não houve preocupação por parte dos investigadores em obter provas que demonstrassem o emprego de meios coercitivos, violentos, fraudulentos, ou abuso da condição de vulnerabilidade das vítimas, o que resultou na absolvição dos acusados. A segunda é de que esses meios, na realidade dos fatos, nunca foram utilizados e que, portanto, a situação efetivamente não se enquadrava na definição de tráfico de pessoas introduzida pela Lei 13.344/2016, consentânea com o conceito de tráfico previsto no Protocolo Adicional à Convenção de Palermo.
- b) O depoimento testemunhal é, sem dúvida, o tipo de provas mais fartamente utilizado para a comprovação da materialidade e autoria criminosas. E nesse universo da prova oral, predominam os depoimentos de vítimas do tráfico de pessoas. Na sequência, observamos uma predominância da prova colhida por meio de interceptação telefônica, a qual, por sua vez, vem a ser corroborada por depoimentos de testemunhas e por documentos como passagens aéreas, comprovantes de transferências bancárias e passaportes. A cooperação internacional ocorreu, mas apenas em alguns casos, o que, a nosso ver, pode ilustrar a escassez de sua utilização em investigações de tráfico internacional de pessoas, em que tal instrumento deveria ser mais largamente usado, em razão da transnacionalidade do crime.

4.2 Experiência investigativa em Portugal

4.2.1 Estatísticas oficiais sobre o enfrentamento ao tráfico em Portugal

De plano, verifica-se que a recolha, o tratamento e a análise dos dados estatísticos a respeito do enfrentamento ao tráfico de pessoas em Portugal, realizado pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos – OTSH, do Ministério da Administração Interna, são muito mais detalhados e sistematizados em comparação com essa atividade desenvolvida no âmbito o Ministério da Justiça do Brasil. As razões para tal discrepância na qualidade dos dados estatísticos não é objeto do presente trabalho, contudo, é fato que a análise - ao menos a de natureza quantitativa - da realidade da repressão ao tráfico de pessoas em Portugal mostra-se mais consistente e acessível do que essa mesma análise em relação ao Brasil.

Nesse sentido, vê-se desde logo que o Relatório de Tráfico de Seres Humanos em Portugal é produzido anualmente pelo OTSH, contendo dados que vão das vítimas sinalizadas (ou seja, ainda não confirmadas) em Portugal e no estrangeiro (no caso das vítimas de nacionalidade portuguesa sinalizadas em outros países), passando pelos dados acerca da estrutura e formação em acolhimento, proteção e assistência (abrangendo os dados sobre autorizações de residência concedidas às vítimas), chegando aos dados estatísticos do sistema de Judicial.

É interessante ressaltar que, além dos relatórios anuais, o OTSH também produz outros boletins e relatórios relativos ao tráfico de pessoas, tendo sido produzidos, no ano de 2018, os seguintes documentos:

- Contributo para o Relatório Anual de Segurança Interna 2017;
- Três relatórios trimestrais e duas súmulas (janeiro-março 2018; abril-junho 2018; julho-setembro 2018);
- Boletim “Tráfico de Pessoas: Estatísticas da Justiça 2008-2017, em colaboração com a Direção-Geral da Política de Justiça/ Ministério da Justiça;
- Boletim “Atualização Estatística Vítimas Confirmadas 2008-2017”;
- Boletim Temático “Tráfico para fins de Exploração Sexual 2008-2017”.

Outra relevante fonte dados estatísticos relacionado com enfrentamento ao tráfico de pessoas em Portugal é o Relatório Anual de Segurança Interna – RASI, publicado pelo Sistema de Segurança Interna, onde são lançados os números da atuação dos órgãos de polícia criminal - OPC no combate a esse fenômeno criminal. Da leitura dos referidos relatórios, observa-se que muitas informações ali lançadas relativas ao crime de tráfico de pessoas são obtidas junto ao Observatório do Tráfico de Seres Humanos.

Pois bem, estando o nosso trabalho focado na investigação criminal do tráfico internacional de pessoas, ater-nos-emos aos dados oriundos da Polícia e da Justiça.

Extraí-se do Relatório Anual de Segurança Interna – RASI, ano 2018, que “no âmbito da criminalidade relacionada ao tráfico de pessoas foram instaurados 94 processos de inquérito-crime. No âmbito de inquéritos em investigação, foram constituídos 34 arguidos e 21 detidos”. Esses dados, segundo referenciado no RASI/2018, foram fornecidos pela Polícia Judiciária e pelo SEF, órgãos estes que detêm, segundo a Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei nº 49/2008, de 27 de agosto), a competência para investigar o crime de tráfico de pessoas.

Interessante destacar que, segundo descrito no RASI/2018, “o SEF tem assumido um forte compromisso e empenho no combate ao fenómeno do tráfico de pessoas, através da Unidade Anti-tráfico de Pessoas (UATP), assegurando a articulação no âmbito do IV Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (PAPCTSH) [...]” (Portugal, Relatório Anual de Segurança Interna, 2018).

No ano anterior, o RASI /2017 trouxe os seguintes números: foram instaurados 53 novos inquéritos-crime pela Polícia Judiciária e 20 pelo SEF. No âmbito dos inquéritos em investigação naquele ano (inquéritos novos e os já existentes), foram constituídos 11 arguidos pela PJ (não há informação relativa ao SEF), sendo aplicada a medida de prisão preventiva a 6 desses arguidos. Segundo o RASI/2017, as investigações são complexas e o conhecimento dos fatos criminosos chegam, na maioria das vezes, aos OPC por meio de notícias anônimas, com conteúdo não fundamentado e sem maiores dados para identificação dos envolvidos.

O Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos 2018 (OTSH, 2018), apresenta as seguintes conclusões a respeito dos dados recolhidos no ano:

Em 2018, o OTSH rececionou um total 203 sinalizações. Comparando com 2017 e observado um acréscimo global no número de registos, com variação positiva de 16% no total, de 12% “Em Portugal” e de 40% “No Estrangeiro”. De notar que este é um acréscimo no número de registos, pois deve-se considerar que a data do presente relatório as autoridades competentes já haviam classificado 47 registos como “Não Confirmado”, e as ONG/outras entidades 15 registos como “Não Considerado”.

Como referido em relatórios transatos do OTSH existem variáveis internas e externas ao fenómeno que explicam, num dado ano, o aumento ou o decréscimo de registos, nomeadamente o número de vítimas associadas por ocorrência, como se observa em 2018 e com reflexo no número de vítimas confirmadas. Ou seja:

→ O aumento de registos de vítimas confirmadas comparativamente ao reportado em 2017, e mais concretamente das situações em Portugal e, parcialmente, explicado pela existência de uma Grande Ocorrência que em 2018 é observada em resultado da Operação “Masline” do SEF.

→ Neste sentido, se observarmos as vítimas confirmadas em Portugal (total de 44), 37 foram em tráfico laboral, nas quais as 26 acima mencionadas da Operação “Masline”.

→ Num cenário hipotético, não fosse esta operação e a confirmação deste grupo de vítimas, o número de vítimas por tráfico laboral baixaria de 37 para 11, e o total global de vítimas confirmadas (novamente a data de elaboração do relatório) de 44 para 18.

Para a subamostra dos registos classificados como “Confirmado”, “Pendente/Em investigação” e “Sinalizado por ONG/outras entidades”:

→ Comparando com 2017, foram sinalizadas sensivelmente o mesmo número de nacionalidades: 22 em 2017, e 20 em 2018.

Contudo, se o continente Europeu se mantém como aquele com mais (presumíveis) vítimas sinalizadas (acréscimo de 31 sinalizações face a 2017), observando as nacionalidades, o peso estatístico surge em cidadãos nacionais da Moldávia (50%).

Assim, agrupando as nacionalidades do continente Europeu em “Comunitárias” e de “Países terceiros”, 2018 apresenta uma descontinuidade com o reportado em anos transatos, a saber: número mais elevado de países terceiros (18), com mais (presumíveis) vítimas (92) (a Moldava em primeiro seguida de nacionais de Angola) versus menor número de nacionalidades de Estados-Membros da UE (2), com um menor número de (presumíveis) vítimas sinalizadas (43) sendo este valor influenciado pelos registos relativos a (presumíveis) vítimas portuguesas que totalizam 86% deste grupo.

→ Do cruzamento das nacionalidades, por sexo e grupo etário, a maioria das (presumíveis) vítimas sinalizadas são do sexo masculino (92) (sexo feminino – 49), sendo as duas nacionalidades mais representativas a Moldava (35 presumíveis vítimas do sexo masculino, dos quais 18 associados a Operação “Masline”), seguida da Portuguesa (33) – em ambas, maioritariamente adultas. Relativamente a (presumíveis) vítimas do sexo feminino a nacionalidade mais representativa é igualmente a Moldava (11, das quais 8 associadas a Operação “Masline”) – todas adultas.

→ Do cruzamento do tipo de exploração, por sexo e grupo etário, a maioria das (presumíveis) vítimas foram sinalizadas por tráfico para fins de exploração laboral (94), maioritariamente (presumíveis) vítimas do sexo masculino (77), adultos (73).

→ Portugal mantém-se como País de Destino (81), apresentando 2018 face a 2017 um decréscimo das sinalizações em “Trânsito”, e um acréscimo das sinalizações em “Origem”, em particular no subtipo “Externo”.

(...)

Sobre as Estatísticas da Justiça, 2018 assinalou um acréscimo no número de crimes de tráfico de pessoas registados pelas autoridades competentes: 40 em 2017 e 57 em 2018.

Numa observação longitudinal (2011-2018) não se registam mudanças significativas relativamente:

→ aos Agentes/Suspeitos (Pessoa Singular) são maioritariamente do sexo masculino, e tem mais de 24 anos de idade. Esta breve caracterização sociodemográfica e igualmente observada nos outros crimes conexos analisados.

→ e entre os crimes conexos, os crimes de Lenocínio e Pornografia Infantil e outros crimes relacionados com a imigração ilegal são os mais registados, pese embora este último apresente um decréscimo face a 2017. De notar em 2018, o aumento de registos de crimes de casamento de conveniência (+6) e principalmente de Auxílio à Imigração Ilegal (+12).

Do Boletim Tráfico de Pessoas: Estatísticas da Justiça 2008-2015 (OTSH, 2016b), extraem-se os seguintes números:

Tabela 1									
Total de crimes registados pelas autoridades policiais:									
Ano/Crime	Total	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Tráfico de pessoas	286	53	48	28	22	25	28	39	43

Tabela 2									
Número de Agentes/Suspeitos identificados em crimes registados de tráfico de pessoas, por sexo:									
Ano/gênero	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	Total
Masculino	24	29	25	15	11	17	21	24	166
Feminino	6	14	11	...	10	6	7	3	57
Total	30	43	36	15	21	23	28	27	223

Tabela 3								
Número de arguidos condenados ou absolvidos em 1ª instância, pelo crime de tráfico de pessoas, por ano:								
Ano/causa de extinção do processo	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Condenações	...	23	9	10	0	...	5	...
Absolvição/por carência de provas	5	8	19	...	9	3
Outros motivos	3

Nota. É importante mencionar que o símbolo “...” significa resultado nulo/protegido por segredo estatístico, o que ocorre sempre que os números a serem expostos são inferiores a três unidades⁸⁷.

⁸⁷ “De igual forma, nos dados agregados apurados e publicados pelo OTSH omitem-se resultados em que o total é inferior a 3 unidades (dado protegido por segredo estatístico)” (OTSH O. d., Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos, 2017)

Expostos acima alguns números representativos do enfrentamento ao tráfico de pessoas em Portugal, gostaríamos de passar a discorrer, na sequência, sobre as respostas apresentadas pelos investigadores portugueses a respeito de suas experiências na condução de investigações criminais sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Não obstante, apesar dos esforços da autora em divulgar o questionário dirigido às autoridades de polícia criminal da Polícia Judiciária e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, através da Direção de cada uma das organizações acima mencionadas, não logramos êxito em receber respostas suficientes para serem analisadas como amostra (recebemos apenas uma resposta ao questionário).

Considerando que não obtivemos o êxito desejado na recolha de respostas ao questionário divulgado entre as autoridades de polícia criminal portuguesas, entendemos que seria útil transpor algumas respostas concedidas por representante da Polícia Judiciária em *focus group* descrito na dissertação de mestrado de Aracelli de Freitas Santos (Santos A. d., 2016) , eis que algumas das informações ali contidas mostram-se interessantes para o nosso trabalho.

A respeito da dificuldade da detecção da sinalização das vítimas no crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, questionou-se a autoridade da Polícia Judiciária sobre se seria mesmo complicado sinalizar as vítimas. Em resposta, o representante da Polícia Judiciária presente naquela reunião afirmou:

(PJ): O tráfico... antes do facto em si da exploração é difícil as vítimas vêm por engano, a maior parte das vítimas vem um com oferta de emprego, eventualmente até é proposto trabalho na prostituição mas noutras condições, portanto antes da chegada ao destino e de ser explorada maior parte das vezes não tem consciência que será vítima de tráfico, aí é sempre difícil a detenção...

(PJ): o que estou a dizer é que é difícil detectar as vítimas, antes à chegada ao destino, antes da exploração, agora se faz...em todos os crimes maiores ou menores, em termos de vítimas de tráfico de pessoas em investigações nossas, vítimas brasileiras são um valor inferior. Muito reduzido...

Sobre o baixo número de vítimas brasileiras detectadas, o representante da Polícia Judiciária respondeu:

(PJ): Maior parte das investigações que nós (*fazemos*) em cima dos cidadãos brasileiros ou brasileiras tem haver com o lenocínio que não se detecta o envolvimento de

tráfico de pessoas no lenocínio em si, e ou...eventualmente...., aquelas que terão vindo por si mesmo sem qualquer organização por trás, eventualmente com conhecidos que disseram ô pá posso te arranjar alojamento, ajuda quando chegares, mas sem qualquer estrutura criminosa por trás, pelo menos que se detecte ou que seja dada a conhecer, a maior parte é por aí em termos de tráfico .

Extraímos do relato fornecido pelo representante da Polícia Judiciária portuguesa que a detecção e investigação de situações de tráfico são realmente difíceis de alcançar. Essa informação corrobora, no ponto de vista operacional, aquilo que colhemos nas leituras que fizemos ao longo de nossa pesquisa.

Outrossim, é interessante notar a percepção da autoridade respondente acerca da presença de vítimas brasileiras em Portugal e sua ligação com o tráfico de pessoas. Ele informa que elas não estão normalmente vinculadas à prática do crime de tráfico, mas sim com o lenocínio, e, no seu entendimento, elas vão a Portugal sem o auxílio de alguma rede de tráfico de pessoas.

4.2.2 Análise de decisões jurisprudenciais

Passaremos agora à análise das decisões jurisprudenciais recolhidas dos Tribunais de Portugal.

1. Em acórdão proferido pelo Tribunal da Relação do Porto, no processo 1.480/07.9PCSNT.G1.P1, os juízes, em conferência, acordaram dar parcial provimento aos recursos interpostos pelos arguidos B, F, K, I e H, condenados à prática do crime de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160º, nº1, d), do Código Penal. No acórdão, os juízes deram como provados os factos a seguir resumidamente descritos:

1. Em data não concretamente apurada, mas, anterior ao início do ano de 2007, o arguido H, juntamente com os demais arguidos, que exerciam papéis diferentes na organização da empreitada, decidiu incrementar os seus proveitos financeiros, à custa da exploração de mulheres que se dedicassem à prostituição. 2. Para o efeito, delineou um plano que consistia, essencialmente, no seguinte a. iniciaria a exploração de estabelecimentos que fossem propícios à prática de atos de alterne e prostituição, nos quais laborariam dois tipos de mulheres: as denominadas mulheres de fora, ou seja, que exerciam a prostituição e a atividade de alternadeira, sem vínculo aos estabelecimentos em causa, e as mulheres da casa, ou seja, com vínculo aos referidos estabelecimentos, em regra, cidadãs de nacionalidade brasileira, por si recrutadas no Brasil, as quais, em regra, não seriam titulares de autorização de residência ou visto que consentisse o exercício de qualquer atividade profissional por estas últimas. b.

organizaria o recrutamento interno de cidadãs nacionais que se quisessem prostituir nos seus estabelecimentos; c. simultaneamente recorreria a pessoas que lhe proporcionassem o transporte de cidadãs brasileiras, para Portugal, sem que as mesmas possuíssem o respetivo visto de entrada (o referido supra); d. tais angariadores fornecer-lhe-iam os contactos de mulheres interessadas em viajar para Portugal; após, o arguido, ou algum dos seus colaboradores, estabeleceria o contacto com as respectivas cidadãs, convencendo-as a virem para Portugal; e. para o efeito, à cidadã recrutada, referiam que viriam para Portugal para se prostituírem, mediante contrapartida de, com os rendimentos provenientes do trabalho, pagarem a passagem e que com os rendimentos da prostituição facilmente pagariam a viagem. f. assim obtido o consentimento da cidadã, diligenciar-se-ia, junto de agências de viagens, a aquisição de bilhetes de avião, optando por trajetos indiretos, jogando em regra, com aeroportos de Espanha, Portugal e França, justificado por motivações turísticas fictícias, de modo a iludir as autoridades fiscalizadoras dos serviços de fronteira; g. toda a documentação necessária para a viagem seria, a seu mando, providenciada pelos seus colaboradores, no Brasil; h. as viagens seriam pagas, por si ou alguém a seu mando, em regra, via Western Union; i. antes do embarque, o arguido ou um dos seus colaboradores a seu mando, abonaria a cidadã com dinheiro de bolso para a viagem e dar-lhe-ia instruções sobre os comportamentos a adotar durante o voo, nomeadamente, usar vestuário discreto, de modo a não levantar suspeitas junto das autoridades de controlo de fronteira; j. chegadas ao aeroporto de destino, as cidadãs eram esperadas pelo arguido ou alguém a seu mando, e transportadas até ao estabelecimento, onde iriam prestar o serviço; k. uma vez instaladas no estabelecimento, o arguido ou alguém a seu mando, informaria as cidadãs de que teriam de efetuar o pagamento do passe, isto é, os encargos com a passagem, despesas com a deslocação da cidadã, dinheiro de bolso, quantia que rondaria os €3500 e que era inflacionada em relação ao valor real daqueles (encargos/despesas), acrescida da diária, isto é, a quantia que, diariamente, a cidadã teria de pagar pelo acolhimento, no estabelecimento do arguido, no montante de €15,00 a €20,00 por dia; para o pagamento, praticavam atos de natureza sexual (cópula, coito anal ou oral), em regime de exclusividade no seu estabelecimento, coartando a sua liberdade de circulação, isto é, não permitindo, por norma, às cidadãs de se ausentarem definitivamente do estabelecimento, sem que, previamente liquidassem a dívida do passe acrescida da diária; m. para acautelar a presença das cidadãs, no estabelecimento, estabeleceria o seguinte sistema de multas pecuniárias: se as mesmas se atrasassem ao serviço; n. de modo a efetuar o controlo da atividade das mulheres e assegurar o pagamento do passe e da diária, seria auxiliado por um grupo de pessoas da sua confiança, o qual ficaria encarregue das tarefas quotidianas dos prostíbulos, como contabilidade, segurança, portaria, serviço de bar e acolhimento das cidadãs.

Os fatos narrados desenvolviam-se em estabelecimentos especialmente criados para esse fim, denominado Residencial C... e L..., onde foram localizados pelos investigadores quartos onde eram realizados atos sexuais, salão com sofás, bar, palco para shows de *strip-tease* etc. Também foram localizados nos locais utensílios próprios para as atividades de exploração sexual, como lençóis e preservativos. Foram recolhidos cartazes que expunham o

funcionamento da casa, anunciando noites eróticas, shows de *strip-tease*, etc. Igualmente, foram encontrados no local livros de registros e fatura/recibo com o nome de mulheres manuscritos.

Foram aliciadas, pelo menos, 17 mulheres cidadãs brasileiras, sendo que a maior parte não estava habilitada com autorização de residência ou visto que consentisse o exercício de qualquer atividade profissional. Outrossim, uma parte significativa destas mulheres originárias do Brasil encontravam-se em situação de especial vulnerabilidade, devido à sua condição de total dependência económica, fragilidade emocional, pressão permanente que sobre as mesmas era exercida, completa desintegração sociocultural e limitação nos movimentos (nos termos acima expostos).

O julgado expõe terem sido realizadas escutas telefónicas autorizadas judicialmente, posteriormente reduzidas a termo e juntadas aos autos do processo; depoimentos testemunhais; declarações para memória futura; quebra de segredo bancário relativos às contas utilizadas pelo grupo criminoso para gerir os ganhos com o empreendimento ilícito.

2. Em acórdão proferido pelo Tribunal da Relação do Porto, no processo 6/08.1ZRPT.P1, as juízas, em conferência, acordaram negar total provimento aos recursos interpostos pela arguida B, condenada juntamente com o arguido C à prática do crime de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160º, nº 1, b) e d), do Código Penal. No acórdão, as juízas deram como provados os factos a seguir resumidamente descritos:

Em Setembro de 2007, D..., de nacionalidade romena e naquela época com 16 anos de idade, viajou da Roménia para Itália a fim de arranjar emprego naquele país. Após um mês de permanência em Itália realizou diversos contactos via Internet com um amigo romeno, K..., que trabalhava em Portugal como motorista dos arguidos C... e B.... D... manifestou o desejo de trabalhar em Portugal, tendo solicitado ao seu amigo K... que lhe arranjasse emprego. K..., num contacto posterior, comunicou a D... que havia arranjado emprego para aquela no ramo de hotelaria, mais propriamente num restaurante, e que ficaria hospedada na casa dos arguidos C... e B.... Assim, em dia não concretamente apurado, em meados de Outubro de 2007, K... e o arguido C... deslocaram-se a Itália para ir buscar D.... Com D..., vieram duas amigas, E... e F..., menores de idade, que se encontravam em Itália, com a promessa feita pelo arguido C... de que viriam todas trabalhar num restaurante. Viajaram para Portugal num veículo de marca Seat, com a matrícula ...-DG, de cor vermelha. Durante a viagem, o arguido C... retirou-lhes os telemóveis e destruiu-os. Assim chegadas a Portugal as três menores ficaram hospedadas em casa dos arguidos B... e C..., sita na Rua ..., n.º ..., .º Direito - ., nesta cidade e comarca. Foram as mesmas recebidas pela arguida B... que, conjuntamente com o arguido C..., as informou que teriam que pagar a viagem de Itália a Portugal e de que não iriam trabalhar num restaurante, mas em casas

de diversão nocturna que a arguida B... conhecia, onde teriam que se prostituir. Para as forçar a fazerem o que ambos os arguidos pretendiam, o arguido C... agrediu-as e ameaçou-as. E uma vez que as mesmas não dispunham de documentos e eram menores, o arguido C... deu-lhes cópias de documentos de identificação que não correspondiam aos verdadeiros com os nomes e datas de nascimento adulterados. D... passou a ter o nome de “D1...”, foi obrigada a trabalhar em casas de alterne, cerca de 4 meses, das 23.00 horas às 4.00 horas, sem receber qualquer contrapartida pelo seu trabalho, porquanto era obrigada a entregar todos os valores que recebia a esse título aos arguidos. Passou por diversas casas de diversão nocturna e obedecia às ordens da arguida B... que a controlava e sabia o que fazia e quanto ganhava. Tinha a função de servir bebidas e conversar com os clientes. Durante os referidos 4 meses ficou hospedada em casa de B..., só lhe sendo permitido sair de casa para ir trabalhar para as ditas casas de diversão nocturna, ou para ir ao supermercado, tendo igualmente saído com um cliente, a testemunha M.... A queixosa D... tinha medo do arguido C..., sendo que não se importava de trabalhar nas casas de alterne, apenas não ficando satisfeita pelo facto de não ficar com qualquer dinheiro que angariava, uma vez que o entregava todo ao C..., pelo medo supra referido. Por seu turno, E... e F..., foram igualmente obrigadas a trabalhar, como alternadeiras, isto é, com a função de servir bebidas e conversar com clientes, em casas de diversão nocturna, sendo que mudavam de “casa” periodicamente. E... e F..., viviam em condições idênticas à menor D..., onde todos os seus movimentos eram controlados, não podendo contactar com ninguém, inclusive com a família. No entanto, passados cerca de 15 dias de estarem a trabalhar nas casas de diversão nocturna supra referidas, o arguido C... afirmou que E... e F..., para além de servirem bebidas aos clientes teriam ainda que ter relações sexuais com os mesmos, para receberem mais dinheiro. Como estas se recusavam a efectuar tais serviços, o arguido bateu-lhes e retirou-lhes comida, tendo inclusivamente batido diariamente na queixosa F.... Assim, E... e F... foram obrigadas a manter relações sexuais com homens durante o tempo em que estiveram em Portugal, sendo que o dinheiro obtido, por estes actos, era todo entregue à arguida B... ou ao arguido C.... Os arguidos C... e B... agiram de comum acordo e em comunhão de esforços e intentos, obrigando as vitimas menores de idade a prostituírem-se usando para tal a força física e amedrontando-as, privando-as da sua liberdade e obrigando-as a entregar-lhes todos os proventos auferidos diariamente naquela actividade. Os arguidos conseguiram, desta forma que as menores E... e F... se prostituíssem e que a menor D... exercesse as funções de alterne, contra a vontade das ofendidas e com o propósito conseguido de obter elevadas vantagens patrimoniais, decorrentes dessas actividades. Os arguidos C... e B... agiram de comum acordo e em comunhão de esforços, com o propósito de privarem as ofendidas da sua liberdade de acção durante o tempo em que, contra a vontade das mesmas, as mantiveram dentro da habitação não as deixando contactar com ninguém, retirando-lhes os telemóveis e supervisionando todas as suas condutas e passos. Deste modo, amedrontaram e constrangeram as ofendidas obrigando-as a continuar na actividade da prostituição, explorando-as economicamente quer na prática de actos sexuais por parte de E... e F..., quer nas funções de alterne por parte de D.... Aproveitaram-se sempre da vulnerabilidade das ofendidas, bem sabendo que as mesmas eram menores, e sempre com o propósito de obterem proventos económicos. Actuaram os arguidos de forma livre, voluntária e consciente, sabendo que as suas condutas eram proibidas e punidas por lei.

Para se livrarem da exploração a que estavam submetidas, duas das três menores empreenderam fuga, com auxílio de terceiros, e uma delas foi liberada após ameaça formulada pelo seu pai ao arguido.

A prova existente nos autos fundou-se em depoimentos testemunhais. Nesse sentido, das 3 menores, apenas 2 depuseram em audiência de discussão e julgamento, sendo que uma delas (E...) não quis falar, referindo que se esqueceu de tudo o que se passou em Portugal, enquanto que a testemunha D... suavizou um pouco a situação. Já as outras 2 testemunhas, a F... e o K... não vieram a Tribunal, não tendo sido possível ouvir o seu depoimento, pelo que é dado que todos os intervenientes processuais concordaram, foram lidas as suas declarações prestadas em inquérito, pouco tempo depois da prática dos factos. O tribunal considerou a plena validade das declarações colhidas em sede policial, eis que “prestadas numa altura em que os factos ainda estavam vivos na memória dos intervenientes e numa época em que o decurso do tempo ainda não tinha relativizado a gravidade dos factos, foram bastante importantes para darmos como assente a factualidade vertida na acusação”.

Foram também ouvidos em juízos dois Inspectores do SEF que atuaram no caso, os quais afirmaram ter realizados vigilância na casa em que as menores teriam sido guardadas, mas as diligências não resultaram frutíferas, “o que evidenciou um cuidado dos arguidos em esconderem tudo o que se passava”.

3. Em decisão proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça, proferida no processo 1/07.8ZCLSB.L1.S1, oriundo do Tribunal da Relação de Lisboa, os Juízes deram parcial provimento ao recurso dos arguidos e do Ministério Público, sendo eles condenados ao final pelo crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, além de crimes associados, como lenocínio e associação criminosa. Desde data não concretamente apurada, situada em meados de 2003, que os arguidos AA conhecido por “B...N...”, DD, JJ, QQ, conhecido por “M... F...”, KK, NN, conhecido por “M...”, e um indivíduo de nome BBB, decidiram constituir um grupo com vista a explorar sexualmente mulheres de nacionalidade romena em território nacional, com o objectivo de obterem ganhos económicos com o dinheiro que as mesmas auferissem com a prática de actos sexuais remunerados. Na execução de tal plano, os arguidos recrutaram várias cidadãs romenas, providenciando pelo seu transporte para Portugal, arranjando-lhe depois habitação. A fim de recrutarem cidadãs romenas para a prática da prostituição, os arguidos deslocaram-se à Roménia por diversas vezes ou recorreram a outras pessoas das suas relações que residiam nesse país, para esse efeito. Procuravam mulheres que integrassem famílias com dificuldades económicas e com pouca

formação escolar, prometendo-lhes a obtenção de avultadas quantias em dinheiro em Portugal, sendo que nuns casos lhes disseram que seria através da prática da prostituição e noutros prometeram-lhes empregos. O grupo funcionava de uma forma organizada, sendo chefiado pelo arguido AA “B...”, tendo sido distribuídas diferentes tarefas e funções aos restantes arguidos, os quais o apoiavam, quer no controlo das mulheres, quer na recepção das quantias monetárias que as mesmas auferiam na actividade de prostituição, quer ainda exercendo sobre as mesmas violência física e psicológica para as obrigarem ao exercício daquela actividade. Ele fixava as quantias que as mulheres deviam cobrar aos clientes, a comissão que lhe cabia a ele e aos restantes elementos do grupo e os locais onde as vítimas deviam exercer a prostituição decidindo também qual era a indumentária que as mesmas deviam usar para atrair clientes e a forma de abordarem estes últimos. O arguido AA recorria a diversas pessoas, a fim de que abordassem as mulheres, dando instruções a essas pessoas no sentido de efectuarem propostas de obtenção de elevados proventos de natureza económica àquelas mulheres, sendo que nalguns casos determinava que não fosse dito às mesmas que vinham para se prostituir. Os arguidos fizeram transportar aquelas mulheres para Portugal, por via aérea, ou por via terrestre, por meio de autocarro, colocando-as a residir nas suas próprias habitações, ou em pensões, dando-lhes de seguida todas as indicações respeitantes aos locais, forma e preços a cobrar aos clientes. Inicialmente os arguidos diziam às mulheres para lhes entregarem as quantias em dinheiro que recebiam da actividade da prostituição, a fim de que os mesmos as guardassem, a pretexto de não lhes serem subtraídas, sendo que no decurso do tempo as referidas mulheres verificaram que nunca receberam as quantias em causa, por lhes ser recusada a devolução pelos arguidos. À generalidade destas mulheres era entregue um telemóvel com um cartão activado, a fim de que os arguidos as contactassem, quando entendessem necessário. Segundo indicação dos mesmos às referidas mulheres, estas últimas teriam que cobrar a quantia de €25,00 (vinte e cinco euros) a cada cliente, por cerca de 20 minutos de actividade sexual que mantivessem com os mesmos. As quantias obtidas pelos arguidos, provenientes da actividade de prostituição exercida pelas mulheres que exploravam, eram remetidas para a Roménia, através de depósitos efectuados em Agências de Câmbios e Transferências Internacionais de Dinheiro. Foram ao menos 15 vítimas recrutadas e exploradas nas condições acima descritas, havendo relatos de agressão física, ameaças, retenção de passaportes e outras formas de coação. A prova dos fatos fundou-se principalmente nas intercepções telefónicas, depoimentos de vítimas e provas documentais.

Além desses três casos que tratam de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, não foram localizados nos Tribunais Portugueses outros julgados que tratassem do citado crime. Foram, isso sim, localizados julgados de tráfico internacional de pessoas para outras finalidades exploratórias, como exploração de trabalho agrícola (Tribunal da Relação de Évora) e exploração de atividades criminosas (furtos na região turística de Lisboa), mas essas decisões refogem ao objeto de estudo no presente trabalho.

Em relação aos três julgados acima transcritos, podemos sublinhar os seguintes pontos relacionados aos meios investigativos empregados e a sua valoração no momento do julgamento:

- 1) O depoimento testemunhal, principalmente das vítimas, foi o principal meio de prova utilizado para a comprovação da materialidade e autoria criminosas, tendo sido suficiente para a condenação dos arguidos no segundo julgado. Outrossim, verificou-se em dois julgados a utilização de declarações para memória futura, o que se mostra um instrumento muito útil, principalmente quando se trata de vítimas estrangeiras, que podem simplesmente regressar para seus países de origem.
- 2) Além da prova oral, foi utilizada, em dois casos, a prova obtida por meio de escutas telefônicas, que após transcrita passou a integrar os autos do processo, sendo ela valorada juntamente com outras provas documentais (recolhidas no local do crime) e com as provas orais.

Os dados expostos ao longo deste capítulo nos conduzem a alguns achados importantes acerca do desenvolvimento de investigações envolvendo o crime de tráfico de pessoas em Portugal e no Brasil.

De um modo geral, percebemos que Portugal tem maior capacidade de organização das estatísticas relacionadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, organizadas e divulgadas pelo Observatório de Tráfico de Seres Humanos – OTSH. Nesse sentido, os números relacionados à política de enfrentamento, inclusive aqueles oriundos dos órgãos de polícia criminal e da Justiça, mostram-se mais bem estruturados e mais completos, o que nos permite ter uma visão geral mais fidedigna acerca dos esforços sobre o combate a esse fenômeno criminal no país.

O Brasil, por outro lado, ainda carece de uma cultura de organização de dados estatísticos que possam ilustrar melhor a realidade de enfrentamento ao tráfico de pessoas,

inclusive, no que mais nos interessa, na repressão penal a esse crime. A ausência de dados organizados anualmente, contemplando informações relevantes como inquéritos instaurados, indiciamentos, ações penais ajuizadas, condenações, dentre outros dados, prejudica sobremaneira o conhecimento sobre a realidade de combate ao tráfico no país.

Percebe-se, ainda, que o volume de investigações relativas a essa ofensa, tanto no Brasil quanto em Portugal, não se mostra tão significativo. As razões para essa verificação podem ser diversas, mas, aparentemente, a principal delas é a dificuldade de identificação desses casos por ausência de sinalização de vítimas, seja porque elas não conseguem notificar a ocorrência, não se sentem encorajadas a tanto ou, até mesmo, não se identificam como vítimas de tráfico de pessoas.

No desenvolvimento das investigações, de acordo com os relatos das autoridades respondentes do questionário do Brasil, observam-se dificuldades que vão da falta de priorização de investigações de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, falta de recursos humanos e ausência de treinamentos específicos para o tratamento e a condução desses casos.

Apesar de não termos recebidos respostas de autoridades portuguesas, infere-se do Relatório publicado pelo OTSH e do RASI que os órgãos encarregados da repressão ao tráfico de pessoas, em Portugal, estão mais bem estruturados e preparados para lidar com o fenômeno. Nesse sentido, vale destacar, novamente, o trecho do RASI 2018, onde se menciona:

...o SEF tem assumido um forte compromisso e empenho no combate ao fenômeno do tráfico de pessoas, através da Unidade Anti-tráfico de Pessoas (UATP), assegurando a articulação no âmbito do IV Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (PAPCTSH).

Por derradeiro, a partir da análise da jurisprudência dos tribunais brasileiros e portugueses, extrai-se que a prova mais utilizada nos julgamentos de casos de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual é a prova testemunhal, principalmente de vítimas. Constatamos que, no geral, os juízes consideram suficientes relatos de vítimas, mesmo que não corroborados por outras provas testemunhais. Outro meio de coleta de prova frequentemente utilizado é interceptação (intercepção) telefônica, a qual, quando utilizada dentro dos parâmetros legais, também é muito bem aceita pelo juízes.

Considerações Finais

Vimos ao longo deste trabalho que o tráfico de pessoas é um fenômeno criminal que desde o início do século XX desperta a atenção e a preocupação das nações e de organismos internacionais, preocupação esta que atravessou o século passado e continua pulsante nos dias atuais.

O tráfico de pessoas tem, em seu âmago, a ideia de movimentação, sendo que, na sua vertente internacional, é requisito essencial à sua concretização que a vítima seja transportada a outro país, cruzando fronteiras nacionais. Com isso, é indissociável a sua ligação com os movimentos migratórios internacionais, que tanto se avolumaram no século XX e início do século XXI. Dentre as grandes massas de migrantes internacionais, há uma grande parcela de pessoas que, ilicitamente, é conduzida por traficantes para ser explorada em terras diferentes, onde por razões como diferenças de língua, cultura, estatuto ilegal de permanência, dentre outras, tornam-se ainda mais desempoderadas e vulnerabilizadas, facilitando o processo exploratório.

Pessoas oriundas de países menos desenvolvidos, que ostentam realidades econômicas e sociais muito mais carentes e desiguais, são instigadas a buscar melhores condições de vida em países mais ricos, onde, no mais das vezes, não são aceitas legalmente. São as pessoas que, muitas vezes, vivenciam pobreza, baixa instrução, desemprego, violência doméstica, abusos os mais diversos, que são facilmente enganadas por aliciadores e, com isso, acabam caindo nas redes do tráfico de pessoas.

A consciência sobre a gravidade do problema do tráfico, que de longa data preocupa as nações, fez com que estas se reunissem, em diferentes momentos nos últimos séculos, para elaborar instrumentos internacionais voltados a enfrentar tão grave fenômeno criminoso. A evolução histórica dos instrumentos internacionais e nacionais que tratam do tema é permeada de preconceitos e embates ideológicos. Se, no início, a preocupação maior dos países era com a preservação do pudor e da moral das mulheres brancas, hoje, sob a égide do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Repressão ao Tráfico de Seres Humanos, em especial Mulheres e Crianças, a legislação internacional e o esforço das nações, dos organismos internacionais e nacionais, é no sentido de debelar um crime que tão violentamente afronta os direitos humanos, a dignidade da pessoa, a sua liberdade e autodeterminação pessoal.

Com isso, o tráfico hoje, enquanto figura penal, deixou de estar associado apenas à prostituição, podendo também destinar-se a outros fins exploratórios, como trabalhos forçados, retirada de órgãos, adoção ilegal, prática de atividades criminosas etc. Essa é a concepção de tráfico de pessoas prevista no direito internacional, descrita tanto no Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, quanto em outros acordos internacionais que versam sobre esse tema, como a importante Diretiva 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de abril de 2011, que moldam o direito interno dos países signatários dos acordos.

Quanto a esse aspecto, expusemos uma breve evolução histórica da tipificação do tráfico de pessoas no Brasil e em Portugal, países estes escolhidos pela autora como âmbito territorial de sua pesquisa, sendo constatado que ambas as nações ostentam, na atualidade, definições de tráfico consentâneas, em maior ou menor grau, com as principais concepções do delito segundo direito internacional.

O tráfico de pessoas adaptou-se perfeitamente ao espaço globalizado e nele encontrou o combustível que precisava para crescer. A facilidade de movimentação humana, o encurtamento virtual de fronteiras, a integração econômica das nações, o desenvolvimento de tecnologias comunicacionais cada vez mais rápidas, são conquistas do mundo pós-moderno, mas que, sob outra faceta, também proporcionaram o incremento do tráfico de seres humanos, hoje considerado um dos crimes mais lucrativos globalmente.

Nesse universo globalizado, as organizações criminosas encontraram o ambiente propício para se desenvolver e se espalhar. O tráfico internacional de pessoas, sendo um crime complexo, que demanda a consecução de diferentes fases, em países distintos, requer normalmente a atuação de mais de um agente para se concretizar. As organizações criminosas, em sua constante busca pela obtenção de altos lucros, têm no tráfico internacional de pessoas um empreendimento ilícito muito favorável, dada baixo risco, historicamente verificado, de descoberta do crime e de efetiva repressão.

Não obstante reconheça-se o envolvimento das organizações criminosas com o tráfico de pessoas, vimos também, ao longo deste trabalho, que o crime em questão é cometido por diversos tipos de agentes, que podem ser desde familiares até outras pessoas muito próximas às vítimas, normalmente oriundas do mesmo meio social. Não há, portanto, um perfil padrão de autor do tráfico, tampouco um modelo padrão de organização criminosa associada a esse evento delituoso.

O estudo realizado mostrou que o tráfico de pessoas é um crime de difícil identificação e mensuração. Razões como clandestinidade, subnotificação de vítimas, confusão e mascaramento com crimes relacionados, dentre outros, podem explicar a escassez de informações sobre o que se supõe serem os reais números de ocorrência de tráfico de pessoas. Com isso, tem-se que a investigação criminal do tráfico de pessoas é das mais difíceis de se concretizar de modo efetivo, já que, mesmo quando sinalizada uma ocorrência, são frequentemente escassas as informações de partida sobre os fatos criminosos e, durante as investigações, há dificuldade em se coletar prova de seus elementos típicos essenciais.

Evidenciou-se a necessidade de que os ordenamentos jurídicos dos Estados se ajustem às diretrizes internacionais e construam conceitos reciprocamente compreensíveis, o que seria pressuposto para viabilizar a cooperação efetiva entre os Estados e tornar possível a investigação e a persecução penal de grupos criminosos que atuam além das fronteiras.

Contudo, também restou claro que não basta às nações incorporarem às suas legislações internas as novas definições de tráfico de pessoas. A literatura revisada, os dados empíricos coletados e a jurisprudência examinada nos mostram que é necessária a adoção de uma política de priorização do enfrentamento ao fenômeno criminoso, por meio de uma prevenção criminal planejada e de uma repressão qualificada, além de experiência e substanciais investimentos, para que o sistema de justiça criminal alcance a expertise para detectar, investigar e concretizar a persecução criminal de modo eficiente.

Nesse aspecto, verificamos a necessidade de aperfeiçoamento e formação dos membros de órgãos de polícia criminal responsáveis pelo enfrentamento ao tráfico, principalmente no que se refere ao tratamento a ser dado às vítimas. Outrossim, vimos a necessidade de que haja permanente e frutífera interação organizacional, dentro e fora do país, a fim de que informações sobre situações indicativas de tráfico cheguem aos órgãos competentes para sua investigação.

No que tange às técnicas de obtenção de provas mais comumente utilizadas na persecução penal relativa ao crime de tráfico, verificamos na literatura revisada, nos dados empíricos recolhidos e nas decisões jurisprudenciais analisadas, que a prova testemunhal, principalmente a fundada na oitiva das vítimas, é aquela na qual a maioria dos casos se sustenta. Apesar das suas conhecidas fragilidades, a utilização dos testemunhos de vítimas e outras pessoas envolvidas no desenrolar dos fatos ou na investigação do evento criminoso (a exemplo dos policiais que atuaram nas investigações) ainda prevalece, durante as

investigações e como fundamento probatório para condenações. Provas documentais (principalmente documentos de viagens, despesas com cartões de crédito etc) têm, igualmente, seu papel relevante na formação do arcabouço probatório apto a justificar condenações do tráfico de pessoas.

Interceptação de comunicações telemáticas e telefônicas e cooperação internacional também foram meios de obtenção de provas utilizados nos casos de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual analisados.

Em relação às interceptações, apesar de sua excepcionalidade, verificamos que é uma técnica investigativa que, em geral, tem aptidão de trazer relevantes esclarecimentos sobre os fatos, sendo aceita pelos julgadores como prova desde que corroborada por outras fontes probatórias.

Já a cooperação internacional, tanto a jurídica/judiciária, quanto a cooperação técnica policial, mostra-se uma ferramenta fundamental para o efetivo esclarecimento do evento criminoso como um todo. É dizer: para que haja um eficiente esclarecimento de toda a cadeia criminosa do tráfico e a subsequente coleta das provas indispensáveis à formação do arcabouço probatório, recomenda-se a interação entre os órgãos envolvidos na persecução penal dos diferentes países onde se passa o *iter criminis*, com a realização das medidas processuais necessárias à recolha das provas dos fatos, sempre com respeito aos princípios da legalidade e ampla defesa.

A utilização das diversas ferramentas de cooperação internacional que estão ao alcance dos países é, efetivamente, um mandamento para quem se propõe a realizar uma investigação de crime transnacional com efetividade, bons resultados e qualidade da prova. Sem o intercâmbio de esforços entre os diversos países, a fluidez, sofisticação e rapidez com que se propaga o crime prevalecerão em face das forças estatais incumbidas de seu combate.

O enfrentamento efetivo à ofensa que constitui o tráfico de pessoas é, portanto, um grande desafio para a sociedade pós-moderna. Desafio no âmbito preventivo, já que exige a adoção de políticas públicas e medidas legislativas concertadas em conter a prática do crime; e desafio no âmbito repressivo, já que as condenações de traficantes, ao que tudo indica, ainda é muito baixa frente à amplitude que se estima para a ocorrência desse crime.

Tanto o Brasil quanto Portugal adotam medidas relevantes para o enfrentamento ao tráfico, a partir da ação de órgãos governamentais que coordenam as políticas públicas nessa área. Em Portugal, o Observatório de Tráfico de Seres Humanos e, no Brasil, o Ministério da

Justiça, são órgãos que se dedicam, dentre outras ações, a coletar dados importantes para a mensuração do fenômeno, realizar campanhas de conscientização da população acerca do tráfico, além de estimular discussões técnicas e interação dos diferentes atores no enfrentamento ao problema (como unidades de saúde, organizações não governamentais dedicadas ao amparo de vítimas além de diferentes órgãos públicos envolvidos no tema).

Quanto a esse ponto, vale destacar que, de acordo com a nossa pesquisa, o Brasil encontra severas dificuldades em reunir estatísticas abrangentes e confiáveis a respeito do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Não há uniformidade na coleta e falta um processamento sistêmico dos dados referentes ao sistema de segurança pública. De mais a mais, o Brasil carece de desenvolver uma cultura de estruturação, ainda no nascedouro, das informações relevantes sobre o combate à criminalidade, incluindo o combate ao tráfico de pessoas, informações essas que possam ser, com a frequência adequada, mais facilmente coletadas junto aos órgãos responsáveis e, posteriormente, uniformemente tratadas para divulgação.

No âmbito repressivo, no entanto, entendemos que muito há que se fazer para aprimorar a persecução penal relativa ao crime de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual nos dois países pesquisados. À vista das estimativas divulgadas, parece-nos que os números de inquéritos instaurados para apurar o tráfico internacional de pessoas, no Brasil e em Portugal, ficam muito aquém do que se supõe ser a prática real desse crime nos dois países.

Igualmente, da pesquisa por julgados nos tribunais acerca do crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, os números extraídos também não se mostraram muito expressivos. Chamou-nos atenção a pequena quantidade de julgados disponibilizados a público envolvendo esse crime em Portugal. Duas possíveis explicações exsurtem: a) são efetivamente baixos os números de ações penais versando sobre esse crime nos tribunais portugueses; e/ou b) grande parte destes casos se mantém menos acessível, evitando, assim, que as suas vítimas possam ficar expostas perante o público.

Em relação à percepção das autoridades policiais do Brasil quanto à investigação sobre o delito de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, verificamos que a maioria reconhece a gravidade do crime, mas entende que seu enfrentamento não é considerado prioritário no país. As autoridades policiais respondentes informaram que, na sua percepção, não são oferecidos treinamentos suficientes a respeito das investigações de tráfico

de pessoas e que, entre as principais dificuldades para conduzir essas investigações, está a carência de efetivo.

Como já sublinhado acima, sem que haja uma política de efetiva valorização do enfrentamento ao tráfico de pessoas, o crime irá sempre prosperar e colecionar mais e mais vítimas. O Estado precisa se aparelhar para o efetivo combate a esse mal, desde o planejamento e execução de ações preventivas, passando pelo incentivo à correta sinalização de vítimas e identificação de possíveis casos de tráfico (inclusive em controle migratório de fronteiras e aeroportos). A partir daí, é essencial que haja investimentos no aprimoramento das investigações de tráfico, primeiramente criando uma cultura organizacional de priorização desse tipo de investigação (tal como há, historicamente, em relação à repressão ao tráfico de drogas e hoje no Brasil em relação ao combate à corrupção), depois investindo-se no aperfeiçoamento dos policiais incumbidos desse tipo de apuração criminal, seja por meio do fornecimento dos recursos humanos e materiais, seja pelo treinamento relacionado às melhores estratégias investigativas a serem utilizadas em diferentes tipos de casos de tráfico.

Lista de Referências

- Abadinsky, H. (2012). *Organized Crime, 10 ed.*. Belmont, CA: Wadsworth Cengage Learning.
- Albanese, J. (2000). The Causes of Organized Crime. *Journal of Contemporary Criminal Justice*.
- Albanese, J. (2019). *What is Organised Crime? Describing it with a Single Diagram*. Fonte: Royal United Services Institute (RUSI): <https://shoc.rusi.org/informer/what-organised-crime-describing-it-single-diagram>
- Albuquerque, P. P. (2018). *Comentário ao Código Penal à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia de Direitos Humanos*. Lisboa: Universidade Católica.
- Aronowitz, A. (2001). Smuggling and Trafficking in Human Beings: the phenomenon, the market that drive it and the organizations that promote it. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 9, 163-195.
- Aronowitz, A. A. (2010). Overcoming the Challenges to Accurately Measuring the Phenomenon of Human Trafficking. *Revue Internationale de Droit Pénal*, 3º/4º trimestre, p. 493/511.
- Baltazar Jr., J. P. (2010). *Crime Organizado e Proibição de Insuficiência*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Bassiouni, M. C., Rotherberg, D., Higonnet, E., Farenga, C., & Invictus, A. S. (2010). Addressing International Human Trafficking in Women and Children for Commercial Sexual Exploitation in the 21st Century. *Revue Internationale de Droit Pénal*, 3º/4º semestres de, pp. 417-491.
- Bauman, Z. (1998). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bouché, V. (2017). *An Empirical Analysis of the Intersection of Organized Crime and Human Trafficking In the United States*. Fort Worth: Office of Justice Programs' National Criminal Justice Reference Service, disponível em <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/250955.pdf>.
- Brasil. (1890). Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 – Código Penal de 1890, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Brasil. (1915). Lei nº 2.992, de 25 de setembro de 1915 – alterações ao Código Penal de 1890, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2992-25-setembro-1915-774536-publicacaooriginal-138024-pl.html>.

- Brasil. (1940). Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm.
- Brasil. (1959). Decreto nº 46.981, de 8 de outubro de 1959. *Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio, concluída em Lake Success Nova York, em 21 de março de 1950, e assinada pelo Brasil em 5 de outubro de 1951*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D46981.htm.
- Brasil. (2004a). Decreto 5.015, de 12 de março de 2004. *Convenção das Nações contra o Crime Organizado Transnacional*, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm.
- Brasil. (2004b). Decreto nº 5.016, de 13 de setembro de 2004. *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm
- Brasil. (2004c). Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm
- Brasil, Ministério da Justiça (2012). *Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas-dados de 2005 a 2011*. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/relatorio-nacional-sobre-trafico-de-pessoas_dados-de-2005-a-2011.pdf.
- Brasil, Ministério da Justiça (2015). *Relatório Nacional de Tráfico de Pessoas-dados de 2013*. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-relatorios/relatorio-_2013_final_14-08-2015.pdf
- Brasil, Ministério da Justiça (2017). *Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas-dados de 2014 a 2016*. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/relatorio-de-dados.pdf>
- Brasil. (2017). *Atuação da Polícia Federal no combate aos crimes violadores dos Direitos Humanos*. Brasília: Polícia Federal.
- Brasil, Ministério da Justiça & OIT. (2007). *Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados e não admitidos que regressam ao Brasil via aeroporto internacional de São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/pesquisatraficopessoas3.pdf>

- Brunovskis, A., & Skilbrei, M.-L. (2016). Two Birds with One Stone? Implications of conditional assistance in victim protection and prosecution of traffickers. *Anti-Trafficking Review*, issue 6, pp. 13-30.
- Caffarena, B. M. (2009). El bien jurídico protegio en el delito de tráfico ilegal e inmigración clandestina con fines de explotación sexual. Em M. L. Arnau, *Constitución, Derechos Fundamentales y Sistema Penal* (Vol. II, pp. 1225-1243). Valencia: Tirant o blanch.
- Cardoso, F. P. (2012). *Agente Encubierto y Proceso Penal Garantista: Límites y Desafíos*. Córdoba: Lerner Editora.
- Castilho, E. W. (2019). *Ministério Público Federal*. Fonte: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/trafico-de-pessoas/artigo-trafico-de-pessoas.pdf>, consultado em 20 de agosto de 2019.
- Chibba, M. (2013). Human Trafficking and Migration: Concepts, Linkages and New Frontiers. *Global Policy Review*, dezembro de 2013, disponível em https://www.researchgate.net/publication/258223680_Human_Trafficking_and_Migration_Concepts_Linkages_and_New_Frontiers_Global_Policy_-_Essay_Online_16Dec2013.
- Chuang, J. (2006). Beyond a Snapshot: Preventing Human Trafficking in the Global Economy. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, volume 13, pp. 137-163.
- Costa, J. F. (2009). A globalização e o tráfico de seres humanos (o pêndulo trágico da história e o direito penal). *Revista Brasileira de Direito Comparado*, n. 32, pp. 131-145.
- Dalbora, J. L. (2008). O tráfico de pessoas e o problema de seu bem jurídico. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, outubro de 2008, pp. 447-464.
- Daniel-Wrabetz, J. (2010). A cooperação internacional na prevenção do tráfico de seres humanos. Em P. M. (org.), *Tráfico Desumano* (pp. 23-52). Lisboa.
- Delepière, J. C., Koster, P., & Pennal, M. (2014). Les flux financière illégaux de blanchiment de capitaux en relation avec le trafic d'êtres humains, de migrants et l'exploitation de main-d'ouvres clandestine. *Le Droit Pénal d'entreprise*, mars de 2014, pp. 03-14.
- Dias, J. F. (1999). *Questões fundamentais do direito penal revisitadas*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Dias, J. F. (2012). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial: Tomo 1*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, J. F., & Andrade, M. C. (1992). *Criminologia - O Homem Delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dornelas, L. F., & Silva, F. V. (2017). *Boas práticas no combate ao tráfico de pessoas*. Goiânia: Kelps.

- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, 213-225.
- EPRS, E. P. (2016). *Trafficking in Human Beings from a Gender Perspective Directive 2011/36/EU*. Bruxelas: European Parliament. Disponível em http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_STU%282016%29581412
- Europeia, C. (2018). *Segundo Relatório sobre os progressos realizados na luta contra o tráfico de seres humanos*. Bruxelas: Comissão Europeia, disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_18_6639.
- Europeia, C. (2016). *Relatório sobre os progressos realizados em matéria de luta contra o tráfico de seres humanos*. Bruxelas: Comissão Europeia, disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_18_6639.
- Europol. (2016). *Situation Report - Trafficking in Human Beings in UE*, disponível em <https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=Situation+Report+-+Trafficking+in+Human+Beings+in+UE+europol&ie=UTF-8&oe=UTF-8>.
- Fazenda, M. H. (2013). A Coordenação da Investigação no Tráfico de Seres Humanos. *Dossiê Tráfico de Seres Humanos*, julho-dezembro de 2013, pp. 15-17.
- Filipe, A. (2011). Investigação criminal face ao tráfico de seres humanos. *Investigação Criminal*, fevereiro de 2011, pp. 108-132.
- Franco, A. S., & Stocco, R. (2007). *Código Penal e sua interpretação: doutrina e jurisprudência*, 8a. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- GAFI. (2011). *Money Laundering Risks Arising from Trafficking in Human Beings and Smuggling of Migrants*. Paris: GAFI/OECD. Disponível em <https://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/reports/Trafficking%20in%20Human%20Beings%20and%20Smuggling%20of%20Migrants.pdf>
- Godoy, L. R. (2011). *Crime Organizado e seu Tratamento Jurídico Penal*. São Paulo: Elsevier.
- Goldman, E. (2002). Traffick in Women. *Hastings Women's Law Journal*, pp. 9-19.
- Grunwald, K. (1956). The Motivation of International Immigration. *South African Journal of Economics*, pp. 316-318.
- Guia, M. J. (2012). Crimigração, securitização e o Direito Penal do crimigrante. *Revista Liberdades - nº 11, publicação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, pp 90 a 120.
- Guia, M. J. (2015). A globalização das desigualdades num mundo em movimento. *Cadernos Mateus DOC X - Globalização - Globalization*, pp. 106-119.

- Guia, M. J., & Pedroso, J. (2015). A insustentável resposta da “crimigração” face à irregularidade dos migrantes: uma perspetiva da União Europeia. *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 45*, p. 129-144.
- Guia, M. J. (2018). Sete Ligações Perigosas entre imigração e Tráfico de Pessoas. Em G. P. Smanio, F. C. Pinto, A. R. Atchabahian, M. A. Junqueira, & A. T. Andreucci, *Mulheres invisíveis: panorama internacional e realidade brasileira do tráfico transnacional de mulheres* (pp. 17-36). Curitiba: CRV.
- IOM. (2018). *World Migration Report 2018*. Genebra: International Organization for Migration. Disponível em <https://www.iom.int/wmr/>
- Jeffreys, S. (1997). *The Idea of Prostitution*. Melbourne: Spifex.
- Jeffreys, S. (2004). The Legalization of Prostitution: a failed social experiment. Disponível em <http://www.antiprostitutie.ro/docs/Legalisation.of.Prostitution.a.failed.social.experiment.pdf>.
- Jorge-Birol, A. P. (2008). Empowering Victims of Human Trafficking: the Role of Assistance, Protection and Re-Integration Programs. *HUMSEC Journal, Issue 2*, pp. 163-178.
- Jorge- Birol, A. P., & Barbosa, J. B. (2015). A Tríade Ocasional: Vulnerabilidade, Migração e Tráficos de Pessoas. Em M. d. Brasil, *Cadernos Temáticos sobre Tráfico de Pessoas. Migração e Tráfico de Pessoas* (Vol. 2, pp. 70-88). Brasília, Brasil: Ministério da Justiça.
- Kelly, L., & Regan, L. (2000). Stopping Traffic: Exploring the extent of, and responses to, trafficking in women for sexual exploitation in the UK. *Policing and Reducing Crime Unit: Police Research Series, 125*, pp. 1-62.
- Kempadoo, K. (2012). *Trafficking and Prostitution Reconsidered*. Londres: Paradigm Publishers.
- Lima, J. R. (2017). Infiltração de Agentes e a Nova Lei de Enfrentamento às Organizações Criminosas. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, vol 8, n. 1, pp. 121-149.
- Machado, B. A., & Vieira, P. B. (2016). O Controle penal do tráfico de pessoas: construção jurídica, interações organizacionais e cooperação interna. *Revista Brasileira de Direito Internacional*, Vol. 13 n. 3, pp. 485-504.
- Martins, G. S. (2014). *Migrações e Cidadania*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Meliá, M. C. (2009). Internacionalização do Direito Penal: algumas reflexões sobre a luta jurídico-penal contra o terrorismo. *Panoptica*. Disponível em http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/Op_4.3_2009_1-22.

- Moro, S. F. (2010). Cooperação jurídica internacional em casos criminais: considerações gerais. Em Baltazar Jr., J. P, Lima, L. F., *Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal*. Curitiba: Verbo Jurídico.
- Meyers, E. (2000). Theories of International Immigration Policy - A comparative Analysis. *International Migration Review*, pp. 1245-1282.
- Obokata, T. (2006). *Trafficking of Human Beings from a Human Rights Perspective: Towards a Holistic Approach*. Boston: Martinus Nijhoff Publishers.
- OTSH. (2014). *Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2014.pdf
- OTSH. (2015). *Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2015-1.pdf
- OTSH. (2016a). *Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em <https://www.otsh.mai.gov.pt/recursos/>
- OTSH. (2016b). *Boletim Tráfico de Pessoas: Estatísticas da Justiça 2008-2015*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em <https://www.otsh.mai.gov.pt/recursos/>
- OTSH. (2017). *Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2017_2018.pdf
- OTSH. (2018). *Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2018_corrigido_03AGO19.pdf
- Pérez, J. L. (2014). Contrasting the conceptualization of victims of trafficking for sexual exploitatio: a case study of Brazilians in Spain and Portugal. *Springer Science+Business Media*, 04 de december, pp. 539-562.
- Portugal. (1982). Decreto-Lei 400, de 23 de setembro de 1982. *Código Penal*. Disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/319744/details/maximized>
- Portugal. (1987). Decreto-Lei 78, de 17 de fevereiro de 1987. Código de Processo Penal. Disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/662562/details/maximized>
- Portugal. (1995). Decreto-Lei 48, de 15 de março de 1995. Disponível em https://dre.pt/web/guest/pesquisa/search/185720/details/normal?p_p_auth=6aZ5abCD
- Portugal. (1999). Lei 144, de 3 de agosto de 1999. Lei da Cooperação Judiciária em Matéria Penal. Disponível

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=295&tabela=leis&so_mio=lo=

Portugal. (2001). Lei nº 99, de 25 de agosto de 2001. Nona alteração ao Código Penal. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/515635/details/maximized>

Portugal. (2001). Lei 101, de 25 de agosto de 2001. Regime Jurídico das Acções Encobertas. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=89&tabela=leis

Portugal. (2002). Lei nº 5 de 11 de janeiro de 2002. Medidas de combate à Criminalidade Organizada. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=147&tabela=leis&ficha=1&pagina=1

Portugal. (2007). Lei nº 59, de 4 de setembro de 2007. Vigésima terceira alteração ao Código Penal. Disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/640142/details/maximized>

Portugal. (2008). Lei 49, de 27 de agosto de 2008. Lei Orgânica da Investigação Criminal. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1021&tabela=leis

Portugal. (2013). Lei nº 60 de 23 de agosto de 2013. Procede à 30ª ao Código Penal. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/499058/details/maximized>

Portugal. (2017). Decreto-Lei nº 49 de 24 de maio de 2017. Cria o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional. Disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/107061863/details/maximized>

Portugal. (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>

Poulin, M., & Perrin, N. (2001). Is measurement of international migration flows improving in Europe?. *Conference of European Statistics* (pp. 1-28). Genebra: EUROSTAT.

Quivy, R., & Campanhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.

Ribeiro, M. L. (2017). O papel da Polícia Federal na política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, jan-junho de 2017, pp. 151-182.

Rijken, C. (2004). Challenges to Criminal Justice Cooperation in Combating Trafficking in Human Beings in European Union. *Trafficking in Persons: Towards a common legal framework in EU?* (pp. 267-281). Trier: ERA.

Rodrigues, A. M. (2008). *O Direito Penal Europeu Emergente*. Lisboa: Coimbra.

- Rodrigues, A. M. (2010). A incriminação do tráfico de pessoas no contexto da política criminal contemporânea. Em M. d. Andrade, M. J. Antunes, & S. A. Souza, *Estudos em Homenagem ao Professor Jorge Figueiredo Dias, vol. III* (pp. 577-585). Coimbra: Coimbra Editora.
- Rodrigues, T. d. (2013). *Tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual*. São Paulo: Saraiva.
- Roxin, C. (1976). *Problemas básicos del derecho penal*. Tradução Diego Manuel Luzón Peña. Madri: Reus.
- Sales, L. M., & Alencar, E. C. (2008). Qual bem jurídico proteger: os bons costumes ou a dignidade humana? Críticas à legislação sobre o tráfico de seres humanos no Brasil. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 2, outubro de 2008, pp. 87-104.
- Salt, J. (2000). *Trafficking and Human Smuggling - A European Perspective*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- Salt, J., & Stein, J. (1997). Migration as a Business: the case of trafficking. *International Migration Review*, Vol 35 (4).
- Sanchez, J.M. S. (2004). *Eficiência e Direito Penal*. Tradução de Antônio Maurício Ribeiro. Barueri: Manole.
- Santos, B. d., Gomes, C., Duarte, M., & Baganha, M. I. (2008). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Lisboa: CIG.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, L. L. (2015). Vítimas de Tráfico Internacional: a perspectiva das comunidades brasileiras no exterior. Em M. d. Brasil, *Cadernos Temáticos sobre Tráfico de Pessoas. Migração e Tráfico de Pessoas* (Vol. 2, pp. 86-112). Brasília, Brasil: Ministério da Justiça.
- Smith, A. d. (2017). *Tráfico de Pessoas para Exploração Sexual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Smith, L., & Vardaman, S. H. (2010). The Problem of Demand in Combating Human Trafficking. *Revue Internationale de Droit Pénal*, pp. 607-624.
- Teixeira, M. (2010). Tráfico de Pessoas, da Percepção Social à Realidade Policial. Em P. M. al, *Tráfico Desumano*, outubro de 2010 (pp. 53-62). Lisboa.
- Tomás, J. (2014). *Da escravatura branca ao tráfico de seres humanos*. Coimbra: 2014.
- UE. (2011). *Directiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Abril*. Disponível em: Jornal Oficial da União Europeia: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:101:0001:0011:PT:PDF>

- UE. (2012). *Diretiva n.º 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro*. Disponível em: Jornal Oficial da União Europeia: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX%3A32012L0029>
- UN. (2015). *International Migration Report: Highlights Key Facts*. New York: United Nations. Disponível em http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf.
- UNODC. (2002). *Results of a pilot survey of forty selected organized criminal groups in sixteen countries*. Vienna: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/pdf/crime/publications/Pilot_survey.pdf
- UNODC. (2008). *Toolkit to Combat Trafficking in Persons*. Vienna: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/res/cld/bibliography/toolkit-to-combat-trafficking-in-persons_html/07-89375_Ebook1.pdf
- UNODC. (2009). Issue Paper: A short introduction to migrant smuggling. Vienna: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Migrant-Smuggling/IssuePapers/Issue_Paper_A_short_introduction_to_migrant_smuggling.pdf
- UNODC. (2010). *The globalization of crime a transnational organized crime threat assessment*. Vienna: United Nations. Disponível em: https://www.unodc.org/res/cld/bibliography/the-globalization-of-crime-a-transnational-organized-crime-threat-assessment_html/TOCTA_Report_2010_low_res.pdf
- UNODC. (2011). *The Role of Corruption in Trafficking in Persons*. Vienna: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2011/Issue_Paper_-_The_Role_of_Corruption_in_Trafficking_in_Persons.pdf
- UNODC. (2012a). *Digest of Organized Crime Cases*. Vienna: United Nations. Disponível em <https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/digest-of-organized-crime-cases.html>
- UNODC. (2012b). *Global Report on Trafficking in Persons*. Vienna: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf
- UNODC. (2012c). Guidance Note on ‘abuse of a position of vulnerability’ as a means of trafficking in persons in Article 3 of the Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children, supplementing the United Nations Convention on the Rights of the Child. *Issue Paper on Abuse of a Position of Vulnerability and Other Means within the Definition of Trafficking in Persons*. Disponível em https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2012/UNODC_2012_Guidance_Note_-_Abuse_of_a_Position_of_Vulnerability_E.pdf

- UNODC. (2014). *Global Report on Trafficking in Persons*. Viena: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/res/cld/bibliography/global-report-on-trafficking-in-persons_html/GLOTIP_2014_full_report.pdf
- UNODC. (2016). *Global Report on Trafficking in Persons*. Viena: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf.
- UNODC. (2017). *Case Digest: Evidential Issues on Trafficking in Persons Cases*. Vienna: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2017/Case_Digest_Evidential_Issues_in_Trafficking.pdf
- UNODC. (2017). The Concept of “Financial or Other Material Benefit” in the Smuggling of Migrants Protocol. Vienna: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Migrant-Smuggling/Issue-Papers/UNODC_Issue_Paper_The_Profit_Element_in_the_Smuggling_of_Migrants_Protocol.pdf
- UNODC. (2018a). *Global Report on Trafficking in Persons 2018*. Viena: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2018/GLOTIP_2018_BOOK_web_small.pdf
- UNODC. (2018b). *The International Legal Definition of Trafficking in Persons: Consolidation of research findings and reflection on issues raised*. Vienna: United Nations. Disponível em https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2018/Issue_Paper_International_Definition_TIP.pdf
- Valente, M. M. (2008). *Escutas Telefônicas: da excepcionalidade à vulgaridade*. Coimbra: Almedina.
- Valente, M. M. (2016). *Teoria Geral do Direito Policial*. Coimbra: Almedina.
- Venson, A. M., & Pedro, J. M. (v. 33, no 65 de 2013). Tráfico de pessoas: uma história do conceito. *Revista Brasileira de História*, , pp. 61-83 .
- Verhoeven, M., & van Gestel, B. (2011). Human trafficking and criminal investigation strategies in the Amsterdam Red Light District. *Trends in Organized Crime*, pp. 148-164.
- Vermeulen, G., Van Damme, Y., & De Bondt, W. (2010). Perceived Involvement of "Organised Crime" in Human Trafficking and Smuggling. *Revue Internationale de Droit Pénal*, 1º/ 2º Trimestres de 2010, pp. 247-273.
- Werner, G. C. (2009). O Crime Organizado Transnacional e as Redes Criminosas: Presença e Influência nas Relações Internacionais Contemporâneas. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo.
- Wheaton, E. M., Schauer, E. J., & Galli, T. V. (2010). Economics of Human Trafficking. *International Migration Review*, pp. 114-141.

- Wijers, M., & Ditmore, M. (2003). The negotiations on the UN protocol on trafficking in persons. *Nemesis*, janeiro de 2003, pp. 79-88. Fonte: Research Gate: https://www.researchgate.net/publication/287687445_The_negotiations_on_the_UN_protocol_on_trafficking_in_persons
- Zúquete, J. G., Souza, E. R., & Deslandes, S. F. (20 de outubro de 2016). *Concepções sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: um estudo com representantes institucionais no Brasil e em Portugal*. Fonte: Scielo Cadernos de Saúde Pública: https://scielosp.org/scielo.php?frbrVersion=5&script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016001105003&lng=en&tlng=en#

Apêndice A - Questionário divulgado no Brasil

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

10/12/19 09:50

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

* Required

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

1. Qual a sua lotação atual?

2. 1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: **Mark only one oval per row.*

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. 2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: **Mark only one oval per row.*

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. 3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:*Mark only one oval per row.*

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. 4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) **Mark only one oval.*

- ☐ sim, em apenas 1 caso
☐ sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos
☐ sim, em mais de 5 casos
☐ nunca atuei

*After the last question in this section, stop filling out this form.***6. 5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? ****Mark only one oval.*

- ☐ há menos de 3 anos
☐ há mais de 3 e menos de 10 anos
☐ há mais de 10 anos e menos de 20 anos
☐ prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

7. **6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:***Mark only one oval.*

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ não me recordo
- ☐ prejudicada

8. **7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: ****Mark only one oval.*

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por flagrante detectado por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☐ prejudicada

9. **8 - Sobre a quantidade de envolvidos: ****Mark only one oval per row.*

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. **9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) ***

Check all that apply.

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão
- ☐ ação controlada
- ☐ infiltração policial
- ☐ cooperação internacional
- ☐ outras
- ☐ prejudicada

11. **10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?**

12. **11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) ***

Check all that apply.

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação jurídica formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☐ não foi utilizada cooperação internacional
- ☐ prejudicada

13. **12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:**

14. **13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? ***

Check all that apply.

- ☐ recursos humanos insuficientes
- ☐ recursos materiais insuficientes
- ☐ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público
- ☐ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☐ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☐ falta de colaboração de vítimas
- ☐ falta de colaboração das testemunhas
- ☐ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☐ Outras
- ☐ não houve dificuldades/não sei informar
- ☐ prejudicada

15. **14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? ***

Mark only one oval.

- ☐ sim e houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público
- ☐ não sei informar
- ☐ prejudicada

16. 15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: **Mark only one oval.*

- ☐ atipicidade da conduta
- ☐ abolitio criminis
- ☐ insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria
- ☐ prescrição
- ☐ outras causas de extinção da punibilidade
- ☐ não houve absolvição do(s) réu(s)
- ☐ prejudicada

17. 16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) **Mark only one oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ prejudicada

Apêndice B - Solicitação de divulgação por email no Brasil e reiteração

De: **Juliana Resende Silva de Lima** <juliana.jrsl@gmail.com>

Date: seg., 14 de out. de 2019 às 14:33

Subject: Investigação sobre tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

To: <peres.jrp@dpf.gov.br>

Boa tarde Peres,

Primeiramente, gostaria de agradecer a sua disponibilidade em colaborar com a nossa pesquisa, revisando o presente questionário e enviando-o aos colegas delegados que atuam/atuaram em investigações envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual.

Gostaria de reiterar a importância do canal da DDH para efetuar essa divulgação, em razão do permanente contato entre o chefe da Divisão e os delegados que atuam nas Delinst do país.

Diante disso, peço-lhe o especial favor de divulgar esse questionário entre todos os contatos que você possa ter com delegados que atuam ou já atuaram na Delinst (o questionário poderá ser respondido, ao menos em parte, por todos, mesmo os que nunca tiveram casos de tráfico internacional de pessoas).

Peço, ainda, que quando da divulgação, seja solicitado aos colegas que o receberem que também encaminhem a outros colegas que já atuaram na Delinst ou que já tenham conduzido investigações sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual (mesmo que já estejam aposentados, lembrando que o corte temporal da pesquisa será do ano 2000 até os presentes dias).

Por fim, solicito que, se possível, faça essa divulgação também por grupos de conversa no WhatsApp e Telegram, para que haja o maior universo possível de respondentes.

Muito obrigada,

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Segue o link

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdeReC1pTeWfq4xdmlsubv1kGWWUvDK82Xq3wE1IJvb8cDIFg/viewform?vc=0&c=0&w=1>



Juliana Resende Silva de Lima
<juliana.jrsl@gmail.com>

Reiteração - Pesquisa - Investigação sobre tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

1 mensagem

Divisao de Direitos Humanos da Cgdi <ddh.cgdi@dpf.gov.br>

22 de

outubro de 2019 16:17

Para: Delegacia de Defesa Institucional <delinst.sram@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional

<delinst.srac@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional <delinst.sral@dpf.gov.br>, DELINST - SR AP

<delinst.srap@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional <delinst.srba@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa

Institucional <delinst.srce@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional

<delinst.srdf@dpf.gov.br>, Deleg Def Inst

<delinst.sres@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional <delinst.srgo@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional - Delinst/ma <delinst.srma@dpf.gov.br>, Delegacia de

Defesa Institucional <delinst.srmg@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional <delinst.srms@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional

<delinst.srmt@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional <delinst.srpa@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional <delinst.srpb@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa

Institucional <delinst.srpe@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional

<delinst.srpi@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional <delinst.srpr@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional <delinst.srrj@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa

Institucional

<delinst.srrn@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional <delinst.srro@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa

Institucional - Roraima <delinst.srrr@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional Rio Grande do Sul

<delinst.srrs@dpf.gov.br>, Delegacia de Ordem Politica e Social <delinst.srsc@dpf.gov.br>, Delinst Sr/se

<delinst.srse@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa Institucional <delinst.srsp@dpf.gov.br>, Delegacia de Defesa

Institucional <delinst.srto@dpf.gov.br>

Cc: juliana.jrsl@gmail.com, Jose Roberto Peres <peres.jrp@dpf.gov.br>

Prezados Chefes das Delinst's,

Tendo em vista a relevância do tema abordado, reitero a solicitação encaminhada anteriormente, conforme e- mails abaixo.

Desde já agradecemos a atenção.

José Roberto Peres
Delegado de Polícia Federal
Chefe da Divisão de Direitos Humanos
DDH/CGDI/DICOR/PF

Em Terça, Outubro 15, 2019 15:20 -03, "Divisao de Direitos Humanos da Cgdi"

<ddh.cgdi@dpf.gov.br> escreveu: Prezados Chefes da Delinst's,

Conforme mencionado abaixo, trata-se de pesquisa formulada pela Delegada de Polícia Federal Dra. JULIANA RESENDE SILVA DE LIMA, por ocasião de seu

mestrado, que versa sobre o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Solicito que, se possível, respondam o questionário e que o divulgue entre os colegas, especialmente entre aqueles que atuam ou já atuaram na DELISNT.

Segue o link

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdeReC1pTeWfq4xdmlsubv1kGWWUvDK82Xq3wE1IJvb8cDIFg/viewform?vc=0&c=0&w=1>

Att.

José Roberto Peres

Delegado de Polícia Federal

Chefe da Divisão de Direitos Humanos

DDH/CGDI/DICOR/PF

De: Juliana Resende Silva de Lima <juliana.jrsl@gmail.com>

Enviada em: segunda-feira, 14 de outubro de 2019 14:33

Para: peres.jrp@dpf.gov.br

Assunto: Investigação sobre tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

Boa tarde Peres,

Primeiramente, gostaria de agradecer a sua disponibilidade em colaborar com a nossa pesquisa, revisando o presente questionário e enviando-o aos colegas delegados que atuam/atuaram em investigações envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual.

Gostaria de reiterar a importância do canal da DDH para efetuar essa divulgação, em razão do permanente contato entre o chefe da Divisão e os delegados que atuam nas Delinst do país.

Diante disso, peço-lhe o especial favor de divulgar esse questionário entre todos os contatos que você possa ter com delegados que atuam ou já atuaram na Delinst (o questionário poderá ser respondido, ao menos em parte, por todos, mesmo os que nunca tiveram casos de tráfico internacional de pessoas).

Peço, ainda, que quando da divulgação, seja solicitado aos colegas que o receberem que também encaminhem a outros colegas que já atuaram na Delinst ou que já tenham conduzido investigações sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual (mesmo que já estejam aposentados, lembrando que o corte temporal da pesquisa será do ano 2000 até os presentes dias).

Por fim, solicito que, se possível, faça essa divulgação também por grupos de conversa no WhatsApp e Telegram, para que haja o maior universo possível de respondentes.

Muito obrigada,

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Segue o link

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdeReC1pTeWfq4xdmlsubv1kGWWUvDK82Xq3wE1IJvb8cDIFg/viewform?vc=0&c=0&w=1>

Apêndice C - Respostas ao questionário divulgado no Brasil

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal



Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

1 - Na sua opinião, o delito de trafico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☐

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☐

sim, em mais de 5 casos

☒

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☐

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☐

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ não me recordo
- ☐ prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por flagrante detectado por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☐ prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação jurídica formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☐ não foi utilizada cooperação internacional
- ☐ prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

- ☐ recursos humanos insuficientes
- ☐ recursos materiais insuficientes
- ☐ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público
- ☐ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☐ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☐ falta de colaboração de vítimas
- ☐ falta de colaboração das testemunhas
- ☐ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☐ Outras
- ☐ não houve dificuldades/não sei informar
- ☐ prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

☐

sim e houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)

☐

não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público

☐

não sei informar

☐

prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

☐

atipicidade da conduta

☐

abolitio criminis

☐

insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria

☐

prescrição

☐

outras causas de extinção da punibilidade

☐

não houve absolvição do(s) réu(s)

☐

prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☐

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☐

sim, em mais de 5 casos

☒

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☐

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☒

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por flagrante detectado por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☒ prejudicada
- ☒

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

será que deveria ser uma resposta obrigatória??? se prejudicada a resposta acima.....

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação jurídica formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☐ não foi utilizada cooperação internacional
- ☒ prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

- ☐ recursos humanos insuficientes
- ☐ recursos materiais insuficientes
- ☐ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público
- ☐ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☐ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☐ falta de colaboração de vítimas
- ☐ falta de colaboração das testemunhas
- ☐ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☒ Outras
- ☒ não houve dificuldades/não sei informar
- ☒ prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

☐

sim e houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)

☐

não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público

☐

não sei informar

☒

prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

☐

atipicidade da conduta

☐

abolitio criminis

☐

insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria

☐

prescrição

☐

outras causas de extinção da punibilidade

☐

não houve absolvição do(s) réu(s)

☒

prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☒ Sim
- ☐ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

SR/PF/SE _____

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☐

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☒

sim, em mais de 5 casos

☐

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☒

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☐

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:



a transposição de fronteiras se deu por via terrestre



a transposição de fronteiras se deu por via aérea



a transposição de fronteiras se deu por via marítima



não me recordo



prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *



através do controle migratório de fronteiras



por flagrante detectado por sua ou outra organização policial



por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração



por relato da vítima após ter sido libertada da exploração



por relato de parentes e/ou amigos



por relato de organizações não governamentais



outra opção



não me recordo



prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☒ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☒ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☒ internacional outras
- ☒ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

Entrevistas, interceptações telefônicas e buscas e apreensões

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *



cooperação técnica policial



cooperação em área de inteligência



cooperação jurídica formal



equipe conjunta de investigação



outras



não me recordo



não foi utilizada cooperação internacional



prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

A cooperação se deu em dois momentos: 1. Após a deagração, solicitando ao país destino, que fossem realizadas investigações e adoção de medidas com relação aos locais de exploração e investigados que não foram presos; 2. Após fuga da prisão da principal investigada, vindo a ser novamente presa pela polícia após difusão vermelha da INTERPOL.

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciais e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *



sim e houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)



não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público



não sei informar



prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *



atipicidade da conduta



abolitio criminis



insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria



prescrição



outras causas de extinção da punibilidade



não houve absolvição do(s) réu(s)



prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☒ Sim
- ☐ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

SR/DPF/DC _____

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☒

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☐

sim, em mais de 5 casos

☐

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☐

há mais de 3 e menos de 10 anos

☒

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☐

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

☐

a transposição de fronteiras se deu por via terrestre

☒

a transposição de fronteiras se deu por via aérea

☐

a transposição de fronteiras se deu por via marítima

☐

não me recordo

☐

prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

☐

através do controle migratório de fronteiras

☐

por flagrante detectado por sua ou outra organização policial

☐

por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração

☐

por relato da vítima após ter sido libertada da exploração

☒

por relato de parentes e/ou amigos

☐

por relato de organizações não governamentais

☐

outra opção

☐

não me recordo

☐

prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☒ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☒ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☒ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

AÇÃO CONTROLADA

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação jurídica formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☐ não foi utilizada cooperação internacional
- ☒ prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

fornecimento de ônibus para reconduzir dezenove paraguaias

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *



sim e houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)



não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público



não sei informar



prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *



atipicidade da conduta



abolitio criminis



insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria



prescrição



outras causas de extinção da punibilidade



não houve absolvição do(s) réu(s)



prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☒ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

DELINST/DRCOR/SR/PF/BA

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☐

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☒

sim, em mais de 5 casos

☐

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☒

há menos de 3 anos

☐

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☐

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

☐

a transposição de fronteiras se deu por via terrestre

☒

a transposição de fronteiras se deu por via aérea

☐

a transposição de fronteiras se deu por via marítima

☐

não me recordo

☐

prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

☐

através do controle migratório de fronteiras

☐

por flagrante detectado por sua ou outra organização policial

☐

por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração

☐

por relato da vítima após ter sido libertada da exploração

☒

por relato de parentes e/ou amigos

☐

por relato de organizações não governamentais

☐

outra opção

☐

não me recordo

☐

prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

depoimento de testemunhas

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação jurídica formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☒ não foi utilizada cooperação internacional
- ☐ prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

☐

recursos humanos insuficientes

☐

recursos materiais insuficientes

☐

excesso de trabalho

☐

falta de apoio das autoridades judiciais e/ou Ministério Público

☒

dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal

☐

falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima

☒

falta de colaboração de vítimas

☐

falta de colaboração das testemunhas

☐

demora ou ineficácia da cooperação internacional

☐

desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria

☐

Outras

☐

não houve dificuldades/não sei informar

☐

prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

☐

sim e houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)

☐

não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público

☒

não sei informar

☐

prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

☐

atipicidade da conduta

☐

abolitio criminis

☐

insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria

☐

prescrição

☐

outras causas de extinção da punibilidade

☐

não houve absolvição do(s) réu(s)

☒

prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☒ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☐

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☒

sim, em mais de 5 casos

☐

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☒

há menos de 3 anos

☐

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☐

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

☐

a transposição de fronteiras se deu por via terrestre

☒

a transposição de fronteiras se deu por via aérea

☐

a transposição de fronteiras se deu por via marítima

☐

não me recordo

☐

prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

☐

através do controle migratório de fronteiras

☐

por flagrante detectado por sua ou outra organização policial

☐

por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração

☒

por relato da vítima após ter sido libertada da exploração

☐

por relato de parentes e/ou amigos

☐

por relato de organizações não governamentais

☐

outra opção

☐

não me recordo

☐

prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação jurídica formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☐ não foi utilizada cooperação internacional
- ☒ prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

☐

recursos humanos insuficientes

☒

recursos materiais insuficientes

☐

excesso de trabalho

☐

falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público

☒

dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal

☐

falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima

☐

falta de colaboração de vítimas

☐

falta de colaboração das testemunhas

☐

demora ou ineficácia da cooperação internacional

☐

desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria

☐

Outras

☐

não houve dificuldades/não sei informar

☐

prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

- ☐ sim e houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público
- ☒ não sei informar
- ☐ prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

- ☐ atipicidade da conduta
- ☐ abolitio criminis
- ☐ insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria
- ☐ prescrição
- ☐ outras causas de extinção da punibilidade
- ☐ não houve absolvição do(s) réu(s)
- ☒ prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☒ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

DELINST/SR/PF/PR _____

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☒

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☐

sim, em mais de 5 casos

☐

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☒

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☐

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

☐

a transposição de fronteiras se deu por via terrestre

☒

a transposição de fronteiras se deu por via aérea

☐

a transposição de fronteiras se deu por via marítima

☐

não me recordo

☐

prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

☐

através do controle migratório de fronteiras

☐

por flagrante detectado por sua ou outra organização policial

☐

por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração

☒

por relato da vítima após ter sido libertada da exploração

☐

por relato de parentes e/ou amigos

☐

por relato de organizações não governamentais

☐

outra opção

☐

não me recordo

☐

prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☒ vigilância
- ☒ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☒ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

Cooperação internacional, pois a organização operava a partir do exterior

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *



cooperação técnica policial



cooperação em área de inteligência



cooperação jurídica formal



equipe conjunta de investigação



outras



não me recordo



não foi utilizada cooperação internacional



prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

A cooperação foi fundamental para a resolução do caso

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

☐

sim e houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)

☒

sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)

☐

não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público

☐

não sei informar

☐

prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

☐

atipicidade da conduta

☐

abolitio criminis

☐

insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria

☐

prescrição

☐

outras causas de extinção da punibilidade

☐

não houve absolvição do(s) réu(s)

☒

prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☒ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

DELINST/DRCOR/SR/PF/SP _____

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☐

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☒

sim, em mais de 5 casos

☐

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☒

há menos de 3 anos

☐

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☐

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

☐

a transposição de fronteiras se deu por via terrestre

☒

a transposição de fronteiras se deu por via aérea

☐

a transposição de fronteiras se deu por via marítima

☐

não me recordo

☐

prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

☒

através do controle migratório de fronteiras

☐

por flagrante detectado por sua ou outra organização policial

☐

por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração

☐

por relato da vítima após ter sido libertada da exploração

☐

por relato de parentes e/ou amigos

☐

por relato de organizações não governamentais

☐

outra opção

☐

não me recordo

☐

prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☒ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☒ vigilância
- ☒ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☒ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *



cooperação técnica policial



cooperação em área de inteligência



cooperação jurídica formal



equipe conjunta de investigação



outras



não me recordo



não foi utilizada cooperação internacional



prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

Sim, se deu através de cooperação jurídica internacional e foi muito importante para as operações realizadas, não esquecer que o ilícito, em comento, possui repercussão internacional, portanto, normalmente envolve mais de um país.

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciais e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *



sim e houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)



não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público



não sei informar



prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *



atipicidade da conduta



abolitio criminis



insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria



prescrição



outras causas de extinção da punibilidade



não houve absolvição do(s) réu(s)



prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☒ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

GRCC/DRCOR/SR/PF/PE _____

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☐

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☒

sim, em mais de 5 casos

☐

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☒

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☐

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

☐

a transposição de fronteiras se deu por via terrestre

☒

a transposição de fronteiras se deu por via aérea

☐

a transposição de fronteiras se deu por via marítima

☐

não me recordo

☐

prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

☐

através do controle migratório de fronteiras

☐

por flagrante detectado por sua ou outra organização policial

☐

por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração

☐

por relato da vítima após ter sido libertada da exploração

☒

por relato de parentes e/ou amigos

☐

por relato de organizações não governamentais

☐

outra opção

☐

não me recordo

☐

prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☒ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☒ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

Depoimento da testemunha, porque apresentou o celular com mensagens que recebera da vítima relatando a sua situação, e busca e apreensão do celular de um dos criminosos estrangeiros, que também continha mensagens em alemão comprovando a exploração.

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *



cooperação técnica policial



cooperação em área de inteligência



cooperação jurídica formal



equipe conjunta de investigação



outras



não me recordo



não foi utilizada cooperação internacional



prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

Foi solicitado apoio à Interpol e ao Adido da PF na França (também responsável pela Suíça) para que fossem realizadas diligências com vistas a comprovar a situação de tráfico da vítima na Suíça. Como o inquérito policial contava com indiciado preso preventivamente, a cooperação internacional não teve relevância alguma, até mesmo porque não chegou qualquer resposta antes da conclusão do inquérito e nem mesmo antes da condenação do réu em primeira instância.

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *



sim e houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)



não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público



não sei informar



prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *



atipicidade da conduta



abolitio criminis



insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria



prescrição



outras causas de extinção da punibilidade



não houve absolvição do(s) réu(s)



prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☒ Sim
- ☐ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

Niterói - DPF/NRI/RJ

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *



sim, em apenas 1 caso



sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos



sim, em mais de 5 casos



nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *



há menos de 3 anos



há mais de 3 e menos de 10 anos



há mais de 10 anos e menos de 20 anos



prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por flagrante detectado por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☒ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☐ prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão
- ☐ infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

Não foi comprovada a materialidade.

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

☐

cooperação técnica policial

☐

cooperação em área de inteligência

☐

cooperação jurídica formal

☐

equipe conjunta de investigação

☐

outras

☐

não me recordo

☒

não foi utilizada cooperação internacional

☐

prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

- ☐ sim e houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)
- ☒ não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público
- ☐ não sei informar
- ☐ prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

- ☐ atipicidade da conduta
- ☐ abolitio criminis
- ☐ insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria
- ☐ prescrição
- ☐ outras causas de extinção da punibilidade
- ☐ não houve absolvição do(s) réu(s)
- ☒ prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☒ Sim
- ☐ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

Sinop

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☐

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☐

sim, em mais de 5 casos

☒

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☐

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☒

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por flagrante detectado por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☒

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

☐

cooperação técnica policial

☐

cooperação em área de inteligência

☐

cooperação jurídica formal

☐

equipe conjunta de investigação

☐

outras

☐

não me recordo

☐

não foi utilizada cooperação internacional

☒

prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

- ☐ recursos humanos insuficientes
- ☐ recursos materiais insuficientes
- ☐ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público
- ☐ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☐ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☐ falta de colaboração de vítimas
- ☐ falta de colaboração das testemunhas
- ☐ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☐ Outras
- ☐ não houve dificuldades/não sei informar
- ☒ prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

- ☐ sim e houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público
- ☐ não sei informar
- ☒ prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

- ☐ atipicidade da conduta
- ☐ abolitio criminis
- ☐ insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria
- ☐ prescrição
- ☐ outras causas de extinção da punibilidade
- ☐ não houve absolvição do(s) réu(s)
- ☒ prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☒ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

Hoje estou aposentado

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☒

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☐

sim, em mais de 5 casos

☐

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☒

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☐

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

☐

a transposição de fronteiras se deu por via terrestre

☒

a transposição de fronteiras se deu por via aérea

☐

a transposição de fronteiras se deu por via marítima

☐

não me recordo

☐

prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

☐

através do controle migratório de fronteiras

☐

por flagrante detectado por sua ou outra organização policial

☒

por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração

☐

por relato da vítima após ter sido libertada da exploração

☐

por relato de parentes e/ou amigos

☐

por relato de organizações não governamentais

☐

outra opção

☐

não me recordo

☐

prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☒ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

A cooperação internacional com a profética atuação do adido policial junto às autoridades estrangeiras, para que não perdêssemos o princípio da oportunidade, na medida em que tivemos conhecimento do paradeiro da vítima

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

☐

cooperação técnica policial

☒

cooperação em área de inteligência

☐

cooperação jurídica formal

☒

equipe conjunta de investigação

☐

outras

☐

não me recordo

☐

não foi utilizada cooperação internacional

☐

prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

Levantamento do local onde a vítima estava retida, bem como o monitoramento telefônico dos implicados.

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciais e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *



sim e houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)



não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público



não sei informar



prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *



atipicidade da conduta



abolitio criminis



insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria



prescrição



outras causas de extinção da punibilidade



não houve absolvição do(s) réu(s)



prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☒ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

APOSENTADO - ÚLTIMA SR/RS

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *



sim, em apenas 1 caso



sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos



sim, em mais de 5 casos



nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *



há menos de 3 anos



há mais de 3 e menos de 10 anos



há mais de 10 anos e menos de 20 anos



prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

☐

a transposição de fronteiras se deu por via terrestre

☒

a transposição de fronteiras se deu por via aérea

☐

a transposição de fronteiras se deu por via marítima

☐

não me recordo

☐

prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

☐

através do controle migratório de fronteiras

☐

por flagrante detectado por sua ou outra organização policial

☐

por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração

☒

por relato da vítima após ter sido libertada da exploração

☐

por relato de parentes e/ou amigos

☐

por relato de organizações não governamentais

☐

outra opção

☐

não me recordo

☐

prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☒ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☒ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☒ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA NO CASO EM QUESTÃO.

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *



cooperação técnica policial



cooperação em área de inteligência



cooperação jurídica formal



equipe conjunta de investigação



outras



não me recordo



não foi utilizada cooperação internacional



prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

SIM, POIS TEVE O APOIO DA POLÍCIA DA ADIDÂNCIA DE BRASILIA, NO CASO DOS EUA E EM CONTATO COM A POLÍCIA DA ESPANHA.

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciais e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *



sim e houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)



não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público



não sei informar



prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *



atipicidade da conduta



abolitio criminis



insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria



prescrição



outras causas de extinção da punibilidade



não houve absolvição do(s) réu(s)



prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☒ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

DPF/VRA/RJ

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

- ☐ sim, em apenas 1 caso
- ☐ sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos
- ☐ sim, em mais de 5 casos
- ☒ nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

- ☐ há menos de 3 anos
- ☐ há mais de 3 e menos de 10 anos
- ☐ há mais de 10 anos e menos de 20 anos
- ☒ prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por flagrante detectado por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☒

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

☐

cooperação técnica policial

☐

cooperação em área de inteligência

☐

cooperação jurídica formal

☐

equipe conjunta de investigação

☐

outras

☐

não me recordo

☐

não foi utilizada cooperação internacional

☒

prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

- ☐ recursos humanos insuficientes
- ☐ recursos materiais insuficientes
- ☐ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público
- ☐ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☐ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☐ falta de colaboração de vítimas
- ☐ falta de colaboração das testemunhas
- ☐ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☐ Outras
- ☐ não houve dificuldades/não sei informar
- ☒ prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

- ☐ sim e houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público
- ☐ não sei informar
- ☒ prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

- ☐ atipicidade da conduta
- ☐ abolitio criminis
- ☐ insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria
- ☐ prescrição
- ☐ outras causas de extinção da punibilidade
- ☐ não houve absolvição do(s) réu(s)
- ☒ prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☒ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

Delinst/drcor/Sr/pf/se

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *



sim, em apenas 1 caso



sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos



sim, em mais de 5 casos



nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *



há menos de 3 anos



há mais de 3 e menos de 10 anos



há mais de 10 anos e menos de 20 anos



prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

☐

a transposição de fronteiras se deu por via terrestre

☒

a transposição de fronteiras se deu por via aérea

☐

a transposição de fronteiras se deu por via marítima

☐

não me recordo

☐

prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

☐

através do controle migratório de fronteiras

☐

por flagrante detectado por sua ou outra organização policial

☐

por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração

☐

por relato da vítima após ter sido libertada da exploração

☒

por relato de parentes e/ou amigos

☐

por relato de organizações não governamentais

☐

outra opção

☐

não me recordo

☐

prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

Análise do eixo migratório. Lista de passageiros e provas testemunhais

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação jurídica formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☒ não foi utilizada cooperação internacional
- ☐ prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

- ☐ recursos humanos insuficientes
- ☐ recursos materiais insuficientes
- ☐ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público
- ☐ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☐ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☐ falta de colaboração de vítimas
- ☒ falta de colaboração das testemunhas
- ☐ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☐ Outras
- ☐ não houve dificuldades/não sei informar
- ☐ prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

☐

sim e houve condenação do(s) réu(s)

☒

sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)

☐

não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público

☐

não sei informar

☐

prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

☐

atipicidade da conduta

☐

abolitio criminis

☐

insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria

☐

prescrição

☐

outras causas de extinção da punibilidade

☐

não houve absolvição do(s) réu(s)

☒

prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☒ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

Dpf/PPA/ms

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

- ☐ sim, em apenas 1 caso
- ☐ sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos
- ☐ sim, em mais de 5 casos
- ☒ nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

- ☐ há menos de 3 anos
- ☐ há mais de 3 e menos de 10 anos
- ☐ há mais de 10 anos e menos de 20 anos
- ☒ prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por flagrante detectado por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☒

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação jurídica formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☐ não foi utilizada cooperação internacional
- ☒ prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

- ☐ recursos humanos insuficientes
- ☐ recursos materiais insuficientes
- ☐ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público
- ☐ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☐ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☐ falta de colaboração de vítimas
- ☐ falta de colaboração das testemunhas
- ☐ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☐ Outras
- ☐ não houve dificuldades/não sei informar
- ☒ prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

☐

sim e houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)

☐

não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público

☐

não sei informar

☒

prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

☐

atipicidade da conduta

☐

abolitio criminis

☐

insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria

☐

prescrição

☐

outras causas de extinção da punibilidade

☐

não houve absolvição do(s) réu(s)

☒

prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☒ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

DPLAC/COREC/DGP _____

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *



sim, em apenas 1 caso



sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos



sim, em mais de 5 casos



nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *



há menos de 3 anos



há mais de 3 e menos de 10 anos



há mais de 10 anos e menos de 20 anos



prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:



a transposição de fronteiras se deu por via terrestre



a transposição de fronteiras se deu por via aérea



a transposição de fronteiras se deu por via marítima



não me recordo



prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *



através do controle migratório de fronteiras



por flagrante detectado por sua ou outra organização policial



por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração



por relato da vítima após ter sido libertada da exploração



por relato de parentes e/ou amigos



por relato de organizações não governamentais



outra opção



não me recordo



prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☒ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

Depoimento das vítimas, uma vez que somente por meio desses depoimentos tomou-se conhecimento do modus operandi dos investigados e da Condição análoga à de escravo das vítimas.

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação jurídica formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☒ não foi utilizada cooperação internacional
- ☐ prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciais e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *



sim e houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)



não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público



não sei informar



prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *



atipicidade da conduta



abolitio criminis



insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria



prescrição



outras causas de extinção da punibilidade



não houve absolvição do(s) réu(s)



prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☒ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

SR/PF/MS

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☒

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☐

sim, em mais de 5 casos

☐

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☒

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☐

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:



a transposição de fronteiras se deu por via terrestre



a transposição de fronteiras se deu por via aérea



a transposição de fronteiras se deu por via marítima



não me recordo



prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *



através do controle migratório de fronteiras



por flagrante detectado por sua ou outra organização policial



por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração



por relato da vítima após ter sido libertada da exploração



por relato de parentes e/ou amigos



por relato de organizações não governamentais



outra opção



não me recordo



prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☒ entrevistas/interrogatório
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☒ vigilância
- ☒ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

Entrevista e vigilância, no caso investigado. Interceptação de sinais nos demais

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

☐

cooperação técnica policial

☐

cooperação em área de inteligência

☐

cooperação jurídica formal

☐

equipe conjunta de investigação

☐

outras

☐

não me recordo

☒

não foi utilizada cooperação internacional

☐

prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciais e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *



sim e houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)



sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)



não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público



não sei informar



prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *



atipicidade da conduta



abolitio criminis



insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria



prescrição



outras causas de extinção da punibilidade



não houve absolvição do(s) réu(s)



prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☒ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

Aposentado/RJ

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

- ☐ sim, em apenas 1 caso
- ☐ sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos
- ☐ sim, em mais de 5 casos
- ☒ nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

- ☐ há menos de 3 anos
- ☐ há mais de 3 e menos de 10 anos
- ☐ há mais de 10 anos e menos de 20 anos
- ☒ prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por flagrante detectado por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☒

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

☐

cooperação técnica policial

☐

cooperação em área de inteligência

☐

cooperação jurídica formal

☐

equipe conjunta de investigação

☐

outras

☐

não me recordo

☐

não foi utilizada cooperação internacional

☒

prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *



recursos humanos insuficientes



recursos materiais insuficientes



excesso de trabalho



falta de apoio das autoridades judiciais e/ou Ministério Público



dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal



falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima



falta de colaboração de vítimas



falta de colaboração das testemunhas



demora ou ineficácia da cooperação internacional



desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria



Outras



não houve dificuldades/não sei informar



prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

☐

sim e houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)

☐

não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público

☐

não sei informar

☒

prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

☐

atipicidade da conduta

☐

abolitio criminis

☐

insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria

☐

prescrição

☐

outras causas de extinção da punibilidade

☐

não houve absolvição do(s) réu(s)

☒

prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☒ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

DPF/AQA/SP _____

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *



sim, em apenas 1 caso



sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos



sim, em mais de 5 casos



nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *



há menos de 3 anos



há mais de 3 e menos de 10 anos



há mais de 10 anos e menos de 20 anos



prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

☐

a transposição de fronteiras se deu por via terrestre

☒

a transposição de fronteiras se deu por via aérea

☐

a transposição de fronteiras se deu por via marítima

☐

não me recordo

☐

prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

☐

através do controle migratório de fronteiras

☐

por flagrante detectado por sua ou outra organização policial

☐

por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração

☐

por relato da vítima após ter sido libertada da exploração

☐

por relato de parentes e/ou amigos

☐

por relato de organizações não governamentais

☒

outra opção

☐

não me recordo

☐

prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☒ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☐

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *



cooperação técnica policial



cooperação em área de inteligência



cooperação jurídica formal



equipe conjunta de investigação



outras



não me recordo



não foi utilizada cooperação internacional



prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

Apoio Interpol

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

- ☐ recursos humanos insuficientes
- ☐ recursos materiais insuficientes
- ☐ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público
- ☒ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☐ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☐ falta de colaboração de vítimas
- ☐ falta de colaboração das testemunhas
- ☒ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☐ Outras
- ☐ não houve dificuldades/não sei informar
- ☐ prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

☐

sim e houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)

☒

não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público

☐

não sei informar

☐

prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

☐

atipicidade da conduta

☐

abolitio criminis

☐

insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria

☐

prescrição

☐

outras causas de extinção da punibilidade

☐

não houve absolvição do(s) réu(s)

☒

prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☒ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

Maringá/PR

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☐

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☐

sim, em mais de 5 casos

☒

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☐

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☒

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por flagrante detectado por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☒

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação jurídica formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☐ não foi utilizada cooperação internacional
- ☒ prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

☐

recursos humanos insuficientes

☐

recursos materiais insuficientes

☐

excesso de trabalho

☐

falta de apoio das autoridades judiciais e/ou Ministério Público

☐

dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal

☐

falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima

☐

falta de colaboração de vítimas

☐

falta de colaboração das testemunhas

☐

demora ou ineficácia da cooperação internacional

☐

desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria

☐

Outras

☐

não houve dificuldades/não sei informar

☒

prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

- ☐ sim e houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)
- ☐ não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público
- ☐ não sei informar
- ☒ prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

- ☐ atipicidade da conduta
- ☐ abolitio criminis
- ☐ insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria
- ☐ prescrição
- ☐ outras causas de extinção da punibilidade
- ☐ não houve absolvição do(s) réu(s)
- ☒ prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☒ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a policiais que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

Qual a sua lotação atual?

SR/PF/SE _____

1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos/treinamentos satisfatórios para o aperfeiçoamento dos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos a disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil:

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal brasileiro através da Lei 13.344/2016, a qual introduziu uma nova definição típica para o tráfico de pessoas	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

☐

sim, em apenas 1 caso

☐

sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos

☐

sim, em mais de 5 casos

☒

nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

☐

há menos de 3 anos

☐

há mais de 3 e menos de 10 anos

☐

há mais de 10 anos e menos de 20 anos

☒

prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via:

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

7 - O caso sob exame foi detectado pelas autoridades: *

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por flagrante detectado por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☒ prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	prejudicada
quantos investigados foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas/interrogatório
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ quebra de sigilo/interceptação telefônica
- ☐ quebra de sigilo bancário/financeiro
- ☐ vigilância
- ☐ busca e apreensão ação
- ☐ controlada infiltração
- ☐ policial cooperação
- ☐ internacional outras
- ☐ prejudicada
- ☒

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

☐

cooperação técnica policial

☐

cooperação em área de inteligência

☐

cooperação jurídica formal

☐

equipe conjunta de investigação

☐

outras

☐

não me recordo

☐

não foi utilizada cooperação internacional

☒

prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

- ☐ recursos humanos insuficientes
- ☐ recursos materiais insuficientes
- ☐ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias e/ou Ministério Público
- ☐ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☐ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☐ falta de colaboração de vítimas
- ☐ falta de colaboração das testemunhas
- ☐ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☐ Outras
- ☐ não houve dificuldades/não sei informar
- ☒ prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

☐

sim e houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não houve condenação do(s) réu(s)

☐

sim, mas não sei se houve condenação do(s) réu(s)

☐

não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público

☐

não sei informar

☒

prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) réu(s), informe o fundamento: *

☐

atipicidade da conduta

☐

abolitio criminis

☐

insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria

☐

prescrição

☐

outras causas de extinção da punibilidade

☐

não houve absolvição do(s) réu(s)

☐

prejudicada

☒

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de investigados/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em casopositivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☐ Não
- ☐ Sim
- ☒ Não prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Forms **Google**

Apêndice D - Questionário divulgado em Portugal

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

10/12/19 09:59

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a polícias que atuam/atuaram em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal/Brasil
Mestranda no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - ISCPSP/Portugal

* Required

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas

1. 1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

Mark only one oval per row.

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos e treinamentos para atualização/especialização na repressão ao tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2. 2 - Em relação a outros delitos como tráfico de entorpecentes e armas, branqueamento de capitais, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos à disposição da equipe investigativa: *

Mark only one oval per row.

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. 3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas em Portugal: *

Mark only one oval per row.

	Sim e conheço razoavelmente bem as alterações	Sim, mas não conheço muito bem as alterações	Desconheço as alterações legislativas mencionadas
sei que houve alteração no Código Penal português através da Lei 60/2013, de 23 de agosto, ajustando a definição de tráfico à Directiva 2011/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. 4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

Mark only one oval.

- ☐ sim, em apenas 1 caso
- ☐ sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos
- ☐ sim, em mais de 5 casos
- ☐ nunca atuei *After the last question in this section, stop filling out this form.*

5. 5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

Mark only one oval.

- ☐ há menos de 3 anos
- ☐ há mais de 3 e menos de 10 anos
- ☐ há mais de 10 anos e menos de 20 anos
- ☐ prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6. 6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via: *

Mark only one oval.

- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ prejudicada

7. 7 - O caso sob exame foi detetado pelas autoridades: *

Mark only one oval.

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por detenção em flagrante efetuada por sua ou outra organização policial
- ☐ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☐ prejudicada

8. **8 - Sobre a quantidade de envolvidos:** *

Mark only one oval per row.

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	não me recordo	prejudicada
quantos investigados/arguidos foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. **9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso)** *

Check all that apply.

- ☐ entrevistas de suspeitos
- ☐ colheita de depoimento de testemunhas
- ☐ interrogatório do(s) arguido(s)
- ☐ escutas telefônicas
- ☐ quebra de sigredo profissional financeiro/fiscal
- ☐ vigilância
- ☐ revistas, buscas, apreensões e arrestos
- ☐ ação controlada
- ☐ ação encoberta
- ☐ cooperação internacional
- ☐ outras
- ☐ prejudicada

10. **10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?**

11. 11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

Check all that apply.

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☐ cooperação judiciária formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☐ outras
- ☐ não me recordo
- ☐ não foi utilizada cooperação internacional
- ☐ prejudicada

12. 12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13. 13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

Check all that apply.

- ☐ recursos humanos insuficientes
- ☐ recursos materiais insuficientes
- ☐ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias
- ☐ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☐ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☐ falta de colaboração de vítimas
- ☐ falta de colaboração das testemunhas
- ☐ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☐ Outras
- ☐ não houve dificuldades/não sei informar
- ☐ prejudicada

14. 14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? **Mark only one oval.*

- ☐ sim e houve condenação do(s) arguido(s)
- ☐ sim, mas não houve condenação do(s) arguido(s)
- ☐ sim, mas não sei se houve condenação do(s) arguido(s)
- ☐ não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público
- ☐ não sei informar
- ☐ prejudicada

15. 15 - Na hipótese de absolvição do(s) arguido(s), informe o fundamento: **Mark only one oval.*

- ☐ atipicidade da conduta
- ☐ abolitio criminis
- ☐ insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria
- ☐ prescrição
- ☐ outras causas de extinção da punibilidade
- ☐ não houve absolvição do(s) arguido(s)
- ☐ prejudicada

16. 16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de arguidos/vitimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) **Mark only one oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ prejudicada

Apêndice E - Solicitações de divulgação por email em Portugal

Gmail - Questionário sobre investigação de tráfico internacional de pessoas

10/12/19 09:30



Juliana Resende Silva de Lima <juliana.jrsl@gmail.com>

Questionário sobre investigação de tráfico internacional de pessoas

1 mensagem

Juliana Resende Silva de Lima <juliana.jrsl@gmail.com>
 Para: Adipf <adipf.lis@dpf.gov.br>, "Juliana.jrs" <juliana.jrs@dpf.gov.br>

18 de outubro de 2019 14:59

Excelentíssimo Senhor Adido Policial do Brasil em Portugal,

Prezado Dr. Caron,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência uma especial ajuda quanto à investigação científica que venho desenvolvendo para conclusão do curso de Mestrado em Ciências Policiais, especialização em Criminologia e Investigação Criminal, no Instituto de Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - ISCPPI, em Lisboa/Portugal.

A investigação científica que desenvolvo centra-se no tema "Investigação Criminal de Tráfico Internacional de Pessoas para fins de Exploração Sexual: experiência de Portugal e do Brasil".

Para embasar a dissertação que estou escrevendo, preciso coletar dados sobre investigações criminais realizadas nos dois países, pelos órgãos de polícia criminal competentes, a fim de melhor conhecer o desenvolvimento dessas investigações, as técnicas investigativas mais utilizadas e sua eficácia no enfrentamento ao crime em questão.

Dessa forma, desenvolvi um questionário/inquérito eletrônico, por meio do qual pretendo coletar alguns dados gerais sobre a repressão ao tráfico de pessoas em Portugal e no Brasil, centrando-se na fase de inquérito/investigação criminal.

As perguntas formuladas têm caráter geral, não implicam no fornecimento de dados acobertados por segredo/sigilo, e servirão exclusivamente para embasar a elaboração da dissertação.

Sendo assim, solicito os especiais préstimos de Vossa Excelência em obter autorização na Polícia Judiciária e no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, no sentido de divulgar entre os seus Inspetores/Investigadores que tenham experiência atual ou passada na condução desse tipo de investigação, o questionário citado, almejando, com isso, angariar os dados necessários à realização da análise e conclusão da dissertação.

Segue o link:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfhDir7JDB2vp03ZFkAWEzd8qE8hBWRJDDtahVJmN3UQtKA/viewform>

Sem mais, aproveito o ensejo para apresentar protestos de estima e consideração.

Juliana Resende Silva de Lima
 Delegada de Polícia Federal/Brasil
 Mestrando no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - ISCPPI/Portugal.

Questionário sobre Tráfico Internacional de Pessoas

4 mensagens

Juliana Resende Silva de Lima <juliana.jrsl@gmail.com>

23 de outubro de 2019
09:59

Para: gricrp.cc@def.pt

Excelentíssima Senhora Diretora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal,

Juliana Resende Silva de Lima, Delegada de Polícia Federal no Brasil e Mestranda no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - ISCPSI, de Portugal, vem por este email cumprimentá-la e, ao mesmo tempo, solicitar a especial colaboração de Vossa Excelência no seguinte sentido:

A subscritora vem desenvolvendo investigação científica sob o tema "Investigação Criminal do Tráfico Internacional de Pessoas: experiência no Brasil e em Portugal", destinada a avaliar, a partir da percepção das autoridades de polícia criminal competentes, a eficácia das investigações desse crime, verificando os principais meios investigativos utilizados e os obstáculos mais comumente associados ao insucesso de algumas dessas investigações.

Para tanto, desenvolveu um questionário eletrônico, no qual formulo algumas perguntas relacionadas ao conhecimento sobre a matéria específica sob estudo e sobre investigações já conduzidas pelos investigadores respondentes, a fim de coletar dados gerais sobre a repressão ao tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em Portugal e no Brasil, centrando-se na fase de inquérito/investigação criminal.

(Releva destacar que não serão solicitados dados acobertados sob segredo, como nomes de arguidos ou de vítimas, mas tão somente informações gerais sobre técnicas investigativas e números de envolvidos).

Sendo assim, considerando a importância da atuação do SEF na repressão a esse fenômeno criminoso em Portugal, e considerando a imprescindibilidade dos dados fornecidos por esta instituição para a elaboração da dissertação de mestrado da subscritora, solicito os especiais préstimos de Vossa Excelência em conceder autorização para divulgação do questionário indicado no link abaixo entre os servidores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal encarregados de conduzir investigações de tráfico internacional de pessoas.

Sem mais, aproveito o ensejo para apresentar protestos de estima e consideração.

Juliana Resende Silva de Lima

Segue o link:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfhDirt7jDB2vp03ZfNkAWEzd8qE8hBWRJDDta hVJmN3UQtKA/viewform>

Mail Delivery Subsystem <mailer-daemon@googlemail.com>

23 de outubro de 2019
10:59

Para: juliana.jrsl@gmail.com



Endereço não encontrado

Sua mensagem não foi entregue a **gricrp.cc@def.pt** porque o endereço não foi encontrado ou não pode receber mensagens.

A resposta do servidor remoto foi:

550 No Such User Here

Final-Recipient: rfc822; gricrp.cc@def.pt

Action: failed

Status: 5.0.0

Remote-MTA: dns; def.pt. (109.71.40.52, the server for the domain def.pt.)

Diagnostic-Code: smtp; 550 No Such User Here

Last-Attempt-Date: Wed, 23 Oct 2019 05:59:58 -0700 (PDT)

----- Mensagem encaminhada -----

From: Juliana Resende Silva de Lima <juliana.jrsl@gmail.com>

To: gricrp.cc@def.pt

Cc:

Bcc:

Date: Wed, 23 Oct 2019 09:59:41 -0200

Subject: Questionário sobre Tráfico Internacional de Pessoas

Excelentíssima Senhora Diretora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal,

Juliana Resende Silva de Lima, Delegada de Polícia Federal no Brasil e Mestranda no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - ISCPSI, de Portugal, vem por este email cumprimentá-la e, ao mesmo tempo, solicitar a especial colaboração de Vossa Excelência no seguinte sentido:

A subscritora vem desenvolvendo investigação científica sob o tema "Investigação Criminal do Tráfico Internacional de Pessoas: experiência no Brasil e em Portugal", destinada a avaliar, a partir da percepção das autoridades de polícia criminal competentes, a eficácia das investigações desse crime, verificando os principais meios investigativos utilizados e os obstáculos mais comumente associados ao insucesso de algumas dessas investigações.

Para tanto, desenvolveu um questionário el ----- Message truncated -----

10:01

Para: gricrp.cc@séf.pt

Excelentíssima Senhora Diretora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal,

Juliana Resende Silva de Lima, Delegada de Polícia Federal no Brasil e Mestranda no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - ISCPSI, de Portugal, vem por este email cumprimentá-la e, ao mesmo tempo, solicitar a especial colaboração de Vossa Excelência no seguinte sentido:

A subscritora vem desenvolvendo investigação científica sob o tema "Investigação Criminal do Tráfico Internacional de Pessoas: experiência no Brasil e em Portugal", destinada a avaliar, a partir da percepção das autoridades de polícia criminal competentes, a eficácia das investigações desse crime, verificando os principais meios investigativos utilizados e os obstáculos mais comumente associados ao insucesso de algumas dessas investigações.

Para tanto, desenvolveu um questionário eletrónico, no qual formulo algumas perguntas relacionadas ao conhecimento sobre a matéria específica sob estudo e sobre investigações já conduzidas pelos investigadores respondentes, a fim de coletar dados gerais sobre a repressão ao tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em Portugal e no Brasil, centrando-se na fase de inquérito/investigação criminal.

(Releva destacar que não serão solicitados dados acobertados sob segredo, como nomes de arguidos ou de vítimas, mas tão somente informações gerais sobre técnicas investigativas e números de envolvidos).

Sendo assim, considerando a importância da atuação do SEF na repressão a esse fenómeno criminoso em Portugal, e considerando a imprescindibilidade dos dados fornecidos por esta instituição para a elaboração da dissertação de mestrado da subscritora, solicito os especiais préstimos de Vossa Excelência em conceder autorização para divulgação do questionário indicado no link abaixo entre os servidores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal encarregados de conduzir investigações de tráfico internacional de pessoas.

Sem mais, aproveito o ensejo para apresentar protestos de estima e consideração.

Juliana Resende Silva de Lima

Segue o link:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfhDirt7jDB2vp03ZfNkAWEzd8qE8hBWRJDDta hVJmN3UQtKA/viewform>

Juliana Resende Silva de Lima <juliana.jrsl@gmail.com>

23 de outubro de 2019
12:09

Para: maria.joao.guia@ij.uc.pt

----- Forwarded message -----

De: **Juliana Resende Silva de Lima** <juliana.jrsl@gmail.com>

Date: qua, 23 de out de 2019 às 10:01

Subject: Fwd: Questionário sobre Tráfico Internacional de Pessoas

To: <gricrp.cc@séf.pt>

Excelentíssima Senhora Diretora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal,

Juliana Resende Silva de Lima, Delegada de Polícia Federal no Brasil e Mestranda no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - ISCPSI, de Portugal, vem por este email cumprimentá-la e, ao mesmo tempo, solicitar a especial colaboração de Vossa Excelência no seguinte sentido:

A subscritora vem desenvolvendo investigação científica sob o tema "Investigação Criminal do Tráfico Internacional de Pessoas: experiência no Brasil e em Portugal", destinada a avaliar, a partir da percepção das autoridades de polícia criminal competentes, a eficácia das investigações desse crime, verificando os principais meios investigativos utilizados e os obstáculos mais comumente associados ao insucesso de algumas dessas investigações.

Para tanto, desenvolveu um questionário eletrônico, no qual formulo algumas perguntas relacionadas ao conhecimento sobre a matéria específica sob estudo e sobre investigações já conduzidas pelos investigadores respondentes, a fim de coletar dados gerais sobre a repressão ao tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em Portugal e no Brasil, centrando-se na fase de inquérito/investigação criminal.

(Releva destacar que não serão solicitados dados acobertados sob segredo, como nomes de arguidos ou de vítimas, mas tão somente informações gerais sobre técnicas investigativas e números de envolvidos).

Sendo assim, considerando a importância da atuação do SEF na repressão a esse fenômeno criminoso em Portugal, e considerando a imprescindibilidade dos dados fornecidos por esta instituição para a elaboração da dissertação de mestrado da subscritora, solicito os especiais préstimos de Vossa Excelência em conceder autorização para divulgação do questionário indicado no link abaixo entre os servidores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal encarregados de conduzir investigações de tráfico internacional de pessoas.

Sem mais, aproveito o ensejo para apresentar protestos de estima e consideração.

Juliana Resende Silva de Lima

Segue o link:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfhDirt7jDB2vp03ZfNkAWEzd8qE8hBWRJDDta hVJmN3UQtKA/viewform>

Apêndice F - Resposta ao questionário divulgado em Portugal

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

10/12/19 10:05

Investigação de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual

O presente questionário é enviado a polícias que atuam/atuarão em investigações criminais envolvendo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a fim de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado pela autora, sob o tema: Investigação criminal de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: casos do Brasil e de Portugal. O objeto de nossa pesquisa centrar-se-á no âmbito da repressão do crime de tráfico internacional de pessoas, mais especificamente aquele destinado à exploração sexual, e terá como enfoque o estudo de investigações criminais desenvolvidas em Portugal e no Brasil, a fim de entender o seu desenvolvimento, as principais técnicas investigativas empregadas, as dificuldades mais comumente encontradas pelos investigadores, bem como analisar de que forma é possível aperfeiçoar as referidas investigações, de modo a que se alcance maior eficácia na repressão a esse fenômeno criminoso de altíssimo grau de danosidade social.

Todas as informações aqui prestadas serão utilizadas exclusivamente para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado.

Caso haja interesse em compartilhar maiores informações sobre investigações envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, peço que encaminhem para o email juliana.jrs@dpf.gov.br.

Juliana Resende Silva de Lima
Delegada de Polícia Federal/Brasil
Mestranda no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - ISCPSI/Portugal

Atuação profissional e conhecimento na área de tráfico de pessoas



1 - Na sua opinião, o delito de tráfico de pessoas: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado importante e seu enfrentamento é prioritário em meu país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
é considerado importante, mas seu enfrentamento não é prioritário	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são concedidos meios para que seja investigado com profundidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
os meios investigativos disponíveis ainda são escassos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
são oferecidos cursos e treinamentos para atualização/especialização na repressão ao tráfico de pessoas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

2 - Em relação a outros delitos como tráfico de entorpecentes e armas, branqueamento de capitais, contrabando, corrupção etc, o tráfico de pessoas para exploração sexual, a partir dos meios humanos e materiais postos à disposição da equipe investigativa: *

	Discordo totalmente	Concordo/discordo parcialmente	Concordo totalmente	Não sei informar
é considerado igualmente gravoso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
deve ser investigado com a mesma prioridade que os outros crimes citados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
não parece estar merecendo a mesma atenção que os crimes citados acima	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3 - A respeito da legislação sobre tráfico de pessoas em Portugal: *

Sim e conheço
razoavelmente bem as
alterações

Sim, mas não conheço
muito bem as alterações

Desconheço as
alterações legislativas
mencionadas

sei que houve alteração
no Código Penal
português através da Lei
60/2013, de 23 de agosto,
ajustando a definição de
tráfico à Directiva
2011/36/EU, do
Parlamento Europeu e do
Conselho, de 5 de Abril de
2011



4 - Já conduziu/atuou em investigação sobre tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual? (Resposta deverá se referir a investigações ocorridas após o ano 2000, até a presente data) *

- ☐ sim, em apenas 1 caso
- ☒ sim, em mais de 1 caso e menos de 5 casos
- ☐ sim, em mais de 5 casos
- ☐ nunca atuei

5 - Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, há quanto tempo atuou nessa(s) investigação(ões)? *

- ☒ há menos de 3 anos
- ☐ há mais de 3 e menos de 10 anos
- ☐ há mais de 10 anos e menos de 20 anos
- ☐ prejudicada

Questões sobre um caso de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual em cuja investigação o respondente atuou (na hipótese de ter atuado em mais de um caso, pede-se que escolha aquele em que houve maior coleta probatória e/ou maior número de investigados ou de vítimas)

Respostas deverão se referir a investigação ocorrida após o ano 2000

6 - O caso sob exame envolvia o transporte por qual via: *

- ☒ a transposição de fronteiras se deu por via terrestre
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via aérea
- ☐ a transposição de fronteiras se deu por via marítima
- ☐ prejudicada

7 - O caso sob exame foi detetado pelas autoridades: *

- ☐ através do controle migratório de fronteiras
- ☐ por detenção em flagrante efetuada por sua ou outra organização policial
- ☒ por relato da vítima enquanto estava submetida à exploração
- ☐ por relato da vítima após ter sido libertada da exploração
- ☐ por relato de parentes e/ou amigos
- ☐ por relato de organizações não governamentais
- ☐ outra opção
- ☐ não me recordo
- ☐ prejudicada

8 - Sobre a quantidade de envolvidos: *

	apenas 1	apenas 2	apenas 3	4 ou mais	não me recordo	prejudicada
quantos investigados/arguidos foram identificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
quantas vítimas foram identificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9 - Quais as principais técnicas investigativas utilizadas na condução do caso? (marque todas as opções pertinentes ao caso) *

- ☐ entrevistas de suspeitos
- ☒ colheita de depoimento de testemunhas
- ☒ interrogatório do(s) arguido(s)
- ☒ escutas telefônicas
- ☒ quebra de sigilo profissional financeiro/fiscal
- ☒ vigilância
- ☒ revistas, buscas, apreensões e arrestos
- ☐ ação controlada
- ☒ ação encoberta
- ☒ cooperação internacional
- ☒ outras
- ☐ prejudicada

10 - Dentre as técnicas investigativas utilizadas, qual aquela(s) considerada(s) mais eficaz(es) para a elucidação do caso? Por quê?

11 – Caso tenha ocorrido cooperação internacional, qual modalidade foi utilizada? (marque todas as opções consideradas aplicáveis) *

- ☐ cooperação técnica policial
- ☐ cooperação em área de inteligência
- ☒ cooperação judiciária formal
- ☐ equipe conjunta de investigação
- ☒ outras
- ☐ não me recordo
- ☐ não foi utilizada cooperação internacional
- ☐ prejudicada

12 – Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, explicar como se desenvolveu a cooperação internacional e se foi considerada relevante para a elucidação do caso:

13 - Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas no desenvolvimento da investigação? *

- ☒ recursos humanos insuficientes
- ☒ recursos materiais insuficientes
- ☒ excesso de trabalho
- ☐ falta de apoio das autoridades judiciárias
- ☐ dificuldades em coletar provas sobre elementos essenciais do tipo penal
- ☒ falta de credibilidade em relação à versão apresentada pela vítima
- ☒ falta de colaboração de vítimas
- ☐ falta de colaboração das testemunhas
- ☐ demora ou ineficácia da cooperação internacional
- ☐ desconhecimento acerca da legislação aplicável à matéria
- ☐ Outras
- ☐ não houve dificuldades/não sei informar
- ☐ prejudicada

14 - No caso sob exame foi apresentada denúncia pelo Ministério Público? *

- ☐ sim e houve condenação do(s) arguido(s)
- ☐ sim, mas não houve condenação do(s) arguido(s)
- ☐ sim, mas não sei se houve condenação do(s) arguido(s)
- ☐ não foi apresentada denúncia pelo Ministério Público
- ☒ não sei informar
- ☐ prejudicada

15 - Na hipótese de absolvição do(s) arguido(s), informe o fundamento: *

- ☐ atipicidade da conduta
- ☐ abolitio criminis
- ☒ insuficiência de provas de materialidade e/ou autoria
- ☐ prescrição
- ☐ outras causas de extinção da punibilidade
- ☐ não houve absolvição do(s) arguido(s)
- ☐ prejudicada

16 - Poderia compartilhar o relatório da investigação (sem dados de arguidos/vítimas) para melhor conhecimento do caso? (em caso positivo, enviar para o email juliana.jrs@dpf.gov.br) *

- ☒ Sim
- ☐ Não
- ☐ prejudicada

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms